

Sandra Maria Roque de Oliveira

**O DISCURSO DA DIFERENÇA ENTRE HOMENS E
MULHERES NO IFPE
RECIFE, SÉCULO XXI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências Humanas - Área de Concentração de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Cristina Scheibe Wolff
Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Mara Coelho de Souza Lago

Florianópolis, SC
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Oliveira, Sandra Maria Roque de

O discurso da diferença entre homens e mulheres no IFPE Recife, século XXI / Sandra Maria Roque de Oliveira ; orientadora, Cristina Scheibe Wolff ; coorientadora, Mara Coelho de Souza Lago. - Florianópolis, SC, 2014.

309 p. ; 21cm

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Inclui referências.

1. Ciências Humanas. 2. Gênero. 3. Discurso. 4. Educação Tecnológica. 5. Divisão Sexual do Trabalho. I. Wolff, Cristina Scheibe. II. Lago, Mara Coelho de Souza. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV. Título.

Sandra Maria Roque de Oliveira

**O DISCURSO DA DIFERENÇA ENTRE HOMENS E
MULHERES NO IFPE - RECIFE, SÉCULO XXI**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutora em Ciências Humanas”, e aprovada em sua forma final pelo Programa Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Florianópolis, 28 de julho de 2014.

Prof. Selvino J. Assmann, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Cristina Scheibe Wolff, Dr.^a
Presidente e orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.^a Mara Coelho de Souza Lago, Dr.^a
Coorientadora
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.^a Marinês Ribeiro dos Santos, Dr.^a
Membro externo
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

Prof.^a Silvia Maria Favero Arend, Dr.^a
Membro externo
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Dedico este trabalho a todas as
mulheres que contribuíram para a
sua construção.

AGRADECIMENTOS

Dizem que não há no mundo exagero mais belo que a gratidão, um das mais importantes virtudes do ser humano. Por isso quero, ao expressá-la aqui, ser a mais hiperbólica das criaturas. Quero pecar pelo excesso – ou, neste caso, não pecar - distribuindo muitas, muitas palavras de agradecimento a todos que me auxiliaram, direta ou indiretamente, na construção desta tese de doutorado.

Ao pensar nessas palavras de agradecimento, veio-me à mente o poeta português, Fernando Pessoa, para quem o valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso, distribuir muitas palavras de gratidão às pessoas que tiveram um papel fundamental neste percurso representou para mim um desses momentos de intensidade e prazer.

Assim, é com inenarrável satisfação que ofereço as primeiras, e muitas palavras de gratidão, ao xará do poeta português. Para Fernando Mendonça, meu companheiro, minha eterna gratidão pelo apoio incondicional em todas as etapas desta jornada. Obrigada por ter sido meu interlocutor, meu colaborador e meu ombro amigo, no qual chorei nas horas de incertezas e cansaço.

Meus agradecimentos também à família ROQUE pela torcida. Em especial aos meus queridos irmãos. Sobre tudo a Iradis Roque - *in memoriam* - para quem, antes mesmo de ser mestra eu já era doutora.

Também destino muitas palavras de gratidão às/aos colegas do DINTER: Aline, Beatriz (minha querida e incansável companheira de estudos e passeios em Florianópolis), Célia, Eliana, Fátima, Janylle, Josy, Marlesson, Raquel, Samarone, Sérgio Guimarães (meu consultor oficial), Sílvio, Socorro e Valquíria – companheiros de sorrisos, leituras e aflições. Obrigada a todos pelos diálogos travados nesta jornada. Um agradecimento todo carinhoso a *ciber girl* da turma, Janylle Ouverney-King, que sempre me ajudou na interlocução com o mundo cibernético e com intercâmbio de textos.

Muitas palavras de agradecimento à CAPES, por possibilitar a efetivação do DINTER e pela concessão de bolsa para a realização do estágio doutoral em Florianópolis/SC. Especial agradecimento à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por ter me possibilitado, através do DINTER, o acesso ao Programa de Doutorado DICH, com seus renomados professores e professoras, cujas aulas em Vitória de Santo Antão/PE marcaram minha vida acadêmica e pessoal. Obrigada Alexandre Vaz, Carmen Rial, Cristina

Wolff, Eunice Nodari, Joana Maria Pedro, João Lupi, Júlia Guivant, Luiz Fernando Scheibe, Luzinete Minella, Marcos Montysuma, Miriam Grossi, Sandra Caponi, Selvino Assmann e Teresa Kleba pelos momentos de aprendizagem e encontros festivos.

Agradeço também às professoras e aos professores do DICH/UFSC, pelo tempo de convivência no *Campus* de Florianópolis. Em especial à Prof^a Mara Lago que, na disciplina “Seminários de Tese”, promoveu um rico intercâmbio intelectual-acadêmico, e, sobretudo, humano. Agradecimento muito especial à Prof^a. Luzinete Simões, que, gentilmente, oportunizou-me participação em suas aulas.

Minhas palavras de gratidão à equipe da secretaria do DICH da UFSC, em especial a Jerônimo, nosso incansável interlocutor na resolução das questões burocráticas.

Meu muitíssimo obrigada aos componentes do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da UFSC pela acolhida e troca de experiências, especialmente às Professoras Cristina Wolff, Joana Pedro e Janine Gomes, que coordenam a equipe.

Às componentes da banca do Exame de Qualificação que, generosamente, aceitaram compartilhar seus conhecimentos e experiências profissionais na avaliação deste estudo, além de proporcionar valiosas críticas e sugestões ao projeto de tese. Um agradecimento todo especial à professora Luzinete Simões Minella, presente em todas as etapas deste doutorado.

Não poderia deixar de agradecer ao DAFG/IFPE, sobretudo, ao professor Valbérico Cardoso, Diretor-Geral do *Campus* Recife, por possibilitar a concretização desta pesquisa e as condições necessárias para a realização de meu processo de doutoramento. Agradeço a todos do Instituto, especialmente, à professora Dra. Núbia Frutuoso, pelas palavras de estímulo e carinho.

Um obrigada muito carinhoso a todos os componentes do Departamento de Controle Acadêmico do *Campus* Recife, aqui representado por Edson Maranhão, que, pacientemente, atenderam-me nas inúmeras vezes que fui ao departamento em busca de informações. Estendo esse obrigada à Ana Lia, coordenadora do setor de patrimônio do *Campus* Recife. Graças à Ana e sua equipe, ampliei, significativamente, as informações sobre a história do Instituto.

Meu especial agradecimento às/os estudantes, professoras e professores do *Campus* Recife e representantes das três empresas do grande Recife/PE que me receberam e se dispuseram a colaborar, através das entrevistas, com a realização deste estudo.

Um especial agradecimento à Vera Lima, minha prima guerreira, que organizou no *Word* este trabalho e me proibiu de desistir de lutar pelas coisas nas quais acredito.

E por último, mas sem pôr fim ao gesto de gratidão, meu agradecimento a Deus por meus pais, Júlia e José, que sempre me incentivaram a buscar o conhecimento como meio de me transformar num ser humano melhor.

MULHER, MULHERES

[...]

A revolução da mulher foi a mais importante revolução do século XX, disse Norberto Bobbio, um dos maiores pensadores do nosso tempo. [...] ambiciosa na sua natureza mais profunda e que teria seu nascedouro visível no fim do século XIX para vir a se desenvolver plenamente durante a Segunda Grande Guerra: os homens válidos partiram para as trincheiras. Ficaram as mulheres na retaguarda e dispostas a exercerem o ofício desses homens nas fábricas. Nos escritórios. Nas universidades. [...] Oportuno lembrar que em muitos casos essas mulheres demonstraram maior habilidade do que os homens no trato com certas máquinas, uma prova evidente de que as mãos femininas, afeitas aos trabalhos caseiros (as tais prendas domésticas), podiam lidar com uma prensa rotativa com a mesma facilidade com que bordavam uma almofada. Rápidas no aprendizado e estimuladas pela competição, assumiram os mais sofisticados ofícios. Apesar da desconfiança, apesar do preconceito, o indisfarçável preconceito mais visível no Terceiro Mundo, embora também no mundo rico continuasse ecoando – e com que ênfase! – a famosa pergunta de Freud com aquela irônica perplexidade, “Mas afinal o que querem as mulheres?!?”.

Lygia Fagundes Telles (2010)

RESUMO

Esta pesquisa analisa a instituição discursiva de hierarquias de gênero na educação tecnológica e no mundo do trabalho, mais especificamente aquelas que consolidam a divisão sexual do trabalho nas áreas tecnológicas de mecânica, eletrotécnica e refrigeração, distribuindo homens e mulheres em atividades profissionais consideradas “fisicamente adequadas” a seu sexo. Os *loci* da pesquisa foram o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) e três empresas da região metropolitana da cidade de Recife/Pernambuco. Essa temática foi trabalhada numa perspectiva interdisciplinar, procurando estabelecer conexões entre a prática discursiva escolar e a do mundo do trabalho. Foram considerados, nos discursos que circulam nesses contextos, tanto os avanços na superação das desigualdades, quanto a continuidade de padrões tradicionais de comportamento de homens e mulheres no âmbito profissional. O conceito de gênero, como variável sociocultural, foi relevante uma vez que permitiu identificar nos enunciados dos sujeitos da pesquisa as relações de poder que se estabelecem nos discursos, sendo a divisão sexual do trabalho uma das manifestações dessas relações, tida em muitos contextos como um processo natural. Em virtude de seu caráter interdisciplinar, este estudo possibilitou a utilização de dois diferentes métodos qualitativos para subsidiar o processo de investigação/interpretação do *corpus*, cujo principal meio de captação foi a entrevista: a Análise do Discurso, de linha francesa, e a História Oral. Para subsidiar a discussão teórica foram utilizadas dessas áreas as seguintes categorias de análise: discurso, sujeito e memória. Os resultados das análises apontaram que os sujeitos, integrantes do *corpus* desta pesquisa, estão de fato contribuindo para a eliminação ou a reprodução das desigualdades de gênero, em diferenciados níveis de ação. O estudo evidencia, também, que a inserção das mulheres nesse nicho profissional pode ser considerada ainda tímida, permeada de entraves decorrentes de ideologias androcêntricas.

Palavras-chave: Gênero. Discurso. Educação Tecnológica. Divisão Sexual do Trabalho.

ABSTRACT

This research analyzes the discursive imposition of gender hierarchies in technological education and the working world, specifically those that consolidate the sexual division of labor in technological fields of mechanical, electrical and cooling, distributing men and women in professional activities considered "physically appropriate" to his sex. The *loci* of the research were the Federal Institute of Education, Science and Technology of Pernambuco (IFPE) and three companies in the metropolitan region of Recife / Pernambuco. This theme was crafted from an interdisciplinary perspective, seeking to establish connections between school discursive practice and the world of work. Much progress in overcoming inequalities, as the continuity of traditional behavior patterns of men and women in the professional context were considered, the discourses that circulate in these contexts. The concept of gender as a sociocultural variable was significant because it allowed us to identify research subjects set out the power relations that are established in the discourse, and the sexual division of labor one of the manifestations of these relationships, seen in many contexts as a natural process. Because of its interdisciplinary nature, this study allowed the use of two different qualitative methods to support the process of research / interpretation of the *corpus*, whose primary means of funding was the interview: Discourse Analysis, French line, and Oral History. Speech, subject and Memory: To support the theoretical discussion the following categories were used in these areas. The analysis results showed that the subjects, members of the corpus of this research are in fact contributing to the disposal or reproduction of gender inequalities in different levels of action. The study also shows that the inclusion of women in professional niche can be considered a shy, fraught with obstacles arising from andocentric ideologies.

Keywords: Gender. Discourse. Technology Education. Sexual Division of Labor.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Média de anos de estudo da população ocupada com 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 1999 e 2009.....	88
Figura 2 - Alunos nas oficinas da Escola de Aprendizizes Artífices do Recife.....	103
Figura 3 - Alunos nas oficinas da Escola de Aprendizizes Artífices do Recife.....	103
Figura 4 - Alunos nas oficinas da Escola de Aprendizizes Artífices do Recife.....	103
Figura 5 - Dia em que foi lançada a 1ª pedra da Escola de Aprendizizes Artífices do Pernambuco (14 de agosto de 1930).....	105
Figura 6 - Profª Maria Sette em sala de aula.....	106
Figura 7 - Homenagem à Profª Maria Sette.....	106
Figura 8 - Nota de falecimento da Profª Betriz Ferreira Lima.....	109
Figura 9 - Matrículas do curso de Mecânica - 2012.1 – Campus Recife	111
Figura 10 - Matrículas do curso de Eletrotécnica - 2012.1 – Campus Recife.....	111
Figura 11 - Matrículas do curso de Refrigeração - 2012.1 – Campus Recife.....	112
Figura 12 - Anúncio dos cursos da Escola de Aprendizizes Artífices do Recife.....	114
Figura 13 - Excursão dos alunos do curso de mecânica da Escola de Aprendizizes Artífices do Recife à Fábrica de papel de Jaboatão/PE.....	115
Figura 14 - O diretor e um professor da Escola de Aprendizizes Artífices do Recife, mostrando um torno mecânico ao diretor da Escola Industrial de Aracaju/SE.....	117
Figura 15 - Pessoas que frequentaram ou concluíram curso de qualificação profissional, por sexo, segundo a condição na ocupação – 2009.....	134
Figura 16 - Alunos do <i>Campus</i> Recife em aula prática no laboratório. .	145
Figura 17 - 13º Salão Norte e Nordeste de Ar-Condicionado e Refrigeração (SANNAR 2012), no auditório do IFPE - <i>Campus</i> Recife.....	154
Figura 18 - Mercado de trabalho Taxa de desemprego da população de 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2009.....	183

Figura 19 - Distribuição da população ocupada, por grupamentos de atividade, segundo o sexo - 2009 (Média das estimativas mensais)	185
Figura 20 - Imagem do acervo da exposição fotográfica “Profissão Mulher: um olhar sobre a questão de gênero no mercado de trabalho”	240
Figura 21 - Diagnóstico de Recursos Humanos Necessários para implantação dos empreendimentos de Petróleo e Gás	289
Figura 22 - Brasil – Economia e Mercado de Energia Elétrica (1980-2015) - Principais Indicadores Número Índice: base 1980=100	290
Figura 23 - Evolução da Carga do Estado de Pernambuco	290

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cursos do IFPE	271
Quadro 2 - Cursos do Campus Recife	272
Quadro 3 - Perfil das estudantes do IFPE - Campus Recife	273

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD Análise do Discurso
ASSUFBA Sindicato dos Trabalhadores da UFBA e UFRB
BR&T Boeing Pesquisa e Tecnologia
CCE Coordenação de Estágios e Empregos
CEDAW Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CEFET-PE Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
C.E.S.A.R Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife
CGCA Coordenadoria Geral de Controle Acadêmico
CLT Consolidação das Leis do Trabalho
COPERBO Companhia Pernambucana de Borracha Sintética
CPF Cadastro da Pessoa Física
CRCN Centro Regional de Ciências Nucleares
CRM Centro Municipal de Educação Infantil Paulo Rosas e o Colégio Militar do Recife
CTB Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Bahia
FIEPE Federação das Indústrias de Pernambuco
FINEP Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDG Índice de Desigualdade de Gênero
IDH Índice de Desenvolvimento Humano
IFPE Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITEP Instituto de Tecnologia de Pernambuco
LDB Lei de Diretrizes e Bases
MEC Ministério da Educação e Cultura
MCT Ministério da Ciência e Tecnologia
MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
ONG Organização Não Governamental
OIT Organização Internacional do Trabalho
ONU Organização das Nações Unidas
PETROBRAS Petróleo Brasileiro S.A.
PEA População Economicamente Ativa
PED Pesquisa de Emprego e Desemprego
PD População Desocupada
PIB Produto Interno Bruto

PME Pesquisa Mensal de Emprego
PNPM Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PO População Ocupada
PRONATEC Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RAIS Relação Anual de Informações Sociais
SANNAR Salão Norte e Nordeste de Ar-Condicionado e Refrigeração
SEPIR Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SENAC Serviço Nacional do Comércio
SPMPR Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
SUAPE Complexo Industrial Portuário de Pernambuco
SUDENE Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UBM União Brasileira de Mulheres
UFBA Universidade Federal da Bahia
UFRBA Universidade Federal Rural da Bahia
UFPE Universidade Federal de Pernambuco
UNIFEM Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
WEF World Economic Forum

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	26
CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: UMA IMERSÃO NAS INTERSECCIONALIDADES	34
1.1 ALGUMAS PALAVRAS SOBRE O CORPUS.....	34
1.2 AS ESPECIFICIDADES DA ANÁLISE DO DISCURSO	40
1.3 HISTÓRIA ORAL: UMA FORMA ESPECÍFICA DE DISCURSO ..	51
1.4 MEMÓRIA E INTERDISCURSO: CONSTRUÇÕES SOCIALMENTE COMPARTILHADAS	54
CAPÍTULO 2 GÊNERO, TRABALHO E EDUCAÇÃO: DISCURSOS EM FOCO	60
2.1 IDENTIDADE DE GÊNERO: SOCIAL E CULTURALMENTE CONSTRUÍDA	60
2.2 INSTITUIÇÃO DISCURSIVA DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: UM CONVITE À REFLEXÃO SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO	79
2.3 MULHERES E ESCOLARIDADE NO BRASIL: UMA RELAÇÃO CARACTERIZADA POR DISCURSOS ANDROCÊNTRICOS	86
2.4 AS MULHERES NA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO BRASIL ..	94
CAPÍTULO 3 HIERARQUIAS DE GÊNERO INSTITUÍDAS DISCURSIVAMENTE NO IFPE- <i>CAMPUS</i> RECIFE	100
3.1 A HISTÓRIA DO IFPE E DE SUAS PRÁTICAS DISCURSIVAS: EM BUSCA DA PARTICIPAÇÃO FEMININA.....	100
3.2 PECULIARIDADES DAS ÁREAS DE MECÂNICA, ELETROTÉCNICA E REFRIGERAÇÃO.....	110
3.3 O CURSO DE MECÂNICA E O DISCURSO SOBRE O CORPO FEMININO	114

3.4 A FORMAÇÃO EM ELETROTÉCNICA E O DISCURSO SOBRE A “INAPTIDÃO” FEMININA PARA LIDAR COM OS PERIGOS DA PROFISSÃO.....	142
3.5 A ÁREA DE REFRIGERAÇÃO E O DISCURSO SOBRE A FRAGLIDADE DO CORPO FEMININO.....	153
CAPÍTULO 4 PRÁTICAS DISCURIVAS DAS ÁREAS DE MECÂNICA, ELETROTÉCNICA E REFRIGERAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE.....	178
4.1 MULHERES BRASILEIRAS E MERCADO DE TRABALHO: NOVOS DISCURSOS E PERSISTENTES DISCRIMINAÇÕES	178
4.2 RÁPIDO PANORAMA DO SETOR INDUSTRIAL DA MECÂNICA, DA ELETROTÉCNICA E DA REFRIGERAÇÃO EM PERNAMBUCO.....	189
4.3 ÁREA TECNOLÓGICA DE MECÂNICA INDUSTRIAL: UM MERCADO FECHADO PARA AS MULHERES?.....	193
4.4 A ELETROTÉCNICA E OS SETORES DA PROFISSÃO CONSIDERADOS “FISICAMENTE IMPRÓPRIOS” PARA AS MULHERES.....	201
4.5 REFRIGERAÇÃO: MULHER NA ADMINISTRAÇÃO E HOMEM NO COMANDO DA EQUIPE TÉCNICA.....	208
CAPÍTULO 5 A BUSCA POR EQUIDADE DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO.....	219
5.1 O DISCURSO SOBRE EQUIDADE DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO	219
5.2 POLÍTICAS DE GÊNERO DO GOVERNO BRASILEIRO: O PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO E O PRONATEC	227
5.3 AÇÕES SOCIAIS PARA DISMISTIFICAÇÃO DE TABUS NO MUNDO DO TRABALHO.....	235
CONSIDERAÇÕES FINAIS	245

REFERÊNCIAS	255
APÊNDICE A - ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS COM AS ESTUDANTES DO IFPE – <i>CAMPUS</i> RECIFE	269
APÊNDICE B - CURSOS PROFISSIONALIZANTES DO IFPE.....	271
APÊNDICE C: SÍNTESE DAS CATEGORIAS ANALISADAS NOS RELATOS DAS ESTUDANTES DO IFPE	273
ANEXO A – EMENTA DO CURSO DE MECÂNICA.....	275
ANEXO B – EMENTA DO CURSO DE ELETRÔTÉCNICA.....	287

INTRODUÇÃO

A realização da presente pesquisa é fruto de reflexões acerca dos discursos que circulam nas áreas tecnológicas de mecânica, eletrotécnica e refrigeração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – *Campus* Recife. Esses cursos preparam para profissões que fogem ao que, convencionalmente, é atribuída como atividade profissional “fisicamente” adequada para as mulheres.

É inegável que, nos últimos anos, o movimento feminista vem impulsionando de forma decisiva o avanço de muitas pesquisas que tematizam as relações de gênero sob os mais diferentes aspectos e abordagens, inclusive em questões inerentes ao mundo do trabalho. Mas, segundo a socióloga Maria Rosa Lombardi (2004), foi somente a partir da segunda metade do século XX que as relações sociais de gênero em coletivos profissionais majoritariamente masculinos tornaram-se, de forma mais acentuada, objetos de pesquisa, análises e discussões.

Portanto, pode-se dizer que esta temática é recente. Em face disto, compreendo que ainda haja escassez de estudos sobre a relação entre gênero e educação tecnológica, que ponho aqui em evidência.

Assim, a questão da profissionalização de mulheres em cursos dos Institutos Federais que pertencem ao eixo “controle e processos industriais”¹ e se associam a trabalhos ligados, historicamente, ao universo masculino, é um campo em que mais pesquisas precisam aflorar, uma vez que, em minha concepção, nessas áreas circulam discursos ideologicamente marcados por concepções androcêntricas em relação à capacidade física das mulheres. Entendo que isto ocorra por haver uma hegemonia masculina latente nesse eixo, razão pela qual a presença feminina nele, comumente, seja frugal ou inexistente.

Neste estudo, espero dar minha contribuição a essas pesquisas ao pensar, a partir do discurso, sobre os elementos que constituem a relação entre gênero, trabalho e educação tecnológica no Brasil, especialmente nos primeiros doze anos do segundo milênio.

¹ A rede de educação profissionalizante do Brasil é organizada a partir de dez eixos tecnológicos. Esses eixos, que foram aprovados, em 2006, pelo Conselho Nacional de Educação são os seguintes: Ambiente, Saúde e Segurança; Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Hospitalidade e Lazer; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Produção Alimentícia; Produção Cultural e *Design*; Produção Industrial; Recursos Naturais. (MACHADO, 2010)

O interesse em debater este tema deriva de minha experiência como docente no IFPE que, desde tempos idos, ainda como Escola de Aprendizes Artífices, tem sido reduto masculino, principalmente, nas áreas em que os homens – professores e estudantes – representam um contingente maior.

Essa temática foi trabalhada nesta pesquisa a partir de uma perspectiva interdisciplinar, em que foram estabelecidas conexões entre a prática discursiva escolar e a do mundo do trabalho.

Por isso, recorri a alguns indicadores sociais - como tipo de atividade profissional desenvolvida por mulheres e a proporção de sua inserção em cursos tecnológicos e no mercado de trabalho - a fim de subsidiar a análise da representatividade dessa força de trabalho que, no mercado brasileiro, aos poucos, tem deixado de ser percebida como secundária ou intermitente, uma vez que esse mercado, cada vez mais, tem se tornado um ambiente heterogêneo.

Assim, em razão dessa inserção feminina, as diferenças de gênero que ainda persistem nesse espaço estão sendo, paulatinamente, superadas. Dessa forma, atualmente, é mais frequente as mulheres fazerem opção por profissões que antes eram exercidas apenas por homens. (IPEA, 2011)

No Brasil, entretanto, a baixa representatividade feminina nas áreas tecnológicas destacadas neste estudo ainda é uma realidade no contexto da educação para o trabalho, mesmo tendo havido, nos últimos tempos, uma profunda e abissal mudança na vida das mulheres.

É fato que vivenciamos uma época em que elas pilotam aviões comerciais, estão em altos postos das forças armadas e podem, por exemplo, servir na linha de frente ao lado dos homens em países como os Estados Unidos da América ou ser a Presidenta da República, como no Brasil. Sem falar que a participação feminina no sistema produtivo, como aponta Paola Giuliani (2010), tem sido efetivamente crescente neste século, sendo considerada uma das principais transformações tanto do campo social quanto do econômico e cultural do mundo moderno.

Entretanto, apesar dessas mudanças, não se pode ignorar a existência de discursos que pregam a “inferioridade” física das mulheres em relação aos homens. Isto costuma ocorrer tanto no contexto da educação profissionalizante do nosso país como no do mercado de trabalho, que continua marcado por diferenças de gênero e raça.

Esta foi a conclusão a que chegou o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) - edição de 2011- no estudo intitulado

“Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça”, produzido anualmente desde 2004.

Penso que ao se combinar essas desigualdades, as diferenças ficam ainda mais acentuadas. Por isso, apesar de todo inegável avanço tecnológico ocorrido na primeira década do segundo milênio, ainda existem posturas sexistas em relação às profissões, resquícios de uma ideologia presente no sistema patriarcal, que tem como definição ideológica a supremacia masculina nas relações sociais.

Vale salientar que o termo patriarcal, ou patriarcalismo, é oriundo de patriarcado, que, por sua vez, tem origem na palavra grega *pater*. Já em relação às origens desse sistema, há pelos menos duas interpretações de sentidos diferentes: a da psicologia evolucionista e a da teoria biossocial. Segundo a primeira interpretação, a seleção sexual teria sido a responsável pelo fato de a dominância ser uma característica masculina e a submissão uma característica feminina. Em virtude dessa seleção, as estratégias sexuais, diferentes em cada um dos sexos, teriam levado homens e mulheres a desenvolverem tais características. Entretanto, essa interpretação aparece mais como uma justificação do sistema do que como uma explicação na medida em que acaba por “naturalizar” uma forma de organização social que tem sido extremamente favorável à metade masculina da espécie humana. A segunda interpretação, a da teoria biossocial, assume que a vantagem da evolução humana, em relação a outras espécies, reside na sociabilidade e na flexibilidade. Por isso, essa interpretação propõe uma explicação que integra os dados da evolução com os condicionamentos sociais e culturais, reconhecendo que existem diferenças físicas entre os dois sexos, mas também similaridades psicológicas. Dessa forma, a partir dessa interpretação, compreende-se que a dominância não é uma característica inata masculina, mas que foi adquirida na vida em grupo, fruto de dinâmicas específicas da vida social. Neste caso, as diferenças físicas entre os sexos, especialmente em termos de força física, conjugadas com as diferenças reprodutivas e com os arranjos sociais e culturais, explicariam a emergência da forma patriarcal de organização da sociedade. (GASPARETTO, ANTONIO, 2014)

Esse sistema teria colocado, segundo Patrícia Rocha (2009, p. 17), “em oposição homens e mulheres, fundamentando-se na divisão sexual das tarefas e no controle da sexualidade feminina”. Segundo essa autora, o patriarcalismo ainda está embutido no subconsciente das sociedades e, embora as Constituições ocidentais afirmem que há igualdade entre homens e mulheres e entre todos os indivíduos da sociedade, em muitos contextos atuais, o patriarcalismo ainda se

manifesta de alguma forma. O que faz com que, nesse universo falocêntrico, sejam proferidos discursos sobre a “inferioridade” física e intelectual das mulheres.

Esta pesquisa justifica-se, portanto, pela necessidade de se entender, a partir do discurso, a inserção de mulheres em nichos profissionais onde a capacidade física é considerada pré-requisito imprescindível. É meu desejo dar visibilidade, sobretudo, aos relatos das estudantes do IFPE – *Campus* Recife que fazem opção por cursos que são considerados “físicamente” apropriados apenas para homens, uma vez que, em minha concepção, não existe instância melhor que o discurso para nos permitir investigar os aspectos relevantes a essa formação profissional. Pois, como afirma Guacira Louro (1997), para refletir sobre discursos androcêntricos, precisamos ficar atentos à nossa linguagem, uma vez que ela expressa relações, lugares e poderes, instituindo veiculando, produzindo e fixando diferenças. Por isso, para essa autora, dentre os diversos espaços e instâncias onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades, a linguagem é, com certeza, “o campo mais eficaz e persistente – tanto porque ela atravessa e constitui a maioria de nossas práticas, como porque ela nos aparece, quase sempre muito ‘natural’”. (LOURO, 1997, p. 65)

Em face disto, compreendo que trazer à tona questionamentos acerca da instituição discursiva, na educação tecnológica, de hierarquias de gênero fundamentadas na divisão sexual do trabalho² é mostrar que essas hierarquias estão relacionadas a construções sociais, relacionais e culturais que, ao longo dos tempos, instituíram-nas.

Sendo assim, a partir dessas premissas, esta pesquisa buscou responder aos seguintes questionamentos: de que forma têm se constituído, discursivamente, as hierarquias de gênero nas áreas de mecânica, eletrotécnica e refrigeração do IFPE *Campus* Recife? O que evidenciam os discursos de docentes, discentes e de representantes do mercado de trabalho a respeito dessas hierarquias?

Na tentativa de elucidar essas questões, parti da hipótese de que no IFPE - e no mercado de trabalho recifense – circulam discursos que

² Divisão sexual do trabalho é a categoria utilizada pelas Ciências Sociais para indicar que em todas as sociedades, homens e mulheres realizam tarefas distintas. Segundo Silvia Yannoulas (2002), as tarefas variam de uma época para outra, de uma cultura para cultura, e dentro de uma mesma cultura. Daí a importância de se saber quais os fundamentos que deram origem a tal mudança, pois exprimem novas formulações culturais das relações entre os gêneros. (YANNOULAS, 2002)

evidenciam ideologias androcêntricas em relação a essas profissões, considerando-as “fisicamente” inadequadas para mulheres.

Aventei, ainda, a hipótese de que, apesar de terem sido expostas a esses discursos, as estudantes dessas áreas do IFPE consolidam novas práticas discursivas sobre essas profissões.

Por isso, à luz desses questionamentos e hipóteses, ajustei minha lente de aumento para as práticas discursivas que circulam no ambiente acadêmico e mercadológico e tratam da presença de mulheres nas referidas áreas.

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é, pois, analisar os discursos sobre a presença feminina nas áreas de mecânica, eletrotécnica e refrigeração. Assim, estabeleci, em consequência do objetivo maior, os seguintes específicos: investigar a concepção discursiva dos sujeitos entrevistados sobre hierarquias de gênero fundadas na divisão sexual do trabalho; analisar como são instituídas, discursivamente, as relações e hierarquias de gênero nas áreas de mecânica, eletrotécnica e refrigeração do IFPE - *Campus* Recife; investigar a concepção de empresas que atuam nessas áreas sobre a inserção feminina em seu quadro de funcionários; verificar, do ponto de vista relacional, a proporcionalidade que a educação tecnológica e o mercado de trabalho dessas áreas absorvem as mulheres da região metropolitana do Recife.

Do ponto de vista epistemológico, os construtos teóricos que fundamentaram as discussões sobre a temática desta tese foram de diversas áreas. Assim, para embasar a pesquisa, foram usados conhecimentos da Linguística, História, Psicologia, Sociologia, Antropologia, Educação. Essas áreas de conhecimento fundamentaram discussões sobre as categorias discurso, gênero, performatividade, subjetividade, memória, métodos de pesquisa, profissões, mercado de trabalho, tecnologia e educação tecnológica.

No que concerne à metodologia, para o desenvolvimento e reflexões destinadas à pesquisa ora em foco, optei pelas teorias advindas da perspectiva da Análise do Discurso (AD) que, para mim, implicam em interpretação a partir da constatação de que nosso pensamento, nossa ação, nossa fala, nossa visão, são determinados pelo lugar onde estamos, bem como pelos contextos, tanto sócio-histórico como ideológicos de que participamos.

Levando em consideração as assertivas acima, minha opção metodológica foi pela linha francesa da AD, em razão de esse campo definir o discurso, segundo Eni Orlandi (2001, p. 17), como “um lugar

onde o indivíduo, ao ser interpelado pela ideologia³ e se filiar a uma determinada memória discursiva⁴, constitui-se como sujeito”, noção que advogo nesta tese.

Ressalto, entretanto, que, por ter a práxis da interdisciplinaridade como ponto central, nesta pesquisa acadêmico-científica não houve separação integral entre teoria e metodologia. Em função dessa relação “inter”, a construção do *corpus*, cujo foco central foram as entrevistas, ocorreu concomitante à construção do arcabouço teórico.

Assim, interseccionei, teórico-metodologicamente, a AD francesa e a História Oral, uma vez que compreendo que para se estudar de forma mais ampla produções linguísticas - como o discurso - fazem-se necessárias algumas articulações. Neste estudo, essa conexão deu-se através das concepções sobre discurso, sujeito e memória oriundas desses dois campos. Entendo que essa junção possibilitou a construção e interpretação do *corpus* por meio do desvelamento do processo sócio-ideológico que colocou em funcionamento os relatos aqui estudados, favorecendo, indubitavelmente, a elucidação de questionamentos acerca do discurso sobre a existência de hierarquias de gênero na educação tecnológica e no mercado de trabalho.

Para subsidiar essa elucidação foram utilizados o acervo histórico do IFPE⁵, o diário de campo e algumas matérias jornalísticas veiculadas em jornais e *sites*⁶ de circulação nacional, as quais abordavam a temática aqui desenvolvida.

Compreendo que se faz necessário afirmar que, embora a abordagem deste estudo seja primordialmente qualitativa, também foram utilizados, para subsidiar as reflexões, alguns dados estatísticos inerentes ao nível de escolaridade, taxa de emprego e desemprego da população brasileira e pernambucana, dentre outros. Ao longo da tese, a metodologia foi sendo explicitada, assim como também foi ao longo do capítulos que as questões teóricas foram sendo discutidas.

³ Entendo ideologia como efeito da tríade relação entre sujeito, língua e história. No Capítulo 1, aprofundarei esse conceito.

⁴ Na Análise do Discurso francesa, memória discursiva é definida como aquilo que vem restabelecer os implícitos, ou os pré-construídos. (ORLANDI, 2001)

⁵ Esse acervo é composto por documentos, fotografias e algumas edições do jornal “O artífice” que circulou na Instituição durante décadas. Por motivos diversos, não encontrei nesse acervo algumas informações que desejava sobre a presença feminina nas áreas de mecânica, eletrotécnica e refrigeração do IFPE.

⁶ O uso dessas fontes foi apenas de cunho ilustrativo. Não é meu objetivo, nesta pesquisa, adentrar em reflexões sobre o discurso midiático.

Com relação à organização geral da tese, optei pela estruturação em cinco capítulos, nos quais as bases epistemológicas das categorias gênero e discurso foram os principais fios condutores das reflexões e análises sobre as práticas discursivas inscritas, ideológica e culturalmente, sobre profissões “de homem” e “de mulher”.

Assim, no primeiro capítulo, são apresentados os fundamentos metodológicos da pesquisa, destacando-se alguns dos aspectos mais relevantes da Análise do Discurso francesa e da História Oral. No segundo capítulo, são articulados os conceitos de gênero, trabalho e educação, ressaltando-se a instituição discursiva da divisão sexual do trabalho e a inserção das mulheres na educação profissional. Na sequência, no terceiro capítulo, são apresentadas as análises dos relatos de discentes e docentes das áreas de mecânica, eletrotécnica e refrigeração do IFPE – *Campus* Recife. No quarto capítulo, destacam-se as análises das entrevistas realizadas com funcionários de 3 empresas da região metropolitana do Recife/PE que atuam nas áreas tecnológicas destacadas neste estudo. No quinto capítulo, são feitas reflexões sobre a equidade de gênero em ambientes profissionais, destacando-se duas políticas públicas: o Programa Pró-equidade de Gênero, a Campanha “Mulheres que inovam” que faz parte do Programa Nacional de Acesso Técnico e Emprego (PRONATEC) e algumas ações da sociedade civil brasileira. Finalizando o estudo, são apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas. Integram também a tese os apêndices contendo o roteiro de entrevistas e os quadros com os cursos do IFPE e o perfil das estudantes entrevistadas e os anexos com os currículos dos cursos de mecânica, eletrotécnica e refrigeração do *Campus* Recife.

CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: UMA IMERSÃO NAS INTERSECCIONALIDADES

A ciência é construída a partir de múltiplas ligações e de diversos saberes. Assim, o sucesso ou fracasso do pesquisador vai depender de sua postura em relação aos mecanismos que regem a pesquisa.

Viveiros de Castro (2002)

Neste capítulo apresento os fundamentos metodológicos da pesquisa cuja perspectiva interdisciplinar possibilitou a utilização de dois diferentes métodos qualitativos para subsidiar o processo de investigação/interpretação do *corpus*: a Análise do Discurso (AD), de linha francesa, e a História Oral (HO). Embora o levantamento das informações e sua interpretação não tenham constituído momentos distintos, trago, inicialmente, algumas considerações sobre o material empírico, cujo pressuposto básico de tessitura foi a intersecção ininterrupta entre os dois campos metodológicos pelos quais fiz opção, enfatizando através deles a importância do discurso e da memória como objetos de investigação que possibilitam uma nova inteligibilidade do passado recente. Em seguida, destaco alguns dos aspectos mais relevantes dessas metodologias.

1.1 ALGUMAS PALAVRAS SOBRE O CORPUS

A presente pesquisa não alude a um fato histórico específico. Entretanto, como afirma Alessandro Portelli (2010), mesmo que o assunto - ou fato social como ele denomina - não remeta necessariamente a um fato histórico, estamos sempre relatando a história, embora haja uma diferença entre “contar histórias” e “contar a história”. Para ele, “contar histórias” é a transmissão oral de relatos no seio da própria família e da comunidade. Já “contar a história” é uma forma narrativa que pressupõe a figura do entrevistador/pesquisador, tendo neste espaço físico e narrativo o compartilhamento de alteridades e diferenças em confronto no momento da entrevista. Assim, o discurso de sujeitos pertencentes a segmentos sociais geralmente excluídos da história oficial, como os deste estudo, podem ser registros para análises sobre sua visão de mundo e do grupo social a que pertencem. Segundo Liliana Cabral Bastos (2008, p. 80),

as histórias estão nas mais diversas instâncias de nossas vidas, e estudá-las é uma forma de compreender a vida em sociedade. Nessa atividade de narrar, não apenas transmitimos o sentido de quem somos, mas também construímos relações com os outros e com o mundo que nos cerca. (BASTOS, 2008)

Compreendo que de nossas narrativas emergem ideologias que direcionam nossas práticas discursivas, as quais influenciam, e até determinam, nossa relação como os nossos interlocutores.

Bastos afirma que pesquisadores das mais diferentes áreas das ciências humanas e sociais vêm se interessando cada vez mais pelo estudo dessas histórias, sobretudo aquelas que são contadas em situação de entrevista. Para essa autora, esse interesse ocorreu num contexto de mudança de paradigma científico que colocava em xeque metodologias tradicionais. Assim, para uma pesquisa pós-positivista, de natureza qualitativa e interpretativa, a complexidade envolvida nos fenômenos sociais não pode ser atingida com o aparato metodológico tradicional. Por isso, segundo Bastos (2008), o estudo das histórias narradas durante entrevistas contribuirá sobremaneira para a compreensão não somente do sentido que os sujeitos fazem deles mesmos, mas, sobretudo sua compreensão do mundo e de suas experiências nesse mundo.

Como meu propósito nesta tese é “contar” a história da inserção de mulheres nos cursos de mecânica, eletrotécnica e refrigeração do IFPE - *Campus* Recife e a entrevista constituir o principal meio de captação do material empírico para “contar” essa história, o primeiro passo na constituição do *corpus* foi o aprofundamento epistemológico sobre o ato de entrevistar. Ao concluir essa etapa, iniciei o trabalho de campo, partindo da premissa de que uma entrevista só se torna realmente significativa quando se estabelece um diálogo entre e além das diferenças, como afirma Portelli (2010). Entretanto percebi, após as primeiras tentativas, que havia necessidade de um roteiro, mesmo que flexível, para dar conta das questões a que me propunha na investigação. Elaborei, então, um roteiro (conforme Apêndice A), para os encontros com as estudantes. Com os demais entrevistados, foram sugeridos blocos temáticos para o encadeamento do diálogo.

Em razão de as entrevistas serem, como já foi mencionado, meu principal meio de captação de informações, algumas definições e delimitações mostraram-se necessárias à medida que esse processo avançava. Era necessário definir o tipo de entrevista para eleger a que

estivesse em consonância com os pressupostos teórico-metodológicos deste estudo.

Segundo Verena Alberti (2005), em se tratando de uma pesquisa científica, há dois tipos de entrevistas que podem ser usadas como método de pesquisa: a temática ou a de história de vida. A primeira terá um tema específico e não precisa ocorrer, necessariamente, em mais de uma sessão; já a segunda, terá como tema a trajetória da vida de um sujeito, sua relação com algum tema investigado na pesquisa, implicando, obviamente, em um conjunto de sessões de entrevistas. Levando em consideração esses pressupostos, optei pela entrevista temática, uma vez que a discussão aqui proposta terá como ponto central a formação acadêmico-profissional das estudantes das áreas de mecânica, eletrotécnica e refrigeração.

Por isso, ao entrevistar os sujeitos presentes nesta tese, procurei concentrar minhas atenções em apenas um período específico de suas vidas, com o intuito de dar destaque ao registro das narrativas acerca das experiências vividas pelas entrevistadas durante seu processo de formação profissional, a fim de identificar o surgimento de um novo posicionamento delas em relação aos discursos sobre as profissões pelas quais fizeram opção.

Entendo que ao registrar os depoimentos dos sujeitos aqui evidenciados, poderei de alguma forma contribuir para a compreensão do passado recente, pois como afirma Alberti (2005), uma entrevista é, simultaneamente, um relato de ações pretéritas e um resíduo de ações implicadas no próprio ato de entrevistar, na qual há no mínimo dois autores: o entrevistado e o entrevistador.

Sendo assim, mesmo que o entrevistador pouco se pronuncie – ação que tentei ao máximo evitar –, para permitir que o entrevistado tenha a oportunidade de narrar suas experiências, a entrevista que o pesquisador conduz é parte também de seu próprio relato: científico, acadêmico. Identifico-me plenamente com esse perfil de entrevistador traçado por essa autora, pois, por ser mulher e professora, os relatos que compõem este estudo também me dizem respeito.

Munida dessa base teórica sobre o ato de entrevistar, realizei os encontros com o intuito de estabelecer um diálogo com as/os estudantes e com as/os colegas de profissão no Instituto. Creio que um facilitador foi o fato de eu ministrar há 18 anos aulas de Língua Portuguesa e Literatura no IFPE, o que me proporcionou acesso a todas as áreas técnicas do *Campus*. Essas entrevistas ocorreram em duas etapas. A

primeira - realizada no IFPE - *Campus* Recife no período de março a maio de 2012 - foi produzida a partir de um único encontro⁷ com docentes e discentes. Esses encontros foram feitos individualmente, através de intercâmbio verbal face-a-face e gravados em áudio, durando, em média, uma hora e meia cada.

Neste íterim outra delimitação mostrou-se necessária: a seleção dos entrevistados. Ao falar sobre os procedimentos referentes à constituição e delimitação de um *corpus*, Orlandi (2001, p. 64) afirma que ele, o *corpus*, é resultante de uma construção do pesquisador. Além disso, a “análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do *corpus* e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza”.

Como neste estudo adoto uma perspectiva de gênero relacional e recíproca entre homens e mulheres associada à linguagem, ao refletir sobre esse processo de que fala a autora, considereei imprescindível inserir o discurso masculino, objetivando a compreensão do processo de subjetivação das mulheres aqui evidenciadas, pois, como pontua Joan W. Scott (1995, p. 75), informação “sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, uma vez que um implica o estudo do outro”. Em razão de adotar essa concepção, selecionei estudantes e professores do sexo feminino e masculino para serem entrevistados.

Ao selecionar o corpo discente, em princípio, fiz um recorte apenas em função das fases dos cursos. Mas logo percebi que muitos outros fatores seriam determinantes para a compreensão das práticas discursivas desses sujeitos. Como as atividades acadêmicas do Instituto ocorrem nos três turnos, há realidades bem díspares que demarcam diferenças significativas entre as/os estudantes do turno diurno e do noturno; como faixa etária, raça/etnia e camada social. Por isso, as entrevistas com as/os estudantes do IFPE foram realizadas com aquelas/aqueles matriculados em períodos e turnos diferentes. O critério para a escolha de períodos distintos é justificado pela necessidade de se observar os vários estágios pelos quais passam as/os estudantes.

Compreendo que categorias como faixa etária, raça e camada social são muito relevantes quando a proposta é estudar o discurso uma vez que a linguagem, como aponta Orlandi (2001), é concebida como

⁷ Houve apenas uma exceção: Maria Regina do curso de refrigeração. No período de realização da primeira etapa das entrevistas, essa estudante era minha aluna. Com ela, foram realizadas duas entrevistas e, em uma delas, houve a participação de alguns de seus colegas.

uma mediação necessária entre o ser humano e suas práticas sociais. Essa mediação, constituída pelos discursos que produzimos, é o que torna possível nossa permanência e nosso deslocamento nas interações com os outros sujeitos.

Portelli (2010), por exemplo, utiliza as categorias classe, gênero e etnia, somadas à linha da semiótica, para defender a ideia de que numa entrevista o narrador sempre trava um diálogo com diversas vozes. Em outras palavras, é estabelecido um diálogo entre as diversas “identidades” e “papéis” de gênero e uma relação entre pesquisador e narrador é estabelecida. Nessa relação, é necessário que haja um encontro pessoal, uma troca de olhares em que se estabelece a relação de cumplicidade e também de confiança. Essa relação de que fala o autor foi sem dúvida ponto crucial para o sucesso das entrevistas que realizei. Como os entrevistados já me conheciam, sentiram-se à vontade e não se opuseram em relatar para mim suas experiências de docente e discente do IFPE. Mas apesar da confiança que nutriam por mim, em princípio, percebi que os docentes mostraram-se um tanto quanto reticentes em falar sobre relações de gênero no contexto de suas respectivas áreas de atuação. Creio que essa atitude encontre justificativa no fato de não haver uma discussão mais aprofundada sobre gênero em nosso Instituto. Ou talvez eles não quisessem expressar possíveis noções machistas, uma vez que, certamente, eu me oporia a elas.

O *locus* dessa primeira etapa de realização das entrevistas foi um facilitador por ser meu local de trabalho. Mas por questões acadêmicas, procurei selecionar os sujeitos da pesquisa dentre aqueles que não eram minhas/meus alunas/alunos no período em que realizei os encontros. Entretanto, às vezes, fui surpreendida pela ocorrência de relatos espontâneos em sala de aula, os quais me instigaram a gravá-los e anotá-los no diário de campo por considerá-los de extrema contribuição na elucidação dos questionamentos deste estudo. Fazem parte do *corpus* dessa primeira etapa as entrevistas realizadas com duas estudantes do curso de mecânica, duas de eletrotécnica e duas de refrigeração, além de três colegas (do sexo masculino) das respectivas estudantes. Também compõem esse *corpus* os relatos de três professores (dois homens e uma mulher⁸) do *Campus* Recife que ministram disciplinas técnicas nas referidas áreas.

⁸ O fato de o corpo docente ser representado por 2 homens e 1 mulher deveu-se à realidade acadêmica do IFPE *Campus* Recife. Comumente, no Instituto, não há professoras ministrando disciplinas técnicas nas áreas evidenciadas neste estudo. A esse respeito, tratarei no Capítulo 3.

Na segunda etapa, ocorrida no período de agosto a dezembro de 2012, foram realizados três encontros com funcionárias/funcionários de três empresas localizadas no grande Recife/PE, as quais atuam nas áreas de mecânica, eletrotécnica e refrigeração e contratam estudantes do IFPE, tanto para estágio como para funções efetivas. Os encontros dessa etapa ocorreram em um único momento com cada um desses representantes e aconteceram nas referidas empresas. Como há um elo entre o IFPE e essas empresas, através da Coordenação de Estágios e Empregos (CEE) do *Campus* Recife, não foi difícil marcar essas entrevistas. Porém, notei que *a priori* os entrevistados colocaram-se um pouco na defensiva, acredito que em virtude da temática da pesquisa. Mesmo assim, o diálogo fluiu e houve uma contribuição significativa para a constituição do *corpus* deste estudo.

Ao término do trabalho de campo, outra delimitação foi feita no que concerne à transcrição/interpretação dos relatos. Orlandi (2001), ao tratar sobre a posição em que trabalha o analista de discurso, alerta para o fato de não haver uma posição neutra, mas relativizada diante da interpretação. Por isso, segundo essa autora, é preciso que o analista considere o trabalho da ideologia, sem se tornar vítima dos efeitos produzidos por ela. Assim, por questões éticas, resolvi substituir os nomes verdadeiros das entrevistadas e dos entrevistados. Os homens receberam nomes que comumente são usados em nosso país. Já as estudantes terão Maria como primeiro nome, um dos mais populares no Brasil⁹. A escolha pelo nome Maria não foi aleatória. Deu-se em virtude de ele ser universalmente usado, praticamente, como um adjetivo explicativo do substantivo mulheres.

É imprescindível ressaltar que, apesar da substituição dos nomes verdadeiros das/dos entrevistados, foram preservadas as características discursivas que fazem parte da sua performatividade linguística. Essa performatividade, que estará destacada em *itálico*, é composta tanto por aspectos verbais como não verbais. Essa opção justifica-se porque compreendo que não só a linguagem verbal, mas silêncios, hesitações, risos e pausas produzidos são marcadores discursivos relevantes na análise dos discursos. Na visão de Portelli (1997), por exemplo,

a posição e o exato comprimento da pausa têm uma importante função no entendimento do

⁹ Há no Brasil 13.356.965 pessoas que se chamam Maria. Essa estatística foi possível graças à análise de mais de 165 milhões de CPFs ativos feita pela Proscore, empresa de gerenciamento de informações. (GRELLET, 2011)

significado do discurso. [...] Muitos narradores desviam-se de um ritmo para outro na mesma entrevista, quando sua atitude em relação à matéria em discussão muda. (PORTELLI, 1997, p. 28)

A concepção de discurso apresentada por esse autor, cujos pressupostos teóricos embasam muitas pesquisas filiadas à História Oral (HO), está em consonância com a Análise do Discurso francesa, que será utilizada nesta pesquisa, uma vez que entendo ser o discurso um processo constituído a partir das relações sociais. Procurarei a seguir, através de uma abordagem teórica sucinta, apresentar as possibilidades de uso desses dois campos metodológicos como métodos de pesquisa na abordagem interdisciplinar desta tese.

1.2 AS ESPECIFICIDADES DA ANÁLISE DO DISCURSO

Tenho convicção de que para se falar em análise do discurso é preciso, primordialmente, entender que essa terminologia pode significar toda e qualquer análise de produções de linguagem consideradas discurso. Por isso, para se refletir epistemologicamente sobre esse campo, fazem-se necessários alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, é preciso compreender que, ao se tratar de uma pesquisa científica, há classicamente duas Análises do Discurso: a de origem francesa, que privilegia o contato com a história, e a de origem anglo-saxã, que privilegia o contato com a sociologia.

Outra questão que requer atenção é o fato de, além dessa, existir outra diferença que se pode considerar a principal entre essas linhas. Trata-se da concepção de sujeito de cada uma. Parafraseando Fernanda Mussalim (2001), o que essencialmente distingue a AD francesa da AD anglo-saxã é o fato de esta considerar a intenção dos sujeitos numa interação verbal como um dos pilares que a sustenta, enquanto aquela considerar que esses sujeitos são condicionados por uma determinada ideologia que estabelece o que eles poderão ou não dizer em determinadas conjunturas histórico-sociais.

Nesta pesquisa está em evidência a AD francesa, cujo campo epistêmico não se pode considerar homogêneo. Em sua gênese¹⁰ já havia pelo menos três linhas, as quais estavam relacionadas a três projetos

¹⁰ A Análise do Discurso surgiu na França a partir dos estudos de Michel Pêcheux realizados na década de 60 do século XX. (FERNANDES, 2005)

teóricos distintos. A primeira, a de Michel Pêcheux; a segunda, conhecida como sociolinguística, desenvolvida na França por Marcellesi, Gardin e Guespin. A terceira linha é a de Michel Foucault. Apesar de pertencerem a projetos diferentes, essas três linhas possuem pontos em que se aproximam e pontos em que se afastam radicalmente. O primeiro incide sobre o termo “discurso”: apesar de nomear o objeto de análise das três, esse termo recebe uma acepção particular em cada uma delas. Assim, quando falam de discurso, Pêcheux, Marcellesi e Foucault não se referem ao mesmo conceito. (MUSSALIM, 2001)

Segundo Claudemar Fernandes (2005), Pêcheux construiu o conceito de discurso a partir de conceitos provenientes da linguística e do materialismo histórico, aproximando-o da sociolinguística em virtude da incorporação do referencial marxista, que tematiza o discurso pelo viés das classes sociais e da ideologia. Essas linhas também se aproximam pela importância atribuída à linguística para dar conta dos discursos. Já as linhas de Pêcheux e de Foucault se aproximam na negação da concepção hermenêutica do sentido, na aversão comum ao humanismo teórico vigente nas ciências humanas (o psicologismo, o sociologismo e o antropologismo), na ruptura com as filosofias que colocam o sujeito como ponto de partida e na opção por uma abordagem em que o sujeito aparece como resultado de diferentes processos históricos de subjetivação. Esses pontos situam os projetos de Pêcheux e Foucault à enorme distância do projeto da sociolinguística. É importante frisar que a AD filiada a Pêcheux foi marcada por deslocamentos e se configura em três épocas que se distinguem, assim denominadas: AD1, AD2 e AD3¹¹. Não se trata de uma divisão cronológica, mas de revisões teóricas feitas por Pêcheux em seus estudos. Na verdade, são elaborações e reelaborações dos conceitos constitutivos do aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso. (FERNANDES, 2005)

¹¹ Na primeira Análise do Discurso (AD1), o processo discursivo é concebido como uma “maquinaria” fechada em si mesma, e é atribuindo a um sujeito-estrutura interpelado pela ideologia. A segunda Análise do Discurso (AD2) apresenta a noção de “formação discursiva” tomada de empréstimo de Michel Foucault. No terceiro momento da Análise do Discurso (AD3), é feita a desconstrução da noção de maquinaria discursiva fechada. A noção de homogeneidade das condições de produção do discurso é definitivamente deixada de lado, o que leva a reflexões sobre a heterogeneidade discursiva. Vários questionamentos sobre o sujeito do discurso, do espaço de memória e sobre a própria Análise do Discurso passam a ser feitos. (ORLANDI, 2001)

Podemos dizer que, ao traçar um percurso histórico da AD, Pêcheux, visando uma fundamentação do contexto epistemológico desta disciplina, remonta-se aos trabalhos de Foucault, imprescindível nessa fundamentação. Acerca da influência de Foucault para a AD francesa, é feita a seguinte referência:

[...] as posições teóricas e práticas de leituras desenvolvidas nos trabalhos de M. Foucault constituíram um dos signos recentes dos mais claros da projeção da análise de discurso: a construção teórica da intertextualidade e, de maneira mais geral, do interdiscurso, que apareceu como um dos pontos cruciais desse empreendimento, conduzindo a análise de discurso a se distanciar ainda mais de uma concepção classificatória que dava aos discursos escritos oficiais “legitimados” um privilégio que se mostra cada vez mais contestável. (PÊCHEUX, 1999, p. 09)

Ou seja, a partir dessa referência aos trabalhos de Foucault, pode-se constatar que as noções de intertextualidade e interdiscurso, capitais para a teoria de AD, foram fundamentadas a partir dos pressupostos foucaultianos. Sobre a primeira, a noção de intertextualidade, pode-se dizer que não diz respeito a um conceito próprio dessa metodologia, mas está relacionada com a sua noção de interdiscurso.

A Análise do discurso francesa, ao chegar ao Brasil, tomou caminhos diferentes dos percorridos na França. Aqui chegou somente a partir da década de 80 do século XX. Para Fernandes (2005, p. 84), essa linha demorou a chegar ao Brasil porque, ao se constatar que pode haver outro discurso por trás do que foi proferido, percebe-se a necessidade de existir “condições de produção historicamente favoráveis à sua implementação, tendo, portanto, que se esperar a abertura política iniciada com o fim da ditadura militar”.

Na constituição e análise do *corpus* desta tese, optei pela AD francesa filiada às ideias de Pêcheux. Trata-se de um campo epistêmico que, como se pode notar, tem especificidades bem demarcadas. Utilizarei essa linha por considerar que esta me fornece instrumental teórico-metodológico capaz de contribuir para a compreensão do funcionamento do discurso sobre a presença feminina na educação tecnológica do Brasil, considerando que esse discurso perpetua

construções ideológicas do sistema patriarcal que sedimentou a ideia de inferioridade física da mulher em relação ao homem.

Apresentarei a seguir o que considero os aspectos mais relevantes dessa metodologia, mas não de forma exaustiva. Cada um dos pontos que destacarei poderia, certamente, ser aprofundado e discutido em detalhes. No entanto, não é meu desejo esgotar aqui esse assunto, algo que não considero factível. Minha intenção, ao evidenciar esses aspectos, é apresentar um dos caminhos metodológicos escolhidos para este empreendimento acadêmico. Caminho esse que acredito está em alinhamento com os pressupostos epistemológicos deste estudo.

O primeiro aspecto que destaco da AD francesa, e que considero de extrema relevância para esta pesquisa de perspectiva interdisciplinar, é o fato de esse campo ser resultante da junção entre a linguística - que possibilita a materialização do discurso e dos diferentes sentidos que são por ele produzidos - a história e a psicanálise¹².

Representando um dos três pilares estruturantes da AD, a linguística constitui a base necessária para o exercício da análise discursiva. Essa base deve sempre ser pensada na sua relação com a história, com o ideológico e com o inconsciente, fatores que constituem a linguagem em funcionamento. Entendo que essa relação “inter” faz com que a AD considere o que é exterior à linguagem e articule as ciências sociais com a linguística, objetivando, como aponta Orlandi (2001), uma transformação das práticas inerentes às ciências sociais e também a dos estudos da linguagem. Considero que o questionamento da AD sobre a concepção de linguagem transparente das ciências sociais e o apagamento da historicidade da linguística são premissas importantes na tessitura desta tese.

Segundo Pêcheux (1999), há uma estreita relação entre língua e história, que é fundante da teoria de AD, pois as palavras carregam consigo memória, no âmbito do discurso a memória discursiva e são afetadas pelo contexto social, histórico, ideológico e principalmente pelo inconsciente. Por isso existe uma interpelação ideológica que se dá no

¹² Faz-se necessário salientar que o viés psicanalítico presente no quadro teórico e metodológico desta pesquisa é fundamental para a compreensão não só do caráter heterogêneo do sujeito, mas, sobretudo, para a concepção do inconsciente, que se manifesta nos discursos e resulta em uma concepção singular de constituição do sujeito e das subjetividades, uma vez que o sujeito assujeitado que, sem qualquer eficiência de vontade consciente, fala os discursos possíveis de seu contexto/época. Entretanto, resalto que não será feita uma análise psicanalítica dos relatos que compõem o *corpus* deste estudo.

nível da não consciência e provoca rupturas ou reafirmações nas posições que o sujeito ocupa, inconscientemente, para poder enunciar.

Outro aspecto da AD, basilar neste estudo, é o destaque que essa metodologia concede à intrínseca relação entre o mundo e a linguagem. Na perspectiva dessa linha, essa relação se faz pela ideologia. Quando falamos de ideologia, falamos de uma relação do sujeito com a língua em que o que está em jogo é algo do nível do particular com o universal, do singular com o coletivo. Porém, segundo os pressupostos teóricos da AD, a ideologia não deve ser compreendida como o sentido das coisas propriamente, mas o mecanismo de produzi-lo. Sendo assim, ideologia não é visão de mundo ou ocultação da realidade, mas efeito da tríade relação entre sujeito, língua e história. Ou seja, os "conteúdos" ideológicos não ocultam a realidade. O que ocorre é que a ideologia e a linguagem se constituem de forma a produzir sentidos entre interlocutores. Sentidos esses que, vale ressaltar, não são fixados imediatamente, como se fossem a essência das palavras, pois não existe uma relação termo-a-termo entre as coisas e a linguagem. As coisas e a linguagem possuem ordens diferentes. Isto equivale dizer que os enunciados produzidos pelos sujeitos resultam de processos discursivos em que ideologia e linguagem se fundem. Segundo Orlandi (1994), é nesses processos que a linguagem constitui tanto os sujeitos como os sentidos. Em outras palavras, significa dizer que o sujeito se inscreve na discursividade através da ideologia.

Assim, o sujeito, simultaneamente, constitui e é constituído na/pela linguagem que por sua vez é atravessada por ideologias. Dessa forma, o discurso está relacionado com o contexto e com a situação em que foi produzido. É nessa perspectiva que o sujeito, ao produzir seu discurso, entra num jogo de linguagem, e, nele, faz imagens do local em que enuncia, de si mesmo e do seu interlocutor. É importante frisar que a existência do interlocutor é uma condição para que o sujeito se expresse de uma forma e não de outra. É nesse jogo de imagens, que o sujeito cria para si uma realidade discursiva imaginária. E é por isso que temos a ilusão de que em nossas práticas discursivas somos senhores absolutos daquilo que enunciamos porque cremos ter consciência de tudo que dizemos. (ORLANDI, 1994)

A noção de práticas discursivas que adoto aqui é a Pêcheux (2008), para quem essas práticas são um espaço de negociação intersubjetiva. No interior dessas práticas, ocorre um trabalho conjunto de construção de sentido. Esse trabalho é responsável pela configuração e reconfiguração de modelos de mundo. Assim, pode-se dizer que as práticas discursivas produzem e manipulam representações simbólicas,

implicando, ao mesmo tempo, a necessidade de os sujeitos se inserirem numa espécie de moldura e, dentro dela, exercerem o que podemos chamar de jogo de linguagem particular. Por isso, a manipulação das formas simbólicas, por meio das práticas discursivas, resulta na manipulação significativa de nossa própria percepção da realidade. Como a condição humana é dependente do trabalho de simbolização, são as práticas discursivas que tornam significativas nossas experiências. Esse conceito de práticas discursivas está em consonância com a concepção de linguagem com a qual trabalho neste estudo e que me leva, necessariamente, a considerar a dimensão sociocultural da atividade discursiva. Esse conceito também nos permite criticar o idealismo da concepção de sujeito como responsável pelos seus atos e por aquilo que ele diz. São as práticas discursivas que colocam o sujeito na condição de autor e de responsável pelo que enuncia. Entendo como significativa essa concepção no levantamento/interpretação das informações que subsidiaram este estudo uma vez que tenho convicção de que para se falar em discursos e hierarquias de gênero no mundo do trabalho, não há como desconsiderar a hipótese de essas hierarquias guardarem relação direta com o contexto sócio-histórico dos sujeitos que produzem os discursos.

Outro aspecto que destaco, e julgo ponto nevrálgico para este estudo, é a concepção de discurso e de sujeito da AD francesa. Por isso, sobre essas noções discorrerei com mais minudência. Porém, antes de conceituar o vocábulo discurso, recorro a Orlandi (2001) para melhor apresentá-lo. Essa autora declara que etimologicamente a palavra discurso traz consigo a ideia de percurso, de movimento. Concepção análoga à de João Cabral de Melo Neto que, numa belíssima analogia entre a água e a palavra, feita em seu poema “Rios sem discurso”, declara que em situação de poço, a água equivale a uma palavra em situação *dicionária* porque nessa condição torna-se muda e assim com nenhuma outra se comunica. (MELO NETO, 1994)

A meu ver, essa definição de discurso como ação, movimento vai ao encontro da conceituação feita pela AD francesa, uma vez que essa metodologia considera que a linguagem deva ser vista como um processo social. Segundo os pressupostos teóricos dessa linha, é por meio da linguagem que o homem pode ter a capacidade de construir significados da realidade que o rodeia. Por isso, nossos valores e pensamentos são reflexos de nossa linguagem. Até mesmo nossas ações são condicionadas por uma série de fatores que está atrelada à linguagem. E é por isso que, como afirma Orlandi (2001), para a AD o

que interessa é a língua funcionando para a produção de sentidos, sendo como o texto significa a questão central para o analista discursivo responder. Trata-se de uma teoria que centra seu objeto de estudo no discurso, o qual recai sobre as condições, a situação e o momento de produção. A questão que prevalece é o porquê de determinado sujeito produzir determinado discurso.

A noção de sentido, assim, integra a de discurso, uma vez que os sujeitos se manifestam através da linguagem e produzem efeitos de sentido na interlocução. Ou seja, ao interagirmos com outros sujeitos, atribuímos sentido às palavras, dando-lhe um determinado significado a partir do contexto de produção e das práticas de linguagem em que o discurso é constituído. A partir dessas premissas, pode-se dizer que o discurso é o meio pelo qual a linguagem se concretiza ou, como afirma Orlandi (2001) é a palavra em movimento, ou seja, é a prática de linguagem. Assim, com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Nesta pesquisa, parto desse conceito de discurso como palavra em movimento, uma prática do sujeito sobre o mundo, para compreender os discursos dos entrevistados, uma vez que ao emitir um discurso, os sujeitos agem sobre o mundo, sobre os outros sujeitos e marcam uma determinada posição nos contextos dos quais participam. Esse conceito nos faz entender o discurso não como os traços sociológicos empíricos (classe social, idade, sexo, profissão), mas como formações imaginárias, as quais se constituem a partir das relações sociais que funcionam no discurso. As formações imaginárias, por sua vez, são a imagem que se faz de um professor, de um estudante, de si próprio, sendo esses mecanismos de projeção, existentes em toda língua, que nos permitem passar da situação sociologicamente descritível para a posição de sujeitos discursivamente significativa.

Para a AD, portanto, sendo o discurso um objeto sócio-histórico, materializado na ideologia, não há como concebê-lo sem o sujeito que o produz, nem esse sujeito sem as suas ideologias. É no discurso que podemos observar a relação entre a língua e a ideologia e compreender como a língua produz sentidos para o sujeito, ao mesmo tempo em que é produzida por ele. Como os sujeitos que constroem os discursos são heterogêneos, há nesse processo de construção diferenças e embates tanto sociais quanto linguísticos. O que vai marcar as diferentes posições dos sujeitos no discurso é a inscrição ideológica desses sujeitos a qual é inerente ao próprio discurso.

Como defino o discurso a partir dessa perspectiva teórico-metodológica, procurarei evidenciar neste estudo as imagens das

mulheres entrevistadas com o intuito de analisar a construção de sua subjetividade. Assim, levando em conta os pressupostos teóricos da AD, para analisar os relatos das/dos entrevistados nesta pesquisa, foram consideradas as informações que têm existência no social, como a ideologia e a história, uma vez que a unidade do discurso é constituída por um conjunto de outros enunciados. Isto significa dizer que é vital o lugar histórico-social em que se encontram os sujeitos na produção do discurso. Mas esse lugar não é o da realidade física da produção do discurso, e sim um objeto imaginário socioideológico que vem através da história e da memória. Orlandi (2001) declara que encontramos aí um deslocamento que já havia sido prenunciado pelos formalistas russos, onde o questionamento seria o “como” e não o “quê” se produz nos discursos. Isto significa conceber a discursividade como possuidora de uma espessura semântica. Para a autora, é através do funcionamento da linguagem, que põe em relação os sujeitos e os sentidos, afetados pela língua e pela história, que podemos ter um complexo processo de constituição tanto desses sujeitos como da produção de sentidos. São processos inconscientes de identificação dos sujeitos, de sua argumentação, de sua subjetivação e de sua construção da realidade. (ORLANDI, 2001)

Portanto, a linguagem é algo dinâmico. Uma produção de sentidos que faz parte de nossas vidas e que nos situa como sujeitos, membros de uma determinada forma de sociedade. Por isso, na AD, ao se levar em conta o sujeito na sua história, procura-se encontrar as regularidades de sua produção linguística, considerando-se os processos e as condições dessa produção. Em virtude desse funcionamento da linguagem, como aponta Fernandes (2005), é que o discurso, como objeto de estudo da AD, não constitui nem a língua, nem o texto e nem a fala, mas para ter existência material precisa da combinação desses elementos linguísticos, aliados à prática social.

Assim, quando usamos a linguagem, fazemos escolhas lexicais que revelam a presença de ideologias e de diferentes discursos que expressam a nossa posição acerca de um determinado tema. Neste sentido, a AD constitui um profícuo alicerce na análise de relatos, levando-me a inferir que, na perspectiva dessa metodologia, o sujeito discursivo não é um ser humano individualizado, embora não se negue sua existência, mas um ser social que tem existência em um espaço social e ideológico, num dado momento da história. A voz desse sujeito revela o seu lugar social e expressa um conjunto de outras vozes que integram e constituem esse lugar sócio-histórico. É por isso que as

simples palavras do cotidiano desse sujeito já chegam até ele carregadas de sentidos que ele não sabe como se constituíram, mas que significam para ele. (ORLANDI, 2001)

Por outro lado, como declara Fernandes (2005), nem sempre a linguística considerou a existência do sujeito discursivo. Quando o fez, ora atrelou-o a uma concepção de língua como algo abstrato em que o sujeito é tido como idealizado, ora a uma concepção de língua como um veículo de comunicação em que o sujeito é tido como um ser falante. Na perspectiva da AD francesa, sujeito falante é diferente do sujeito falando. O sujeito falante é o empírico, aquele que tem a capacidade de aquisição da língua e dela faz uso. O sujeito falando refere-se àquele que está inserido em uma conjuntura marcada pelo social, pelo histórico e pelo ideológico e, por isso, não é dono do seu próprio dizer, uma vez que é submetido às coerções sociais inconscientes; ou seja, para a AD, o sujeito é constituído a partir do entrecruzamento de diferentes vozes, concepção que elegi como norte deste estudo.

Entendo que essas noções da AD sobre discurso, sentido e sujeito suscitam reflexões sobre transformações sociais historicamente marcadas na interlocução. Então, quando fazemos escolhas linguísticas, discursos coexistentes em torno de um mesmo tema podem ser evidenciados. Quando isso acontece, recorreremos à história para explicitar os processos socioideológicos que fazem com que determinados lexemas tenham lugar no nosso discurso. Os efeitos de sentido desses lexemas podem revelar conflitos sociais decorrentes dos lugares sociais assumidos pelos sujeitos. São criados, assim, discursos diferentes que são integrantes dos processos de construção e transformação sociais inerentes à existência do homem. Pensando no contexto sociocultural da educação tecnológica, creio que essa acepção seja de extrema relevância para se compreender como são reforçados, através de alguns lexemas, estereótipos sobre a “inferioridade” física das mulheres.

E é por causa dessa produção de sentidos, que se deve levar em consideração não apenas as estruturas linguísticas, mas também descortinar o que está fora da língua, ou seja, a materialidade dessa língua que está posta nos sujeitos da interlocução, bem como na situação social de produção dessa interlocução. Para Fernandes (2005, p. 25), o sujeito “enuncia a partir de sua inscrição ideológica; de sua voz emanam discursos, cujas existências encontram-se na exterioridade das estruturas linguísticas enunciadas”. Para esse autor, é na interlocução que se estabelecem relações de poder e as representações desse poder se constroem e se alternam, mudando, inevitavelmente, o lugar de onde

essas vozes produzem os discursos. Essas relações de poder são permeadas pelas ideologias e à medida que sofrem mudanças constroem diferentes rumos na história. Tudo isso se dá em decorrência das condições de produção dos discursos.

Nesse processo de interlocução realizado pelo sujeito, o esquecimento, para Pêcheux (1995), é estruturante. Segundo esse autor, há duas formas de esquecimento. A primeira é a da ordem da enunciação: quando falamos usamos “famílias parafrásticas”¹³, pois falamos de uma determinada maneira. Esse é um esquecimento parcial ou semi-consciente porque produz em nós uma impressão de realidade do pensamento. O outro esquecimento é o ideológico, o da instância do inconsciente, resultante da maneira pela qual somos afetados pela ideologia. Esse esquecimento, segundo Orlandi (2001), reflete nossa ilusão de sermos a origem do que dizemos, a inicial absoluta da linguagem, o que ela chama de sonho adâmico. Porém não somos o início nem da língua nem da história. Na realidade, o que fazemos é retomar sentidos pré-existentes, pois, quando nascemos, os discursos já estão em processo e é desse processo que vamos participar.

Entretanto, isto não significa que não possuímos singularidades, que não somos capazes de criar uma vez que a língua e a história nos afetam de forma particular. Estamos sempre criando novos discursos. Mas devemos ficar atentos e distinguir criatividade de produtividade, pois, para haver criatividade, segundo Orlandi (2001), é necessário um trabalho em que o já produzido e o que se vai se instituir sejam postos em conflito. E é por isso que, para AD francesa, ao pensar cientificamente no discurso, o pesquisador deve levar em consideração que todo o funcionamento da linguagem se estabelece na tensão entre os processos parafrásticos – que seriam o retorno aos mesmos espaços do dizer – e os processos polissêmicos nos quais há deslocamento e ruptura de processos de significação.

Penso que é através da tensão existente entre essas duas forças que os sujeitos e os sentidos traçam seus percursos e se significam, construindo sua subjetividade. Assim, a incompletude pode ser vista como uma condição da linguagem, uma vez que nem os sujeitos, nem os sentidos, por conseguinte nem os discursos, estão acabados, prontos.

¹³ A noção de “famílias parafrásticas” nos remete a ideia de um texto sempre constituído pelas relações de sentidos. Ele, o texto, sempre deriva de outros e aponta para outros. Por isso, a abertura do simbólico deve ser tratada nos limites entre a polissemia e a paráfrase, dois eixos que constituem o movimento da significação entre a repetição e a diferença. (ORLANDI, 2001)

Eles estão sempre num contínuo movimento do simbólico e da história. Sendo assim, não há discurso que não se relacione com outros, ou seja, os discursos sempre apontam para aqueles que os sustentam ou para outros futuros em um ciclo infinito discursivo permeando não somente as práticas ideológicas, mas também as práticas sociais. (ORLANDI, 2001)

Entendo, por conseguinte, que para AD francesa, a questão que prevalece é o porquê de determinado sujeito produzir determinado discurso. Neste sentido, infiro que, nessa perspectiva, alguns conceitos - como sentido, enunciação, ideologia, condições de produção e sujeito discursivo - estão interrelacionados e se implicam nas reflexões sobre o discurso.

Assim, pensar a ideologia na perspectiva da AD significa considerar o fato de que para a língua produzir sentidos, é preciso que a história intervenha através do equívoco e da opacidade. Isto significa dizer que a interpretação desses sentidos é regulada em suas possibilidades e condições. Essa interpretação ocorre em virtude da memória institucionalizada (o arquivo) e da constitutiva (o interdiscurso). No percurso de análise deste estudo, tanto a memória institucionalizada quanto a constitutiva serão importantes para compreender os discursos sexistas em relação às profissões de técnico em mecânica, eletrotécnica e refrigeração, uma vez que, como aponta Mussalim (2001), as conjunturas histórico-sociais (condições de produção do discurso) se interligam com o viés ideológico das produções linguísticas.

Levando em consideração as premissas acima, nesta pesquisa de perspectiva interdisciplinar, tornou-se indispensável o diálogo com áreas distintas, as quais me ajudaram a pensar, holisticamente, sobre a construção dos discursos acerca de mulheres e profissões.

Luis Fernando Scheibe (2010, p. 16) ressalta a importância dessa contínua busca por perspectivas teóricas que tenham necessariamente a interdisciplinaridade como perspectiva. Para esse autor, os estudos interdisciplinares possibilitam reflexões sobre o significado do vocábulo “igualdade” nas relações de poder que são estabelecidas “por um gênero sobre o outro, uma geração sobre a outra, uma raça sobre a outra”. Nessa busca de que fala o autor, temos que caminhar por um terreno que nem sempre se apresenta firme e tranquilo.

Para Mara Lago (2010), quando nos propomos a analisar qualquer realidade humana social, temos que manter uma postura atenta à contribuição de múltiplas disciplinas. Creio que essa necessidade ocorra porque nas ciências sociais humanas não há limites muito

definidos, embora, naturalmente, haja o que a autora chama de “vícios da profissionalização”¹⁴. Por isso, numa pesquisa, apesar de as matrizes disciplinares possuírem linguagens afins que possibilitem a interação, os códigos de cada uma dessas matrizes podem tornar seus conceitos inteligíveis quase que exclusivamente aos pertencentes àquela matriz. Muitas vezes esses conceitos podem se contrapor mesmo em disciplinas afins. Daí a necessidade de interseccionar os conceitos com o objetivo de estabelecer um diálogo que promova a interdisciplinaridade e não a exclusão mútua entre eles, o que, na minha concepção, não constitui um obstáculo para uma abordagem interdisciplinar. Ao contrário, a prática interdisciplinar pressupõe cruzar fronteiras disciplinares em busca de outros olhares, outros discursos acerca de um mesmo objeto.

Portanto, em face da perspectiva inter deste estudo, as reflexões que faço sobre o discurso à luz da AD francesa implicam, indubitavelmente, em conexões com a memória e a história dos sujeitos que produzem esse discurso. Sendo assim, nesta tese será interseccionada a AD francesa com a História Oral (HO). Acredito que apesar de configurarem correntes teórico-metodológicas que seguem caminhos diferentes, há um entrecruzamento entre elas, através dos estudos dos aspectos linguísticos e das questões sobre memória.

No próximo item, apresento uma breve discussão sobre as bases epistemológicas da HO, campo que concebe a memória como um ato narrativo, uma mediação simbólica, que deve ser estudada nas suas diversas manifestações históricas e sociais, a fim de se descobrir as discontinuidades, as contradições, e também a criatividade e a fidelidade da memória em diferentes contextos sociais.

1.3 HISTÓRIA ORAL: UMA FORMA ESPECÍFICA DE DISCURSO

A História Oral (HO) é uma metodologia de pesquisa que deve ser compreendida como uma forma específica de discurso. O vocábulo “história” evoca uma narrativa de fatos ocorridos; “oral”, por sua vez, indica um meio de expressão utilizado nas interações realizadas pelos sujeitos. Creio que seja importante ressaltar que a opção por essa metodologia deu-se em virtude de minha busca por um caminho metodológico qualitativo que me oportunizasse uma melhor

¹⁴ Os “vícios da profissionalização”, na minha concepção, são as ideologias assumidas e defendidas pelos sujeitos em suas práticas discursivas profissionais.

compreensão das relações de gênero num contexto localizado, definido em um período de tempo recente.

Podemos afirmar que a HO é uma metodologia qualitativa porque, dentre outros aspectos, reconhece a transitoriedade dos seus resultados e a não neutralidade do pesquisador. Constitui um campo que passou a ser mais conhecido nos círculos acadêmicos a partir da metade da década de 70 do século XX, principalmente com a Conferência em Bologna “Antropologia e História Oral: Fontes Oraís” em 1976. (GARNICA, 1998)

Segundo Portelli (2010, p. 210), o território da HO é cruzado pela História, Antropologia, Linguística e Literatura, ou seja, “uma narração dialógica que tem o passado como assunto e que brota do encontro de um sujeito que chamaria de narrador e de outro sujeito que chamarei de pesquisador”. Neste encontro, mediado pelo gravador, ambos buscam uma relação entre a experiência individual e um contexto histórico ou cultural mais amplo.

Atualmente inúmeros campos de saber têm se apropriado dessa metodologia para reconstruir mapas sociais capazes de representar uma realidade coerente da sociedade. Através desses mapas, é possível conhecer e aprofundar alguns aspectos sobre determinadas realidades, como os padrões culturais, as estruturas sociais, os processos históricos ou os laços do cotidiano. Considero que esses aspectos podem ser conectados à AD francesa, sendo essa a razão de essa metodologia integrar este estudo de perspectiva interdisciplinar.

A opção pela HO justifica-se também porque, segundo seus pressupostos, o narrador do relato sempre trava um diálogo com diversas vozes, o que me permitiu utilizar nas análises categorias como gênero, geração, etnia e camadas sociais. Em outras palavras, ao se utilizar esse método, torna-se possível, na realização de uma pesquisa, o estabelecimento de um diálogo entre os “papéis” desempenhados tanto pelo pesquisador como pelo entrevistado.

Neste estudo fiz opção pela vertente italiana da HO por acreditar que esta proporciona uma visão refinada em termos de metodologia e teoria. Essa vertente é baseada em abordagens positivistas superiores, atravessada por estudos da subjetividade, dos mecanismos da memória e da narrativa de aspectos linguísticos. E é por isso que considero natural associá-la à AD francesa, através dos estudos dos aspectos linguísticos, e das questões sobre interdiscurso e memória.

Compreendo ser importante salientar que a HO atualmente superou o debate sobre a confiabilidade de sua fonte quando levanta a questão do papel do pesquisador na constituição destas mesmas fontes,

por ser um produto do encontro dialógico, e não um monólogo. Por isso, a narração oral, segundo Portelli (2010), é uma forma de relação entre história e memória. Sendo assim, a narração oral da história toma forma no diálogo ocasionado pela pesquisa de campo, cabendo ao pesquisador provocar o encontro e o diálogo.

Para mim, a utilização da HO nas interações linguísticas com os entrevistados, através de seus relatos orais, oportunizou o contato com as lembranças e visões de mundo desses sujeitos, necessárias para este estudo. Pois, como afirma Portelli (2010), as pessoas ao focalizarem suas lembranças pessoais, constroem uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem. Por isso, a HO objetiva primordialmente registrar a memória viva (emoções, paixões, olhares), numa perspectiva peculiar dos sentimentos de sujeitos das mais diversas origens socioculturais. Muitas vezes esses relatos ficaram à margem da história oficial, como é o caso dos relatos de muitas mulheres. (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004)

Como esta pesquisa evidencia os relatos de mulheres na rede de educação tecnológica do Brasil, a escolha pela HO pode também ser justificada pelo fato de essa metodologia, como aponta Michelle Perrot (2005), ser compreendida como uma espécie de revanche das mulheres uma vez que oportuniza

dar palavra aos deserdados, às pessoas sem história, aplicar às populações urbanas contemporâneas os métodos empregados pelos etnólogos para os pseudo-“primitivos”: tais foram, no início, os pressupostos deste procedimento. (PERROT, 2005, p. 40)

Pode-se afirmar que as mulheres representam esse grupo de sujeitos “sem voz”. Assim, uma enorme interrogação sobre a vida das mulheres foi desenvolvida com o surgimento do movimento feminista que se preocupava em narrar histórias de mulheres. Na falta de testemunhos escritos fez-se uso do testemunho oral. “Dizer ‘eu’ não é fácil para as mulheres a quem toda uma educação inculcou a conveniência do esquecimento de si mesma...” (PERROT, 2005, p. 42)

Há a partir de então uma emergência do relato de vida. As mulheres entrevistam e são entrevistadas. Isto é natural até porque as mulheres vivem mais e são testemunhas dos acontecimentos da comunidade a qual pertencem. Segundo Perrot (2005), no entre guerras,

por exemplo, foram os relatos das mulheres que propiciaram entendimentos que ajudaram a compreender o fenômeno público que foram as guerras.

Há, portanto, uma intrínseca relação entre a história das mulheres e a HO. Isto me permite assegurar que nas pesquisas no campo das Ciências Humanas é de suma relevância, ao se propor refletir sobre as relações de gênero, levar em consideração essas questões, uma vez que é possível afirmar que são as mulheres que falam da família; homens são mudos a esse respeito. Isso é marcado principalmente nas famílias operárias. Segundo Perrot (2005, p. 41), para o homem “falar de si é expor-se, entregar-se ao olhar de seus inimigos, desta burguesia sempre pronta para o desprezo”.

Assim, podemos afirmar que a memória é marcada pelo sexo em todas as classes porque, na rememoração, as mulheres são, em suma, as porta-vozes da vida privada. Mas será que existe uma especificidade da memória feminina? Perrot (2005) diz que sim, uma vez que a memória é sexuada. Na concepção da autora, é necessária uma demarcação do substrato biológico, pois as práticas socioculturais são marcadas pelo masculino/feminino.

Ao registrar, através do uso da HO, a história de algumas mulheres que compõem a comunidade do IFPE, acredito que contribuo para dar lhes visibilidade. A história delas, feita através de seus relatos e de suas memórias ficará nos anais do Instituto possibilitando novos estudos e reflexões.

No próximo item, trago considerações sobre as categorias memória e interdiscurso, que na concepção da Análise do Discurso de linha francesa guardam uma estreita relação entre si.

1.4 MEMÓRIA E INTERDISCURSO: CONSTRUÇÕES SOCIALMENTE COMPARTILHADAS

Está em evidência nesta tese o discurso sobre a presença de mulheres situadas em áreas “masculinas” de um instituto de formação técnico-industrial. Acredito que para problematizar sobre essa presença, além do discurso, outras categorias como memória e interdiscurso constituem importantes subsídios para a interpretação do material empírico. E, por ser este um estudo interdisciplinar, a interpretação desse material se dá a partir da intersecção das noções teóricas advindas da AD francesa, e da HO. Essa intersecção é possível porque, como aponta Passerini (2011), uma das mudanças para a qual a HO contribuiu foi a crescente necessidade de se combinar, a exemplo desta tese, a

categoria gênero com outras categorias de análise histórica que marcam as diferenças. Essa autora destaca a importância das interseções e da combinação de categorias em estudos científicos e nos lembra de que o processo de hibridação que está no mundo, tanto em nível global como local, não pode ser expresso por uma única categoria privilegiada, mas somente através de combinações, porque essa interseção também faz parte do contexto de análise da HO, uma vez que a entrevista oral é uma construção intersubjetiva que emerge da memória dos sujeitos.

Alberti (1996) afirma que a HO possibilita não apenas compreender de que forma o passado é concebido pelas memórias, mas, sobretudo como essas memórias se constituíram. Passerini (2011), por sua vez, afirma que a HO permite um horizonte de interdisciplinaridades e interseccionalidades, além de retomar a criatividade como elemento inerente à narrativa. Segundo essa autora, na HO, a memória é conceituada como um ato narrativo e uma mediação simbólica e deve ser estudada nas suas manifestações históricas e sociais diversas.

Para Seixas (2004), a memória atua no sentido de induzir condutas dos sujeitos e dos grupos sociais, carregando assim um atributo fortemente ético. Para esse autor, a memória parece hoje responder mais uma função ética do que cognitiva. Assim, por esse prisma ético, a memória é considerada tanto na dimensão do direito à memória como ao dever de memória contemporânea. Por isso, o uso da memória na pesquisa deve considerar o caráter atualizador da memória agindo sobre as lembranças como reconstrução, apropriação e /ou manipulação do passado.

Outro ponto a se considerar, segundo Henry Bergson, citado por Seixas (2004), é que a memória tem um destino prático – realiza a síntese entre passado e presente visando o futuro. Porém, a memória introduz o passado sem modificá-lo, havendo sempre uma atualização desse passado. Segundo Seixas, todos os sujeitos elegem seus lugares de memória que são aqueles em que existe o contato entre a memória e a história, uma relação que possui raízes sólidas e longas. Nesta pesquisa, procuro evidenciar os lugares de memória dos sujeitos entrevistados por acreditar que esses lugares ajudam a contar a sua história.

A categoria memória, por conseguinte, constitui uma importante base para as reflexões nas quais procuro, dentre outras questões, problematizar a construção da subjetividade das/dos estudantes situadas(dos) num discurso tecnológico, buscando ressaltar a relação inter e intradiscursiva dessa construção.

É importante frisar que não me refiro aqui à memória individual, mas a uma memória que diz respeito “aos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas.” O conceito de memória, portanto, compreende neste estudo não somente um processo de registro e recuperação de vestígios, mas também a ordenação e releitura desses vestígios. Nesse sentido, entendo que o ato mnemônico fundamental é o comportamento narrativo dos sujeitos. (PÊCHEUX, 1999, p. 50)

Por isso, nesta pesquisa, utilizo o conceito de memória como um processo e não um depósito de dados, porque, como alerta Portelli (2010), a memória constitui um processo de elaboração, construção e reconstrução de significado em progresso. Penso que esse processo funciona, ininterruptamente, e ocorre independentemente da vontade dos sujeitos. Assim, tanto a linguagem como a memória estão carregadas de representações e denota o meio social dinâmico de que os sujeitos participam.

Dessa forma, ao se usar o conceito de memória num método da pesquisa deve-se levar em conta que não se trata de uma memória “palavra por palavra”, e sim de uma construção generativa e suas possibilidades criativas. Sendo assim, a memória não deve ser tomada de modo decisivo, como algo encerrado somente no sujeito que a possui e a exercita. Na verdade, deve ser considerada, como afirma Pollak (1992, p. 201), “[...] como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”. E, sendo um instrumento socialmente construído e compartilhado, a memória, portanto, pode traduzir recordações semelhantes, contraditórias ou sobrepostas, mas nunca iguais, pois os sujeitos em sua subjetividade consolidam olhares peculiares sobre o mundo a sua volta.

Adoto aqui, para subsidiar as análises, o conceito de memória discursiva, advinda de Pêcheux (1999). Segundo esse autor, essa memória é aquilo que vem restabelecer os implícitos, os discursos transversos. As ideias de Pêcheux permitem entender que o entrecruzar de sentidos, essa recorrência aos dizeres já proferidos, caracteriza a memória discursiva como lugar de movimento das significações. Por isso, ao formular seu discurso, o sujeito estabelece um movimento entre o que diz e outros discursos. E, é nesse espaço, que a memória discursiva opera o apagamento ou a atualização de um discurso conforme as condições históricas implicadas na produção discursiva que venham a corroborar com a significação do dizer. Pêcheux faz referência a esse pressuposto, reforçando a ideia de que a memória não

constitui um bloco homogêneo, mas um lugar de movimento, de retomadas e de reformulações. Desse modo, o que significa no discurso são as posições que o sujeito ocupa nas disjunções, nas réplicas, nas polêmicas. É nesse aspecto que, segundo Pêcheux, a memória discursiva se aproxima do interdiscurso, considerando que está nela a possibilidade de toda formação discursiva.

Assim, pensando a linguagem na sua relação com o mundo, pelo dispositivo que é o da AD, levamos em conta tanto a constituição dos sujeitos como dos sentidos afetados pela ideologia e pelo inconsciente. Essa compreensão só é possível através da memória que é - como afirma Orlandi (2001) – o próprio interdiscurso. Ele, o interdiscurso, é o que a autora chama de saber discursivo. É ele que torna possível todo o dizer dos sujeitos e retorna, sob a forma do pré-construído, sustentando cada tomada da palavra. Na perspectiva da AD, portanto, a memória é conceituada não como lembrança, mas, como aquilo que já foi dito antes, em outro lugar e é retomado em outro momento sem a consciência disso e assim o já-dito se (re) significa em outro espaço discursivo.

Portanto, podemos dizer que a ideologia é a interpretação de sentidos em certa direção, determinada pela relação da linguagem com a história, em seus mecanismos imaginários. Essa relação da linguagem com a história mostra a eficácia do imaginário, capaz de determinar transformações nas relações sociais e de constituir práticas. Desse modo, o trabalho da AD é compreender a história como fatos que reclamam sentidos e cuja materialidade não é possível de ser apreendida em si, mas no discurso. A compreensão seria a explicitação do modo como o discurso produz sentidos.

O interdiscurso significa, por conseguinte, o universo das possibilidades. Nele, se situa todos os dizeres possíveis, que, ao serem (re)significados pelo sujeito, tornam-se constitutivos do discurso. Para melhor entender essas afirmações de Pêcheux, recorro a Orlandi para quem o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que as palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular, se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido.

A partir desse entendimento, todos os dizeres somente são passíveis de serem (re)significados por inscreverem-se em uma formação discursiva historicamente constituída. É por isso que dizemos

que as formações discursivas são determinadas pelo interdiscurso e mantêm relação com outras formações discursivas, que podem ser relações de aliança ou relações antagônicas. Pêcheux (1999) nos ensina que a formação discursiva se define como aquilo que, numa formação ideológica dada, determina o que pode e deve ser dito. A formação discursiva faz com que o discurso não se associe a um sentido específico, mas seu sentido varia conforme um conjunto de fatores externos ao discurso que o condicionam. Nesse sentido, uma formação discursiva funciona como um aparato de relações que estabelecem normas de conduta - aquilo que pode e deve ser dito, por conseguinte, aquilo que não pode e não deve ser dito e também aquilo que convém ou não dizer. Numa só formação discursiva pode haver diferentes posições-sujeito que se relacionam a uma mesma forma-sujeito, a um mesmo domínio de saber, uma vez que o sujeito da AD não é o sujeito empírico, mas a posição-sujeito projetada no discurso (ORLANDI, 2001).

Assim, o interdiscurso, a formação discursiva e a posição-sujeito estão diretamente relacionados à noção de sujeito, que não remete automaticamente ao indivíduo, mas a um sujeito discursivo, já que é este que se inscreve no discurso a partir de uma formação discursiva e no fio do discurso, através de gestos de interpretação, retoma já-ditos que estão dispersos no interdiscurso, assumindo posicionamentos. A AD trabalha o conceito de sujeito situando-o como uma “posição”, não como um ser individual. O sujeito não tem controle sobre os modos que o condicionam nesta ou naquela posição, porque essas se dão ao nível do interdiscurso, espaço em que estão todos os ditos já proferidos e esquecidos que determinam os nossos dizeres. Temos aí um sujeito que é assujeitado pela formação discursiva que o determina e que reflete, na linguagem, a ideologia que lhe subjaz. (ORLANDI, 2001)

Portanto, as categorias memória e interdiscurso são extremamente relevantes na interpretação do material empírico deste estudo em que serão consideradas as formulações das estudantes aqui evidenciadas, revelando as suas filiações a regiões de um saber discursivo que é produzido e circula tanto dentro como fora do espaço acadêmico, uma vez que todo discurso é necessariamente determinado por elementos extralinguísticos e remete sempre a outro discurso, presente nele por sua ausência necessária. Acredito que os vestígios deixados na superfície do intradiscurso permitem fazer emergir, do interdiscurso (memória discursiva), o conflito e a contradição, inerentes à constituição do sujeito e de seu discurso. É o chamado primado do interdiscurso, ou seja, o dizível, a memória do dizer. Em face disto, os sentidos são sempre referidos a outros e sua interpretação é sempre regida por condições de

produção específicas. E é a ideologia que produz esse efeito da evidência, e da unidade, sustentando-se sobre os sentidos institucionalizados, admitidos como "naturais". Pela ideologia, naturaliza-se o que é produzido pela história e são construídas transparências para serem interpretadas como determinações históricas que aparecem como evidências empíricas.

A partir das premissas acima, compreendo que tanto para a AD como para a HO, as categorias memória e interdiscurso são construções socialmente demarcadas. Essas duas categorias permeiam as reflexões que trago no próximo capítulo, em que apresento uma plataforma teórica e conceitual das categorias gênero, educação e trabalho.

CAPÍTULO 2 GÊNERO, TRABALHO E EDUCAÇÃO: DISCURSOS EM FOCO

Rebato os lugares-comuns que rondam as diferenças entre homem e mulher. Não é que não exista diferença, mas, sim, quanta diferença essa diferença faz.

Siri Hustved (2013)

Por compreender que o discurso deva ser estudado levando-se em conta sua funcionalidade, já que muitos de seus aspectos só têm sentido quando relacionados ao contexto sócio-histórico de produção, penso que é impossível refletir sobre ele – o discurso - fora dessa relação, que compreendo como condição necessária de sua constituição e funcionamento. Por isso, iniciando este capítulo, apresento reflexões sobre a articulação dos conceitos de discurso e de gênero.

Na sequência, destaco e analiso, a partir do contexto sócio-histórico de produção, a instituição discursiva da divisão sexual do trabalho e sua relação com a categoria gênero. Em seguida, reflito sobre a inserção das mulheres na educação para o trabalho, pontuando alguns discursos acerca de profissões estigmatizadas e cercadas por hierarquias de gênero. Para tanto, estabeleço uma integração que considero ser de dimensão mais abrangente: o campo sócio-histórico-ideológico do discurso. Acredito que essa integração possibilita uma melhor compreensão sobre a forma como foi instituída discursivamente a divisão das profissões em masculinas e femininas.

Fechando o capítulo, percorro, rapidamente, a história da educação tecnológica brasileira, a fim de destacar a presença feminina nesse universo, mais especificamente em cursos da área da tecnologia considerados não “apropriados fisicamente” para as mulheres.

2.1 IDENTIDADE DE GÊNERO: SOCIAL E CULTURALMENTE CONSTRUÍDA

Neste estudo fiz opção epistemológica pelo uso do conceito “identidade de gênero” para refletir sobre as hierarquias instituídas, discursivamente, durante o processo de formação das estudantes dos cursos tecnológicos do IFPE postos aqui em evidência. Na concepção de Butler (2010, p. 48), para melhor compreensão do significado do termo “identidade de gênero” é importante perceber que gênero não é um substantivo, nem tampouco um conjunto de atributos flutuantes. O efeito

substantivo de gênero é “performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero”. Por isso, creio que seja importante, inicialmente, fazer um aprofundamento sobre o conceito de gênero.

Esse conceito, como é compreendido hoje, desenvolveu-se na segunda metade do século XX. O desenvolvimento desse conceito foi impulsionado pelas preocupações políticas investidas nos estudos de cultura, de sociedade e também de linguagem. Trata-se de um conceito bastante complexo, de dimensões e aplicações diversas, baseado na noção fundamental de relação.

Vale ressaltar que antes do conceito de gênero o que vigorava unicamente era o conceito de sexo, que estabelecia a diferença entre homens e mulheres usando parâmetros, primordialmente, biológicos.

Segundo Flávio Pierucci (1999), os termos macho e fêmea identificam as pessoas com base em suas naturezas biologicamente sexuadas (indicando a diferença de capacidade reprodutiva das pessoas); já masculino e feminino identificam as pessoas por gênero. Desta forma, como afirma Pierucci (1999, p. 125) “um corpo sexuado como fêmea é culturalmente percebido e socialmente construído como feminino”. Algo similar acontece com um corpo sexuado como macho. Essa diferenciação é feita, portanto, por meio de qualidades e/ou características que se esperam encontrar em sujeitos que pertencem a um ou a outro sexo.

Para Joana Maria Pedro (2005), ao cunhar o termo gênero, as feministas anglo-saxãs desejavam, na verdade, ressaltar através da linguagem o caráter social das distinções baseadas no sexo. Por isso, segundo Funck (2008, p. 183), o uso da terminologia gênero, teria sido um empréstimo da gramática tradicional em virtude da premente necessidade de se pensar a noção do feminino e do masculino “para além da noção binária de sexo ou diferença sexual, uma vez que tais conceitos se encontram atrelados à ideia cientificista e, conseqüentemente, determinista da natureza biológica”. A partir daí, segundo a autora, passou-se a contemplar o caráter social e culturalmente construído, e, por conseguinte, contingente da feminilidade e da masculinidade. Além disso, esse conceito deu conta das especificidades de tempo e lugar, e nos permitiu o trabalho no terreno da ideologia e da hegemonia, com enfoque nas questões identitárias e políticas de representação.

Segundo Márcio Aguiar (2007), o gênero é uma das dimensões fundamentais na construção das hierarquias sociais. No Brasil, esse

conceito passou a ser considerado importante a partir da década de 80 do século XX, com a ascensão dos chamados Novos Movimentos Sociais, quando se intensificaram as reflexões sobre as diferentes posições ocupadas pelos sujeitos na sociedade. Para o autor, o movimento feminista e o movimento negro, dentre outros movimentos, passaram, a partir daí, a questionar os conceitos desenvolvidos pela tradição ocidental. Tais movimentos acabaram pondo em xeque as categorias fundamentais das teorias e metodologias ocidentais, marcadas pela construção de um conceito de razão que Aguiar (2007, p. 85) adjetiva de deontológico. Esse conceito, segundo o autor, “é incapaz de pensar a diferença e particularidade sem reduzi-la à irracionalidade”. A própria dicotomia entre vida pública e privada não dá conta de perceber as especificidades e os anseios frutos da condição de gênero das mulheres. O que, na concepção do autor, exigiu redefinição das categorias “público e privado”. Passou-se, então, a incorporar a essas categorias padrões de comportamento e emocionalidade, que antes eram identificados ao feminino e à esfera privada. O movimento feminista, ao questionar o conceito deontológico de razão e a dicotomia das esferas pública e privada, acabou questionando também o pensamento ocidental.

Mas é bom lembrar que a história da representação das diferenças anatômicas entre os sujeitos não foi construída a partir das verdadeiras estruturas de seus órgãos genitais, ou do que se sabia sobre eles. Para o historiador Thomas Laqueur (2001) foi a exatidão da observação que determinou como os sujeitos eram vistos e quais eram as diferenças importantes entre os sexos. Esse autor investigou inúmeros conceitos relacionados à construção das diferenças sexuais e chegou a conclusão de que a oposição homem/mulher, tal como a conhecemos hoje, não existia no mundo pré-moderno. Segundo Laqueur (2001), o paradigma da diferença sexual foi construído em torno dos impasses da Revolução Francesa. A igualdade de direitos dos cidadãos foi um desses impasses. Assim, a sociedade patriarcal da época teve que se defrontar com a marca da inferioridade que tinha sido atribuída às mulheres em face aos homens.

Passou-se, então, a se legitimar o espaço doméstico como o das mulheres. O que era justificado pela “natureza” biológica e moral do sexo feminino. Este paradigma se opunha ao modelo de sexo único, que prevaleceu no Ocidente, da antiguidade até o século XVIII. De acordo com esse paradigma, existiria uma relação hierarquia entre os sujeitos. O homem seria o sexo perfeito e a mulher o imperfeito. Segundo Laqueur (2001, p. 102), “a linguagem forçou a visão dos opostos e considerou o

corpo masculino a forma humana canônica”. Assim, uma rede de palavras foi impregnada pela teoria da diferença sexual, mantendo, durante muito tempo, a prerrogativa de que o homem seria o modelo padrão. Esse autor afirma que nos mesmos textos dos quais as mulheres são excluídas e sua existência e subjetividade são negadas, elas entram como sujeito porque o contexto determina o sexo no mundo de dois sexos também.

Daniela Auad (2006, p. 21) argumenta que “as relações de gênero correspondem ao conjunto de representações construído em cada sociedade, ao longo de sua história, para atribuir significados, símbolos e diferenças para cada um dos sexos”. Por isso, considero importante fazer reflexões sobre os termos que são recorrentes nos estudos de gênero. Para isso busquei subsídios em Londa Schienbinger (2001) que fez a especificação de alguns desses termos que estão relacionados à mulher. Segundo essa autora, o vocábulo mulher designa um indivíduo específico; enquanto gênero denota relações de poder entre os sexos e refere-se tanto a homens quanto a mulheres; feminino, por sua vez, refere-se a comportamentos idealizados das mulheres num lugar e época específicos que podem também ser adotados por homens; já feminista define uma posição ou agenda política.

A partir destas definições pode-se inferir que um homem é um indivíduo específico; macho designa o sexo biológico; e assim por diante. Por isso hoje já é possível notar que as maneiras como são construídos os discursos da diferença são contestados e resignificados.

No entanto, a diferença foi, em alguns contextos ainda é, um marcador de hierarquia e opressão. Daí a necessidade de se buscar alternativas mais eficazes para combater o preconceito e a discriminação que sofrem as mulheres. Nesse sentido, penso que as novas concepções, baseadas no conceito de gênero, têm impulsionado o desenvolvimento cada vez maior de estudos sobre mulheres e homens. Assim, a superação da lógica binária contida na proposta da análise relacional de gênero, nessa direção, é fundamental para que se construa um novo olhar, uma vez que ao se considerar o caráter social do conceito de gênero, ele passa a ter um forte apelo relacional. Assim, os estudos desta área ligam-se tanto às questões que são inerentes às mulheres como às que são atribuídas aos homens, uma vez que as relações de gênero são parte das relações sociais.

Portanto, como afirma Costa (1998, p. 135), a visão relacional de gênero considera que “o feminino só existe em relação ao masculino e vice-versa”, o que representou um grande avanço nas teorias de gênero,

pois permitiu que se contemplasse uma gama maior de objetos de estudos, obtendo-se resultados mais próximos da realidade.

Ainda segundo Costa (1998), o conceito de gênero é relacional porque seu ponto de partida é o sistema social de relacionamentos dentro do qual os interlocutores se situam. Essa abordagem de gênero possibilita uma concepção de masculinidade e feminilidade ajustada ao contexto social. E como os sujeitos também variam de acordo com sua geração, raça/etnia, religião, classe social, conseqüentemente, essas concepções variam no interior de cada sociedade, variando também o momento histórico de sua construção.

Na visão de Daniel Simião (2002), o conceito de gênero, nos últimos tempos, tem sido compreendido como uma linguagem, uma forma de comunicação e de ordenação do mundo. Para esse autor, o gênero permeia todos os setores da sociedade e orienta a forma como as pessoas se relacionam. Assim, esse conceito nos ajuda a estabelecer a distinção entre o sexo biológico e a construção social do masculino e do feminino, os quais são elaborados de modo relacional, inseridos em contextos específicos e permeados por relações de poder.

Por isso, ao analisar uma determinada realidade numa perspectiva de gênero, não devem ser negadas as diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas considerá-las como insuficientes para definir um ser humano, o que coloca a necessidade de compreensão da construção social do masculino/feminino e do que, neste estudo, serão definidas como identidades de gênero. Tais construções não são fixas, pois diferentes sociedades ou períodos históricos podem entender o significado de ser homem ou ser mulher de forma diversa.

Vale salientar que, ao se considerar os aspectos sociais do gênero na construção da identidade feminina, não se pode negar a existência da biologia que constitui os corpos. O que devemos fazer, como aponta Louro (2010), é dar ênfase às construções sociais e históricas que são produzidas a partir das características biológicas de cada sujeito. Isto equivale dizer que ao fazermos opção pelo conceito de gênero pretendemos nos referir à maneira como as características sexuais são trazidas para as nossas práticas sociais, tornando-se um componente do nosso processo histórico. Dessa forma, colocamos o debate sobre as diferenças de gênero no campo do social, uma vez que, como ressalta essa autora,

é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que

mesmo essas podem ser compreendidas fora dessa constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. (LOURO, 2010, p. 22)

Levando-se em conta essas reflexões sobre os conceitos de sexo e gênero, pode-se afirmar, portanto, que as relações entre homens e mulheres são um fenômeno de ordem cultural, sendo, por isso, passíveis de transformações. Além disto, o gênero pode também ser concebido como uma forma de significar as relações de poder. A noção de gênero - que pode sofrer mudanças, dependendo do contexto social e temporal - aponta, assim, para a dimensão das relações sociais do feminino e do masculino que são estabelecidas com base na percepção das diferenças entre os sexos.

É importante salientar que a característica fundamentalmente social e relacional do conceito de gênero não remete a construções de “papéis” masculinos e femininos. Ao contrário, a concepção de “papéis” se contrapõe aos estudos de gênero porque remete a padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade institui para os seus membros. Esses padrões, quando estipulados, definem o comportamento dos indivíduos, como, por exemplo, o modo de se vestir, de se portar, de se relacionar, etc.. Essa concepção leva a crença de que os membros de cada sociedade deveriam conhecer e aprender o “papel” adequado para o homem e para a mulher dentro de cada um dos contextos sociais existentes. Essa concepção pode se mostrar reducionista e simplista, por considerar as desigualdades entre os sujeitos apenas no âmbito das relações interpessoais: as interações face a face. Assim, não seriam levadas em conta, em uma análise dessas relações, por exemplo, as inúmeras formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades. Como também não seriam levadas em conta as complexas redes de poder que, através de instituições, discursos, códigos, práticas e símbolos, constituem hierarquias entre os gêneros. (LOURO, 1997)

Em minha concepção, tanto as representações como os projetos sobre homens e mulheres, sobre os quais fala essa autora, são construções distintas. Por isso é imperativo um pensamento plural quando usamos o conceito de gênero. Essa pluralidade deve ocorrer porque as concepções desse conceito não são obviamente iguais: cada sociedade tem suas próprias. Em razão disto, compreendo que o gênero é algo que transcende o mero desempenho de “papeis” porque é

constituente da identidade do sujeito que é capaz de ocupar múltiplas posições que se transformam e não são fixas.

Entretanto, embora me oponha ao uso da terminologia “papeis” para fazer alusão às posições ocupadas por mulheres e homens, nos vários contextos de vida, não encontrei ainda na sinonímia da língua um mecanismo eficiente de substituição que me oportunize escape de concepções pré-determinadas. Ademais a literatura que trabalha esta temática, comumente, faz uso constante do termo. Até para justificar sua oposição a ele.

Em face disto, segundo Louro (1997), o conceito de gênero além de ser uma ferramenta analítica é também uma ferramenta política. Sendo assim, o pesquisador da área de gênero que tenha a intenção de se afastar de uma posição essencialista deve dirigir seu olhar para o processo de construção das relações de gênero. Na concepção de Louro a opção pelo uso desse conceito obriga os que o empregam a levar em consideração as diferentes sociedades e os diferentes momentos históricos de que estão tratando.

Compreendo que tanto os trabalhos de Judith Butler como os de Guacira Louro nos fazem inferir que a adoção do conceito de gênero como resultante de um processo cultural nos distancia do modelo antigo de sexo binário (sobre o qual reflito ao longo deste estudo). Esses estudos nos apontam também a necessidade de rompimento com a concepção de sujeito como produto do corpo de pertencimento biológico, visto que ela serve para naturalizar as diferenças socialmente construídas e justificar as desigualdades existentes entre homens e mulheres. Apontam ainda para o desafio de superar o modelo de educação dos corpos baseado na heteronormatividade.

Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade e discriminação¹⁵, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política. Por isso para se pensar sobre os sujeitos é imprescindível recorrer à noção de um sujeito que não existe sempre como um dado, mas é produzido no discurso. Embora essa noção não dê conta por si só das operações não logocêntricas da subjetividade. Por isso o movimento feminista revisitou a psicanálise (especialmente suas

¹⁵ Nesta pesquisa, defino discriminação como sendo a conduta, ação ou omissão que violam direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos tais como raça, sexo, idade, opção religiosa e outros, sendo a discriminação a tradução prática para a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo. (YANNOULAS, 2002)

variantes pós-estruturalistas), e repensou sua relação com teorias da “desconstrução” e da “micro-política do poder”. Houve, a partir daí, um reconhecimento crescente de que as emoções, sentimentos, desejos e fantasias mais íntimas dos sujeitos, com suas múltiplas contradições, não poderiam ser compreendidas puramente em termos dos imperativos das instituições sociais. Essas novas leituras foram essenciais para um entendimento mais complexo da vida psíquica e do mundo interior que passou a ser tratado como o lugar do inconsciente com seus efeitos imprevisíveis sobre o pensamento e outros aspectos da subjetividade. (BRAH, 2006)

Durante muito tempo, houve tentativas de se combinar diferentes abordagens no estudo da subjetividade. Surgiram argumentos a favor de situar a subjetividade num espaço contornado pelos discursos da semiótica e da psicanálise, não na primeira nem na última, mas antes em sua intersecção discursiva. O objetivo era explorar a relação entre mudança pessoal e mudança social sem recurso a explicações reducionistas de determinação simples. Havia a necessidade do que Avtar Brah (2006) chama de “molduras conceituais” que pudessem tratar plenamente dos processos de formação da subjetividade, que são ao mesmo tempo sociais e subjetivos; e que podem nos ajudar a entender os investimentos psíquicos que fazemos ao assumir posições específicas de sujeito que são socialmente produzidas. Assim, o sujeito seria o efeito de discursos, instituições e práticas, mas a qualquer momento experimenta a si mesmo como o “eu”, e tanto consciente como inconscientemente desempenha novamente posições em que está situado e investido, e novamente lhes dá significado.

Segundo Fernandes (2005), há diferentes formas de se conceituar subjetividade, o que depende da concepção de ser humano subjacente à sua conceituação. Diferentes escolas concebem subjetividade de diferentes formas. Conforme a concepção da AD e da HO, a subjetividade é uma produção cultural e histórica. Essa produção é uma síntese singular e individual que cada sujeito vai constituindo conforme vai se desenvolvendo e vivenciando as experiências da vida social e cultural.

Brah (2006), afirma que para se compreender a formação identitária dos sujeitos, um conceito-chave é o de experiência. Esse conceito está associado a uma variedade de significados em diferentes discursos. Essa autora é contra a ideia de um “sujeito da experiência” já plenamente constituído a quem as “experiências acontecem”. Para essa autora, experiência é o lugar da formação do sujeito. Essa noção,

segundo Brah, muitas vezes falta nas discussões sobre diferenças entre pessoas. Por isso a diferença e a experiência costumam ser usadas como “termos de senso comum”. E é por isso que, na opinião da autora, não é de se estranhar que discussões que lidam com as contradições da subjetividade e da identidade fracassem ou resultem no que ela chama de “diálogos de surdos”. Brah cita como exemplo a dificuldade em se lidar com o racismo de uma feminista ou a homofobia de alguém sujeito ao racismo. Ou até o racismo de um grupo racializado em relação a outro grupo também racializado. Cada um desses grupos supostamente falando a partir do ponto de vista de sua experiência. Como se fosse possível toda experiência refletir de maneira transparente uma dada “verdade” absoluta. Dois questionamentos surgem a partir desta constatação: como devemos compreender a diferença e como articular discursos e práticas que inscrevem relações sociais, posições de sujeito e subjetividades.

Segundo Mara Lago (2004), as noções de verdade, razão e indivíduo foram abaladas pela concepção de constituição de sujeito, que a noção de inconsciente introduz. Fala-se não mais de um indivíduo uno, mas de um sujeito dividido em saberes conscientes e inconscientes. Essa concepção de um sujeito que não possui totalmente livre-arbítrio questiona um saber anterior. O indivíduo não é mais compreendido a partir de determinações biológicas e não existe mais o “homem universal”. A partir de então, nas Ciências Humanas e Sociais, os sujeitos passam a ser compreendidos como

sujeitos psíquicos falantes em sociedades historicizadas. O sujeito é um sujeito assujeitado. Contrário ao cogito de Descartes, é sujeito onde não sabe de si, que emerge e surpreende a si mesmo na enunciação de seu discurso. (LAGO, 2004, p 74)

Brah (2006), por sua vez, questiona como podem projetos como o feminismo, o antirracismo, ou um movimento de classe mobilizarem-se como forças políticas que lutam por mudanças se não se interrogam sobre valores e normas que são tidos como “certos” e que podem legitimar a dominação e a desigualdade naturalizando “diferenças” particulares. Segundo a autora, a atenção a esse ponto, em especial, leva-nos a compreender a experiência como um lugar de contestação: um espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividades diferentes são inscritas, reiteradas ou repudiadas. É essencial, portanto,

afirma Brah (2006), compreender que as matrizes ideológicas e os campos de significação e representação estão em jogo na formação de sujeitos diferentes. É preciso compreender também quais são os processos econômicos, políticos e culturais que inscrevem experiências historicamente variáveis.

Scott (1999) afirma que é preciso pensar na experiência e na formação do sujeito como processos. Isso implica reformular a questão da “agência”. A noção de que existe um “eu” e um “nós” que agem não desaparece, mas o que desaparece é a noção de que essas categorias são entidades unificadas, fixas e já existentes, e não modalidades de múltipla localidade, continuamente marcadas por práticas culturais e políticas cotidianas. Brah afirma que questões como essas levantam uma problemática mais geral sobre a diferença como categoria analítica. Ela sugere quatro maneiras de conceituar a diferença: como experiência, como relação social, como subjetividade e como identidade. Por isso, o alvo dos movimentos de mulheres tem sido dar uma voz coletiva às experiências pessoais das mulheres.

Lago (2004) afirma que é importante ter cautela ao se empregar o conceito de identidade por ser ele carregado de polissemia, bem como pelo fato de várias correntes se lançarem na empreitada conceitual para explicá-lo. Tanto os Estudos Culturais como os Feministas, de formulações mais críticas, consideram que o sujeito é um ser plural. Lago (2004), afirma que sujeito e sociedade são interconexos, não podendo, portanto, ser dissociados. Neste estudo, adoto a definição de Lago (2004) que defende a concepção de identidade como história de vida. Para essa autora, nessa história há um mínimo de coerência e unidade, porque as constantes modificações, na verdade, são atualizações que existem em função das relações sociais que ocorrem entre os sujeitos e a sociedade.

Assim, é importante distinguir a diferença entre as histórias coletivas da diferença como experiência pessoal inscrevendo a biografia individual. Esses conjuntos de diferenças articulam-se constantemente, mas não podem ser “lidas” uma a partir da outra. O significado atribuído a um dado evento varia sobremaneira de um indivíduo para outro porque cada sujeito percebe ou concebe um evento de modo distinto. Segundo Brah (2006), isso é culturalmente construído e podem se configurar no fluxo da psique desse sujeito e, invariavelmente, guarda relação com o repertório político dos discursos culturais que estão à sua disposição. Essa autora afirma que também as histórias coletivas são culturalmente construídas no processo de atribuir significado ao cotidiano das relações

sociais. Porém, enquanto as histórias pessoais e de grupo são mutuamente imanentes, elas são relacionalmente irreduzíveis. Assim, o mesmo contexto pode produzir várias “histórias” coletivas diferentes, diferenciando e ligando histórias pessoais através de especificidades contingentes. Por sua vez, a articulação das práticas culturais dos sujeitos assim constituídos marca histórias coletivas contingentes com novos significados variáveis.

Por isso, o conceito de “diferença como relação social” se refere às várias maneiras como a diferença é constituída e organizada em relações sistemáticas através de discursos econômicos, culturais e políticos e práticas institucionais. Essa diferença pode ser entendida como sendo resultado das trajetórias históricas e contemporâneas das circunstâncias materiais e práticas culturais que produzem as condições para a construção das identidades de grupo. Esse conceito refere-se ao entretecido de narrativas coletivas que são compartilhadas dentro de sentimentos de comunidade. O conceito também sublinha a articulação historicamente variável de micro e macro regimes de poder. Dentro desses regimes, gênero, classe ou racismo são instituídos em termos de formações estruturadas.

Segundo Brah (2006) a categoria “classe trabalhadora”, por exemplo, destaca o posicionamento em estruturas de relações de classe. Porém, dizer isso não significa apontar simplesmente para a designação de uma situação subordinada dentro de estruturas socioeconômicas e políticas de poder. Implica também sublinhar sistemas de significação e representação que constroem a classe como categoria cultural.

Butler (2010, p. 37) afirma que a discussão sobre identidade não pode ser anterior à discussão sobre “identidade de gênero” porque “as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero”. Segundo Linda Nicholson (2000), a identidade de gênero deve sempre ser pensada como referência à personalidade e ao comportamento do sujeito, não ao seu corpo. Por isso, a identidade está intimamente ligada a questões de experiência, de subjetividade e relações sociais. As identidades são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais.

Já a subjetividade é o lugar do processo que dá sentido a nossas relações com o mundo. Podemos dizer que é a modalidade em que a natureza precária e contraditória do sujeito em construção ganha significado ou é experimentada como identidades que são marcadas pela multiplicidade de posições de sujeito. Portanto, a identidade não é algo fixo. Podemos afirmar que ela é uma multiplicidade relacional em

constante mudança. Mas no curso desse fluxo, as identidades assumem padrões específicos, diante de conjuntos particulares de circunstâncias pessoais, sociais e históricas. Por isso, a identidade pode ser entendida como o próprio processo pelo qual a multiplicidade, a contradição e a instabilidade da subjetividade são significadas e passam a ter coerência, continuidade, estabilidade.

Boaventura Souza Santos (1999) observou que as transformações que foram geradas pelo excesso de regulação do modelo fordista¹⁶ acabaram possibilitando o surgimento de um conjunto de movimentos de emancipação que buscavam desvendar formas de opressão que transcendiam o ambiente de produção. Ou seja, antes o principal movimento de emancipação era o dos operários. Suas demandas eram fortemente ligadas às questões econômicas. Assim, a desigualdade econômica era tida como a principal fonte de estruturação das desigualdades sociais. Sua luta se concentrava, prioritariamente, na conquista de melhores condições de vida do operariado. Em linhas gerais, tal processo culminaria no desenvolvimento do chamado Estado de Bem-Estar Social que, progressivamente, garantiria um conjunto de direitos sociais que começou tendo como primeira grande consequência uma maior regulação da vida social.

Os estudos sobre as mulheres enfatizavam, principalmente, as experiências femininas, tanto as benéficas como as prejudiciais. Os estudos de gênero, por sua vez, passaram a perceber que a situação das mulheres só poderia ser apreendida através de uma abordagem relacional, ou seja, na relação entre homens e mulheres. Somente nessas relações hierárquicas que demarcam funções associadas ao sexo, lugares sociais e padrões de comportamento é que se pode perceber que o gênero é uma dimensão importante na construção de hierarquias instituídas nas sociedades. (BENEVIDES, 2004)

Porém, segundo Carla Benevides (2004), a teoria feminista, em sua fase inicial, concebia as mulheres como uma categoria social indiferenciada, o que gerou uma insatisfação das mulheres negras com

¹⁶ O “Fordismo” foi um sistema de organização do trabalho industrial idealizado por Henry Ford. Esse sistema visava à racionalização extrema da produção e, consequentemente, à maximização da produção e do lucro. A principal característica desse sistema foi a introdução das linhas de montagem, nas quais cada operário ficava em um determinado local realizando uma tarefa específica, enquanto o produto fabricado se deslocava pelo interior da fábrica em uma espécie de esteira. Com isso, as máquinas ditavam o ritmo do trabalho. Fonte: <<http://www.brasilecola.com>>. Acesso em: 10 maio 2014.

relação à falta de sensibilidade do movimento feminista com as formas de opressão específicas sofridas pelas mulheres negras. Na concepção dessa autora, é imprescindível uma abordagem em que sejam entrecruzadas as categorias gênero, classe e raça para que se possa criar não apenas fatores comuns, mas também diferenças na experiência das mulheres.

As mulheres negras brasileiras, por exemplo, são discriminadas duas vezes: por serem mulheres e por serem negras. Isto ressalta claramente a intersecção de vários fatores na construção das hierarquias associadas às mulheres negras. Há aí uma dimensão ligada à classe social. Ou seja, as mulheres negras sofrem a discriminação associada à falta de recursos econômicos e à sua posição subalterna. Além da desigualdade ligada à dimensão étnico-racial, pois, as mulheres negras pertencem a um grupo social historicamente discriminado. Levando-se em consideração o padrão estético, é possível concluir que as características físicas ligadas à negritude foram, ao longo da história brasileira, estigmatizadas. Podemos concluir, portanto, que a dimensão de gênero assume um papel importante na construção das hierarquias sociais. No caso da mulher negra é necessário acrescentar a dimensão ligada à cor/raça. Ou seja, a compreensão da situação das mulheres negras depende da intersecção desses dois fatores: o gênero e a cor/raça. Podemos perceber, por conseguinte, que as categorias classe, raça e etnicidade são conceitos importantíssimos para se pensar as fronteiras das diferenças. Talvez a reflexão sobre essas fronteiras sejam essenciais para que um dia tenhamos uma sociedade onde não existam fronteiras da diferença, mas respeito e convívio harmônicos entre as mesmas. (BENEVIDES, 2004)

Stuart Hall (2000), ao discutir a problemática da formação da identidade e da subjetividade, evocou, entre outros, Freud, Lacan, Althusser e Foucault e fez a importante pergunta: por que acabamos preenchendo as posições-de-sujeito para as quais somos convocados? Segundo esse autor, a identidade do sujeito é construída dentro do discurso por isso precisamos compreendê-la como produções feitas “em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas”. (HALL, 2000, p. 109) O autor chama atenção para o fato de estar acontecendo uma desconstrução das visões sobre a identidade em diversas disciplinas, as quais põem em crise a noção de uma identidade integral, originária e unificada. Segundo Hall, esse viés desconstrutivista põe alguns conceitos-chave “sob rasura”. O sinal de “rasura” (X) usado por ele indica que esses conceitos não servem mais para pensar o sujeito

na atualidade. Segundo esse autor, o conceito principal é o de identidade, que não é, em Stuart Hall, uma noção essencialista, mas um conceito estratégico e posicional. Para melhor compreender o conceito de identidade, segundo Hall, precisamos de um conceito-chave: o de “agência”, que expressa a identificação como uma construção, como um processo nunca terminado. A identificação é, portanto, um processo de articulação em que há sempre “demasiado” ou “muito pouco”, mas nunca um ajuste total.

Esse processo, na visão de Brah (2006), é contínuo porque as identidades pessoais sempre se articulam com a experiência coletiva de um grupo, a especificidade da experiência de vida de uma pessoa esboçada nas minúcias diárias de relações sociais vividas por essa pessoa produz trajetórias que não espelham a experiência do grupo. De maneira semelhante, identidades coletivas não são redutíveis à soma das experiências individuais. Identidade coletiva é o processo de significação pelo qual experiências comuns em torno de eixos específicos de diferenciação – classe, casta ou religião – são investidas de significados particulares. Assim, uma identidade coletiva parcialmente apaga traços de outras identidades, mas também carrega outros traços delas. Isso significa dizer que uma consciência expandida de uma construção de identidade em um determinado momento sempre requer uma supressão parcial da memória ou senso subjetivo da heterogeneidade interna de um grupo. Ou seja, nas relações de poder a heterogeneidade desaparece. A eventual mudança dos padrões de relações sociais seria contingente em relação ao poder dos desafios políticos que discursos e práticas específicos são capazes de efetuar porque toda formação discursiva é um lugar de poder, e não há nenhum lugar de poder onde a dominação, subordinação, solidariedade e filiação baseadas em princípios igualitários, ou as condições de afinidade e sociabilidade sejam produzidas e totalmente asseguradas. Antes, o poder é constituído performativamente através das práticas econômicas, políticas e culturais. As subjetividades de dominantes e dominados são produzidas nos interstícios desses múltiplos lugares de poder que se intersectam. Mas se a prática é produtiva de poder, então a prática é também um meio de enfrentar as práticas opressivas do poder. Segundo Brah (2006) essa, em verdade, é a implicação do *insight* foucaultiano de que o discurso é prática. Para essa autora, o corpo inteiro é produtivo de poder, e é dentro desse espaço relacional que desaparece o dualismo mente/corpo.

Mas nem sempre na prática é fácil desemaranhar os movimentos do poder. Os discursos podem servir a muitos fins. Por exemplo, o uso da categoria gênero não é garantia de uma visão não essencialista que se oporá simultaneamente a práticas patriarcais, a menos que essa tarefa seja tornada um objetivo consciente. Isso pode ser especialmente problemático para as mulheres se os valores culturais que os grupos em questão escavam, reformulam e reconstroem forem aqueles que sublinham a subordinação das mulheres.

A subjetividade, portanto, pode ser compreendida como sendo o mundo das ideias, dos significados e das emoções que são construídos internamente pelo sujeito a partir de suas relações sociais, de suas vivências. É o eco da “diferença como relação social” que reverbera quando a atenção se volta para a “nova” divisão do trabalho e o posicionamento de diferentes grupos, que resultam em desigualdades massivas do mundo. Na opinião de Brah, isso não significa que o conceito de relação social opere num “nível mais alto de abstração” quando referencia o contexto “macro” por oposição ao “micro”. Para ela,

os efeitos das relações sociais não estão confinados às operações aparentemente distantes das economias, da política ou das instituições culturais nacionais ou globais, mas também estão presentes nas arenas altamente localizadas do local de trabalho, da casa [...] tanto quanto nos interstícios da mente onde a intersubjetividade é produzida e contestada. (BRAH, 2006, p.363.)

Podemos dizer que o ambiente doméstico, o local de trabalho, e segundo a autora, o próprio corpo, podem ser dispersos e interligados de maneiras polimorfas, com amplas consequências que são elas mesmas diferentes para pessoas diferentes e que tornam fortes movimentos internacionais difíceis de imaginar e extremamente essenciais para a sobrevivência humana. Segundo Brah (2006), as tecnologias de comunicação, as biotecnologias constituem ferramentas que incorporam e reforçam novas relações sociais para as mulheres em todo o mundo. Por isso, podemos dizer que as relações sociais são constituídas e operam em todos os lugares de uma formação social.

Segundo Funck (2008, p 184), as categorias gênero e discurso constituem uma articulação imprescindível, uma vez que, na prática social, “o discurso não apenas representa o mundo e as relações nele existentes, mas é uma prática de significação”. Segunda essa autora, foi

a partir do movimento feminista que ganharam corpo os estudos sobre gênero e discurso. Embora, inicialmente, os termos empregados tenham sido outros. Na década 80 do século XX, por exemplo, usava-se “mulher” e “linguagem”, a fim de estabelecer as relações de poder e as hierarquias entre o feminino e o masculino. Parafraseando Funck (2008), os estudos dessa época, inseridos no paradigma da diferença então vigente, evidenciavam as virtudes e os defeitos dos modelos teóricos dessa época. Esses estudos trouxeram importantes questões sobre a discriminação e a exclusão das mulheres pela linguagem. Porém acabaram também essencializando a mulher em um feminino determinista e monolítico, por natureza oposto a um masculino hegemônico. Segundo essa autora, a verdade é que

a incômoda relação entre as mulheres e a linguagem que começa a ser constatada nos estudos desse período decorre mais da situação social das mulheres do que propriamente do potencial da linguagem, ou seja, o androcentrismo linguístico que começa a ser percebido é efeito da hegemonia masculina nas práticas socioculturais vigentes. (FUNCK, 2008, p. 186)

Para essa autora, entretanto, o desenvolvimento da teorização feminista e o aumento do diálogo intercultural e interdisciplinar, que ocorreram a partir da segunda metade da década de 80 do século XX, trouxeram a compreensão de que era preciso não mais contemplar simplesmente a oposição masculino-feminino, mas a questão da existência de diferenças entre as próprias mulheres, e, sobretudo, compreender o caráter construído e instável da feminilidade e da masculinidade, que passaram a ser vistas como relacionais e interdependentes. A partir daí tornou-se corrente, pelo menos na academia, o uso do termo “relações de gênero”. É nessa conjuntura que emerge a íntima relação entre gênero e discurso.

Portanto, há uma complexa relação entre discurso e identidade que faz com que a subjetividade seja, constantemente, reformulada, através de processos inconscientes e o discurso, uma prática social e consequentemente política, desempenha um importante papel nesse processo, pois,

se o gênero é uma construção sociocultural que precisa ser constantemente afirmada, desconstruída e negociada, são exatamente as

diferentes práticas discursivas que permitem e promovem os processos de subjetivação e de identificação com aquelas características que em certo momento histórico são vistas como femininas ou masculinas. (FUNCK, 2008, p. 186)

Assim, a forma como os sujeitos se constituem como homem ou mulher é resultado de discursos, das ações, da cultura e da história que são estabelecidos de acordo com as normas de uma determinada sociedade. Essas normas, por sua vez, são impregnadas de valores de atributos, privilégios e limitações, baseando-se no que é biológico.

Há muitos exemplos de situações cotidianas nas quais o discurso androcêntrico hegemônico, cristalizado e automatizado pelo senso comum, leva os sujeitos a espaços identitários em que tomam posicionamentos que não querem, não devem ou até mesmo não podem ter. Mas somos constantemente interpeladas/os por discursos homogeneizantes que nos vendem imagens, comportamentos. E até nos ensinam o que nós podemos ou não podemos ser, inclusive no âmbito profissional.

A sociedade ainda não conseguiu erradicar desigualdades derivadas da noção de diferença sexual inerente dos discursos patriarcais, fundados em teorias biologicamente deterministas, ideologias que constroem e representam a subordinação das mulheres como resultado de suas capacidades biológicas e que explicam a posição social das mulheres como resultado de diferenças inatas. O resultado desses discursos é o estabelecimento de relações de poder entre homens e mulheres.

Por outro lado, segundo Brah (2006), houve uma celebração da “diferença sexual” na forma de atributos e qualidades presumivelmente exclusivamente femininas. A autora afirma que a premissa central do feminismo, que denomina de socialista, é que a natureza humana não é essencial, mas socialmente produzida. Assim, o significado de ser mulher – biológica, social, cultural e psiquicamente – pode ser considerado uma variável histórica. Segundo essa corrente feminista, ao negligenciar as consequências sociais da divisão sexual do trabalho, privilegiou-se as heterossexualidades e não se deu devida atenção aos mecanismos sociais que impedem as mulheres de atingir igualdade econômica, política e social. Essa linha do feminismo se distancia da suposta ênfase feminista “radical” na consideração das relações de poder entre os sexos como determinante quase exclusivo da subordinação das mulheres. Essa subordinação seria fruto das relações patriarcais, uma

forma específica de relações de gênero em que as mulheres estão numa posição subordinada.

O discurso da diferença entre homens e mulheres, segundo Cláudia Costa (1998), muitas vezes é utilizado para justificar práticas discriminatórias que mantêm as mulheres em lugares que são definidos, a partir da concepção androcêntrica, como sendo próprios para elas, ou o que é pior, para retorná-las a esses lugares. Pode também servir para demonstrar e provar que certas atividades devem ser atividades femininas por serem mais condizentes com a natureza feminina do que com a masculina, estabelecendo hierarquias de gênero no mundo do trabalho. Gênero e trabalho, portanto, lançam luzes um sobre o outro, e revelam aspectos que se imbricam indissociavelmente.

Mas para falarmos em mulheres e trabalho, devemos, como nos lembra Brah (2006), focar na construção social de diferentes categorias de mulheres dentro dos processos estruturais e ideológicos mais amplos porque, segundo essa autora, não podemos afirmar que uma categoria individual é internamente homogênea. Mulheres da classe trabalhadora são grupos muito diferentes tanto dentro quanto entre diferentes formações sociais. Brah afirma que a classe do sujeito se articula com outros eixos de diferenciação como o racismo, o heterossexismo ou a formas variáveis de oportunidades de vida. Isso porque as desigualdades de gênero penetram em todas as esferas da vida e envolvem um enfrentamento da posição subordinada das mulheres dentro de diversos contextos. As relações patriarcais são uma forma específica de relação de gênero em que as mulheres estão numa posição subordinada. Brah afirma que

seria muito mais útil compreender como relações patriarcais se articulam com outras formas de relações sociais num contexto histórico determinado. Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como “variáveis independentes” porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela. (BRAH, 2006, p.23)

Por isso, o cotidiano das relações sociais de gênero ganhou um novo significado através da conscientização de que é preciso explorar experiências individuais, sentimentos pessoais e a própria compreensão das mulheres sobre suas vidas diárias. Por isso, a categoria gênero nos estudos sobre a invisibilidade das mulheres no mundo do trabalho se

encontra em constante e múltiplo processo de transformação, o que representa, sem dúvida, um grande desafio lançado a nós pesquisadoras e pesquisadores, que precisamos estar conscientes de que nosso discurso evidencia nossa herança social e cultural. Segundo Brah (2006), deveria ser possível imaginar um contexto social em que relações de gênero não estivessem associadas à desigualdade.

Creio que as relações de gênero no contexto da educação tecnológica em que estão imersos os sujeitos deste estudo assinalam pequenas, mas significativas, mudanças nas relações de gênero que permeiam esta realidade. Penso que a produção dos relatos que compõem o *corpus* deste trabalho poderá oportunizar o registro de possíveis respostas a indagações sobre esse contexto educacional no Brasil.

O relato é um gênero discursivo que, por sua estrutura linguística, traz marcas da subjetividade de seu produtor. Na produção desse gênero textual, são apresentadas informações básicas referentes a um acontecimento específico. São várias as situações em que fazemos uso desse gênero discursivo, que acompanha o surgimento e a evolução da própria linguagem. A necessidade de contarmos o que nos acontece está relacionada à interação entre as pessoas e, portanto, à vida em sociedade. A principal finalidade do relato, seja oral ou escrito, é narrar uma sequência de acontecimentos. A articulação dos fatos é feita, de modo geral, no plano das ideias, pela relação lógica que se estabelece entre as ações a serem relatadas.

Mas os dizeres não podem ser compreendidos como meras mensagens a serem decodificadas, nem como verdades ocultas a serem decifradas. Na verdade, os dizeres são os efeitos de sentido de nossa produção linguística. Essas produções ocorrem em condições determinadas e estão de alguma forma presentes no nosso modo de dizer, deixando vestígios que o analista do discurso deve apreender. Esses vestígios devem necessariamente ser seguidos pelo analista do discurso para compreender os sentidos que estão sendo produzidos, a fim de estabelecer uma relação entre o dizer e as condições de sua produção. (ORLANDI, 2001)

Portelli (1997), afirma que as pessoas sempre devem ser definidas a partir do campo das possibilidades, pois é no complexo horizonte das possibilidades que elas constroem sua subjetividade, que é socialmente compartilhada. No que concerne aos sujeitos dessa pesquisa, faz-se necessário pensar na representatividade de suas experiências no contexto da educação profissionalizante e compreender por quais processos constitutivos passam na busca da afirmação de sua identidade de

estudante e profissional de áreas em que conceitos arraigados continuam prevalecendo. É necessário compreender também de que maneira sua memória discursiva vai emergir na produção de seu discurso revelando os traços de sua subjetividade.

Funck (2008, p. 187), nos lembra de que “somente uma leitura crítica dos discursos do cotidiano pode evitar que, especialmente nós mulheres, sejamos posicionadas à margem dos processos sociais e culturais”. E eu acrescento que essa marginalização ocorre no mundo do trabalho com uma frequência muito maior da que desejamos. Ainda hoje, em alguns ambientes profissionais, ecoam discursos que ratificam a divisão sexual do trabalho. No próximo item, reflito sobre a instituição discursiva dessa divisão e sua intersecção com as questões de gênero.

2.2 INSTITUIÇÃO DISCURSIVA DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: UM CONVITE À REFLEXÃO SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Neste item trato da assimetria e hierarquia, evidenciadas na divisão sexual do trabalho, especialmente no contexto das primeiras décadas deste século. Essa demarcação temporal é relevante porque esse período apresentou profundas transformações no campo da tecnologia e, como afirma Sandra Harding (1993), é dentro da vida social que formamos e testamos nossas categorias analíticas, pois a vida sempre está em fervilhante transformação.

Na visão de Louro (2010, p. 22), é nos arranjos sociais que se produzem “as relações desiguais entre os sujeitos”. Portanto, para se compreender essas relações devemos nos ater aos campos sociais e não às diferenças biológicas. Por isso acredito que gênero e trabalho são categorias que apresentam uma estreita relação e revelam aspectos importantes como status, reconhecimento, dignidade, independência e realização pessoal os quais se imbricam indissociavelmente. É importante pontuar que esses valores que são associados ao trabalho precisam sempre considerar, além do gênero, outras variáveis como cultura, faixa etária e classe. (HIRATA; ZARIFIAN, 2003)

Como já mencionado neste estudo, o gênero pode também ser concebido como uma forma de significar as relações de poder, sendo a divisão sexual do trabalho uma das manifestações dessas relações, tida em muitos contextos como um processo natural que distribui homens e mulheres em atividades consideradas adequadas a seu sexo, mas que

passou a ser percebida como parte de relações sociais baseadas em diferenças socialmente construídas entre homens e mulheres.

Assim, a construção das identidades masculina e feminina ajuda a legitimar essa divisão por meio de atribuições de responsabilidades e tarefas diferenciadas para homens e mulheres. Nessa construção predominam posições desiguais, tanto na esfera da produção quanto no âmbito privado das relações familiares, sendo comum, em nossa sociedade, que a mulher seja responsabilizada pelas atividades reprodutivas e o homem seja percebido como o provedor da família.

Segundo Jussara Reis Prá (2013), o termo divisão sexual do trabalho foi incorporado pelo feminismo com o objetivo de identificar o tipo de construção social que sustenta a dicotomia entre público e privado. Uma distinção histórica que delimita esferas de competência para cada sexo e restringe a influência das mulheres à família, ao lar e ao doméstico. A esfera pública, da razão, passa a ser de competência masculina e a esfera privada, da natureza, identificada como feminina. Segundo essa autora, o impacto do sistema de gênero na segmentação de competências (pública e privada) delimita, pelo sexo, os processos de inclusão ou exclusão social. Dessa forma, esse sistema responde por ideologias e práticas que costumam ser reproduzidas com frequência, mesmo que inconscientemente. Pode-se afirmar, portanto, que a definição do que é ser homem ou do ser mulher são construções sociais e aquisições culturais. Essa definição costuma estar respaldada nas instâncias de socialização, categoria aqui definida como um processo de transmissão e reprodução dos padrões de uma cultura política ou de sua ruptura, renovação ou reconstrução. Associadas a isto estão as “ideologias de gênero”, abarcando justificativas ou racionalizações que sustentam direitos desiguais em circunstâncias semelhantes. Consequentemente, em contextos que envolvem família, escola, os meios de comunicação – inclusive a Internet - passando por instituições religiosas, culturais, econômicas e políticas, emergem códigos de conduta e sociabilidades que norteiam comportamentos sociais. Assim, se, por um lado, o trabalho produtivo faz parte da identidade masculina, por outro, a construção da identidade feminina condiciona e limita a participação das mulheres no mercado de trabalho, principalmente devido à constante necessidade de articular atividades domésticas e profissionais. (PRÁ, 2013).

Carneiro (2003), afirma que na cultura ocidental a identidade é construída pressupondo o outro. Ou seja, a feminina explicita-se na diferenciação com a masculina. Para Heleith Saffioti (1987), as identidades sociais são construídas por meio da atribuição de

responsabilidades distintas para homens e mulheres. A socialização dos filhos, por exemplo, é tradicionalmente atribuída às mulheres, independente da origem de classe ou etnia. Mesmo quando as mulheres trabalham fora do lar, permanecem vistas como a principal responsável pela preparação das gerações mais jovens para a vida adulta.

Por isso, a identidade feminina é construída em torno do mundo privado e da manutenção de um modelo de família em que elas têm as responsabilidades domésticas e socializadoras. Isso tem condicionado a participação das mulheres no mercado de trabalho. A constante necessidade de articular atividades domésticas e profissionais limita a disponibilidade feminina para o trabalho que passa a depender de uma complexa combinação de características: estado conjugal, filhos, idade, escolaridade, etc.. Fatores que estão sempre presentes na decisão das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho. (BRUSCHINI, 1995)

É por isto que, comumente, ouve-se falar que determinadas profissões não são apropriadas para homens ou para mulheres. Estamos tão condicionados por essa ideologia de divisão de atividades que achamos natural quando vemos homens e mulheres em funções específicas. Mas quando estas se invertem ou alternam ocorre um estranhamento. É conveniente lembrar que essas funções variam dependendo da cultura, da época, do local, da faixa etária, dentre outros fatores que influenciam em sua determinação.

Refletir sobre as relações entre gênero e trabalho, portanto, significa pensar não somente nas identidades, mas também nas instituições e na relação entre gênero e outras categorias de análise. Por isso, para se pensar sobre divisão sexual do trabalho devem-se levar em conta as atribuições de gênero, que envolvem a relação de homens e mulheres no mundo do trabalho. Essas relações abrangem, necessariamente, as transformações histórico-culturais da sociedade e a realidade de homens e mulheres tanto dentro como fora do contexto do trabalho. Ao se refletir sobre esse contexto, percebe-se que tanto a assimetria quanto a hierarquia entre as atividades profissionais exercidas por homens e por mulheres costumam espelhar o discurso sobre a desigualdade entre eles e a forma com que se relacionam na sociedade.

Hirata e Kergoat (2007) afirmam que a divisão sexual do trabalho, tema que ponho em evidência neste estudo, emergiu como teoria e problema de pesquisa nos anos 70 do século XX. A partir daí, inúmeras leituras puderam ser feitas sobre essa divisão. Segundo essas autoras, a que melhor identifica as origens dessa discussão enfatiza o

caráter sexuado das relações sociais. Nesse panorama, as diferenças entre homens e mulheres engendram desigualdades quanto ao valor dos trabalhos masculinos e dos femininos.

Essas desigualdades serão refletidas neste estudo a partir de uma perspectiva interdisciplinar por meio da atuação da Sociologia, da História e da Antropologia, uma vez que essa temática alcançou, através dessas disciplinas, novos contornos que ampliaram o debate sobre essa divisão. Uma contribuição importante desses campos de estudo refere-se à caracterização da divisão sexual do trabalho como um fenômeno presente em todas as culturas e sociedades. Segundo Kergoat (1987), a organização dessa divisão varia tanto no tempo como no espaço, não consistindo em única forma de divisão do trabalho, pois se articula a outras. O principal elemento, comum em todas as suas variações, está na hierarquização do trabalho conforme o sexo de quem o realiza. Pode-se afirmar que, se por um lado, a organização entre os sexos não constitui a única forma de divisão do trabalho em uma cultura ou sociedade, não sendo exclusiva das nossas sociedades ocidentais, por outro, a grande importância dessa divisão reside na capacidade de conferir visibilidade às relações sociais. Isto porque a divisão sexual do trabalho pode ser considerada um suporte empírico que permite a mediação entre as relações sociais - que são abstratas - e as práticas sociais - que são concretas. (HIRATA; KERGOAT, 2007).

É por isso que a “universalidade” da divisão sexual do trabalho, segundo essas autoras, está longe de cristalizar as relações entre os sexos, uma vez que lhe confere um caráter da ordem da natureza e da imutabilidade. Assim, a divisão sexual do trabalho inscreve-se radicalmente na ordem do social, pois em seu centro estão a hierarquia e o valor. É importante ressaltar que, ao contrário do que é postulado por abordagens deterministas e essencialistas, esses elementos são frutos de relações sociais, as quais constroem e compartilham sentidos e significados sobre o mundo. Por isso, para pensar sobre o lugar que as mulheres vêm ocupando no mundo do trabalho nas primeiras décadas do século XXI, creio que se faz relevante entender o que vem a ser trabalho para o contexto atual, uma vez que ele, o trabalho, pode ser concebido como sendo uma ação humana, e enquanto tal está suscetível a transformações tanto quanto os seres humanos também estão. (MARCONDES; ROTENBER; PORTELA; MORENO, 2003)

Ao analisar as questões do trabalho dentro de uma perspectiva histórica, Lopes (2009) concluiu que no período anterior à industrialização, o trabalho não era o eixo principal da constituição dos sujeitos. Isto só se modificou a partir do século XVIII, quando o

trabalho tornou-se uma questão central na vida social a partir do processo de industrialização. Desde então, tem sido considerado por muitos estudiosos como um elemento importante na constituição da identidade dos sujeitos.

Hirata e Philippe Zarafian (2003), dizem que o desenvolvimento histórico do conceito de trabalho foi formalmente interpelado nos anos 70 do século XX, a partir do desenvolvimento de pesquisas que introduziam a dimensão sexuada na análise desse tema. É a partir da problemática da divisão sexual do trabalho que se propõe a desconstrução/construção do conceito de trabalho e seus conceitos conexos, como o de qualificação. Segundo esses autores, o trabalho pode ser compreendido como um ato

que se passa entre o homem e a natureza. O próprio homem exerce em relação à natureza o papel de uma potência natural específica. Ele põe em movimento sua inteligência e sua força a fim de transformar matérias e lhes dar uma forma útil à sua vida. Ao mesmo tempo em que age por esse movimento sobre a natureza exterior e a modifica, ele modifica sua própria natureza e desenvolve suas faculdades aí adormecidas. (HIRATA; ZARAFIAN, 2003, p. 65)

Portanto, a relação que se estabelece entre os sujeitos e o trabalho é de natureza física e intelectual. Os sujeitos, nesse processo, modificam e são modificados.

É importante salientar que no processo de transformação, o trabalho deixou de ser uma atividade de subsistência humana e passou a ser uma atividade de acúmulo de bens, passando então a incorporar características de um universo pertinente somente para o sexo masculino. A partir daí, foi ao longo do tempo se formalizando em diferentes tipos. Essa formalização fez com que o trabalho chamado de produtivo passasse a ser visto como masculino e o doméstico como feminino, já que a tarefa de “cuidar” foi concebida como uma ação “natural” da mulher, uma das principais razões da naturalização do discurso que propagava, por exemplo, a ideia de a atividade do magistério ser considerada “apropriada” para as mulheres por ser uma profissão que tem como princípio o orientar e o cuidar das pessoas. (ARAÚJO & SCALON, 2005)

Sendo assim, não havia espaço para as mulheres na produção da economia, pois a elas caberia a atividade doméstica ligada às “relações afetivas no seio da família e fundada na disponibilidade materna e conjugal das mulheres [...] Sendo a forma privilegiada de expressão do amor na esfera dita privada”. (HIRATA; ZARIFIAN, 2003, p. 66).

Portanto, o trabalho guarda uma estreita relação com a categoria gênero, uma vez que foi dividido conforme a organização que permeava as relações entre homens e mulheres na sociedade. Essa divisão sexual do trabalho está inserida nas relações de poder “sexualizadas” e se manifesta por meio da distribuição das atividades entre os sexos de forma desigual, seja no âmbito da produção ou da reprodução. A legitimação desse processo passa pela construção de identidades sociais masculinas e femininas em consonância com o que se espera de cada um dos sexos no contexto em que se inserem.

Louro (1997) ressalta que houve durante muito tempo uma invisibilidade das mulheres em quase todos os contextos sociais, decorrente dos múltiplos discursos que caracterizavam o mundo doméstico, como já foi dito, como o “verdadeiro” lugar da mulher. Essa invisibilidade, ao contrário do que se costuma imaginar, começou a ser rompida muito antes da chamada primeira onda do feminismo. As responsáveis por essa ruptura foram mulheres trabalhadoras e camponesas. Mesmo antes do surgimento das chamadas “Ondas do Feminismo”¹⁷, essas mulheres tinham atividades em fábricas, oficinas e lavouras. Porém, a autora afirma que elas, apesar de terem um trabalho remunerado, as atividades que desenvolviam quase sempre eram, como acredito que em muitos contextos ainda hoje são, rigidamente controladas e dirigidas por homens e geralmente representadas como secundárias, ou “de apoio”, de assessoria ou auxílio.

A conquista das mulheres por um espaço nesse desigual mercado de trabalho começou, portanto, quando a sociedade ainda acreditava ser o homem o único que tinha a incumbência de prover as necessidades da família. Conforme Luca (2001), as mulheres viúvas ou que pertenciam às classes economicamente menos favorecidas sustentavam seus filhos com atividades que lhes dessem um retorno financeiro. Destacam-se algumas atividades, como fabricação de doces, arranjo de flores,

¹⁷ Os movimentos Feministas foram divididos, por “necessidade” cronológica, em “ondas”. Atualmente essa divisão está sendo revista por estudiosas do(s) movimento(s), a exemplo da Dra. Joana Maria Pedro, professora da UFSC.

bordados e aulas de piano. Essas atividades eram pouco valorizadas, além de mal vistas pela sociedade, dificultando assim a conquista das mulheres por um espaço no mercado de trabalho.

Desde sua sistemática entrada no proletariado, no final do século XIX e início do XX, a mulher inseriu-se no chamado setor produtivo. Entretanto, tem sido mantido o modelo atribuído ao sexo feminino, voltado para o mundo privado e da reprodução. Por isso, o valor de atuação da mulher continua atrelado ao universo hierarquicamente subalternizado da reprodução no mundo doméstico. O discurso sobre o trabalho e a identidade das mulheres ainda continua a ser construído a partir de enunciados do tipo “elas não deveriam estar nesse lugar”, pois a elas cabe a função de mantenedora do lar e educadora dos filhos. Assim, sua função permanece referida ao da casa, ao da maternidade e ao do cuidado como os outros. (BRITO; OLIVEIRA, 1997).

Podemos, a partir dessas premissas, pensar nas identidades de gênero como um processo dinâmico de construção e transformação, uma vez que estamos continuamente nos construindo como femininos ou masculinos. Essa construção ocorre em nossas relações sociais, que são sempre atravessadas por diferentes discursos, ideologias, representações e práticas. Assim, essa construção vai transformando-se, historicamente, na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe. (LOURO, 1997)

Por isso o tipo de discurso que pregava a necessidade natural de submissão feminina foi propagado e reforçado por décadas tanto pela Igreja, como pelo Estado e pela Medicina. Essa corrente de pensamento, que reprimiu a participação feminina em diversas áreas, também assegurou a definição de “papéis” de gêneros: a mulher, por ser, em média, mais fraca que o homem, estaria apta às tarefas domésticas (com menor necessidade de inteligência) e o homem às profissões que exigissem mais conhecimento e força física. (ROCHA, 2009)

Essa diferença, para Siri Hustvedt (2013), costuma ser crucial em determinados contextos da vida em sociedade. Por causa dela, as mulheres foram, por muito tempo, excluídas de muitos direitos, como o de frequentar a escola, ter propriedades, votar, bem como trabalhar sem autorização do marido ou pai. As diferenças biológicas eram utilizadas para reprimir o sexo feminino.

A ensaísta e romancista americana, em sua recente obra “*The Summer Without Men*”, aborda, além de outros aspectos, a diferença entre os sexos, que, na opinião de Siri, não está relacionado à competência de homens e mulheres. Para ela, o que faz a diferença é a

educação que recebem, pois a formação educacional é um fator que contribui sobremaneira para elevar a confiança das mulheres.

Essa escritora afirma que anos de opressão resultaram na diminuição da confiança que as mulheres têm nelas mesmas, o que pode ser mudado através da educação. É por isso que pai e mãe precisam ensinar às filhas a lição de que são capazes de tudo que desejam e que o futuro não é algo predeterminado.

Mas ainda hoje há estudos que lançam mão de características biológicas para justificar as desigualdades sociais que existem entre homens e mulheres. Nosso pensamento vai ao encontro da concepção de Louro (1997) que se contrapõe a esse tipo de argumento. Para ela não são as características sexuais que constituem efetivamente o que é feminino ou masculino, mas a forma como essas características são valorizadas e representadas, levando-se em conta o lugar e o momento histórico. Segundo a autora, para que se compreenda o lugar e as relações existentes entre homens e mulheres numa determinada sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre eles.

Rocha (2009), afirma que foi através da inserção no mundo do conhecimento, e posteriormente no mundo do trabalho, que as mulheres elevaram sua autoestima. Para a autora, a entrada das mulheres no mundo profissional representou uma forte referência para a construção de sua identidade. O sentimento de pertencimento e de utilidade, desenvolvido a partir dessa inserção, está intrinsecamente ligado à realização profissional das mulheres.

Lombardi (2007), também aponta o acesso à educação como um requisito fundamental para ampliação dos direitos femininos. Para ela, o crescente aumento da escolaridade das mulheres, desde a década setenta do século XX, pode ser considerado um fator propulsor de mudanças importantes, como, por exemplo, a diversificação da escolha profissional feminina. Essa socióloga afirma que essa diversificação caminhou tanto na direção de novas áreas como em direção a novas profissões.

A seguir, faço um breve percurso na história da educação para o trabalho a fim de refletir sobre os discursos que marcaram a inserção das mulheres nesse universo educacional.

2.3 MULHERES E ESCOLARIDADE NO BRASIL: UMA RELAÇÃO CARACTERIZADA POR DISCURSOS ANDROCÊNTRICOS

É inegável que a educação é de extrema relevância para o desenvolvimento econômico e social do mundo moderno. Tem sido apontada como uma das questões que podem possibilitar a redução das diferenças, tanto sociais como econômicas, de um país ou região. Segundo Hildete de Melo (2010, p. 141), “a educação faz parte dos processos de reprodução social e é o meio pelo qual se renova a sociedade nos seus processos de socialização ao lado da família”.

Em todo o mundo moderno, níveis mais elevados de educação permitiram, nas últimas décadas, às pessoas melhorarem a qualidade de suas vidas. No caso das mulheres, isto foi particularmente verdadeiro em virtude da associação imediata entre mais educação e o que Melo (2010) denomina “empoderamento” feminino. Podemos dizer que, no Brasil, os avanços nos indicadores educacionais nas últimas décadas foram reflexos da demanda de grupos sociais por políticas inclusivas e também as conferências internacionais que tiveram papel importante e trouxeram para a agenda social brasileira determinados temas sociais.

Um melhor nível educacional, sem dúvida, possibilita o aumento do potencial de alguns aspectos essenciais para mudar a vida das mulheres. São eles: geração de renda, autonomia, controle de fertilidade e maior participação na vida pública. Entretanto, não podemos esquecer que esta transformação é condicionada pelo nível de desenvolvimento econômico do país. Esse desenvolvimento pode ampliar ou diminuir o impacto desta elevação na escolaridade da população. Influencia também na diversificação de atividades produtivas oriundas do rápido avanço do processo de industrialização, que são as oportunidades de trabalho e mobilidade social que permitem a mudança nos “papéis” femininos e masculinos e a consolidação de sua autonomia econômica e política. Mas é preciso atenção para o peso da cultura patriarcal, pois esta poderá colocar, com maior ou menor intensidade, empecilhos ao acesso das mulheres a esta autonomia.

Segundo Melo (2010), para analisar o contexto atual do acesso das mulheres à educação, é necessário retroceder um pouco no tempo para poder entender melhor alguns aspectos particulares do sistema educacional brasileiro. Um desses aspectos é que, no Brasil, foi ao longo do século XX que o acesso à escola ampliou-se para os diferentes grupos populacionais antes excluídos do processo educacional formal. Com isto, as mulheres passaram a ter a oportunidade de estudar, o que hoje em dia se reflete nos indicadores educacionais, nos quais as mulheres vêm superando os homens. Foi uma grande conquista, pois as mulheres começaram o século XX analfabetas e terminaram mais

escolarizadas que os homens. A mesma realidade é observada em todas as regiões do nosso país, como evidencia a figura abaixo, que mostra que entre a população ocupada e residente nas áreas urbanas, a diferença entre homens e mulheres se amplificou.



Figura 1 - Média de anos de estudo da população ocupada com 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 1999 e 2009

Fonte (IPEA, 2011)

Isso significa que as mulheres tendem a se qualificar ainda mais para entrarem no mercado de trabalho, o que, infelizmente, não se reverte nem em salários mais elevados nem em acesso a todas as áreas profissionais. Assim como também não significa a desobrigação das responsabilidades domésticas e dos cuidados com os outros membros da família. (MELO, 2010).

Porém, esse aumento de escolaridade feminino não ocorreu em todas as faixas etárias. Quando consideramos as mulheres com mais de 60 anos de idade, a realidade é outra: o analfabetismo ainda é predominante nesta idade. Os homens dessa mesma faixa etária, entretanto, apresentam menores taxas de analfabetismo. Segundo Melo (2010), isto é consequência de um passado no qual o espaço público não era permitido ao contingente feminino, na condição de trabalhadora ou cidadã. Restavam-lhes apenas as responsabilidades pelo trabalho doméstico no âmbito privado. As mulheres, por conseguinte, não tinham acesso à educação ou o tinham em proporções significativamente diferentes e inferiores às masculinas. A visão sobre a educação das mulheres era meramente um treinamento para o mundo privado, isto é, preparar a mulher para atuar no espaço doméstico e cuidar do marido e

filhos e não para desenvolver um trabalho assalariado. Assim, as mulheres ficavam quase sempre restritas à função de mãe e dona-de-casa ou atuavam em profissões “de mulher”, como professora e enfermeira.

Por isso o magistério constituía uma ocupação essencialmente feminina. Essa formação profissional, porém, contribuiu para o ingresso de muitas mulheres da classe média no mercado de trabalho. A possibilidade de aliar uma profissão revestida de prestígio social ao trabalho doméstico e à maternidade fez com que o desejo de ser professora se tornasse bastante popular entre as jovens. Quando desejavam atuar em outras profissões, as mulheres da época encontravam muitas barreiras porque esse desejo implicava em seguir estudos mais especializados em sua maioria feitos em universidade. Mas o currículo das escolas era diferenciado para mulheres, o que dificultava mais ainda o ingresso dessas mulheres nas universidades. (LOURO, 1997)

Em face dessa realidade, quando as meninas eram solicitadas a dizer o que queriam ser no futuro, ou seja, que atividade profissional elas gostariam de exercer quando adultas, a resposta da maioria era quase sempre a mesma: professora. Em muitos contextos, ser professora era a única carreira profissional reservada, e talvez a única possível, para as mulheres. Isto não quer dizer que as garotas do século XXI não tenham mais este desejo. Mas outras respostas agora aparecem e são cada vez mais diversificadas: médica, modelo, mecânica, policial, etc..

Para que as mulheres pudessem dar uma resposta diferente a essa pergunta, muitas tiveram que travar durante muito tempo várias lutas em prol de uma cidadania plena para elas em todos os setores da sociedade. Alguns resultados dessas lutas começaram a aparecer mais fortemente nas últimas décadas do século XX e no início do XXI, quando as mulheres conquistaram muitos direitos, tanto educacionais como cívicos; quebraram tabus, levantaram bandeiras e foram à luta para reivindicar mais igualdade entre homens e mulheres. No início do século XX, mas precisamente após a Primeira Guerra Mundial, aumentou a entrada de mulheres em universidades europeias. No entanto, foram mais recebidas nas áreas das ciências humanas, pois as áreas de conhecimentos consideradas científicas e técnicas continuaram sob o domínio masculino. (CORTÊS, 2012)

Muitos autores afirmam que a conquista das mulheres por um espaço no mundo de trabalho começou de fato com a I e II Guerras Mundiais, quando os homens foram para as frentes de batalha e as

mulheres assumiram os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho. Miridan Falci (2010) afirma que essa é uma visão reducionista, já que as mulheres negras e pobres sempre trabalharam. Segundo a autora, convém destacar que a luta pelo acesso ao mercado de trabalho das mulheres brancas e de classe média, em nada se confunde com a história de luta das mulheres negras e pobres brasileiras que, salvo raríssimas exceções, não tinham acesso à educação e ao mercado de trabalho formal. Quando se trata das mulheres negras e pobres, a sua presença no mundo do trabalho é uma constante ao longo da história, pois estas sempre exerceram os mais diversos ofícios no Brasil, quer seja na condição de escrava na casa grande e nas lavouras, quer como comerciantes, quitadeiras, prostitutas, embora essas notáveis profissionais não constem nos dados estatísticos com a devida relevância.

Raquel Soihet (2002) demarca o final do século XIX e o advento da República no nosso país como o cenário de mudanças nas aspirações das mulheres. Foi nesse momento que as mulheres das chamadas classes “mais abastadas” juntaram-se às mulheres pobres, estas há muito inseridas no mercado de trabalho. A industrialização, que havia deslocado o consumo para os mercados, passou a exigir a contribuição financeira das mulheres. Em decorrência, houve a reivindicação à educação de qualidade e direito ao voto e elegibilidade para as mulheres.

Mas no Brasil somente na década de 90 do século XX é que aumentou a parcela de mulheres assalariadas, consequência da expansão dos empregos no setor de serviços, em paralelo à retração do emprego masculino, em especial no setor industrial.

Na educação, as primeiras mulheres a se formarem nos cursos superiores viravam notícias em jornais de todo país. Essas mudanças proporcionaram o acesso das mulheres ao exercício de diferentes tipos de trabalho, inclusive na indústria e no comércio, o que constituía uma novidade no final do século XIX e início do século XX. Trazendo para a realidade do século XXI, ainda é possível se verificar, empiricamente, a presença massiva de mulheres negras nos trabalhos braçais e de baixa remuneração. (GALDINO, 2005)

Um dos pontos chave na luta feminista era a reivindicação de educação de qualidade para mulheres. As feministas acreditavam que com educação e profissionalização as mulheres teriam a mesma remuneração que os homens. Mas esse panorama se altera apenas a partir de 1922, quando, através da pressão exercida por Bertha Lutz, as escolas que qualificavam estudantes para o ingresso no ensino superior passaram a aceitar mulheres.

Podemos dizer que hoje em muitas sociedades, de fato, as mulheres não têm mais, a exemplo de outrora, como única opção profissional apenas o magistério. Mas isto não significa dizer que atualmente as mulheres possam exercer qualquer profissão sem causar estranheza. Em alguns contextos, o discurso sobre a existência de uma profissão “fisicamente” adequada para cada sexo ainda ocorre com relativa frequência porque há concepções que continuam resistentes ao tempo. Uma delas é a forma como se costuma caracterizar as funções que convencionalmente são destinadas ao sexo feminino e ao masculino, resultado de um sistema de significados que pode ser capaz de moldar a percepção dos indivíduos acerca dos fenômenos e das transformações que ocorrem à sua volta. (GIULANI, 2010)

Por isso em várias culturas as pessoas ainda aprendem, desde muito cedo, concepções do tipo: meninas devem ser criaturas sempre dóceis e servis e meninos assertivos e pouco emotivos. Dessa forma, são reforçadas diferenças na forma de estereótipos sexistas relativos aos mais diversos aspectos, o trabalho é um deles. (ARAÚJO & SCALON, 2005)

Os estereótipos masculinos e femininos, para nós, conduzem à aceitação de “papéis” sociais e profissionais. Mas a sociedade muitas vezes pouco faz para diminuir os estereótipos. Até instâncias educacionais, a exemplo dos Institutos Federais, costumam reproduzi-los, e até mesmo reforçá-los, haja vista que as/os profissionais envolvidos/os nesse processo são elementos que reificam tais estereótipos. Creio que isto ocorra, principalmente, devido ao despreparo de muitos profissionais em trabalhar gênero nestes contextos.

Mas, apesar de enfrentar dificuldades, e lutar contra os estereótipos, as mulheres sempre exerceram, mesmo que numa proporção significativamente menor, outras atividades além do magistério. A sua inserção no chamado mercado formal de trabalho é que só teve início no século XIX, tendo alcançado seu estabelecimento no século XX, que foi marcado por uma série de mudanças socioeconômicas: urbanização e industrialização; avanços tecnológicos, difusão dos meios de comunicação e a eclosão do movimento feminista. Foi por meio desse movimento que o mundo passou a conhecer a condição de opressão e desigualdade que as mulheres estavam submetidas e a partir das denúncias, possibilitar uma atuação maior no espaço público e, por conseguinte, uma atuação política e social pela

igualdade de direito, de educação e profissionalização. (BRUSCHINI, 2007)

No Brasil, foi em 1932 que as mulheres conquistaram a igualdade de salário e a proibição dos trabalhos arriscados determinados pela legislação. Décadas mais tarde, nos anos 80 e 90 do século XX, quando o quadro econômico do país passou por uma estagnação com elevadas taxas de inflação e uma queda na taxa dos empregos formais, é que os efeitos recaíram principalmente na mão de obra feminina; mesmo assim, as taxas de participação feminina seguiram aumentando, havendo neste ínterim um contínuo crescimento de sua participação no mundo do trabalho. (GALEAZZI, 2001)

Essas transformações possibilitaram que as mulheres conseguissem adentrar em setores profissionais em que era inimaginável a sua presença. Esse fenômeno pode ser explicado através de uma combinação de fatores econômicos e culturais. Em primeiro lugar, pode-se citar o avanço da industrialização que transformou a estrutura produtiva, dando continuidade ao processo de urbanização. Em segundo lugar, podemos apontar o aumento da escolaridade, a queda das taxas de fecundidade, o que proporcionou um aumento das chances de as mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade. (MATOS & BORELLI, 2012)

Porém, mesmo tendo conquistado direitos, inclusive de exercer as mais diversas atividades profissionais, as mulheres ainda são vítimas de preconceitos em determinados setores do mercado de trabalho. Por que isto ainda acontece? Creio que, apesar dos consideráveis avanços que as mulheres conquistaram, a visão sexista do mundo do trabalho parece ainda vigorar neste século, o que favorece o estranhamento de algumas pessoas quando se deparam, por exemplo, com uma mulher dirigindo uma carreta ou um homem exercendo a função de manicure em um salão de beleza. Algumas atitudes são emblemáticas como, por exemplo, as de pessoas se recusarem a entrar em ônibus guiado por mulheres ou não contratarem o serviço de oficinas que empregam mulheres mecânicas. Isto reforça o nosso questionamento sobre o fim do discurso sexista no mundo do trabalho.

Entendo que esse estranhamento ainda ocorra porque o discurso que sempre predominou foi o de que os homens se identificam com profissões que exigem força física ou habilidade em números, e as mulheres com atividades que são consideradas “mais leves”. Esse tipo de discurso é fruto de uma tradição de pensamento elaborada no século XVII por muitos teóricos, a exemplo de Spencer. Esse discurso, que ainda ecoa em alguns contextos nos dias atuais, propunha que o

desenvolvimento intelectual feminino diminuía na puberdade para canalizar energias para a preparação do corpo para a maternidade, e o mesmo não aconteceria com os homens. Em razão desse discurso, as mulheres foram consideradas inferiores intelectual e moralmente, razão pela qual deveriam ser submissas a um tutor: seu pai ou marido. (PAULILO, 1987)

Acredito que a liberdade de as mulheres escolherem uma profissão vem se fortalecendo à medida que elas se especializam nas mais diferentes áreas profissionais, promovendo mudanças nos discursos que abordam a relação entre mulheres e profissões. Por isso, considero a expansão da escolaridade no nível tecnológico, à qual as brasileiras têm tido cada vez mais acesso, um dos fatores de maior impacto sobre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Dados apontam para uma maior escolaridade das trabalhadoras nesse campo. Sendo, inclusive, em algumas regiões do país, muito superior à dos trabalhadores. Desta maneira, é possível perceber como as pesquisas voltadas para as questões de gênero e trabalho podem traçar elementos que indicam a hierarquização social estabelecida através da educação e do trabalho, caso desta pesquisa focada no trabalho técnico.

Ao longo dos anos, identificam-se avanços graduais nos números da educação no país; contudo, observa-se a manutenção das desigualdades que têm, historicamente, limitado o acesso, a progressão e as oportunidades, principalmente da população negra, de nordestinos e da população rural na educação. Como demonstrado, na 3ª edição do Retrato das Desigualdades (IPEA, 2011), em grande parte dos indicadores educacionais, as mulheres se sobressaem aos homens. No entanto, o tema de gênero não está resolvido nesta área, sobretudo, porque muitos são os desafios marcados pelo sexismo enfrentado pelas mulheres nos bancos escolares e na carreira acadêmica, com atenção especial à situação das mulheres negras, que estão em desvantagem em relação às mulheres brancas e homens brancos em todos os indicadores.

Na opinião de Hildete de Melo (2010), os avanços ocorridos nos últimos anos ainda não conseguiram construir a igualdade de gênero no sistema educacional nacional. Segundo essa autora, os currículos da educação básica e superior são pouco sensíveis a esta questão, assim como a capacitação dos profissionais, a elaboração do material didático e a orientação pedagógica para a prática na sala de aula de uma educação verdadeiramente inclusiva em todas as esferas da sociedade. Na próxima seção, reflito sobre os discursos que permeiam a educação

tecnológica brasileira na qual, em algumas áreas, ainda são vigentes discursos misóginos e androcêntricos.

2.4 AS MULHERES NA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO BRASIL

A história da educação tecnológica¹⁸ no Brasil teve início ainda no império. Após a suspensão da proibição de funcionamento de indústrias manufatureiras no Brasil, em 1809, o então Príncipe Regente, que se tornaria mais tarde D. João VI, assinou um Decreto criando o Colégio das Fábricas. Nessa época, o mundo vivia a Revolução Industrial que teve início na Inglaterra, com a mecanização dos sistemas de produção que era dominado por uma burguesia sedenta por maiores lucros, menores custos e produção acelerada. Mas a economia do Brasil era de base escravagista, com um número considerável de negros cativos. Por isso, o interesse maior do Príncipe Regente era, com esse decreto, a partir da cultura, difundir um novo espírito e melhorar as condições econômicas da sociedade, além de mudar o quadro de letrados presente na época, que era de bacharéis e eruditos, traço cultural predominante da elite. Entretanto, esse decreto, que previa uma mudança significativa, não conseguiu imprimir uma transformação significativa na mentalidade cultural da época, uma vez que a base econômica agrícola e escravista não mudou. Na época de criação desses colégios, a indústria não havia chegado ao Brasil. Por isso, a propensão discursiva da sociedade da época - mais inclinada às letras do que às ciências - não era de valorização das profissões ligadas à técnica e às atividades do tipo manual e mecânico. E a iniciativa do colégio das fábricas que no seu primeiro momento parecia inovadora fracassou. (VASCONCELOS, 1991)

Segundo Maria Luiza Marcílio (1998), isto se explica a partir da estrutura econômica, uma vez que é fácil deduzir que os favorecidos dos colégios das fábricas não foram os negros cativos e nem seus filhos e filhas, pois o alicerce econômico continuou o mesmo. Isso ocorria porque, no século XVIII, o Brasil não comportava mais uma base econômica agrícola e escravista, mas ao mesmo tempo não possuía estrutura para uma industrialização massiva. Não se pode negar que,

¹⁸ Entendo educação tecnológica, a partir da concepção de Miriam Grinspun (2002, p. 27), como “uma filosofia que oriente o sujeito para que ele seja capaz tanto de criar a tecnologia, como desfrutar dela e refletir sobre a sua influência na sua própria formação e de toda sociedade”.

historicamente, o século XVIII tenha sido marcado pelo grande salto tecnológico nos transportes e máquinas. As máquinas a vapor, principalmente os teares gigantes, revolucionaram sobremaneira o modo de produzir. Mas, se por um lado a máquina substituiu o homem e a mulher, gerando milhares de desempregadas(os), por outro também baixou o preço de mercadorias e acelerou o ritmo de produção. No entanto, a mola-mestra da industrialização era o consumo, o que a sociedade brasileira não comportava, tendo em vista o grande contingente da população que ainda vivia sob o trabalho escravo. Enquanto na Europa os trabalhadores lutavam por melhores condições de trabalho, no Brasil, a luta era pelo fim da escravidão. Logo, se não havia mercado consumidor, não havia também expansão da indústria. (QUELUZ, 2000)

Esse panorama começa a assinalar mudanças em 1909, quando Nilo Peçanha, o então Presidente do Brasil, através do Decreto nº 7566, instalou em cada uma das capitais dos Estados do Brasil uma escola de Aprendizes Artífices, destinadas a ministrar o ensino profissional primário gratuito. Eram 19 escolas destinadas “aos pobres e humildes”. Os estudantes recrutados para compor o corpo discente deveriam ser preferencialmente, de acordo com as normas adotadas, nas palavras de Gilson Queluz (2000), “os desfavorecidos da fortuna”. Assim, essas escolas tornaram-se uma espécie de asilo para esses meninos “pobres”. Desde a sua gênese, portanto, as Escolas de Aprendizes Artífices eram direcionadas aos meninos, uma vez que o objetivo maior do estado era evitar que crianças desvalidas se tornassem futuros vadios e nocivos à sociedade.

Essa modalidade educacional, em todos os seus níveis, foi assumindo um caráter de ordem moralista, para combater a vadiagem, ou assistencialista, para propiciar alternativas de sobrevivência aos menos favorecidos pela sorte, ou economicista, sempre reservada às classes menos favorecidas da sociedade, distanciando-as da educação das chamadas “elites condutoras do País”. Isto é tão verdadeiro, que tradicionais cursos de educação profissional de nível superior, como direito, medicina e engenharia, entre outros, são considerados como cursos essencialmente acadêmicos, quando, na verdade, também são cursos profissionalizantes uma vez que o Parecer CNE/CEB nº.16/99 destaca que, a rigor, “após o ensino médio tudo é Educação Profissional.” (VASCONCELOS, 1991)

Segundo Queluz (2000), isto talvez tenha sido uma exigência estabelecida em decorrência dos próprios preconceitos vigentes no país

da época, ainda impregnado da atmosfera escravocrata, com grande preconceito em relação às tarefas manuais. Essa proposta de “acolhimento dos pobres” era comum a todas as outras escolas Aprendizes Artífices, cuja proposta dialogava com os discursos de disciplinarização e higienização que eram correntes nesse período. Na época, profissionalizar esses jovens brasileiros significava também, e porque não dizer principalmente, ensiná-los a se comportar a partir de normas e padrões instituídos socialmente como “adequados”.

Essa política de atenção à infância pobre já vinha se intensificando desde os anos 1850, com a criação de Asilos de Educandos em quase todas as capitais provinciais. Segundo Maria Luiza Marcílio (1998), a ideologia que fundamentava essas instituições incluía a formação cívica e a capacitação profissional das crianças desvalidas. Arrisco-me a concluir que as preocupações maiores desse projeto eram direcionadas aos meninos, quer fossem brancos ou pretos, uma vez que, de acordo com as referências da época, as meninas/mulheres mesmo as de rua, não constituíam um elemento perigoso à segurança social.

Nesse contexto, a educação profissional brasileira foi sendo tratada de maneira preconceituosa ao longo de sua história, influenciada por uma herança colonial e escravista no tocante às relações sociais e, em especial, ao trabalho que para os homens era naturalizado dependendo de sua classe social. Já as mulheres, somente para algumas o trabalho era “permitido” e “estimulado”.

Até a década de 70, a formação profissional nas instituições profissionalizantes se traduzia no treinamento para a produção em série e padronizada. O resultado desse tipo de formação era a incorporação ao mercado de trabalho de operadores semiquualificados, desempenhando tarefas simples, rotineiras e previamente delimitadas. Havia pouca margem de autonomia para o trabalhador, pois o conhecimento técnico e organizacional cabia quase sempre apenas aos níveis gerenciais. A baixa escolaridade dos trabalhadores não era considerada entrave significativo à expansão econômica. Em 2004, houve uma nova regulamentação para a educação profissional no Brasil. O Decreto nº 5.154/2004 determinou que a educação profissional deveria ser integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia com o objetivo de promover o permanente desenvolvimento de aptidões para a chamada vida produtiva. (VASCONCELOS, 1991)

Atualmente essa modalidade de educação que se destina ao estudante matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como ao trabalhador em geral, jovem ou adulto, estrutura-se em: formação inicial e continuada de trabalhadores; educação

profissional técnica de nível médio; educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. A partir da vigência do decreto citado acima mudou a abordagem das atividades produtivas que constituem o mundo do trabalho, passou-se então, a identificar três grandes segmentos: produção de bens, produção de conhecimentos e produção de serviços. Essas atividades produtivas são as bases em que se assentam as diretrizes curriculares nacionais. Cada um desses segmentos - bens, conhecimentos e serviços - tem processos próprios, ou seja, demandam funções específicas, que realizam operações segundo determinadas normas, métodos e técnicas. Os diferentes processos produtivos guardam entre si semelhanças e dessemelhanças, e sobre as semelhanças é que se constituem as grandes áreas profissionais. Por outro lado, os processos produtivos de cada área profissional se desdobram em funções e subfunções, e a partir destas últimas é que são identificadas as competências e habilidades, construídas sobre as bases tecnológicas a elas referenciadas. (FERRETI, 1994).

Depois de várias mudanças, a educação profissional não mais consiste em simples instrumento de política assistencialista nem se resume à simples preparação do sujeito para execução de um determinado conjunto de tarefas. Pelo contrário, depois da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal 9.394/96, a educação profissional passou a significar muito mais: o domínio operacional de um determinado fazer, acompanhado da compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões. Podemos perceber que a nova LDB revê o seu texto frente à Educação Profissional. Por isso, grande parte dos perfis profissionais propostos pelo setor produtivo apresentam características muito vinculadas à formação geral do trabalhador, no sentido de que ele precisa ter uma forte base humanística, científica e tecnológica, e competências para a tomada de decisão, para o trabalho em grupo e para a adequação às constantes mudanças que se processam no mundo do trabalho. Mesmo percebendo os avanços frente ao novo modelo de produção, bem como na forma como se organiza a formação para esse modelo, a questão da qualidade e competência ainda não foi pensada a partir das relações de poder, ou seja, no interior do trabalho e de todos os modelos que pensam sobre a questão da organização da produção, a relação de gênero tem sido ignorada pelos estudiosos do tema em questão (FERRETI, 1994).

Pensando no contexto atual, podemos dizer que esse nível de escolaridade tem especial importância para a inserção das mulheres no mercado de trabalho porque, segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), apesar do aumento da taxa de atividade das mulheres, elas ainda são as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelos cuidados com os filhos e demais familiares. No Brasil, a média de horas que as mulheres gastam com afazeres domésticos, a partir dos 16 anos de idade, é mais do que o dobro da média de horas dos homens. IBGE (2010)

No ensino profissional brasileiro, os percentuais de ingresso feminino têm sido bastante elevados. Contudo as escolhas das mulheres continuam a recair, preferencialmente, sobre áreas que, tradicionalmente, preparam para o que Bruschini (2007) chama de “guetos” ocupacionais femininos. Mas também é verdade que a parcela feminina nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conhecidos como IFs, vem ampliando sua presença em outras áreas ou redutos masculinos, a exemplo das evidenciadas neste estudo. Entretanto, as mulheres, além de continuar marcando presença nesses tradicionais “guetos” femininos, no caso do IFPE nos cursos de Segurança do Trabalho e Radiologia, têm adentrado também em outras áreas profissionais, consideradas de prestígio, tidas como tradicional reduto masculino.

Bruschini (2007) afirma que algumas transformações pelas quais passaram algumas profissões consideradas redutos masculinos abriram novas possibilidades para as mulheres que se formaram nessas carreiras, ampliando o leque profissional feminino para além dos “guetos tradicionais”. Esta poderia ser considerada uma das principais faces do progresso alcançado pelas mulheres, no que tange à sua participação no mercado de trabalho.

Por isso a inserção das mulheres no ensino profissionalizante muitas vezes constitui um grande desafio para elas. Acreditamos que os obstáculos existam porque, embora as leis educacionais brasileiras estabeleçam que a oferta de cursos profissionalizantes deva ser sintonizada com as demandas do mercado, dos cidadãos e da sociedade, sendo instrumento eficaz na reinserção do trabalhador, há um descompasso entre o que objetiva o MEC e ao que assistimos na prática, uma vez que os cursos ofertados pelas instituições profissionalizantes aparentemente não consideram as discussões sobre as relações de gênero presentes em quase todas as esferas sociais do nosso tempo. Ao estruturarem os cursos profissionalizantes, essas instituições comumente não preveem a presença de mulheres em algumas áreas técnicas, como a

mecânica, a eletrotécnica e refrigeração. Talvez isto ocorra porque exista a falsa concepção de serem essas áreas de interesse apenas do público masculino.

De acordo com os números do IBGE (2011), na educação profissional brasileira a quantidade de mulheres matriculadas é menor do que a dos homens, pois representam 39,3% dos estudantes em cursos direcionados ao mercado de trabalho. Elas só são maioria no setor de serviços do nível técnico, onde representam 52,5% do total de matrículas. Essa diferença é atribuída principalmente à maior concentração de mulheres nos cursos de Administração, Contabilidade e Saúde. No nível básico e no tecnológico, como a matrícula é maior em cursos voltados para atividades tradicionalmente exercidas pelos homens, a presença das mulheres não passa de 36%.

Em minha concepção, isto ocorre porque os avanços galgados no século XX ainda não conseguiram construir a igualdade de gênero no sistema educacional nacional, uma vez que os currículos da educação básica e superior são pouco sensíveis a esta questão, assim como a capacitação dos profissionais, a elaboração do material didático e a orientação pedagógica para a prática na sala de aula de uma educação inclusiva. (MELO, 2010)

Tenho convicção de que ao contemplar os objetivos desta pesquisa e evidenciar a gradativa inserção das mulheres nas áreas de refrigeração, eletrotécnica e mecânica do IFPE serão feitas reflexões sobre os discursos acerca das atribuições inscritas culturalmente sobre profissões “de homem” e “de mulher”, uma vez que essa inserção feminina significa um rompimento de valores no mundo do trabalho, os quais tendem a discriminar as mulheres em carreiras predominantemente masculinas.

Por isso, no próximo capítulo, ao refletir sobre a inserção das mulheres nessas áreas do IFPE – cujo discurso dominante é da inadequação “física” para elas – será dada ênfase aos obstáculos enfrentados pelas estudantes. É meu desejo destacar o fato de essas mulheres pernambucanas estarem, paulatinamente, mudando esse panorama, construindo novas práticas discursivas a respeito da presença delas nas referidas áreas tecnológicas.

CAPÍTULO 3 HIERARQUIAS DE GÊNERO INSTITUÍDAS DISCURSIVAMENTE NO IFPE- CAMPUS RECIFE

A mixidade de emprego não é jamais indiferenciação, mas uma nova hierarquia de diferenças. Ela permite aos homens se distinguirem.

Michelle Perrot (2005)

No presente capítulo, trato de histórias contadas por pessoas comuns, em conversas e entrevistas de pesquisa. Trago, assim, o relato das/dos estudantes e das/dos professores dos cursos de mecânica, eletrotécnica e refrigeração do IFPE – *Campus* Recife. Em consonância com a visão da AD francesa, argumento que, ao contar suas histórias, os sujeitos são inconscientemente atravessados por ideologias androcêntricas que emergem de sua memória discursiva. Por isso, tomando como base o que chamo de *performance narrativa* desses sujeitos, reflito sob que condições têm ocorrido a inserção e a progressão de mulheres nos cursos tecnológicos aqui evidenciados, desde os espaços escolares até o mercado de trabalho no período de estágio obrigatório. Reflito também sobre a forma como essa inserção é vivida pelas estudantes e como os homens (colegas e professores) percebem as possibilidades de essas mulheres exercerem as profissões dessas áreas tecnológicas, visto que são tidas como atividades predominantemente masculinas.

3.1 A HISTÓRIA DO IFPE E DE SUAS PRÁTICAS DISCURSIVAS: EM BUSCA DA PARTICIPAÇÃO FEMININA

O IFPE nasce como Escolas de Aprendizes Artífices do Recife, iniciando suas atividades pedagógicas, de fato, em 16 de fevereiro de 1910, no ano seguinte a seu nascimento. No seu primeiro ano de funcionamento teve 70 alunos matriculados, mas com uma frequência regular de, apenas, 46. A Escola tinha o objetivo de formar operários e contramestres e recebia somente meninos que deveriam ter idade entre 10 e 13 anos - como é possível ver nas fotografias abaixo. Esses jovens ingressavam nos cursos que eram oferecidos sob o regime de externato, funcionando das 10 às 16 horas. (MELO, 2011)

Segundo Vasconcelos (1991), inicialmente, a Escola funcionou na sede do antigo Mercado Delmiro Gouveia (local onde está atualmente o quartel da Polícia Militar de Pernambuco, no Derby), em que a Escola

de Pernambuco funcionou entre 1910 e 1923. O Instituto também teve como sede a parte posterior do antigo Ginásio Pernambucano, na Rua da Aurora, no centro da cidade do Recife/PE. A partir do início do ano letivo de 1933, passou a funcionar na Rua Henrique Dias, 609, no Derby, sendo a sede oficialmente inaugurada em 18 de maio de 1934. Uma enchente, em 1975, causou grandes estragos no prédio da Escola e, o então Ministro da Educação, Nei Braga, fez uma visita à Instituição para verificar pessoalmente os estragos e determinar medidas para a construção de uma nova sede. Em 17 de janeiro de 1983, a Escola passou a funcionar nessa nova sede, na Av. Professor Luís de Barros Freire, 500; no bairro universitário¹⁹, onde atualmente funciona o *Campus Recife*.

Para acompanhar tantas mudanças físicas e também as que ocorreram no cenário econômico e político do país, a Instituição pernambucana passou por muitas transformações, tanto no âmbito político como pedagógico, mudando de nome várias vezes. A primeira alteração chegou, ainda que timidamente, em 12 de junho de 1918, pelo Decreto nº 13.064, através do qual as Escolas de Aprendizizes Artífices, conservando o caráter de instituição destinada aos meninos oriundos das camadas populares, foram reformuladas. Esse decreto, contudo, não promoveu grandes modificações. A partir de 1942, realmente houve uma transformação e as Escolas passaram, através da Lei orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942), a ofertar o ensino industrial, abrangendo os dois ciclos: o básico e o técnico. Essa Lei orgânica do Ensino Industrial modificou completamente as antigas Escolas de Aprendizizes Artífices que passaram a oferecer ensino médio e, aos poucos, foram se firmando como instituições abertas a todas as classes sociais. Em 1959, a Lei nº 3.552, deu estruturas mais amplas ao ensino industrial e em 1961 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024, de 20 de dezembro) e, em 11 de agosto de 1971, a Lei nº 5.692 (expansão e melhoria do ensino) reformularam, também, o ensino industrial. Assim, o ensino profissional foi se ampliando, passando a ser aceito como

¹⁹ Esse bairro atualmente possui a maior concentração de centros de estudos e pesquisas do Norte/Nordete brasileiro. Nele há a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP); o Centro Regional de Ciências Nucleares (CRCN), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Centro Municipal de Educação Infantil Paulo Rosas e o Colégio Militar do Recife (CRM), contando ainda com a sede da 7ª Região Militar do Exército. (MELO, 2011)

necessidade imprescindível para o próprio desenvolvimento do país. (MELO, 2011)

Em seguida passou a ser Escola Técnica do Recife e, posteriormente, Escola Técnica Federal de Pernambuco. Na década de noventa do século passado, recebeu a denominação de Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (Cefet-PE). Em 2008, a Lei nº 11.892 criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O Cefet-PE passou, então, a se chamar Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), ofertando desde cursos de curta duração, passando pelos técnicos de nível médio, graduação, especialização e mestrado. Atualmente o IFPE²⁰ conta com nove *campi* descentralizados e possui um corpo discente estimado em 14.000 estudantes. Os Institutos brasileiros são os únicos do mundo com essas características. (MELO, 2011)

Como as demais Escolas de Artífices do País, a de Pernambuco também se destinava, na sua gênese, a meninos pobres, oriundos da periferia do Recife. Segundo Itamar Vasconcelos (1991), a Escola surgiu com o objetivo de amparar os meninos pobres. O vocábulo “deserdado”, por exemplo, é um adjetivo que aparece em vários documentos. A Escola era tão caracteristicamente “de pobres”

que se exigia um atestado de pobreza, fornecido por um Delegado de Polícia, para matrícula. A clientela vinha dos coelhos, de Santo Amaro, de mocambos situados nos alagados. Muitos alunos frequentavam as aulas calçando tamancos, pois não era possível comprar sapatos. (VASCONCELOS, 1991, p. 15)

Segundo o autor, como as demais escolas, a criação do Instituto visava atender dois aspectos da sociedade brasileira da época: o assistencial e a necessidade de preparar mão de obra para a indústria, que começava a ensaiar seus primeiros passos em Pernambuco.

Na figura abaixo, vemos apenas meninos nas oficinas da Escola do Recife/PE. O ingresso apenas deles era natural para época, uma vez que a Escola tinha o sexo como pré-requisito. Além do que, a Escola

²⁰ O IFPE oferece cursos técnicos em três modalidades: integrado ao ensino médio; sequencial, para quem já concluiu o médio; e o Proeja, integrado ao médio para jovens e adultos. Há, no Apêndice B, quadros com os cursos ofertados pelo IFPE e pelo *Campus* Recife. Esses quadros nos ajudam a entender melhor o contexto educacional do IFPE.

iniciava ofertando os cursos de Mecânica, Marcenaria, Carpintaria e Desenho, ocupações construídas como eminentemente masculinas.

Figura 2 - Alunos nas oficinas da Escola de Aprendizes Artífices do Recife



Fonte: O Artífice – Ano 2 - n.5 e 6/1929

Figura 3 - Alunos nas oficinas da Escola de Aprendizes Artífices do Recife



Fonte: O Artífice – Ano 2 - n.5 e 6/1929

Figura 4 - Alunos nas oficinas da Escola de Aprendizes Artífices do Recife



Fonte: O Artífice – Ano 2 - n.5 e 6/1929

As figuras evidenciam as definições diferenciadas de masculino e feminino, reforçando-se a divisão sexual do trabalho. Ainda hoje, em algumas áreas da educação técnica há manutenção de hierarquias sociais e sexuais, mesmo em um mundo em transformação.

Mas as mulheres não deixaram de participar da Escola. Na figura 5, há o registro, escrito à mão, do dia em que foi lançada a 1ª pedra da Escola de Aprendizes Artífices na capital de Pernambuco. Nessa foto, há seis mulheres²¹ que, segundo relatos orais²², eram esposas de funcionários ou professoras primárias que atuavam na Escola e que haviam sido convidadas para a inauguração.

²¹ Um olhar mais atento para a fotografia revela que os nomes de sete pessoas foram registrados, identificando-as. Das seis mulheres que pousaram para a foto, quatro, juntas no canto direito, tiveram seus nomes escritos: Maria Giraldes (III), Cecília Moura (IV), Maria Sette (V) e Maria de Jesus Peregrino (VI). Separadas dessas quatro mulheres, há duas que não tiveram seus nomes identificados.

²² Trata-se de relatos orais que se perpetuaram através das gerações de servidores.

Figura 5 – Dia em que foi lançada a 1ª pedra da Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco (14 de agosto de 1930).



Fonte: Patrimônio iconográfico do IFPE

Essas fotografias são verdadeiras relíquias e um dos poucos documentos salvos de grandes enchentes do rio Capibaribe, em cuja margem estava o antigo prédio do Instituto. A enchente, que ocorreu na capital do estado de Pernambuco por volta dos anos 70 do século XX, foi uma das piores. Nesse período, documentos muito importantes para a história do IFPE foram perdidos. Em face disto, tive dificuldade em angariar mais informações sobre a história do Instituto.

Mas, ao vasculhar o acervo do IFPE, em 2013, tive a grata surpresa de encontrar outra relíquia. Trata-se de alguns exemplares do jornal “O Artífice”, que circulou na escola entre os anos de 1928 a 1949, como órgão oficial. O material, bastante gasto pelo tempo e manchado em virtude das enchentes, foi um verdadeiro achado. Nele, descobri informações e imagens sobre Maria Sette e Maria de Jesus Peregrino. Ambas atuaram desde a fundação e durante décadas permaneceram no Instituto. Elas foram algumas das professoras primárias contratadas pela Escola para ministrar o ensino propedêutico.

Nas figuras abaixo, há dois registros sobre Maria Sette. O primeiro mostra essa Maria em sala de aula e traz a seguinte legenda: “D. Maria Sette... na sua ingrata apesar de sublime tarefa de mostrar os

‘sete’ sacramentos da virtude, do dever e do trabalho”. A segunda figura é uma homenagem para Maria:

À sincera e dedicada mestra que muito tem contribuído para a nossa orientação no caminho do dever, com os seus comprovados ensinamentos e sua bondade infinita, seus amiguinhos e alunos lhe rendem uma modesta homenagem.

Figura 6 - Profª Maria Sette em sala de aula



Fonte: O Artífice – Ano 2 - n. 6/1929

Figura 7 - Homenagem à Profª Maria Sette

Prof. Sta. Maria do Carmo Sette

Viva o Brasil que me dá o dia 15 de Novembro!

Resumo do Trabalho de Instrução (Aluno do 2º ano primário)

A desobediência.

Tito é meu amigo não é muito obediente e por isto apunhou de 1 por cento dia.

A senhora mãe dele, ficou a ficar com uma bola porque elle tinha dado boas contas de suas ogações na escola.

Mas a privação ficou no ar e fugiu para o jardim 13 de Maio varios companheiros, entre os q estava eu. No melhor do brinquo Tito recebeu um chamado de sua e tremulo acudiu ao chamado.

Contado apunhou de cinco, por desobediência.

Alberto Pinheiro
(Aluno do 2º anno primario)

Comp. Typ. pelo alumno do no primario **Napolitano Lopez**

Versos - que não são meus

* Um branco a um preto
Moleque da venta chata
Da bocca de curura...
Antes de tezes de nada

Fonte: O Artífice – Ano 10 - n. 25/1937

Como era comum para a época, Maria é retratada com um tom quase maternal. Nas palavras de Vasconcelos (1991, p.16), Maria Sette “durante 40 anos encheria a vida da escola, com a sua figura de mestra dedicada e eficiente”. Segundo o autor, ela era uma professora de fisionomia austera e ao mesmo tempo bondosa “um tipo de mestra que parece não existir mais”.

Louro (2010) afirma que no processo de feminização do magistério, difundiu-se o discurso sobre a inclinação natural da mulher para essa atividade profissional. A docência, segundo a ideologia propagada nesse discurso, não subverteria a função feminina fundamental: a maternidade. Ao contrário, poderia até ampliá-la ou sublimá-la. Assim, passou a ser recorrente a ideologia que pregava ser o magistério uma atividade de amor, de entrega e doação. Na visão de Louro (2010, p. 450), esse discurso justificou a saída de um contingente significativo de homens do chamado ensino primário. A partir de então “passam a ser associadas ao magistério características tidas como ‘tipicamente femininas’: paciência, minuciosidade, afetividade, doação”.

Encontrei também nos exemplares do jornal “O Artífice” informações sobre a professora Maria Jesus Peregrino. Tratava-se de fragmentos com imagens bastante comprometidas. Há uma alusão à professora na obra de Vasconcelos (1991, p.10). Esse autor fala sobre a colaboração dessa Maria no jornal da Instituição. Numa das edições do “Artífice²³”, há um artigo em que essa professora descreve o bairro do Derby, onde a Escola funcionou durante décadas. Maria relata como era o acesso ao prédio do Educandário nos primeiros anos de funcionamento.

Estendia-se, em frente, uma intérmina campina, cortada aqui e ali por mangues, camboas, braços de rio que, quando cheios, interceptam a passagem que era feita em toros de madeira, à guisa de pontes, encontravam-se por ali gado a pastar, cães famintos e vagabundos fugidos de seus donos ameaçando a quem, por acaso, passasse. Não havendo bonde, para essa linha, a caminhada para a Escola era feita a pé, desde os “Quatro Cantos”, por ser este o ponto menos longe. A entrada era desabitada, deserta e solitária

²³ Não foi possível identificar o número e o ano desta edição de “O Artífice”, porque esse relato foi extraído de uma de suas folhas avulsas bastante danificadas pelo tempo.

e, o capim espesso cobria, muitas vezes, o lamaçal barrento e escorregadio, onde se mergulhava o pé até o tornozelo.

É muito interessante a descrição do acesso à Escola que Maria faz. Os detalhes do texto fornecem ao leitor uma construção imagética sobre esse bairro, localizado nas imediações do centro da cidade do Recife/PE. Provavelmente, essa Maria teve que ultrapassar além das barreiras físicas descritas por ela, outras de cunho familiar, uma vez que, segundo Vasconcelos (1991), anos depois de sua inauguração, a Escola passou a oferecer também aulas no turno da noite e Maria foi designada para também atuar nesse turno, fato incomum uma vez que, como aponta Louro (2010), o magistério era considerada uma profissão “adequada” para as mulheres porque era um trabalho de um só turno, o que permitia que essas mulheres atendessem as chamadas “obrigações domésticas” no outro período.

Maria Sette e Maria Peregrino foram as primeiras e, durante muitos anos, as únicas mulheres da Escola. A medida que a Escola ampliava o número de vagas, o que segundo Vasconcelos (1991), acontecia lentamente, outras professoras primárias foram contratadas para ministrar aulas de leitura e escrita aos jovens rapazes. Encontrei no jornal “O Artífice” a nota de falecimento da professora Beatriz Ferreira Lima. Um detalhe me chamou bastante atenção: o fato de Beatriz ser negra. Não era comum, na época, as mulheres negras terem acesso à alfabetização e, dificilmente, conseguiam cursar o magistério, lugar da mulher pernambucana que era branca e de elite. Ainda hoje o IFPE é considerado um lugar da elite intelectual e profissional do Estado. O contingente de docentes e discentes que se autodeclararam negros ainda é bem menor do que daqueles que se declaram pardos ou brancos. Tentei, avidamente, conseguir mais informações sobre Beatriz, mas, infelizmente, não obtive sucesso.

Figura 8 - Nota de falecimento da Prof^{ra} Betriz Ferreira Lima



Fonte: O Artífice – Ano 12- n. 25/1940

Para nós, as mulheres do Instituto, essas são fotografias emblemáticas, que marcam nossa presença na fundação da Instituição. Constituem também a prova de que as mulheres pernambucanas, mesmo em menor número, de alguma forma sempre estiveram presentes na formação profissional de nosso estado. Por outro lado, essas imagens nos remetem a uma escola, como não poderia deixar de ser em virtude dos paradigmas e ideologias da época, pensada por homens e para os homens, sempre reproduzindo em suas práticas discursivas concepções androcêntricas que, na maioria das vezes, nortearam o ensino profissionalizante no Brasil.

Assim como essas mulheres, nas áreas técnicas do meu *Campus*, faço parte também de uma minoria, fato tido ainda hoje como “natural”, embora o discurso vigente nos IFs é o de que homens e mulheres podem exercer qualquer profissão. Em minha trajetória de docência no Instituto tenho percebido, porém, que os homens também sofrem preconceito ao optarem por cursos em que há predominância do sexo feminino, como Design e Turismo, por exemplo. Segundo dados estatísticos do Controle Acadêmico do IFPE *Campus* Recife, estes dois cursos citados acima costumam apresentar um percentual alto de matrículas de mulheres, se comparados aos demais oferecidos pela Instituição. Geralmente, elas representam 80% do total de matriculados nos referidos cursos.

Mas o contrário também é verdadeiro. O mesmo ocorre com mulheres que optam por cursos hegemonicamente masculinos, uma vez que são corriqueiros os relatos das estudantes sobre as dificuldades que enfrentam dentro e fora do *Campus* Recife quando optam por esses cursos. Muitas delas afirmam que ao se apresentarem para estágio ou seleção de emprego em empresas costumam ser recebidas com enunciados do tipo “Queremos um técnico e não uma mulher”. Essas dificuldades provavelmente são desencadeadas pelo pensamento sexista em relação às profissões que ainda vigora, tanto no âmbito educacional quanto mercadológico. O que seria um indicativo de que, a partir de uma ideologia machista, as estudantes, por serem mulheres, não estariam aptas para determinadas atividades profissionais.

Acredito que discursos desta natureza ainda existam porque há uma convenção que continua ratificando a divisão das profissões em masculinas e femininas em quase todos os contextos atuais. Isto talvez seja decorrência de uma forte carga de tradições e costumes mantidos pelas sociedades que tem se encarregado de classificar as profissões, criando fantasias e estereótipos em torno das mesmas, os quais têm se perpetuado discursivamente geração após geração. Essas convenções sociais sempre interferiram na construção da identidade feminina, atrelando-a ao poder masculino.

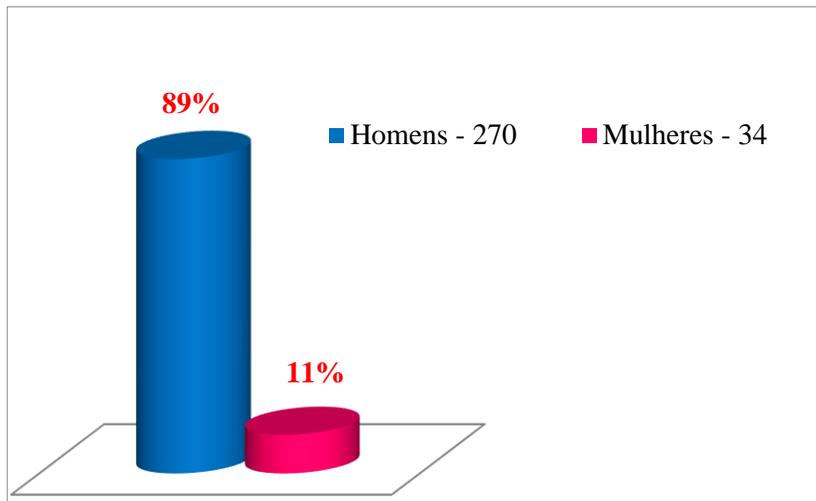
Porém, apesar das adversidades, as mulheres estão cada vez mais escolhendo cursos tidos como “masculinos”. Mesmo sabendo que têm de enfrentar padrões de gênero que são aceitos tanto no interior das famílias quanto no das escolas profissionalizantes. A situação “inusitada” de ser mulher nessas áreas também representa uma ruptura dos padrões pré-estabelecidos e uma quebra de expectativa nos ambientes de trabalho. Um desafio no que diz respeito ao enfrentamento de situações discriminatórias e restritivas ao exercício e construção de sua carreira profissional, bem como na forma como elas se percebem - e são percebidas – como mulheres e profissionais em áreas técnicas “masculinas”.

3.2 PECULIARIDADES DAS ÁREAS DE MECÂNICA, ELETROTÉCNICA E REFRIGERAÇÃO

A presença das mulheres nas áreas de mecânica, refrigeração e eletrotécnica do IFPE tem aumentado, mesmo que numa proporção significativamente inferior ao ingresso feminino nos demais cursos oferecidos. Em 2012, quando realizei as entrevistas no IFPE - *Campus*

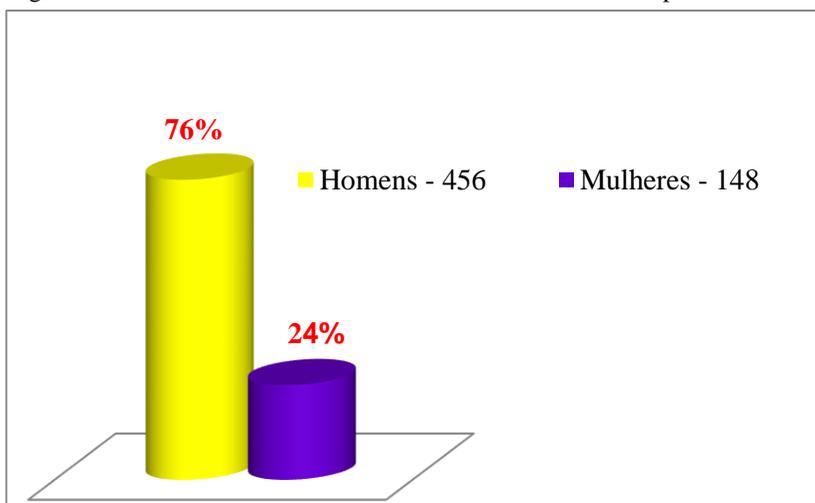
Recife, essas áreas apresentavam a seguinte estatística, segundo a Coordenadoria Geral de Controle Acadêmico (CGCA) do IFPE.

Figura 9 - Matrículas do curso de Mecânica - 2012.1 – Campus Recife



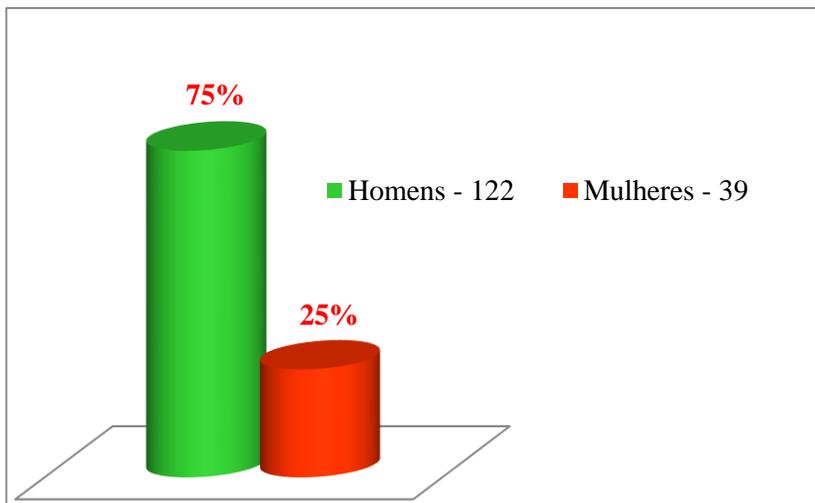
Fonte: Coordenadoria Geral de Controle Acadêmico (CGCA) do IFPE

Figura 10 - Matrículas do curso de Eletrotécnica - 2012.1 – Campus Recife



Fonte: Coordenadoria Geral de Controle Acadêmico (CGCA) do IFPE

Figura 11 - Matrículas do curso de Refrigeração - 2012.1 – Campus Recife



Fonte: Coordenadoria Geral de Controle Acadêmico (CGCA) do IFPE

Embora sendo minoria, como é possível verificar nas figuras acima, as estudantes do *Campus* Recife cada vez mais têm concluído esses cursos e se colocado no mercado de trabalho, desafiando estereótipos sexistas, inclusive estéticos, ao vestir macacões e calçar botinas, manusear ferramentas pesadas e subir em postes de alta tensão, atividades próprias dessas profissões, mas consideradas por muitos como sendo pesadas e impróprias para o sexo feminino.

Segundo a ementa²⁴ do curso de mecânica, por exemplo, a/o estudante do IFPE desse curso será a/o profissional que estará habilitada/o para o planejamento, controle/supervisão de processos de usinagem-montagem, instalação, manutenção e desenvolvimento de projetos de sistemas mecânicos. Esse profissional poderá analisar projetos de máquinas e equipamentos mecânicos; interpretar desenhos de mecânica geral; fazer esboço de peças e conjuntos, atividades que poderão ser exercidas em empresas que utilizem equipamentos mecânicos, pneumáticos, hidráulicos, eletromecânicos, incluindo concessionárias de veículos, empresas de ônibus, locadoras de

²⁴ Algumas partes deste plano e dos planos dos outros cursos do IFPE evidenciados neste estudo estão disponibilizados nos anexos deste trabalho. Esses conteúdos também estão disponíveis em: <<http://www.ifpe.edu.br>>.

automóveis e oficinas especializadas. Ou seja, poderá atuar em qualquer tipo de indústria que possua máquinas e equipamentos, como a automobilística, a naval, a química, a petroquímica, a alimentícia, a metalúrgica, além de empresas prestadoras de serviços de manutenção industrial.

Já no curso de eletrotécnica do IFPE, segundo sua ementa, as/os estudantes preparam-se para desempenhar a função de electricista de instalações em redes de alta e baixa tensão. Atuarão também em sistemas de energia elétrica predial e industrial. Na linha de instalações prediais, as/os estudantes estarão habilitadas/os a elaborar projetos e executar instalações elétricas residenciais e prediais; supervisão, execução, inspeção e controle de manutenção em sistemas de instalações elétricas. Também poderão atuar na linha de instalações industriais. As/os estudantes desse curso recebem também uma formação complementar para estarem preparadas/os para lidar com as novas demandas da área: energia solar, eólica, etc..

As/os jovens que optam pelo curso técnico de refrigeração e ar condicionado do IFPE serão, segundo a ementa desse curso, as/os profissionais habilitadas/os a realizar tanto a manutenção quanto a instalação e supervisão de máquinas, equipamentos e sistemas de climatização. Essas/esses estudantes deverão estar aptas/os a lidar com equipamentos unitários de pequeno porte: refrigeradores, condicionadores de ar e também com as grandes instalações e sistemas: câmaras frigoríficas e sistemas de climatização central. Outra atividade relacionada à sua atuação é a supervisão de trabalhos de instalação e manutenção. Também podem atuar no planejamento e execução de projetos de instalação de sistemas de climatização. Devido às mudanças climáticas e à busca cada vez maior por eficiência energética e sustentabilidade, as/os estudantes desse curso também recebem no IFPE uma formação complementar na área de aquecimento, com ênfase na utilização do aquecimento solar. Como é possível perceber pelas atividades prescritas nas ementas desses três cursos, trata-se de campos profissionais cujas áreas de atuação são bastante abrangentes.

A seguir, trago análises dos relatos do corpo discente e docente do IFPE - *Campus* Recife, através dos quais reflito sobre a instituição das relações de gênero nessas áreas técnicas e sobre as hierarquias que são fundadas na divisão sexual do trabalho.

3.3 O CURSO DE MECÂNICA E O DISCURSO SOBRE O CORPO FEMININO

O curso de mecânica existe desde a fundação do Instituto, em 1909. As figuras abaixo trazem momentos distintos de sua existência. Na figura 7, há um anúncio produzido pela Escola de Aprendizes Artífices do Recife para ser colado em pontos estratégicos da cidade. Nele é possível ver a expressão “Forja Mechanica”, nome atribuído ao curso no início de sua existência.

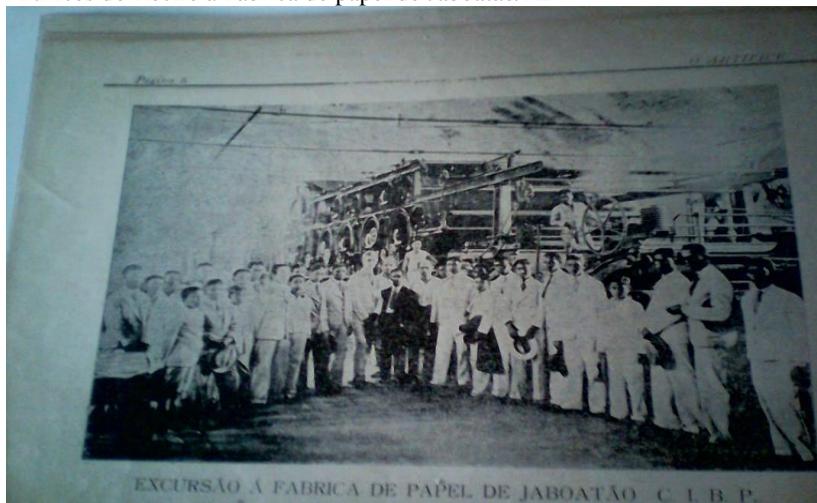
Figura 12 - Anúncio dos cursos da Escola de Aprendizes Artífices do Recife



Fonte: O Artífice: Ano 1; nº 1 – 1928

Acredito que dos três cursos técnicos do IFPE – *Campus* Recife, evidenciados neste estudo, o de mecânica é o que mais reforça hierarquias de gênero em relação às profissões tecnológicas. Discursos sobre a “natureza” masculina do curso são recorrentes. Esse curso configura, no *Campus*, um espaço reservado apenas para os homens, tanto estudantes quanto professores.

Figura 13 - Excursão dos alunos do curso de mecânica da Escola de Aprendizes Artífices do Recife à Fábrica de papel de Jaboatão/PE



Fonte: O Artífice: Ano7; n° 20/1934

Na figura acima, vemos um grupo de estudantes e professores que visitaram, em 1940, a Fábrica de papel de Jaboatão dos Guararapes, município que atualmente faz parte da região metropolitana do Recife/PE. Na fotografia, é possível ver, nitidamente, a hegemonia masculina desse curso. Muitos anos se passaram desde o registro deste momento. Atualmente, nas visitas técnicas do curso, já é possível registrar a participação de mulheres, professoras ou alunas. Porém nos discursos que circulam nessa área técnica do *Campus Recife* são propagadas algumas ideologias sobre a “inferioridade física” do corpo feminino em relação ao masculino. Fala-se, reiteradamente, sobre a fragilidade feminina para exercer as atividades da profissão de técnico em mecânica.

No início da década de 90 do século XX, quando, ainda muito jovem, entrei na então Escola Técnica Federal de Pernambuco, vivenciei o que anos mais tarde descobriria ser um grande desafio para as professoras da área de línguas. No meu primeiro semestre de docência na Escola, fui designada para ministrar aulas de Língua Portuguesa e Literatura em uma turma do primeiro período²⁵ do curso de mecânica no

²⁵ Os cursos técnicos do IFPE têm duração de 4 anos e são distribuídos em 8 períodos. Há, em função dessa divisão, uma grande rotatividade dos professores

horário noturno. Mais tarde, soube dos colegas de área que isso era uma espécie de teste, de batismo: a professora que conseguisse, nas palavras dos professores, “domar” as turmas de mecânica, estaria apta a enfrentar qualquer outro desafio. Essa turma que a mim foi designada era composta por 40 alunos, todos jovens do sexo masculino que tinham entre 15 e 17 anos e já tinham adentrado no curso adeptos de concepções bastante machistas em relação ao universo acadêmico da Instituição. O discurso corrente era que os alunos de mecânica eram os mais viris e machões do corpo discente da Escola. Ideologia que, de imediato, esses jovens abraçavam, assumindo esse perfil.

Cada curso do *Campus Recife* funciona em um dos seus 5 blocos. O de mecânica funciona no “C”. Esse bloco é um dos lugares de memória para alunas e professoras porque representou, e ainda representa o que há de mais falocêntrico na Instituição. Faz parte inclusive do imaginário da comunidade. Nesse bloco ficam os laboratórios do curso de mecânica industrial. Lá as/os estudantes confeccionam as peças nas aulas práticas, consideradas por boa parte das estudantes como o ponto crucial de sua jornada acadêmica. É o que elas chamam de “teste de fogo”. Se conseguirem, nas palavras delas, “sobreviver” ao primeiro período de aulas práticas, dificilmente elas desistirão do curso.

A figura abaixo é emblemática. Ela ilustra bem esse universo do curso. No canto direito, o diretor da Escola, em 1944, o Sr. Manuel Viana de Vasconcelos, examinando um torno mecânico extremamente moderno para os padrões da época, adquirido pela Instituição para modernizar as oficinas onde eram realizadas as aulas práticas. No centro da foto, o professor Antonio Chagas (de vestimenta branca). No canto esquerdo, Clodoaldo Vieira Passos, Diretor da Escola Industrial de Aracaju/SE, que segundo registra o jornal “O Artífice”, tinha vindo à Escola conhecer as peças confeccionadas pelos alunos do Instituto.

que a cada semestre letivo recebem um novo horário de aulas, sendo incomum ficarem dois semestres com a mesma turma.

Figura 14 - O diretor e um professor da Escola de Aprendizes Artífices do Recife, mostrando um torno mecânico ao diretor da Escola Industrial de Aracaju/SE



Fonte: O Artífice: Ano 16; nº 24 – 1944

O bloco “C” também é para mim, um lugar de memória. Emerge de minha memória discursiva o significado do que representa para as mulheres fazer parte da equipe de docentes desse curso. As primeiras aulas em minha primeira turma de mecânica realmente não foram fáceis. Já no meu primeiro dia de aulas na turma, deparei-me com os olhos examinadores daqueles jovens. Um deles tomou coragem e disse timidamente: “A senhora vai dar aulas do que mesmo?”. Os outros sorriram discretamente e me olharam, aguardando a resposta. Havia no discurso do estudante dois tipos de discriminação: o de gênero e o geracional. Além de mulher, eu era muito jovem, o que sem dúvida era

motivo de estranhamento. Senti emanar certo alívio da turma, quando confirmei que era da equipe de formação geral e não da equipe técnica do curso. De fato, naquele semestre eu era a única mulher a compor o corpo docente que ministraria aulas nessa turma. Durante décadas, na Instituição, foi recorrente o discurso de que estudantes do curso de mecânica não gostavam da área de formação geral. Tinham pouco interesse nessas aulas e costumavam “dificultar” a vida dos professores, especialmente se fossem mulheres, porque essas não conseguiriam “se impor” na turma. Ainda hoje é bastante frequente a ausência total de mulheres, estudantes e professoras, em turmas do curso de mecânica do *Campus Recife*.

Em razão desse universo falocêntrico, muitos obstáculos são colocados na trajetória das mulheres que entram nesse curso. Sem dúvidas, um dos grandes desafios que as estudantes enfrentam é o discurso sexista em relação a seu corpo. Tanto no sentido de sua “incapacidade” física para exercer a profissão, quanto em relação a sua sexualidade. Há quase duas décadas na Instituição, muitas vezes ouvi dos estudantes homens do curso piadas e comentários a respeito das colegas. “Professora, essa é ‘mulher homem’ por isso é que está aqui”. Em Pernambuco, é comum o uso dessa expressão para se reportar a mulheres que têm um comportamento considerado “não convencional” a seu sexo. Outro tipo de enunciado frequente é em relação à pouca beleza das meninas do curso. Isso incomoda bastante as jovens que, normalmente, procuram “fugir” desse preconceito, usando muito batom vermelho e brincos grandes. Elas costumam dizer que é como se fossem invisíveis aos olhos dos colegas. Para eles, as “mulheres” que interessam são as dos outros cursos. Por isso, comumente, aproveitam os horários de intervalo para flertar em outros blocos. Principalmente no Bloco “F”, onde funciona o curso de Turismo, considerado por eles “lugar de menina”.

A questão do corpo feminino, inclusive, promoveu mudanças nos regulamentos da instituição. No início da primeira década do século XXI, a direção do Instituto, a pedido do Grêmio Estudantil da Escola, repensou algumas proibições em relação ao fardamento dos estudantes. O Grêmio alegava que não fazia mais sentido a rigidez no uso de fardamento, uma vez que a Escola, a partir daquela época, teria *status* de universidade. Além do clima quente da cidade, na época, alguns blocos da Instituição enfrentavam sérios problemas em relação ao sistema de climatização, que se encontrava bastante obsoleto. A direção retirou, então, a obrigatoriedade do uso de calças jeans. Os estudantes precisariam usar apenas a camisa com o emblema da Escola, que os

identificaria. A partir de então, as meninas passaram a usar bermudas e saias. É interessante registrar que não houve adesão das poucas estudantes que havia no curso de mecânica. Como na época eu ministrava aulas em uma das turmas de mecânica, a postura das estudantes me chamou atenção. Perguntei a uma delas o porquê da maioria delas escolher permanecer usando calças jeans, se vivíamos naquele período um dos anos mais quentes da região nordeste. Uma estudante me confidenciou que tinha ouvido de um professor o seguinte discurso: “Vocês depois não venham reclamar se os meninos olharem suas pernas e disserem alguma coisa. Se não querem ser olhadas não mostrem.” E ainda acrescentou: “Isso só tem atrapalhado as aulas”. De fato, na época, ouvi muitos comentários a respeito dessa liberação. A maioria era a favor. Mas havia ainda aqueles que apontavam essa liberação como um dos motivos que levaria os homens à distração nas aulas.

Felizmente, a despeito de quaisquer obstáculos, nos anos de docência no Instituto, assisti a algumas intrépidas jovens entrarem na Instituição determinadas a concluir o curso de mecânica. Pais, namorados e maridos olham com estranheza a escolha da profissão. E elas resistem. Os colegas colocam-nas em xeque. E elas resistem. Os professores fazem alusão a sua “incapacidade física” para desempenhar as atividades das aulas práticas. E elas resistem. É o discurso dessas mulheres que ponho agora em evidência neste estudo. Para representá-las, trago o relato de duas Marias: a Melissa e a Mirtes.

Melissa é uma jovem de 25 anos. É casada e não tem filhos. Em 2012, quando a entrevistei, residia no subúrbio da cidade do Recife. cursou o ensino fundamental em escolas públicas. No início de nossa conversa, pedi que falasse sobre a escolha do curso.

No momento eu só *tô* estudando. Quando eu entrei aqui, eu *tava* trabalhando, *né!* Tinha passado num concurso *pra... pro é ...* SENAC de auxiliar de limpeza, mas *tava* muito puxado porque lá a gente trabalhava muito, aí não *tava* conseguido conciliar, *né!* Estudo e trabalho. *Tava* muito puxado. Inclusive a gente trabalhava no sábado também e aqui tem aula no sábado também... no dia de sábado também, *né!* Aí, infelizmente ,eu tive que sair, *né!* Fiz opção por estudar.

De fato, Melissa diz em seu relato que sofreu influência da família quando optou por mecânica. Ela disse que havia recebido apoio de todos, inclusive do marido, que na época que ela fez a seleção para entrar no curso ainda era seu namorado.

Eu particularmente escolhi mecânica por assim... influência e porque vi também o mercado de trabalho se abrindo muito [pausa] *tá* vindo muita indústria *pra cá pro* nordeste, *né?! Estaleiro... A FIAT tá* também vindo. E aí assim... isso me chamou atenção.

Como para essa estudante, a decisão da Fiat de se instalar na região metropolitana de Recife/PE despertou o interesse de muitos jovens das camadas populares e médias da população pernambucana para a área da mecânica industrial. A expectativa é que a chegada da empresa propicie várias oportunidades para esses jovens que, até então, só vislumbram maiores oportunidades de emprego em outros segmentos da indústria do estado. A estimativa é que a fábrica fique pronta até o final de 2014, quando iniciará a produção em escala comercial, segundo relatos de professores da área de mecânica do IFPE. A chegada dessa empresa impulsionou, de forma contundente, o desenvolvimento do estado, fazendo aumentar muito a demanda de procura por cursos técnicos que preparam para profissões ligadas às áreas tecnológicas desse setor industrial. Em 2012 e 2013, segundo dados do CGCA, o vestibular do IFPE apresentou recordes de inscritos nesses cursos.

Considero importante frisar que, embora não descarte a importância desse enfoque econômico, neste estudo o que é imprescindível é a reflexão da dimensão sociocultural da chegada dessa empresa ao estado, uma vez que essa dimensão está na base das diferenças de gênero e focaliza as crenças, valores e atitudes socialmente estabelecidos, os quais formam estereótipos sobre as habilidades diferenciadas entre homens e mulheres. Esses estereótipos influenciam também as escolhas profissionais que as mulheres fazem desde muito cedo em suas vidas já que, muitas vezes, discursos preconceituosos geram barreiras que limitam as chances de crescimento profissional das mulheres.

Por isso, penso que ainda que os avanços econômicos de Pernambuco possam beneficiar homens e mulheres, eles não serão, provavelmente, distribuídos igualmente entre esses grupos. Isto ocorre porque o mercado de trabalho brasileiro ainda está marcado por

significativas e persistentes desigualdades de gênero, aspecto que considero relevante nas reflexões sobre a inclusão das mulheres no mundo do trabalho, porque acredito que as diversas formas de discriminação estão fortemente relacionadas aos fenômenos de exclusão social que originam e reproduzem as desigualdades entre os sexos. Essas desigualdades também são responsáveis pela superposição de diversos tipos de vulnerabilidades e pela criação de poderosas barreiras adicionais enfrentadas pelas mulheres no acesso à profissionalização, embora, como já foi referido nesta pesquisa, a participação delas no mercado de trabalho brasileiro continue aumentando.

E é por isso que a presença feminina no mercado de trabalho, entretanto, ainda está marcada por uma forte diferença em relação à participação dos homens. Segundo os dados do IPEA (2011), há no mercado de trabalho brasileiro uma discriminação de gênero que resulta numa situação sistemática de desvantagem em todos os principais indicadores sociais. Essas desigualdades se expressam claramente nesses indicadores, como tem sido demonstrado por várias pesquisas recentes. Por outro lado, creio que apenas as diferenças de oportunidades entre homens e mulheres não seja suficiente para explicar esse quadro. Existem outros fatores que explicam essa realidade, como o grau de escolaridade dos sujeitos, além de uma série de mecanismos diretos e indiretos de discriminação. Essas desigualdades representam um eixo estruturante da matriz da desigualdade social no Brasil que, por sua vez, está na raiz da permanência e reprodução das situações de exclusão social. Essa exclusão faz com que a participação das mulheres de camadas populares e com menos escolaridade, aqui representadas pela estudante Melissa, ainda seja muito inferior à participação das mulheres mais escolarizadas, o que indica a existência de significativas diferenças entre as mulheres relacionadas aos diferentes estratos sociais aos quais pertencem. Além de representar a dificuldade adicional de inserção das mulheres das camadas populares no mercado de trabalho. (POSTHUMA, 1998)

Isto me leva a concluir que a segmentação ocupacional por gênero ainda persiste e exerce uma forte influência sobre os indicadores de qualidade de emprego. Segundo o IPEA (2011), como Melissa, que se submeteu a um concurso para uma vaga de auxiliar de serviços gerais, uma grande proporção da ocupação feminina ainda se concentra nos segmentos mais precários do mercado de trabalho. Uma das poucas exceções são as profissões ligadas às áreas tecnológicas, o que pode ser considerado como um dos fatores que tem contribuído para a procura

cada vez maior de muitas Marias por cursos técnicos do IFPE. Penso que, de fato, um dos fatores decisivos, na hora de as mulheres fazerem a escolha por um dos cursos técnicos do Instituto, é a oferta de emprego. Melissa corrobora com essa argumentação quando fala sobre sua persistência em concluir o curso de mecânica.

A Fiat mandou um e-mail *pra* mim. Ela *tá* visando os alunos que estão se formando e já estão entrando em contato. É realmente uma área que *tá* crescendo muito aqui no Nordeste. *Tá* chovendo emprego. Mas não vou dizer que mulher não sofre *pra* entrar não. Sofre! [ênfase e risos] Aparece muito a exigência pelo sexo masculino. Às vezes pela idade. Não é sempre, mas aparece. A maioria não diz logo. Eles só dizem na entrevista. Eles pedem também habilitação, noção de informática, automação. Quando eu entrei aqui, eu via muitos avisos exigindo o sexo masculino. Até me assustei. Agora não tenho visto mais. Mas sei que lá, na empresa, eles preferem os homens mesmo. Mas *vô* enfrentar.

Melissa e muitas outras mulheres estão mais interessadas em avaliar as boas oportunidades de emprego que a área tecnológica oferece no estado do que os estereótipos ligados a algumas dessas áreas de atuação. Considero este um dado bastante significativo de mudança de valores sociais e culturais no estado de Pernambuco, pois assinala, ainda que minimamente, o enfrentamento dos obstáculos existentes na busca feminina pela inserção mais igualitária no mercado de trabalho. Sem dúvida, este é um aspecto fundamental para a superação das desigualdades de gênero que ainda persistem no âmbito profissional pernambucano. Por isso, creio que seja importante, neste estudo, a integração das dimensões de classe e gênero para refletir sobre essa realidade. Penso que essas categorias ajudam não apenas a entender os problemas vividos pelas mulheres, e os fatores que os produzem, mas também a compreender melhor o funcionamento do mercado de trabalho em seu conjunto, assim como a dinâmica de produção e reprodução das desigualdades sociais existentes em nosso país.

Na concepção de Angela Maria Carneiro Araújo (2005), a redefinição da relação entre classe e gênero

tem papel decisivo nas novas abordagens e na heterodoxia e começa a transformar a sociologia e a história do trabalho. Trabalhos de Helena Hirata e Daniele Kergoat, Heleieth Saffioti, entre outras, tem grande influência sobre a importância analítica assumida por esta redefinição. Relações de classe e de sexo passam a ser pensadas como relações estruturantes da sociedade que se superpõem. Isto significa que relações de classe são sexuadas, assim como as relações de gênero são perpassadas por pontos de vista de classe. (ARAÚJO, 2005, p.90)

Segundo Araújo (2005), quando relacionam a divisão sexual do trabalho à dinâmica do mercado de trabalho, Hirata, Kergoat e Saffioti questionam, sobretudo, as teorias da mão de obra excedente e da segmentação do mercado de trabalho, uma vez que tratam as qualificações masculinas e femininas, as trajetórias profissionais, os setores e ocupações "destinados" a homens e mulheres como construções históricas, sociais e culturais. Os estudos nesse campo têm se ampliado bastante e objetivado cada vez mais refletir sobre as continuidades e descontinuidades na inserção das mulheres no mercado de trabalho, dando maior visibilidade às formas diferenciadas do trabalho feminino e das relações entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo.

A presente pesquisa se aproxima desses estudos, uma vez que eles têm focado também a presença crescente das mulheres em carreiras consideradas masculinas, as mudanças nos padrões salariais e nos vínculos empregatícios, bem como nos atributos e qualificações, incluindo aí a escolaridade, associados às ocupações ditas femininas e masculinas. Essas ocupações, caracterizadas pelo sexo, são uma das questões recorrentes nos relatos das estudantes entrevistadas neste estudo. Podemos dizer que uma das determinações do processo de escolha profissional é constituída pelas relações de gênero, com seus desdobramentos na divisão sexual do trabalho. Essa determinação é reproduzida tanto no ambiente familiar, como na escola e na sociedade, instituições sociais que têm reproduzido, ao longo do tempo, discursos que dificultam o ingresso da mulher no mercado de trabalho e contribuem para a permanência de preconceitos machistas. (BARBOSA, 2007).

Quando Melissa fala sobre as influências em seu processo de escolha do curso, podemos verificar como os discursos que circulam no ambiente familiar afetam as estudantes. Melissa aponta a opinião da família como um dos fatores decisivos desse processo.

Assim... me influenciaram as pessoas do meu convívio, *né!* A minha família disse que era bom o curso. Meus irmãos e meu namorado. Meus irmãos e meu namorado me apoiaram. No início eu recebi muito apoio do meu namorado. Mas agora, de um tempo *pra cá*, eu não *tô* mais recebendo apoio dele. Depois que casamos, tudo mudou. Realmente eu achava que era uma área muito boa. Eu tenho uma amiga que é formada em mecânica e trabalha no aeroporto daqui e ganha muito bem. Ela é técnica e ganha muito bem. Ganha em torno de uns cinco mil reais, acho. Então eu pensei que essa é uma área boa e que eu ia ganhar dinheiro. Aí eu fui fazer o curso, mas vi que tem que persistir muito. Mulher quando consegue se formar em mecânica é porque é muito batalhadora. Porque lutou muito, viu! Porque não é fácil não.

É visível que no processo de escolha da estudante pesaram duas coisas: o apoio da família e o fator econômico. Melissa busca o curso como forma de melhorar sua condição socioeconômica. Ao mesmo tempo, mostra-se consciente das barreiras em virtude de ser sua escolha profissional bastante incomum no universo feminino. Dentre os obstáculos que a estudante aponta, é possível notar que o que mais pesa para ela é a mudança de posição de seu companheiro.

Agora eu *tô* enfrentando o empecilho também de meu marido, que quer que eu pare ou mude de curso. Ele vive me dizendo que essa é uma área de muito homem e tem muito assédio. Agora eu *tô* com dificuldade tanto no curso quando na minha vida pessoal, com meu esposo, que *tá* pressionando muito *pra* eu parar.

Essa Maria está lutando contra o preconceito e a discriminação que sofre, dentre outros fatores, por ser mulher. Quando a entrevistei, em 2012, ela havia trancado algumas disciplinas do curso para ficar

mais tempo em casa porque, além do preconceito de colegas e professores da Instituição, enfrentava a pressão do marido para desistir da área.

Ele trabalha num estaleiro, em SUAPE e *tá* vendo que lá as mulheres são muito assediadas. Porque é uma mulher no meio de 100 homens. Então, assim, só uma. Aí ele vê que as mulheres lá... [pausa] chega uma mulher é novidade. Então é como quartel que só tem homens. Quando chega uma mulher é aquele assédio e vê que muitas cedem. Deixa marido. E assim... algumas até por promessas de subir de cargo. Até tem isso também. Ele sabe que eu não sou desse tipo, mas ele tem um pouco de medo. Tem um pouco de medo porque ele vê como é o clima lá pessoalmente. E também vê discriminação.

Há no discurso do marido dessa estudante uma ideologia machista que, infelizmente, ainda vigora em muitos contextos atuais. Por isso o companheiro de melissa sente-se no direito de decidir o que é melhor para ela. Saffioti (1987) é categórica ao afirmar que a existência da relação patriarcal, ainda que mitigada, incide não somente na hierarquização entre os sexos, mas na contradição de seus interesses, ou seja, na manutenção do *status quo* para o homem e a busca pela igualdade entre os sexos. Para essa autora, o patriarcado

não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 1987, p. 50)

Podemos dizer que todos os discursos são ideológicos. Entretanto, isto não significa que representem uma “falsa consciência”, dissimulação, ou mesmo mascaramento do que dizemos. Na verdade, como a ideologia é inerente ao signo linguístico, que por ter um caráter arbitrário, permite que a linguagem leve à criação, à produtividade de sentido ou à manipulação da construção da referência. Por isso, os dois lados da ideologia, ao invés de se excluírem, se coadunam. Portanto,

enquanto concepção de mundo, a ideologia apresenta-se como uma forma verdadeira de pensar o mundo. Porém, isso não quer dizer que ela seja compatível com a realidade, em virtude de seu caráter imaginário e inconsciente. Mas a ideologia pode ser produzida intencionalmente, conscientemente, como por exemplo, nos discursos institucionalizados. Ou seja, mesmo que um discurso faça um recorte da realidade e, assim, omita ou falseie alguns dados dessa realidade, nem por isso deixará de ser uma visão de mundo.

Melissa demonstrou querer lutar contra a visão de mundo do marido. Assim, ela afirmou em seu relato que não iria desistir. Seu plano era fortalecer o casamento recente para depois investir mais na carreira. Muitas estudantes de mecânica acabam desistindo por não aguentar as pressões que ocorrem dentro e fora da Instituição. Essa Maria, assim como muitas, ainda sofre pressões em virtude da ideologia patriarcal que continua a vigorar em muitos contextos. Penso que apesar dos progressos femininos na busca por emancipação, a base material desse sistema não foi completamente destruída. Assim, a despeito dos avanços femininos na conquista dos espaços públicos e de uma divisão de funções mais igualitária no espaço doméstico, as mulheres ainda são as principais responsáveis pelos cuidados com o lar e com a criação dos filhos.

Neste trabalho, patriarcado é compreendido como um caso específico das relações de gênero, onde estas são desiguais e hierárquicas. Na ordem patriarcal de gênero, ocorre a dominação e exploração das mulheres pelos homens, configurando a opressão feminina. Por isso, dentro do binômio dominação-exploração da mulher, os dois polos da relação possuem poder, mas de maneira desigual. A parcela de poder que cabe ao sexo feminino é pequena, mas dentro de uma relação de subordinação, ainda permite que as mulheres questionem a supremacia masculina e encontrem meios diferenciados de resistência. Essa ideologia patriarcal continua bastante enraizada no imaginário coletivo. Por isso, muitos homens têm dificuldade de assimilar funções no âmbito familiar que culturalmente são destinadas às mulheres, que ainda encontram empecilhos na conquista de espaço no âmbito público. Em muitos contextos da sociedade atual, as mulheres ainda são discriminadas, menosprezadas e julgadas. (SAFFIOTI, 2004)

Em face dessa realidade, o conceito de patriarcado ainda se faz presente nas reflexões sobre as desigualdades entre os gêneros, pois representa um tipo hierárquico de relação que está presente em todos os espaços sociais. O patriarcado concede direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, possui uma base material e corporifica-se. Além

disso, diz respeito a uma estrutura de poder que tem por base a ideologia e a violência. Saffioti (2004) afirma que o sistema patriarcal e sua ideologia impregnam a sociedade. Para a autora, na ordem patriarcal de gênero, o poder é exercido por quem for homem, branco e heterossexual. Além dessas discriminações de gênero, há também na sociedade discriminações de raça, etnia, classe social e orientação sexual. Saffioti (2004), afirma que ninguém escapa da ordem de gênero patriarcal, pois a estrutura de poder patriarcal foi absorvida pela religião e pela cultura. Com base nessa estrutura, toda a esfera social é perpassada pela oposição binária entre homens e mulheres.

Portanto, podemos dizer que as mulheres são afetadas por três contradições fundamentais que embasam a sociedade. A mulher é discriminada por ser mulher, como se essa condição a tornasse incapaz, incompleta ou falha. Sofre também discriminação de raça/etnia, principalmente no estado de Pernambuco, cuja herança histórica da escravidão ainda produz efeitos. E quando as mulheres pertencem às camadas mais pobres da sociedade, a desvalorização é ainda maior.

Assim, as desigualdades de gênero que se encontram ainda latentes em pleno século XXI, mesmo após as conquistas históricas que ocorreram nos últimos anos, incidem sobre a totalidade da vida feminina. Considero a inserção no mercado de trabalho um dos ângulos prioritários de manifestação dessas discriminações. Podemos encontrar evidência dessa desigualdade no relato de Melissa. A estudante coloca, por diversas vezes, que o desejo de buscar outra profissão é apenas para evitar atritos com de seu companheiro. Embora seja premente seu anseio pela independência financeira

No início eu recebi muito apoio do meu namorado. Mas agora, de um tempo *pra* cá, eu não *tô* mais recebendo apoio dele. Depois que casamos, tudo mudou. *Tá* uma pressão muita grande. Eu *tô* vendo o que vou fazer, porque eu *tô* sendo muito pressionada, tanto de um lado como do outro. Eu não quero desistir daqui. Eu quero deixar, assim, em aberto. Esse semestre eu só me matriculei em três disciplinas. *Tô* vendo. Acho que vou fazer o concurso da SUDENE. Vou ficar em casa estudando. Vou ver. Se eu conseguir passar, eu deixo a mecânica *pra* atender meu marido.

Podemos observar, através do relato de Melissa, como ainda é presente na vida de algumas mulheres a contradição entre o espaço público e o privado. As mulheres encontram-se sempre divididas entre essas duas esferas. Muitas vezes, para alcançar o sucesso profissional precisam renunciar à vida doméstica. Ao mesmo tempo, ao se dedicar ao lar não têm condições de adentrar no espaço público, por não conseguirem conciliar a esfera privada com a esfera pública.

É perceptível, portanto, como o machismo está presente nas relações sociais entre homens e mulheres e contribui para a manutenção do poder e do quadro de desigualdades existentes nas relações entre eles. Mas essas desigualdades também se apresentam nas relações entre as etnias e classes sociais. Esses três sistemas de dominação e exploração fundiram-se de tal forma que será impossível transformar um deles, deixando intactos os demais. Por isso, as relações sociais entre homens e mulheres tornam-se cada vez mais desiguais. Esse fenômeno da subordinação é repassado às classes sociais e às raças e etnias. Podemos dizer que essa exploração ocorre, principalmente, com a mão de obra de mulheres oriundas das camadas mais populares. Essas trabalhadoras, comumente, realizam trabalhos com carga horária maior e remuneração menor. A submissão feminina a esse tipo de exploração deve-se, em grande parte, à necessidade de assumir o sustento do lar. A essa questão, soma-se o fato de essas trabalhadoras, muitas vezes, não terem tido acesso aos estudos e a qualificação profissional. (SAFFIOTI, 2004)

Por isso, mesmo com o poder patriarcal abalado, ainda existe uma nítida hierarquia entre homens e mulheres. Podemos dizer que os sustentáculos das relações desiguais de gênero encontram-se vigentes e, por vezes, fortalecidos. Principalmente devido ao reforço do sistema econômico, ainda impregnado pela ideologia patriarcal, o que reforça o sistema de opressão que subjuga as mulheres. De um lado, as mulheres encontram-se sob o jugo da dominação masculina. Caso de Melissa. E de outro lado, o sistema econômico vigente, impregnado pela ideologia patriarcal de gênero, explora o sexo feminino.

Penso que a abordagem de tal problemática se faz indispensável na luta pela equidade de gênero. A desconstrução da dicotomia público/privado que relega a mulher ao espaço doméstico e dificulta sua atuação, como sujeito no mundo político e do trabalho, é fator primordial para a autonomia do sexo feminino.

Para além dos estereótipos, as angústias e dúvidas sobre como equilibrar a vida pessoal com a do trabalho, traduzem o que eu considero uma insatisfação ou, pelo menos, a dificuldade em estabelecer um harmonioso equilíbrio entre trabalho e convívio familiar, o que faz

com que o trabalho, tão desejado e priorizado, se torne menos atrativo. Isso ecoou na fala dessa Maria, quando trouxe suas impressões a respeito das exigências de seu marido.

Quando entrevistei Melissa, em 2012, ela era a única mulher do curso de mecânica noturno. Havia mais três, mas todas tinham desistido depois que as aulas práticas começaram. Perguntei a Melissa o que ela achava da desistência de suas colegas. Ela pensou um pouco e disse: “Na minha sala a maioria era homem que já atuava na área. Quem não sabia - a gente - era a ‘estranha da sala’. Homem mexe com ferramenta desde pequeno. Acho que foi isso, não sei...”

Insisti no tópico e lhe perguntei se a desistência das mulheres da sala ocorreu no início do curso ou durante as aulas práticas. Ela me disse que em sua sala havia 3 alunas. “Atualmente só tem eu na turma. Uma desistiu logo. Reprovou em muitas matérias da área técnica. Havia outra. Ela saiu porque engravidou e os colegas ficam dizendo que ela vai se aposentar na escola”.

Melissa, ao falar sobre as aulas práticas deixa transparecer sua frustração em relação à postura de professores e colegas de curso.

Assim que começaram as aulas práticas, eu vi que tinha motivo de crítica. Eu ficava meio assim... E não perguntava. Tem coisa que eu não pergunto com medo de ser criticada. Olha, tem aula prática com teoria que fala de ferramentas, fala de peças, de engrenagens. Teve um professor, que eu não vou dizer o nome, que eu fiz uma pergunta e ele disse que todo mundo já sabia daquilo. Isso foi motivo de críticas e risadinhas. E aí isso me inibiu muito. Eles acham que não é *pra* gente *tá* aqui não. Os colegas (os homens) já trabalhavam na área. Diziam que a gente não tinha que está naquele curso.

Ficou claro que, para Melissa, a desistência de muitas estudantes do curso de mecânica estava relacionada às relações de gênero que constituem e são constituídas pelas diferentes instituições e práticas sociais que, usando o termo de Louro, “fabricam” os sujeitos. Para essa autora, essas relações de gênero estão na igreja, nas práticas educativas, na política, ou seja, estão todas as instâncias, práticas ou espaços sociais dos quais participam os sujeitos. (LOURO, 1997)

É possível perceber também que, ao se referir à dinâmica das aulas práticas, há uma tendência à construção de enunciados igualitários,

porém sem que se perceba a clara diluição de estereótipos e ideologias de gênero.

E, então, assim... era muito complicado porque a maioria era mais velha que eu... Então quase todo mundo da sala já trabalhava na área. Inclusive eu tive muita dificuldade assim... quando chegou... Quando a gente *tava* fazendo a parte... a parte acadêmica de Português eu *tava* me saindo super bem. Mas quando chegou a parte prática, a parte de mecânica mesmo, *oxê!!* Aí a dificuldade aumentou demais. [ênfase no vocábulo *demais*]

Como aponta Saffioti (2004), as relações entre os sexos, tanto no espaço doméstico quanto no espaço público, são caracterizadas por uma dimensão hierárquica de poder. Nessa hierarquia, a desigualdade e a exclusão das mulheres manifestam-se e são explicadas com base nas diferenças físicas, sexuais e biológicas. Por isso, a construção sociocultural da identidade feminina e a definição de seus “papéis” como figura passiva e submissa cria o espaço propício para o exercício da opressão masculina.

Existe no *Campus* Recife uma ideologia social que incide na construção do que Saffioti (1987) chama de “gramáticas” norteadoras do comportamento de mulheres e homens. A primeira, que ela denomina gramática sexual ou de gênero, seria aquela que regula as relações entre homens e mulheres especificando as condutas socialmente aceitáveis para cada sexo. A segunda seria a gramática da etnia, que regula as relações entre brancos e negros, determinando que estes devam obedecer àqueles, pois pertencem a etnias diferentes e que são socialmente hierarquizadas. E por último, a gramática de classe social, cujas leis exigem comportamentos distintos dos pobres e dos ricos. Estes, para manter o poder, precisam dominar/explorar os pobres.

Esse sistema de dominação/exploração faz parte integrante da divisão da sociedade em camadas sociais e está sempre pautado numa tríplice contradição: gênero-classe-etnia. O patriarcado enovela-se com o racismo e com a desigualdade entre as classes sociais numa junção de sistemas de dominação e exploração que “[...] são inseparáveis, pois se transformou, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação – exploração, denominado patriarcado - racismo - capitalismo” (SAFFIOTI, 1987, p. 20).

Butler (2010), também chama atenção para essa tríplice contradição. Segundo essa autora, há diferentes maneiras, nem sempre

coerentes e consistentes, de o gênero constituir-se nos diferentes contextos. Para ela, a categoria gênero estabelece interseções tanto com as modalidades classistas, como raciais, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Sendo, portanto, impossível separar a noção de gênero das demais interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.

Torna-se fundamental, portanto, analisar nos relatos dos sujeitos desta pesquisa as contradições de classe-raça/etnia-gênero como interdependentes na realidade historicamente constituída. Porém, o questionamento a respeito da discriminação de gênero e classe não inclui de maneira natural, segundo Saffioti (2004), a discriminação de raça. Por isso, o desafio maior consiste em ampliar conceitos para incluir os sujeitos atingidos por outras formas de discriminação que coexistem com a discriminação patriarcal, uma vez que o processo que gerou e sustentou esse sistema se configurou, de forma a propiciar poderes aos homens e atribuir-lhes as responsabilidades em todas as subestruturas sociais e culturais, o que resultou em relações baseadas nas desigualdades a partir das diferenças.

Saffioti (1987, p. 23) afirma ainda que há um grande interesse na existência da discriminação de mulheres, negros e homossexuais, pois “quanto mais discriminada uma categoria social, tanto mais facilmente ela se sujeitará a trabalhar em más condições e por baixos salários”.

Melissa, que se autodenomina da cor parda, ao falar sobre sua busca por estágio e emprego relata que, mesmo que sutilmente, percebe a existência de discriminação de raça/etnia no mercado de trabalho.

A área de mecânica é muito ampla. Você pode trabalhar com desenho, você pode trabalhar com automação. É muito grande. É enorme, né! Eu não estagiei ainda. Você só sabe mesmo se quer aquilo quando estagia na área. Eu queria arrumar um estágio *pra* sentir o clima do mercado de trabalho. Mas, às vezes, acho... eles não dizem claramente. É claro![pausa] Acho que as empresas preferem as meninas branquinhas e arrumadinhas. Acho que também é a falta de incentivo dos professores. Se eles se preocupassem mais com todas as estudantes... Isso ajudaria muito. Os professores deveriam ter uma postura mais rígida.

Outro ponto de destaque no relato de Maria Melissa são os obstáculos que foram desencadeados pela combinação das categorias

gênero e faixa etária. A diferença de sexo e idade, segundo Melissa, coloca as jovens estudantes do curso de mecânica do IFPE em situação de desvantagem, uma vez que o contingente maior de alunos é, geralmente, de homens mais maduros e com experiência prévia na mecânica.

Depois de percorrer o curso, eu vi que não *tava* me identificando muito. As pessoas falavam! E assim, eu ficava voando na sala porque têm coisas que eram mais... Como na minha sala a maioria era de pessoas mais velhas que trabalhavam na área... O pessoal já sabia de tudo da área. E assim... quem não sabia voava. Era como se fosse a estranha da sala. Não sei dizer se era porque eram homens e homem mexe muito com ferramentas.

É interessante observar que Melissa, nesse trecho de seu relato, mostra-se insatisfeita com a postura dos professores do IFPE. Na concepção dessa estudante, os vários tipos de preconceito poderiam ser combatidos e minimizados, pelo menos na sala de aula, se os professores reconhecessem a existência deles e os combatessem. Porém, sabemos que muitas vezes as atitudes preconceituosas partem dos próprios docentes.

Mas creio que as mudanças trazidas por este novo milênio têm exigido dos sujeitos a não só a quebra de paradigmas, mas também a revisão de conceitos e a construção de novas formas de agir e pensar. Embora seja esse um processo lento e conflituoso. Ideias, conceitos e valores, enraizados por séculos em uma sociedade não desaparecem facilmente, de um momento para o outro. O discurso de Melissa é um exemplo claro, essa estudante ora mostra vários sinais de resistência. Ao mesmo tempo reforça alguns estereótipos em relação ao corpo feminino.

O mundo *tá* mudando e as mulheres *tão* tomando conta da área dos homens. Então, assim... Acho que com persistência isso vai acabar. Até mesmo porque hoje em dia não se usa mais a força em tudo. Pelo contrário, tudo é automático, não é? Tudo *tá* se automatizando. Tudo. Então, assim, não tem mais aquela coisa de força. Máquinas antigas, máquinas de força não *tá* se usando mais. Tudo bem que nessa área de mecânica o ambiente de trabalho não é bom. Mas, assim, coisas piores as mulheres passam. [risos]

Considero que seja natural essa oscilação no discurso dessa Maria, uma vez que no curso noturno de mecânica do IFPE, podemos constatar como essas intersecções são decisivas tanto na vida acadêmica quanto familiar das mulheres pernambucanas que ainda convivem com discursos sexistas em relação às profissões. O fato de ser mulher, jovem, casada e suburbana, de fato, são fatores que interferem na profissionalização de Melissa. Além do mais, a maioria do corpo docente que ministra aula prática no curso de mecânica é homem. Esse dado é bastante relevante para as estudantes, chegando mesmo a ser decisivo no seu cotidiano acadêmico. Essa realidade é apontada pela maioria das entrevistadas neste estudo como um dos principais obstáculos que elas têm de ultrapassar para concluir o curso. Há nas aulas práticas desse curso um discurso corriqueiro sobre as limitações físicas das mulheres para exercerem as atividades da profissão.

Segundo Orlandi (2001), como as condições de produção constituem-se no processo de enunciação, revelando que a palavra está sempre carregada de um conteúdo ideológico, vivencial, não há como separar a língua, em seu uso prático, do seu conteúdo de vida. Podemos constatar na fala de Melissa como a ideologia que prega a inferioridade física feminina marca a memória discursiva da estudante.

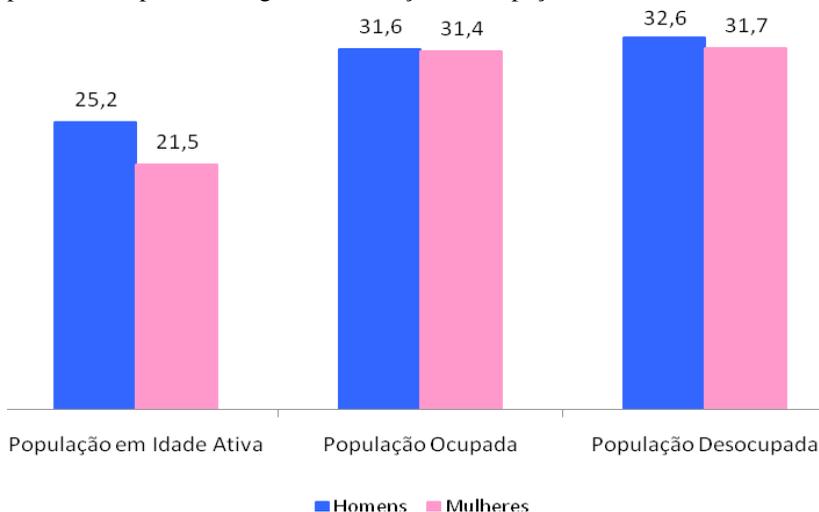
Eles acham assim que ... [pausa] Se aparecer uma vaga e tiver que preferir entre um homem e uma mulher... Acho que eles vão preferir o homem porque além do conhecimento, *né!* O homem também tem a questão da força. A questão das máquinas... as máquinas que são meio pesadas. Eles acham isso. Se for *pra* escolher entre um homem e uma mulher, escolhe o homem. Eles acham isso.

Ao estabelecer uma analogia entre identidade de sexo e identidade de gênero, Louro (1997) declara que no discurso e na prática social, frequentemente, elas se tornam uma só, como podemos ver nas práticas discursivas da área de mecânica do IFPE. De fato, a divisão social e sexual do trabalho nos contextos atuais da tecnologia ainda é marcada pela hegemonia do masculino em detrimento do feminino. Isso ocorre, sobretudo, na área de mecânica na qual há discursos sexistas em relação às profissões.

Segundo dados do IBGE (2010), entre as mulheres que trabalham fora, ou como denomina esse órgão, a população ocupada (PO), a proporção de homens e mulheres, que frequentou ou concluiu cursos de qualificação profissional, foi semelhante. Mas entre a população desocupada (PD) o percentual de mulheres que frequentou ou concluiu cursos de qualificação profissional é menor que o dos homens. Ou seja, há mais mulheres desempregadas, embora tenham proporcionalmente mais qualificação profissional que os homens.

Assim é possível ver como a distribuição de emprego nesse setor é nitidamente distinta para homens e mulheres. No gráfico abaixo, é possível perceber como as mulheres, mesmo possuindo a mesma qualificação profissional que os homens, ainda se encontram em situação de desvantagem. As empresas ainda preferem, mesmo que isto não seja dito de forma direta, a mão de obra masculina. Creio que esse quadro, existente em alguns dos setores de emprego ligados à tecnologia industrial, é desencadeado por discursos que pregam a superioridade física masculina em relação à mulher.

Figura 15 - Pessoas que frequentaram ou concluíram curso de qualificação profissional, por sexo, segundo a condição na ocupação – 2009



Fonte: IBGE (2010)

Melissa também evidencia como esse tipo de discurso gera barreiras na formação profissional das estudantes do curso de mecânica.

E então... assim... quando uma não sabia nada da área de ferramenta , dessa área de mecânica *pra* eles (os colegas) era motivo de crítica e diziam: “Mas como é que tu não *sabe* disso? Uma coisa tão simples e tu não *sabe*!” Mas a gente... A gente que é mulher não tem muito assim muito costume de *tá* pegando em ferramentas. [ênfase acentuada no vocábulo *ferramentas*] Não tem. [ênfase na frase]

Porém, apesar de todas as dificuldades, tem havido mudanças nas relações de gênero. Essas modificações têm contribuído para melhoria nas relações entre homens e mulheres. Além de afetar diretamente a condição masculina na sociedade. Essas transformações são decorrentes da reestruturação produtiva que invadiu o mundo do trabalho, o que impulsionou o crescimento da miséria e da pobreza e tornou imprescindível a inserção de todos os membros da família no mercado de trabalho. (GIULANI, 2010)

Por isso, aos poucos, os homens têm perdido a função de único provedor familiar. Ao mesmo tempo, muitas mulheres, como as estudantes do IFPE, têm tido acesso à educação e qualificação profissional, o que tem possibilitado a homens e mulheres competirem pelos mesmos cargos e funções. Tem possibilitado também que as mulheres construam novos discursos sobre a sua capacidade física para exercer as profissões.

As transformações nas relações de gênero, de fato, têm ocorrido nas três últimas décadas e apontam além de uma relativa convergência de valores e expectativas, uma integração de segmentos significativos da população feminina em esferas sociais que até bem pouco tempo eram interditas a elas. (PRÁ; EPPING, 2012)

É possível notar que a discriminação e o preconceito são percebidos por Melissa, que tenta lutar contra eles.

A gente vê as policiais no sol quente no carnaval, por exemplo, com arma e tudo mais. E aí, não é? É aquela coisa... A gente sabe que homem e mulher deviam ser criados da mesma forma. A sociedade há tempos atrás impôs e aí vai passando de geração *pra* geração. *Tá* acabando, mas não acabou cem por cento não. Acho que se chegarem mais mulheres, mesmo com as dificuldades, se

chegarem mais mulheres *pro* mercado de trabalho e *pra* fazerem esse curso, acho que vai acabando, vai acabando isso. Acho que por ter essas barreiras, as mulheres, elas foram *pra* outros cursos, mas acho assim que tem que ter mais persistência. Eu *tô* tentando. [risos]

As transformações na sociedade ocorrem através de em um jogo de reprodução dos modelos de comportamento familiar e geracional. Igualmente, surge nas falas a probabilidade de ruptura com o padrão vigente da geração anterior. Essa observação da autora é ratificada pelo discurso da estudante.

Mas, quer queira quer não, a mãe manda a mulher varrer a casa e o homem consertar uma cadeira e bater um prego. Isso já começa na infância. A gente tem que entender que uma cultura não muda de um dia *pro* outro. A cultura muda com o tempo. Eles (os professores) têm que entender. Tudo bem que o mundo *tá* mudando e as mulheres *tão* tomando conta, mas também não é coisa *pra* já. É *pra* outra geração. E as mulheres não devem se deixar abater. Devem lutar *pra* mudar isso.

Ao analisar o relato de Melissa, é possível concluir que a generalização do trabalho profissional feminino e a atual procura das jovens ao ensino tecnológico talvez possam ser considerados exemplos dessa transformação. No entanto, tais mudanças ainda coexistem com as assimetrias de gênero, em razão de um discurso que institui “papéis” diferenciados para os sexos, um processo iniciado na infância, como assinalou Melissa, que se transforma em mecanismo de reprodução das desigualdades de gênero na vida adulta. Associado a isso, há o fato de no mundo do trabalho as vagas serem mais ocupadas por jovens do sexo masculino, evidenciando o “pertencimento” das jovens à esfera privada e o dos jovens à esfera pública, o que se soma a outras características de diferenciação por sexo, expressas por meio de estereótipos de gênero. (PRÁ, 2013)

A segunda estudante do curso de mecânica que representará as mulheres dessa área é Maria Mirtes. Essa Maria é um pouco mais velha que a anterior. Tinha 35 anos, quando a entrevistei, em 2012. Ela é negra, mãe solteira, morava com os pais, no subúrbio do Recife/PE, na época em que conversamos. Estava desempregada e via no curso uma

chance de inserção no mercado de trabalho. Mirtes estava no penúltimo semestre e lutava para concluir o curso.

Mirtes disse em seu relato que a escolha do curso causou estranhamento, discriminação e preconceito, inclusive nos próprios familiares. Algumas das estudantes entrevistadas nesta pesquisa, de fato, mencionaram que muitas vezes enfrentavam comentários que colocavam em cheque sua feminilidade²⁶. Esses discursos ocorriam tanto dentro como fora do espaço acadêmico.

Essa estudante fez um interessante relato sobre um comentário de um professor sobre suas mãos. Esse professor havia dito a Mirtes que as mãos dela eram pequenas demais para lidar com as ferramentas utilizadas pelo grupo de alunos nas aulas práticas.

É interessante registrar que, ao falar sobre as aulas práticas do curso, o discurso de Mirtes converge para o de Melissa.

Estou tendo dificuldade com as aulas práticas, mas não vou desistir, não mesmo. Já cheguei até aqui. E, se os outros podem, eu posso também. Acho que o fato de ser mais velha que a turma, ser mulher... Mas penso, às vezes, que fiz errado em escolher mecânica. Mas turismo e esses outros cursos daqui são *pras* novinhas e bonitinhas. A senhora acha que vão me pegar *pra* trabalhar em turismo? Vão nada. Não vão mesmo! O pior é que me identifiquei com o curso. É bem verdade que depois que começaram as aulas práticas ficou pior.

Quando solicitei que Mirtes falasse um pouco mais sobre essas dificuldades que surgiram, ela se mostrou meio resistente.

Eu não sei se digo... Tudo começou no dia que um professor disse... [pausa] Acho que *tava* irritado. Sei lá, não importa... Ele disse que as meninas têm mais dificuldade do que os meninos nas aulas. Mas eu faço as ferramentas também, sabe! Mais devagar, mas faço. [risos] Minha mão é pequena

²⁶ Feminilidade foi definida pelas entrevistadas dessa pesquisa como sinônimo de delicadeza nos gestos corporais. Segundo Patrícia Rocha (2009, p.17), “há um conceito de feminilidade que aprendemos e interiorizamos durante séculos de patriarcado”. Para o patriarcado, a mulher ideal era dócil e frágil, possuidora de gestos leves e delicados.

pras ferramentas, mas consigo. Com jeitinho consigo.

Um importante ponto de reflexão sobre o corpo feminino é levantado a partir da fala de Mirtes. A questão da anatomia do corpo feminino, como foi dito pelo professor, seria uma das características femininas que evidenciaria a “inaptidão” das mulheres para a área de mecânica. Vale salientar que, talvez, as ferramentas é que não sejam, na maioria dos casos, adaptadas ao tamanho das mãos de algumas pessoas. Sejam mulheres ou homens.

Muitos pesquisadores, a exemplo de Laqueur (2001), problematizaram o corpo físico/biológico, entendendo este como um construto social e ideológico, produzido pelo *establishment* vigente. Esse construto, segundo esse autor, é centrado nas chamadas Ciências da Vida (Medicina, Biologia, dentre outras) que tem, em sua base, abordagens heterossexuais. O discurso recorrente nessas ciências aponta para um corpo que se expressa em performances ininterruptas. Algumas delas reforçadas por ações de continuísmos e outras causadoras de rupturas.

Butler (2010), afirma que o corpo é plural na medida em que possibilita uma variedade de interpretações socioculturais possíveis de serem percebidas nas performances cotidianas. Por isso, não faz sentido a dicotomia “homem-mulher”.

Na concepção de Pêcheux (2008), o corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem são os sujeitos, servindo de fundamento para a construção de sua identidade. Por isso, acredito que essa construção se dá por meio do discurso e pela presença do outro, conforme nos mostra a seguir esse autor.

É porque há o outro nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguajeiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, a existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes. (PÊCHEUX, 2008, p. 54)

Por isso, podemos afirmar que a imagem do corpo é construída por discursos, pela cultura e por um imaginário social que reverberam na produção e circulação de sentidos que sustentam as relações sociais.

Portanto, o discurso sobre o corpo feminino no mundo do trabalho interpela-o como espaço de memória discursiva, espaço de contradição, de construção e desconstrução de identidades, já que o corpo é constituído por diversos discursos.

Mirtes rebate a fala do professor sobre suas mãos.

Sabe, professora, eu sou uma mulher vivida. Eu não disse umas boas verdades a ele porque... Na verdade tive medo. É isso. Ele tem o poder de me reprovar e eu preciso... preciso muito [ênfase na palavra muito] concluir esse curso. Não aguento mais salário baixo. Preciso melhorar... [pausa] Talvez esteja até errada, mas o curso... Acho que esse curso é minha única chance.

Pedi, então que Mirtes falasse mais sobre o episódio. Perguntei se as coisas que ela gostaria de falar eram sobre o comentário do professor a respeito de suas mãos. Indaguei, por fim, se ela não gostaria de compartilhar comigo essas verdades e disse-lhe que já havia desligado o gravador. Mirtes relutou um pouco mais acabou falando e consentindo que eu gravasse.

É sobre isso mesmo. As verdades que eu queria jogar na cara dele. Queria perguntar a ele como é que minhas mãos pequenas fazem tudo que é tarefa doméstica: lavar, passar, cozinhar, varrer. Eu queria dizer a ele que já fiz muito isso. Na minha casa e nas dos outros. Mas as minhas mãos só servem *pra* eles nessa hora, *né!* [risos]

Os dizeres sobre o corpo feminino que circulam nessa área o posicionam em um nível inferior em relação ao dos homens. O discurso do professor, por exemplo, faz esse movimento em relação às mãos de Mirtes. Como os discursos advêm de posições específicas, as imagens construídas mostram que o próprio discurso se constitui por outros.

Ao entrevistar Pedro, um estudante dessa área, pude perceber como a fala desse professor é reiterada pelos estudantes. Pedro é um homem maduro de 35 anos. Já atua nessa área e está no Instituto, segundo seu relato, apenas para conseguir uma certificação formal exigida pela empresa em que trabalha. Quando lhe pedi para falar sobre a dinâmica da empresa onde trabalhava, ele sorriu e foi bem direto.

A senhora quer saber se tem mulher lá, né? Olha, professora, na empresa que eu trabalho, não trabalha nenhuma mulher. Meu chefe disse que só uma mulher já trabalhou uma vez. Mas não passou muito tempo não, porque não aguentou o tranco. Ela trabalhava na manutenção de máquinas de estabelecimentos. Na mecânica a gente se mela muito. Também requer... um conhecimento de...de... peças porque é assim o homem vê a mulher *prum* serviço que não é pesado. Acho que mulher não gosta de se melar não. Mas não é só isso não. É... como se diz... É mais a questão de peso mesmo. Como é que elas vão pegar máquinas pesadas?

Perguntei se ele achava isso natural. Ele me respondeu que sim. Que a mecânica industrial era uma profissão que exigia força física e o corpo da mulher não tinha sido preparado pela natureza para isso. Segundo Pedro, era justo, inclusive que as mulheres da empresa recebessem um salário menor. Já que a função delas não necessitava de grandes esforços. Segundo esse estudante, as poucas mulheres que havia na empresa trabalhavam na parte administrativa, embora, na maioria das vezes, tinham a certificação de técnico que ele mesmo não tinha ainda.

A mulher que *tava* na empresa onde trabalho... Aquela... Ela fazia uma atividade menos remunerada que era da manutenção. No pesado se ganha mais. Creio que não seja discriminação não. Creio que uma mulher não aguentaria fazer o que faço porque precisa de força. Elas não têm corpo *pra* isso não!

Indaguei a Pedro se era mesmo exigido todo esse esforço físico, uma vez que a tecnologia de ponta já era uma realidade presente em todos os setores industriais de Pernambuco. Mas o estudante continuou firme em seu posicionamento: “Sim, mas mesmo assim. Mesmo com as máquinas modernas a gente ainda pega no pesado em determinados setores”.

É interessante que esse discurso sobre a fragilidade do corpo feminino emergiu também da memória discursiva da professora Maria Cândida. Ela é uma jovem engenheira mecânica que, em 2012, quando a entrevistei, ministrava aulas como docente temporário no curso de mecânica do IFPE. Cândida como as estudantes de mecânica

entrevistadas neste estudo também falou das barreiras que teve que enfrentar.

No meu primeiro emprego na área de engenharia mecânica sofri... Digamos que sofri um atentado. Podemos dizer que foi um atentado de morte sim. [pausa] Havia um engenheiro que não gostava de mim porque achava que eu estava lá na empresa para competir com ele, ou tirar seu cargo. Não sei bem qual era a neurose dele não. Mas, enfim, ele verbalizou várias vezes que achava que mulher não era para estar mexendo na área de mecânica. Quis me testar e me mandou [...] mandou entrar numa máquina de alta tensão. Como ele era meu superior, fui. Mas antes me certifiquei com outros funcionários porque tinha quase certeza que o que ele mandou fazer era de alto risco. Quando confirmei o risco que correria, caso tivesse feito o que ele queria, fiquei furiosa, chorei muito.

Essa professora relatou que essa foi apenas uma das inúmeras barreiras enfrentadas por ela, a partir do momento em que resolveu cursar engenharia mecânica. Segundo Cândida, em princípio, estranhou bastante o fato de as empresas não coibirem atitudes como a de seu supervisor. Hoje, mais madura, ela confessa que continua não achando natural a ocorrência de atitudes desse tipo. Embora saiba que são recorrentes discursos androcêntricos nesse universo da mecânica. Cândida registrou sua frustração em relação à atitude da empresa diante do episódio.

O pior é que ele disse que tinha sido uma brincadeira. Disse que queria me testar. Testar meus conhecimentos. Tenho certeza que ele não teria feito isso com um homem da equipe. O pior de tudo é que ele [...] não foi punido na empresa, acho que porque eu era a única mulher da equipe. Fui durante algum tempo a piadinha preferida dele. Juro que eu queria mandar todos *praquele* lugar. Mas pensei bem. Afinal sabia que enfrentaria problemas em outras empresas em que eu fosse trabalhar. Talvez não tão sério como esse que enfrentei lá. Fiquei ainda um ano e meio na empresa. Isso me custou muitas noites de sono. Mas fiquei mesmo assim. Eu sou dura na queda.

[risos] Acho que hoje mandaria eles *praquele* lugar. [risos] E denunciaria ele também. Mas não me arrependi de ter ficado, não. Isso já aconteceu há cinco anos. Aqui não é diferente não. Mato um leão todo dia. E não são preconceituosos só os colegas de profissão não. Os alunos também estranham.

Creio que seja importante frisar que das Marias emergiram memórias discursivas sobre o corpo feminino, que foi colocado para essas mulheres como sendo “barreiras” intransponíveis. Os relatos analisados são um exemplo claro de que somos atravessados por ideologias que emergem de nossa memória discursiva, de nosso saber discursivo. Essas ideologias afetam a forma como os sujeitos enxergam a presença feminina na área de mecânica do IFPE.

Por isso, acredito que nos recentes contextos da tecnologia é preciso que ocorram mudanças, pois os novos significados de equidade de participação no mundo pessoal e no profissional são necessários. Segundo Cristina Rocha (2006, p. 13), os novos “atores/as são sujeitos com possibilidades de escolhas, mas ainda assim submetidos às concepções ortodoxas de igualdades e desigualdades, semelhanças e diferenças, permanências e rupturas”.

A seguir, trago as reflexões feitas a partir do relato de três estudantes e um professor da área de eletrotécnica. Essa área, como a de mecânica, também constitui um espaço em que circulam discursos sexistas em relação às profissões.

3.4 A FORMAÇÃO EM ELETROTÉCNICA E O DISCURSO SOBRE A “INAPTIDÃO” FEMININA PARA LIDAR COM OS PERIGOS DA PROFISSÃO

Ao estabelecer um panorama dos cursos do IFPE, cujas práticas discursivas reforçam a divisão sexual do trabalho, posso afirmar com segurança que o de eletrotécnica encontra-se em segundo lugar. Em termos de hegemonia masculina fica atrás apenas do curso de mecânica. Na formação em eletrotécnica, encontramos uma quantidade razoavelmente superior de matrículas de mulheres, se compararmos ao de mecânica. Esse curso, que funciona no Bloco “A” do Campus Recife, é um dos mais antigos da Instituição. Não posso, em virtude da escassez de fontes, precisar o ano de sua fundação.

Nesses anos de docência no Campus já ministrei aulas em muitas turmas dessa área. Como os estudantes da área de mecânica, os de eletrotécnica costumam também estranhar a presença de professoras. É bem verdade que esse estranhamento é bem menor que nas turmas da outra área.

Nos dois semestres letivos de 2012, quando realizei as entrevistas, não havia professoras ministrando disciplinas técnicas. Mas a presença de engenheiras da área de eletricidade no corpo docente do curso é relativamente frequente. Muitas dessas profissionais cursaram também o curso técnico de eletrotécnica no IFPE.

No universo discursivo desse curso, também são reforçados estereótipos sexistas em relação às profissões técnicas. Os homens dessa área, professores e alunos, costumam recorrer a padrões físicos para justificar a construção de enunciados sobre a “inaptidão” feminina para a profissão. São recorrentes discursos que falam sobre o perigo que a eletricidade representa para as mulheres, o que costuma ser justificado por juízos de valor e não por argumentos baseados em parâmetros técnicos e, portanto, irrefutáveis. Muitas vezes, quando ouço estudantes ou colegas professores, do sexo masculino, produzem esses enunciados e rebato questionando se a eletricidade não representaria um perigo a qualquer pessoa que não estivesse habilitada para mexer com ela, costumo ter a seguinte resposta: “Professora, quem é que mexe na eletricidade da sua casa? Tenho certeza que não é a senhora? Sabe por quê? Porque isso é coisa ‘de homem’”. Podemos dizer que esses enunciados levam-nos a inferir que, segundo a prática discursiva vigente nessa área do *Campus* Recife, um homem mesmo sem formação em eletrotécnica tem capacidade para lidar com os perigos porque ter aptidão para enfrentá-los é da natureza masculina.

Por isso, para estudantes e professores do sexo masculino, eletrotécnica é um curso para homens. Uma vez que não seria da natureza feminina mexer em fiação elétrica e subir em poste de alta tensão, atividades corriqueiras da área. Na concepção desses homens, essas são atividades perigosas e exigem força e habilidades conferidas apenas ao sexo masculino. Muitas estudantes relatam que, ao ministrarem conteúdos que exigem exercícios práticos com fiação elétrica, alguns professores, sutilmente, costumam preferir a participação delas nas aulas práticas. Abaixo, através da figura nº 10, veiculada no jornal da Instituição, pode-se notar como é reforçado essa hegemonia masculina.

Figura 16 - Alunos do *Campus Recife* em aula prática no laboratório.



Fonte: Jornal Tecnoclasse – Ano 1- set/out – 2002

Essa hierarquização da profissão, infelizmente, também é comum no mercado de trabalho. Frequentemente ouço as estudantes queixarem-se das empresas onde realizam o estágio. Segundo o relato delas, normalmente, lhes são destinadas atividades da área administrativa da empresa, sendo raras as vezes que são solicitadas a desempenhar, de fato, as funções técnicas para as quais estão habilitadas.

A primeira estudante dessa área, cujo discurso será analisado, é Maria Eleonor. Ela é uma jovem de 25 anos. É casada e mora na zona sul da cidade. Eleonor tem um discurso bem articulado e já havia concluído o curso quando a entrevistei em 2012. Mostrou-se satisfeita em poder falar sobre sua vida acadêmica no IFPE. Embora não tenha conseguido atuar na área, não se mostrou arrependida em ter escolhido o curso, apesar das dificuldades que enfrentou.

Durante nossa conversa, Eleonor falou sobre os preconceitos que vinham dos colegas: “Eu e a outra menina, as únicas da sala, ouvíamos piadas do tipo ‘Vocês tinham que estar em casa, pilotando fogão’”. Ela revelou que também havia discriminação dos professores: “Alguns professores olhavam com estranheza o fato de eu estar terminando o curso”.

Quando solicitei que falasse sobre o estágio curricular, ela confessou que guardou bem este período em sua memória, pois representou um grande obstáculo para a conclusão do curso. Eleonor falou da dificuldade de conseguir uma vaga para estagiar.

Demorei a conseguir uma vaga. Você não tem ideia de como é difícil *pras* meninas do IF estagiar. Sabia que quando estagiei não atuei no campo? Pois é! Fiquei no escritório da empresa. Contra minha vontade. Mas ou era isso ou não conseguia a vaga. É muito difícil a gente ir *pras* obras. Isso acontece no estágio. Não sei se isso é cultural. A capacidade é a mesma. *Pra* questão da força física tem material específico. [...] Tem máquinas *pra* você trabalhar. O importante é o conhecimento.

No relato de Eduardo, aluno de eletrotécnica que entrevistei, em 2012, é possível perceber que o discurso sobre a “inaptidão” física das mulheres para essa área, presente nos recorrentes discursos da maioria das empresas, é dito como natural.

Eu já *tô* estagiando sim. Na empresa que eu *tô* não tem mulher não. É serviço de rua. Sabe como é que é, *né!* Mexer com alta tensão, subir em poste. Isso é muito perigoso e exige força. Por isso sempre vamos *pra* rua em dois. Um ajuda o outro. Só penso que não poderiam ir duas. [risos] Teria que ir um homem junto *pra* ajudar na questão do peso.

Eduardo é um jovem de 28 anos. Como a maioria dos jovens dos cursos noturnos da Instituição, também já atua na área técnica do curso. Ele diz que não tem preconceito nenhum. Afirma que as mulheres podem fazer o curso, se tiveram vocação.

Solicitei que Eduardo falasse sobre as aulas práticas, já que ele tinha afirmado que as mulheres não estariam “aptas” para o trabalho de rua que a profissão exige.

Têm umas que fazem a prática bem e outras não. A gente já teve quatro colegas na turma. Agora só tem uma. Eu não acho que os professores discriminam *elas*. Eles tratam todos iguais. A

menina da sala é que fica dizendo isso, eu acho. Mas acho que é porque ela *tá* aqui sozinha. Acho que era *pra* ela *tá* fazendo o curso de Turismo ou outro qualquer. Ela ia se sair melhor.

O preconceito e a discriminação, enfrentados por Eleonor, como se pode ver no discurso de Eduardo, vêm de todos os lados.

Quando perguntei a Eleonor como seu marido recebeu a notícia de que havia passado no vestibular para área de eletrotécnica, ela me revelou sua frustração com a atitude dele: “Ele achou que eu não ia terminar não. Que era um curso *pra* homem e que eu estava me metendo [pausa] onde não deveria”. Ela disse que mesmo depois que terminou o curso a desconfiança do marido ainda era latente. Ele sempre coloca em xeque sua capacidade profissional.

Essa semana, lá em casa, a gente foi trocar as tomadas pelas de três pinos, porque agora tem que ser essas de três pinos, *né?* Todo eletrodoméstico que a gente compra vem com tomadas de três pinos porque um é “terra”. Mas quando eu fui trocar mesmo [ênfase na palavra], ele ficou com medo que eu causasse algum curto, ou algo assim. Botou um capacete que ele tem em casa e ficou de longe observando. Ainda disse que eu ia botar fogo em tudo.

Para Eleonor, nem mesmo tendo concluído o curso com as melhores notas da turma, o preconceito diminuiu: “Troquei as tomadas, não botei fogo em nada e fiz um trabalho impecável”. Perguntei, então, se a relação do casal ficou abalada por causa da desconfiança dele. Eleonor confessou ter ficado muito chateada. Em seguida, sorrindo, disse que o perdoava porque sabia que foi assim, com esse tipo de discurso machista, que o marido havia sido educado. Ela disse que era muito difícil lutar contra esse discurso, mas tentava. Ela contou que estava procurando emprego na área, mas ainda não tinha conseguido uma chance. Foi quando resolveu pedir ajuda ao marido. O marido dessa Maria trabalha numa petroquímica e, segundo Eleonor, essa empresa de vez em quando faz teste para contratar pessoal. Ela contou como foi a reação do marido quando lhe pediu para ajudá-la a fazer esses testes: “Eu disse assim: ‘Amor, leva meu currículo *pra* lá’. E ele disse assim: ‘Não, porque lá só aceitam mão de obra altamente qualificada’”. [risos]

De fato, essas Marias o tempo todo têm que provar que são capazes de exercer sua profissão. Um dos depoimentos mais fortes, detalhados e críticos das dificuldades delas veio de Maria Edvânia, a segunda estudante do curso de eletrotécnica que entrevistei.

Esta Maria era uma mulher de pele morena, residente no subúrbio do Recife/PE, como quase todas as estudantes do turno noturno do *Campus* Recife. O diferencial de Edvânia era sua faixa etária. Em 2012, quando conversamos, ela tinha 52 anos. Suas perspectivas em relação à qualificação profissional do curso eram bem diferentes das colegas mais jovens. Pude notar, através de seu relato, que vivia um processo de transformação marcado pelo conflito. Essa estudante estava tentando construir, através do estudo, um novo discurso sobre sua identidade, mas não parecia confiante de que havia feito a escolha certa.

Estava em casa pensando na minha vida quando resolvi tomar uma atitude. De voltar a estudar. Fiquei sabendo da prova do IFPE. Então minha filha fez a inscrição. Vendo os assuntos a serem estudados, percebi que eram os mesmos de um concurso que fiz e não passei. Então percebi que não tinha a menor chance de passar, e desisti de fazer a prova, mas não comentei com as minhas filhas.

Essa “insegurança”, demonstrada por essa estudante, é comum nas que estão nessa mesma faixa etária. Geralmente essas mulheres não contam com o apoio dos companheiros e dos filhos para voltar a estudar. Como Edvânia, na época, era viúva e suas filhas a apoiavam, o retorno aos estudos havia sido mais fácil. Em seu relato, confessou que voltou aos bancos escolares exatamente por causa de suas filhas.

Um dia antes da prova, elas perguntaram se eu ia fazer e respondi que não, mas elas insistiram *pra* que eu fosse. Então acabei indo *pra* não desapontá-las. Depois de alguns dias, minha filha ligou dizendo que eu tinha passado, não acreditei no que ouvi, chorei muito agradecida a Deus por ter me dado essa chance. Este fato foi marcante na minha vida, pois foi num momento em que eu resolvi sair de casa e correr atrás do meu sonho, que era me realizar profissionalmente. Estava muito feliz por estudar aqui, pois pensei que não

conseguiria. Toda a minha família estava orgulhosa de mim.

Para muitas mulheres, ter um emprego significa muito mais do que receber um salário. Ter um emprego significa participar da vida comum, ser capaz de construí-la, sentir-se menos insegura na vida. Uma atividade ocupacional constitui para muitas uma fonte de equilíbrio. Por tudo isso e, ainda, pelos arquétipos femininos, que a sociedade constrói e alimenta, a adaptação da mulher às duas ordens de “papéis” que lhe cabem executar é tarefa bastante complexa.

Acredito que o problema da baixa participação de mulheres, na faixa etária de Edvânia, no mercado de trabalho guarda relação estreita com o fato de ainda ser, atualmente, limitado o acesso feminino à esfera pública. Perrot (2005), afirma que essa exclusão era natural no século XIX. Naquela época, marcava-se com clareza a distinção público/privado, sendo o público espaço privilegiado e de privilégios. As mulheres eram excluídas desse espaço público uma vez que as cidades nesse século eram territórios “sexuados” e o destaque das mulheres se dava apenas pela aparência. Mulheres pobres só eram lembradas quando reclamavam de fome ou de preços caros.

Na minha concepção a introdução do enfoque de gênero nos currículos do Instituto pode oferecer subsídios para a superação dessa dicotomia, possibilitando perceber que rupturas e continuidades são construídas de formas diferenciadas em diferentes empresas, setores ou atividades, utilizando, nesse processo, o trabalho masculino e o feminino.

Edvânia, na sequência, falou sobre o primeiro semestre das aulas práticas na Instituição. Em 2012, a estudante estava no terceiro semestre e tinha decidido desistir. Para ela, foi difícil demais lidar com os comentários de professores e colegas sobre sua “inabilidade” física nas aulas práticas e, por isso, iria abandonar o curso.

Eles não dizem, sabe como é? Mas sinto que a impaciência comigo é por causa [pausa] acho que da minha idade. Além de ser mulher, sou a mais velha da turma. E o que uma mulher [pausa] da minha idade está fazendo no meio de um bando de jovens? Ainda por cima, são quase todos homens.[risos]

Para essa Maria, a sensação “é a de ser uma estranha no ninho”, sentimento que, comumente, é um dos fatores que contribuem para o abandono do curso pelas mulheres. Embora saibamos que a estipulação de “papéis” para cada gênero deveria ser tida como ultrapassada, ainda hoje, em muitos contextos sociais ela continua vigente. Por isso, no momento em que as mulheres resolvem ocupar funções ou profissões que são consideradas “masculinas”, de fato, ainda é desencadeada uma atitude de estranhamento e preconceito. Sendo comum elas ouvirem a afirmação de que eletrotécnica é coisa de homem.

Creio que o discurso recorrente das estudantes sobre as dificuldades e o estranhamento que surgem no início das aulas práticas advém da própria estrutura curricular: no primeiro e segundo períodos prevalecem matérias teóricas, desvinculadas da prática que será enfocada nos períodos subsequentes.

Essa recorrência possibilita o entendimento de que os sujeitos desta pesquisa, inscritos em uma mesma posição-sujeito, se relacionam de forma idêntica ao abordarem a divisão sexual do trabalho. Podemos dizer que isso ocorre porque o sujeito incorpora os elementos do interdiscurso, que aponta para o efeito de unidade/evidência entre os sujeitos. E é efeito porque essa unidade é apenas imaginária. O sujeito “vai” ao interdiscurso – lugar onde circulam tanto os saberes da ciência quanto os do senso comum - recorta, incorpora o que lhe interessa desses diferentes saberes, identificando-se com uma formação discursiva sobre as profissões, e traz os enunciados pertencentes a esses saberes à ordem intradiscursiva, linearizando-os no fio do discurso e materializando, assim, esse discurso como verdadeiro. Embora o sujeito faça todos esses movimentos inconscientemente, não se dando conta disso. Por isso, credita a si essa construção discursiva.

Penso que os problemas, que as mulheres enfrentam em sociedades competitivas, são problemas sociais, manifestando-se diferentemente nas categorias de sexo. Portanto, devem ser atacados conjuntamente por homens e mulheres. Segundo Costa (1998), qualquer atuação de uma categoria de sexo isolada, masculina ou feminina, operará como uma faca de dois gumes: poderá render benefícios no plano imediato, encerrando, porém, uma indefinida sujeição a um *status quo* inibidor da atualização das potencialidades humanas.

A fim de entender melhor o porquê de as alunas enfrentarem tantas barreiras nas aulas práticas, entrevistei Érico, um professor da área de eletrotécnica do IFPE – *Campus* Recife. Percebi, então, que essa formação discursiva é uma construção recorrente na fala de alguns docentes. Selecione esse professor porque já leciona há muito tempo e

tem doutorado na área de eletrotécnica. Érico é um homem de meia idade que possui uma ótima oratória. Em princípio, quando lhe informei a temática da pesquisa, relutou em conversar comigo. Mas acabou concedendo a entrevista. Apresentei os tópicos e sugeri que falássemos sobre as aulas práticas do curso, pois elas tinham sido recorrentes nos discursos das estudantes da área.

Olha, a exigência nos laboratórios é com a turma. O que vale *pra* um, vale *pra* todos. Às vezes, as alunas costumam reclamar da minha postura rígida. Mas sou rígido com todos. Estou acostumado a lidar com homens. Tanto aqui no Instituto como fora. É meu jeito mesmo. Algumas alunas costumam dar trabalho nas aulas práticas sim. Afinal, mexer com eletricidade não é uma coisa fácil. Dá medo mesmo! Mas quando o conhecimento vem, vem também a autoconfiança. Algumas se sentem... Acho que se sentem desconfortáveis por estarem em menor número.

Como é possível perceber através da fala de Érico, o discurso masculino fundamentou a construção histórica da instituição escolar no Brasil. Por isso, quem tem que comprovar sua competência geralmente é mulher. Circulam, em muitas instituições escolares brasileiras, um discurso estereotipado sobre as profissões. As formas de apreensão desse estereótipo têm em comum o fato de considerá-lo um modo de conhecimento prévio e uma forma de identificação social, portanto coletiva.

Segundo Marcos Emanuel Pereira (2002), a linguagem ocupa um papel fundamental na representação desses estereótipos, pois é impossível transmiti-los sem usar a linguagem. É por meio dela que o processo de estereotipia²⁷ se materializa. É possível perceber como a ideologia machista, que desencadeia o processo de estereotipia, está presente no discurso desse professor, quando fala da presença feminina nessa área técnica.

Bom, há áreas da eletrotécnica que eu realmente não aconselho a elas. Veja bem, como é que uma mulher vai subir num poste de alta tensão? Me diga com sinceridade? Não é só a questão do

²⁷ Entendo por estereotipia o processo de generalização que fabrica imagens mentais uniformizadas impondo formas de se relacionar.

perigo não, é uma questão da força física [ênfase na palavra “física”] que exige a atividade. Até os homens, às vezes, se acovardam! Vocês, por serem mais delicadas... Bom, é natural que sintam mais dificuldade, não é? E isso, antes que você diga, não tem nada a ver com discriminação, com preconceito não [ênfase na palavra “não”] é uma questão da natureza da mulher: vocês foram feitas *pra* atividades mais leves. [risos]

Ao analisar esse trecho, é possível concluir que a divisão sexual do trabalho é tida como natural por Érico. Creio que alguns valores culturais contribuem para a manutenção dessa concepção machista em relação ao trabalho. A inferioridade da mulher, de acordo com Lea Silva (1987), é reproduzida pelo processo educativo relacionado ao fator cultural. As justificativas normalmente apresentadas para expor e reforçar tal situação - como já foi demonstrado no capítulo anterior deste estudo - vão desde as razões biológicas, que apontam a condição de reprodutora da mulher como indicação de sua fragilidade, até sua destinação histórica de ser complementar do homem em todas as suas atividades. É importante destacar que, na sutileza do discurso, que é produzido e mantido através da cultura, busca-se velar as relações de poder e dominação que se fazem presentes nessas relações.

Entretanto, segundo Silva (1987), a mulher não nasceu destinada à submissão, nem é por natureza um ser inferior. Mas, a diferença entre os sexos se converte em desigualdade, como é possível perceber no discurso do professor Érico. Essa desigualdade, por sua vez, se transforma em valor cultural nas diversas sociedades de classe. A ideologia dominante costuma reforçar e reproduzir a condição de subalternidade da mulher na sociedade, que se apoia nessa condição para manter suas estruturas hierárquicas, patriarcais e conservadoras. Essa concepção tem sido repassada, geração após geração, por meio do discurso que cria para a mulher uma situação de definitiva inferioridade.

Essa teoria que prega a superioridade dos homens, historicamente, tem tomado como base os princípios biológicos que, transformados em determinismo, se projetam em metáforas funcionais para organização e reprodução social de valores culturais, com sérias consequências sobre a configuração da identidade tanto do homem como da mulher, no mundo ocidental. Assim, como afirma Silva (1987), o corpo do homem, por sua anatomia e sua função biológica, adquiriu significativa imaginável e simbólico de agressividade, de força, de

potência, enquanto a mulher, em função da internalização de seus órgãos sexuais, assumiu características de receptividade e passividade, um dos tópicos em destaque no próximo item, em que analiso o relato de estudantes e professores do curso de refrigeração do IFPE.

3.5 A ÁREA DE REFRIGERAÇÃO E O DISCURSO SOBRE A FRAGLIDADE DO CORPO FEMININO

Dos cursos dos IFPE evidenciados neste estudo, o de refrigeração é o mais jovem. Conforme informações de Ricardo, professor dessa área do Instituto, que entrevistei em 2012, o curso teve início em 1975. Segundo esse professor, nessa época, já havia o registro de um significativo aumento da temperatura, especialmente na região Norte/Nordeste. Esse fator foi um dos que contribuíram para a grande procura por especialistas na área de refrigeração e climatização. De acordo com os dados fornecidos por esse professor, o curso de refrigeração do IFPE foi o primeiro dessa região.

Atualmente o curso está passando por reformulações no seu currículo, em face do grande avanço que essa área tem vivido neste milênio. A procura cada vez maior por aparelhos que não agridam o meio ambiente tem exigido um profissional mais capacitado para atender essa demanda do mercado.

Embora seja o mais jovem entre os cursos destacados nesta pesquisa, seu universo discursivo também é atravessado por ideologias androcêntricas em relação às profissões. É possível perceber, através da fotografia abaixo, como a hegemonia masculina do curso é reforçada.

Figura 17 -13º Salão Norte e Nordeste de Ar-Condicionado e Refrigeração (SANNAR 2012), no auditório do IFPE - *Campus Recife*



Fonte: Instituto Federal Pernambuco - <http://www.ifpe.edu.gov>

A primeira mulher desse curso, cujo relato será analisado, é Maria Regina, uma jovem senhora de 40 anos, casada, mãe de dois filhos, estudante do terceiro período do curso noturno de refrigeração. Essa Maria tem pele clara, o que a torna uma exceção entre os estudantes dos cursos noturnos do IFPE.

No primeiro semestre de 2012, época em que a entrevistei, ela trabalhava com vendas. Tinha uma pequena loja administrada por ela e pelo marido. Eles não tinham auxiliares. Por conta desse pequeno negócio, Regina demonstrava ter um nível socioeconômico um pouco mais elevado que os demais estudantes da turma. Ela pertencia, nessa época, ao grupo técnico integrado na modalidade Proeja²⁸. Falante e bem articulada, deixava transparecer em seu discurso um bom nível de conhecimento linguístico. Gozava de liderança e por isso foi eleita, no semestre em que foram feitos os relatos, representante de sua turma.

Regina foi minha aluna por dois semestres seguidos. O registro de seu primeiro relato, que analisarei a seguir, ocorreu em virtude de um atraso. Sempre cumpridora dos horários, um dia ela me surpreendeu chegando atrasada e inquieta, puxando sua filha de dez anos pela mão. Gesticulando bastante, desculpou-se pelo atraso, pediu para entrar e fez

²⁸O Proeja é um curso técnico integrado ao médio. Só funciona no turno noturno e é direcionado aos jovens e adultos que não conseguiram concluir o ensino secundário até os 18 (dezoito) anos de idade.

questão de dizer que gostaria de se explicar porque não queria dar mau exemplo a sua filha.

Na Instituição não é permitida nas salas de aula a presença de nenhuma pessoa que não seja estudante regular. Mas o bom senso sempre me diz que se o aluno quer estar na aula, não vou ser eu a impedi-lo. Por essa razão, pedi permissão à Instituição para que Regina pudesse, às vezes, assistir às aulas, acompanhada por sua filha. Ela tem dois filhos: uma garota de dez anos e um rapaz de doze.

Segundo o IBGE (2010), apesar do aumento da taxa de atividade das mulheres, como é caso de Maria Regina, elas permanecem como as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares. No Brasil, a média de horas gastas pelas mulheres a partir dos 16 anos de idade em afazeres domésticos é mais do que o dobro da média de horas dos homens. Em 2009, enquanto as mulheres ocupadas, de 16 anos ou mais de idade, gastavam em média 22,0 horas em afazeres domésticos, os homens nessas mesmas condições gastavam, em média, 9,5 horas.

A agitação da estudante, ao entrar, despertou o interesse de toda a turma. Mas pedi a ela que se acomodasse e lhe disse que após a aula, conversaríamos. Logo percebi que seria impossível porque ela conversava baixinho com a colega do lado. Quando olhei em sua direção, ela pediu desculpa e disse que gostaria muito de falar porque não dava para esperar o intervalo. Queria relatar a todos o fato acontecido. Concordei e disse que ela aguardasse um pouco para iniciar seu relato porque eu havia resolvido gravar a conversa. Pedi licença à turma para fazê-lo, explicando meus objetivos. Por fim, solicitei que Maria Regina continuasse.

Fui convidada *pra* jantar na casa da minha irmã que mora na torre. Quando cheguei lá, coincidentemente, me deparei com um colega nosso do curso, instalando um ar-condicionado na casa da minha irmã. Daí, falei com ele e ficamos conversando. Tinha um rapaz ajudando *ele* e meu colega me apresentou e disse que eu fazia o curso de refrigeração com ele aqui no IFPE. Aí o rapaz me perguntou: “*Oxente*, o que a senhora *tá* fazendo nesse curso? É mulher! Como é que vai pegar peso?” Aí eu respondi o seguinte: ora, *pra* que é que têm vocês homens? Peões! É *pra* carregar o peso! (ênfase acentuada na voz ao pronunciar o vocábulo “peso”)

Assim que ela começou a falar, seus colegas (homens) riram baixinho, achando engraçada a indignação que ela expressava na face ao relatar o episódio. Alguns deles tentaram intervir, mas ela não deu chance. Porém no momento em que Maria falou que carregar peso era tarefa para os homens houve um rebuliço geral. Alguns verbalizaram em voz alta que não tinham visto nada de mais no comentário que o rapaz havia feito porque era isso mesmo que eles pensavam. Na opinião deles a presença de uma mulher em atividades dessa natureza atrapalha mais que ajuda. E mais, que ela havia ofendido o rapaz ao chamá-lo de peão.

Conforme é possível notar, os colegas de Regina acham natural que mulheres não possam fazer determinadas atividades por questões de “inaptidão” física. Embora sejam esses homens estudantes de um instituto que é referência em novas tecnologias. Mas, como aponta Abreu (1993), a tese de que as novas tecnologias microeletrônicas iriam permitir real igualdade entre homens e mulheres aos poucos tem se tornado uma falácia. Segundo esse autor, acreditava-se que a entrada das inovações tecnológicas permitiria a eliminação das tarefas tidas como pesadas, sujas e insalubres, consideradas, de acordo com a concepção que marca as relações de gênero na sociedade, como próprias para o desempenho masculino. O que facilitaria uma maior incorporação das mulheres e a eliminação da discriminação a que estão submetidas no local de trabalho. Mas, na realidade, essa transformação não ocorreu. Pelo menos não no nível discursivo como percebemos no relato da estudante.

Os colegas de Regina reproduziram o “velho” discurso de que as mulheres são criaturas “frágeis” e “incapazes”, passando a ideia de uma condição “natural” de inferioridade e submissão feminina. Segundo essa corrente de pensamento, a mulher deve se ocupar de atividades com “menor necessidade de inteligência”, enquanto o homem está apto às profissões que exigem mais conhecimento. Além disso, por serem, em média, consideradas fisicamente mais frágeis que os homens, as mulheres não estariam habilitadas para funções que exigem “vigor” físico. Essa ideia foi reforçada por séculos, não só pela igreja cristã, mas também pelo estado e pela medicina. Esse pensamento sexista reprimiu por muito tempo a participação feminina em diversas áreas profissionais. (PAULILO, 1987)

Mesmo sendo inegável que a sociedade não é mais a mesma neste milênio, como podemos ver nos relatos deste estudo, ainda é possível encontrar resquícios desse pensamento tanto no discurso dos homens como no das mulheres, o que pode ser percebido na prática discursiva também de Regina. Como o discurso de um sujeito é sempre

atravessado por outros discursos, há nos enunciados dos estudantes estereótipos sexistas em relação à presença de mulheres na refrigeração, os quais Regina tenta combater assumindo uma postura de comando em relação aos homens.

Mas, como afirma Orlandi (2001), é no momento em que um sujeito se inscreve num ato discursivo, que o vemos como um receptor de vários outros discursos através dos quais esse sujeito assume o papel de enunciatador de discursos a fim de justificar a sua própria atuação por meio de crenças imaginárias da realidade que o cerca. Em outras palavras, o princípio básico que rege a noção de sujeito é o fato de que este é influenciado por uma ideologia. Podemos ver que a memória discursiva de Maria Regina faz emergir inconscientemente a ideologia cuja premissa básica é que somente assumindo uma performance “masculina” a mulher será ouvida e fará valer seus direitos.

Isto ocorre porque o sujeito do discurso sempre se encontra dividido entre o consciente e o inconsciente. Para a AD, não existe nenhum sujeito que tenha consciência daquilo que diz. O sujeito é levado, inconscientemente, a produzir um discurso de uma forma e não de outra. E é por isso que o sujeito discursivo, ao criar para si uma realidade discursiva que se pode adjetivar de imaginária ou ilusória, sofre de uma dupla ilusão. A primeira é a que o coloca como dono, fonte do sentido de seu discurso, ou seja, ele tem a ilusão de que é o senhor absoluto daquilo que enuncia; a segunda é a que o leva a crer que tem consciência de tudo aquilo que diz no instante em que retoma o seu discurso, tentando explicar o que diz ou ainda no momento em que se utiliza de estratégias discursivas para produzir os efeitos desejáveis com a sua fala. (ORLANDI, 2001)

Assim, é possível perceber que um enunciado só ocorre quando o sujeito imaginariamente antecipa e organiza o seu discurso de modo estratégico de acordo com aquilo que seu interlocutor espera desse enunciado. No caso de Regina, seus colegas do sexo masculino. É nessa perspectiva que ela ao produzir o seu discurso entra num jogo de imagens, ou seja, ela faz uma imagem do local em que enuncia, uma imagem de si mesma e dos interlocutores, já que a existência destes é uma condição para que um sujeito se expresse de uma forma e não de outra.

Como é possível perceber no relato desta Maria e de seus colegas homens, há no IFPE, e acredito que em muitos outros contextos do século XXI, hierarquias de gênero que são instituídas discursivamente. Como essa estabelecida entre Maria Regina e os homens de sua sala de

aula. Isso ocorre porque nos processos de interação, realizados através da linguagem, há relações de força que são sustentadas no grau de poder que têm os lugares que ocupamos. Cabe aqui distinguir lugar e posição. Isto porque os mecanismos de funcionamento do discurso baseiam-se nas “formações imaginárias”. Isto equivale dizer que não é nem o sujeito físico nem o seu lugar empírico que estão em jogo em um processo discursivo. Na verdade, o que entra em jogo é a imagem resultante de projeções desse sujeito. Essas projeções nos permitem passar da situação empírica, ou o lugar do sujeito, para “posição” do sujeito no discurso. (ORLANDI, 2001)

Para a AD, portanto, o sujeito discursivo deve sempre ser pensado a partir de sua posição, de um “lugar” que ocupa para ser sujeito do que diz. Regina, por exemplo, pode falar ora da posição de mãe, ora de esposa ou técnica na área de refrigeração. Em relação à formação discursiva em que ela inscrever as suas palavras, o que disser derivará seu sentido, equivalente a outras falas que outros também fazem da mesma posição. Pode-se até dizer que não é a técnica em refrigeração quem fala nesse relato, mas sua posição. Isto significa que é sua identidade de técnica que é evidenciada. Nesse momento, sua subjetividade marca essa posição de técnica nas áreas de refrigeração.

Para a AD, a fala de um sujeito vale de acordo com a posição que ocupa na sociedade. A posição do sujeito-técnica na área de refrigeração em que se encontra Regina nessa situação discursiva específica lhe “confere” uma postura de comando em relação ao “peão”. Essas posições que os sujeitos ocupam nos discursos guardam relação com o seu contexto sócio-histórico e com a sua memória discursiva. Por isso, as imagens que o sujeito produz dele mesmo e de seus interlocutores constituem as diferentes posições discursivas que ocupa. No discurso, não é a estudante Regina vista empiricamente, mas a estudante enquanto posição discursiva produzida pelas formações imaginárias. Por esta razão, podemos inferir que a estudante está falando de um lugar no qual ela acaba reproduzindo de forma inconsciente, como foi dito anteriormente, discursos sexistas em relação às profissões.

Além disto, o gênero pode também diferenciar as práticas sociais atribuídas às mulheres e aos homens, ao ser concebido como uma forma de significar as relações de poder. Refletir sobre essas relações de gênero implica em estudar não somente as identidades, mas também as instituições e a relação com outras categorias como classe, raça, geração. Regina faz parte de uma geração de mulheres nordestinas cujo contexto discursivo “naturalizava” a divisão sexual do trabalho e

determinava quais seriam as profissões mais “apropriadas” para cada sexo.

De acordo com os princípios básicos da AD, o sujeito não pode ser concebido como um ser único que se constitui na fonte do próprio discurso, mas sob uma relação que existe entre o sujeito e o outro que é parte constitutiva desse sujeito. Essa metodologia, portanto, vê o sujeito como heterogêneo, e não como um ser centralizado que é dono do seu próprio dizer, uma vez que é submetido às coerções sociais. (FERNANDES, 2005)

Podemos dizer, portanto, que o princípio básico que rege a noção de sujeito na AD é o fato de que este é influenciado por uma ideologia. Parafraseando Orlandi (2001), essa ideologia representa a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz o efeito de “evidência”, sustentando-se sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como “naturais”. Na ideologia, porém, não há ocultação de sentidos, mas apagamento do processo de sua constituição. Conforme Orlandi, o trabalho ideológico é o da memória e do esquecimento, pois é somente quando passa para o anonimato que o dizer produz seu efeito de literalidade. Assim, quando as mulheres esquecem quem disse, quando, onde e por que disse que são fisicamente mais frágeis que os homens, é que o sentido de inferiorização produz seus efeitos. Acredito que o trabalho feminino nessa área é definido muito mais pelo conteúdo ideológico, que discrimina as mulheres por questões físicas, do que pela competência técnica.

Regina, na sequência do relato, fez um gesto engraçado, ignorando os comentários dos colegas e solicitou que eu intervisse para que ela pudesse concluir sua fala. E seguiu dizendo que

homem existe é *pra* carregar peso. E eu, como sou a técnica, vou inspecionar e ver o que *tá* certo e o que *tá* errado. E mandar vocês fazerem. E o peso quem pega são vocês homens, que são peões. Aí ele [o ajudante de seu colega] se calou. Morreu o assunto e ele ficou bem quietinho.

Depois da aula, essa estudante me revelou que gostava de irritar seus colegas homens falando de força física porque sabia que isso os atingia, mas tinha certeza de que poderia fazer qualquer coisa. Assim, ela reconheceu e assinalou uma tentativa de ruptura de sua posição discursiva. Ela me revelou que na sua loja costumava carregar caixas pesadas porque não tinha funcionários para ajudá-la e declarou: “Lavar

calças *jeans* exige mais força que levantar um aparelho moderno de ar-condicionado. Então eu tenho força sim!”.

Essa Maria é realmente um caso à parte. Começou a cursar refrigeração sem a aprovação de seu marido. Várias vezes ela desabafou, nos intervalos da aula, sobre essa resistência de seu companheiro. Segundo ela, seu marido queixava-se de tudo: de sua ausência à noite para cuidar do jantar e das tarefas escolares dos filhos - já que ela trabalhava os dois expedientes; dos finais de semana em que ela ia fazer trabalhos escolares com as amigas. Enfim, ele queria que ela desistisse do que ele considerava “uma loucura descabida”. A situação de Maria Regina é similar a de muitas outras mulheres casadas e com filhos que resolvem voltar a estudar.

Rocha (2009) afirma que a manutenção da estrutura familiar sempre foi uma das razões que se usava para justificar a não participação feminina na vida pública, uma vez que as mulheres eram fundamentais na esfera privada, pois delas era a função de cuidar dos filhos e da casa, ideologia presente no discurso do marido de Maria Regina. Segundo essa autora, as mulheres e os homens nascem e se desenvolvem em um meio que é consequência direta da cultura e da sociedade da qual fazem parte. Essas diferenças biológicas sempre foram utilizadas para afirmar que o sexo feminino era inferior ou, pelos menos, incapaz. Consequentemente, as mulheres não teriam condições de exercer funções públicas de responsabilidade.

Bruschini (1998), ao analisar as mudanças na inserção e no perfil da mão de obra feminina nas últimas décadas do século XX, assim como a persistência de discriminações e desigualdades, mostrou que as mulheres desempenharam um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da PEA, e que a maior mudança qualitativa ocorreu com a entrada das mulheres mais velhas, casadas e mães. O que mostra um perfil no qual Maria Regina se encaixa. Bruschini (1998) fez uma rica análise da participação econômica de ambos os sexos e mostrou, dentre vários destaques importantes, que os homens continuam predominando nas atividades industriais e as mulheres nas de serviços; o trabalho feminino, a despeito da flexibilização do mercado de trabalho que atinge ambos os sexos, continua caracterizado como mais precário em relação ao masculino. Uma realidade que ainda vigora no contexto brasileiro, após a primeira década do século XXI.

A edição do estudo *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça* mostra que ao longo dos últimos anos (1995-2009), a proporção de mulheres chefes de família aumentou mais de 10 pontos percentuais. Esta proporção passou de 22,9%, em 1995, para 35,2% no ano de 2009.

Isto significa que temos 21,7 milhões de famílias chefiadas por mulheres. Na análise foram usadas as seguintes características: renda familiar *per capita*, localização dos domicílios – urbano ou rural – e, ainda, os tipos de arranjo familiar. Podemos concluir, portanto, que o aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres é um fenômeno tipicamente urbano, apesar de, embora com uma intensidade menor, também estar presente no meio rural. (IPEA, 2011)

Mesmo as estatísticas atuais evidenciando que a liderança feminina tanto dentro como fora dos lares brasileiros é um fenômeno crescente e irreversível, ideologias do sistema patriarcal ainda estão presentes em muitos discursos dos contextos do segundo milênio. A maternidade e a vida doméstica ainda são vistas, por muitos companheiros e por muitos empregadores de áreas técnicas, como entraves à inserção e evolução da mulher nesse mercado brasileiro. E aquelas que conseguem ser incorporadas ao mercado de trabalho formal, dentro de instalações fabris, têm que lidar com a dupla jornada de trabalho, porque ao chegarem em casa, ainda têm seus filhos e sua casa para cuidar. É interessante notar que essa problemática se perpetua até os dias atuais, apesar de todas as mudanças nas relações de gênero a que assistimos acontecer neste milênio.

Acredito que muitas mulheres, a exemplo de Regina, ao voltar a estudar passam a enxergar e entender melhor as questões de gênero; e, através do pensamento reflexivo, desenvolver um senso crítico sobre essas questões. Assim, passam a não ter medo de mostrar e provar seu potencial e sua capacidade em qualquer âmbito seja profissional ou acadêmico.

Recentes estudos sobre a crescente participação da mulher no mercado de trabalho concluíram que esse aumento das mulheres tem vários motivos, e não somente as mudanças de padrões culturais. Na literatura nacional, há um consenso de que o fator primordial a determinar a inserção feminina do mercado de trabalho é o aumento do nível de escolaridade da mulher brasileira nos últimos anos, como demonstrei no Capítulo 2 deste estudo. Este fator tem levado também à queda da taxa de fecundidade devido à adoção de métodos anticoncepcionais, os quais se tornaram mais acessíveis e diversificados nos últimos tempos. Desse modo, mulheres mais instruídas acabam tendo menor número de filhos, o que as torna mais disponíveis para a atividade econômica. Este é o caso de algumas das estudantes entrevistadas desta pesquisa. (IPEA, 2011)

Penso que para lidar bem com a sociedade em que vivemos, nós mulheres precisamos cada vez mais tomar consciência e conhecimento da estrutura ideológica da sociedade que sustenta nosso cotidiano para começarmos a pensar em modos de reelaborarmos os valores de gênero. Estávamos acostumadas a ouvir que o nosso lugar é na cozinha, mas o nosso lugar é onde quisermos estar.

Como fez Maria Regina que nunca cogitou desistir do curso de refrigeração. Em um de seus relatos, afirmou que não desistiria de jeito nenhum porque queria mostrar para sua filha que uma mulher pode fazer qualquer coisa que queira. Mas que também gostaria de continuar o curso por ela mesma, para ter outra profissão, além de comerciante e vendedora. Para Maria Regina, estudar faz bem ao ser humano em qualquer idade da vida.

Mas é fato que escolher uma profissão tida como masculina não é fácil, pois, como afirma Laís Abramo (2002), a maior participação das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada por uma diminuição das desigualdades profissionais entre homens e mulheres. Às mulheres ainda cabem alguns setores e profissões, uma segmentação que torna mais forte as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Seja por motivos financeiros ou mudanças nos padrões culturais ou até por realização pessoal - como foi relatado pela estudante Maria Regina - é fato que as mulheres têm entrado de forma consistente no mercado de trabalho. O que fica evidenciado em vários estudos, como os de Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi, é que o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho não correspondeu a uma diminuição da discriminação.

Na sequência de seu relato, Maria Regina declarou que só depois de muita luta, solucionou seu problema convencendo seu marido a também fazer o vestibular do IFPE. Em 2012, época em que gravei seus relatos, ela e o marido estavam estudando à noite na Instituição. Razão pela qual, às vezes, ela precisava trazer os filhos para as aulas, uma vez que não tinha com quem deixá-los. Interessante perceber que nessa nova arrumação familiar de Maria Regina há uma nítida questão de hierarquia nas relações de gênero, que ainda se percebe com relativa frequência nas relações familiares da sociedade pernambucana deste século. Maria é a guardiã da filha, enquanto o marido é do filho do casal.

A esse respeito, Fávero (2010) declara que o que nós precisamos para manter uma equidade do ponto de vista do trabalho e da inserção da mulher no mercado de trabalho tem a ver com o cuidado com a família. É impossível manter o papel clássico de separação de gêneros e ao mesmo tempo desejar uma equidade da ascensão da mulher no trabalho.

Os homens também precisam entender que para que isto aconteça, eles também têm de cuidar dos filhos e se ocuparem das tarefas domésticas. Infelizmente, nesse aspecto, a ideologia machista ainda predomina na maioria dos contextos familiares brasileiros.

Passarei agora a analisar o relato de outra representante da área de refrigeração. Essa Maria é o oposto da anterior. Dentre os vários aspectos que as distinguem, considero o geracional mais relevante. Maria Rita tem 19 anos, embora evidencie uma postura bastante séria e calada. Hesitou muito antes de concordar com a entrevista que marcamos no Bloco “F”²⁹ do *Campus*, que ocorreu neste local a pedido da própria estudante.

Rita mostrou-se de início muito tímida. Porém, depois que expliquei os objetivos e mostrei o roteiro de perguntas para que ela pudesse ter uma ideia mais exata sobre o que iríamos conversar, ela se tranquilizou. Aos poucos a conversa fluiu e resolvi falar um pouco de mim, antes de entrar em um assunto mais específico da pesquisa. A estratégia deu certo. Ela mostrou-se interessada. Essa Maria e eu não nos conhecíamos. Era a nossa primeira conversa.

Levando em conta a faixa etária de Rita, sugeri que começássemos falando sobre a escolha do curso. Compreendo que o futuro profissional seja um momento de difícil escolha para toda e qualquer pessoa, especialmente nessa faixa de idade, etapa da vida marcada pela insegurança e pelo medo de optar pela profissão errada. Creio que a escolha profissional seja algo que tem reflexos para o resto da vida, pois está intimamente ligada à qualidade de vida dos sujeitos. Perguntei a Rita se havia buscado informações sobre o curso, e se procurou opinião de amigos e familiares. Ao me relatar sobre seu processo de escolha, Rita me disse que a opção por refrigeração foi meio sem querer, mas que havia sido influenciada, de certa forma, pela mãe.

Foi na hora que eu terminei o ensino médio e vi que estavam abertas as inscrições dos cursos aqui no IF e comecei a estudar o que ia fazer porque não sabia o que queria. Perguntei a *mainha* o que eu deveria fazer e ela me disse para fazer refrigeração porque é uma área que está crescendo agora. Aí eu fiz e passei.

²⁹O Bloco “F” é um dos mais afastados da área central do *Campus* Recife. É o local onde ocorrem as aulas práticas do curso de refrigeração.

Maria Rita esclarece, em seguida, que após um período em que titubeou quanto à escolha do curso, acabou gostando.

No começo eu pensei que fosse ser chato porque começou e era só *teórica, teórica*. Aí eu disse a *mainha* que não estava gostando muito não. Ela então me pediu para esperar até o segundo período para ver se melhorava. Quando começaram as aulas práticas, gostei e disse a minha mãe que iria continuar.

Embora afirme que a opção pelo curso de refrigeração não tenha sido sua escolha, noutro trecho em que lhe perguntei se sua mãe entendia alguma coisa dessa área e por isso havia lhe indicado o curso, ela mostrou indícios de que já havia o desejo de entender de refrigeração e máquinas, especialmente, as da indústria automobilística. “Estava lendo o jornal e vi que era uma área que estava crescendo em Pernambuco. Vi que a FIAT estava vindo para o Estado. E era uma área que eu queria atuar na FIAT, a de automação”.

Aqui cabe uma reflexão sobre as diferentes perspectivas de vida destas estudantes de refrigeração. Há no relato de Maria Rita um importante aspecto que é extremamente relevante pontuar por ser fundamental para as reflexões aqui propostas. Trata-se das categorias classe e geração. Essas mulheres, oriundas das camadas médias baixas da população pernambucana, querem galgar um espaço privilegiando que antes era restrito aos homens. O sonho de Rita em entrar para exercer uma função na área tecnológica da Fiat, um espaço de trabalho eminentemente masculino, aponta para mudanças de expectativas de profissão nas novas gerações. As mulheres mais jovens é que sonham em adentrar nesse ambiente profissional que podemos considerar como sendo um espaço da elite do operariado, o que antes era um desejo conferido apenas aos homens.

Entendo que as categorias gênero, classe, etnia e gerações são “eixos de poder” e de conflitos. As literaturas mais recentes sobre políticas de igualdade têm, paulatinamente, incorporado essas interseccionalidades nas políticas públicas, revelando uma grande preocupação com o aumento de múltiplas formas de desigualdade social, repressão e poder que tem atingido as mulheres em todo o mundo. Creio que um dos aspectos primordiais de uma abordagem interseccional aponta para a premente necessidade de se perceber as várias categorias de diferenciação, como a discriminação de gênero, a de raça/etnia, a de

geração, a de estratificação em classes sociais. Essas categorias produzem efeitos distintos, dependendo do contexto em que são analisadas. No nível de estrutura social, já existe, segundo Araújo (2005), um reconhecimento de que classe, gênero e raça estruturam e legitimam, de diversas maneiras, as desigualdades sociais. Segundo a autora, pode-se dizer que, a essas categorias, é imprescindível que se adicione a categoria “corpo” que aparece como de fundamental relevância para se pensar em novas formas de estratificação social.

Portanto, o uso e a articulação dessas categorias de diferenciação têm como finalidade possibilitar o entendimento acerca de sua relevância no que concerne ao acesso de mulheres ao mercado de trabalho. Essas quatro categorias descrevem relações de poder presumidas para cada uma das categorias, uma vez que há um deslocamento das desigualdades sociais, na medida em que se percebe uma maior igualdade entre homens e mulheres das camadas médias. Por outro lado, nota-se um aumento nas diferenciações sociais e étnicas entre as mulheres, por conta das desigualdades de gênero. Isto ocorre porque as mulheres negras, comumente, enfrentam problemas muito maiores, pela junção da desigualdade de gênero e raça/etnia, além da social.

Na sequência, a estudante afirma que só desistiu da ideia de trabalhar com sistemas de refrigeração de autos porque não conseguiu praticar a teoria que havia estudado no IFPE, em função da desativação temporária do laboratório onde essas práticas deveriam ser realizadas. Com certa frustração na voz ela disse que quase desistiu do curso.

Não vi automação na prática, eu só *peguei* automação na *teórica* porque o laboratório estava quebrado. Minha automação foi só na *teórica* e eu já ia desistir porque não sabia como funcionava. Eu já ia partir do ramo da automação.

Várias passagens da entrevista revelaram que atuar na área de refrigeração para Maria Rita é mais que um desejo, representa uma meta de vida, embora essa estudante tenha consciência das dificuldades que as mulheres enfrentam nessa área técnica, inclusive o desestímulo de professores. Maria Rita ressaltou a atitude de um professor do curso, fato que marcou negativamente sua vida acadêmica: “Ele falou que esse curso não era muito feminino porque a gente tinha que pegar peso. Disse que não tinha um perfil feminino e a gente não tinha como atuar e ia ser discriminada”.

Na turma de Maria Rita, em 2012, período em que a entrevistei, só havia três estudantes matriculadas. E o discurso desse professor, na opinião desta Maria, foi fator decisivo na desistência de uma de suas colegas de sala. Ela faz um interessante relato sobre o fato.

A minha amiga mesmo, ela saiu, a terceira menina que saiu, porque o professor começou a falar que esse curso não era *pra* mulher. Começou a criticar. Aí ela *pegou* e saiu. Ele falou que esse curso não era muito feminino porque a gente tinha que pegar peso. [...] Aí ela, minha amiga, acabou desistindo. E eu e a outra ficamos só de pirraça. (ênfase na palavra). *Pra* mostrar ao professor que a gente é capaz (ênfase na palavra). A gente *tá* até hoje.

Na entrevista que fiz com um professor dessa área, ficou bastante evidente a presença de ideologias sobre a “incapacidade física” das estudantes para exercer essa profissão. Esse professor ministra há muito tempo disciplinas técnicas na área de refrigeração do *Campus* Recife. Ele também presta consultoria a empresas do ramo e me disse que era um apaixonado pelo que fazia. Quando lhe pedi para falar sobre a inserção de mulheres nessa área, ele me disse que em virtude da natureza do curso, ele não é muito procurado pelas mulheres. Segundo ele, normalmente há entre 5 a 10 mulheres por sala em cada semestre letivo. Às vezes ocorre de não ter nenhuma. Costuma variar bastante. Mas elas são sempre minoria.

Ao fazer um levantamento das matrículas efetivadas no período entre 2002 e 2012, concluí que a pouca inserção de mulheres no curso é bastante significativa. Para esse professor isto é decorrência da natureza da área de refrigeração. Segundo ele, esse curso

não é procurado por mulheres, como o de edificações, eletrônica e segurança do trabalho. Mas sempre tivemos alunas no curso de refrigeração. Até porque eu parto do princípio de que competência profissional não tem sexo. Eu sempre digo a elas, as alunas, que você se estabelece no mercado quando você tem competência profissional. E está aí a mulher presente em boa parte do mercado de trabalho, ocupando vagas que antes eram só para homens. Lógico que pela natureza do curso, há áreas que

são mais *pesadas* (ênfase neste vocábulo) e nessas, a mulher não entra. Mas ela entra na supervisão, no orçamento, no controle, na *supervisão* (ênfase bastante acentuada neste vocábulo). (Pausa) Então não é uma área grande.

Neste trecho extraído do relato do professor Ricardo, podemos observar que ele faz duas vezes alusão à natureza do curso de refrigeração. Embora diga que para ele o que vale é a competência do profissional que para ele não está atrelada ao sexo, Ricardo deixa claro que questões ligadas à força física fazem diferença nessa área.

A análise da conjuntura sócio-histórico-ideológica, juntamente com a memória discursiva desse sujeito, nos permite apontar relações de poder existentes nas áreas técnicas aqui evidenciadas. Há nelas a hierarquização de poder. Quer dizer, Ricardo fala com base no lugar que está ocupando, com a autoridade que esta inserção lhe dá. Neste jogo discursivo, a identidade das estudantes muitas vezes é silenciada ao invés de ter visibilidade como “querem” as políticas de gênero desenvolvidas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da presidência da República (SPMPR), com funções a nível ministerial, que tem levado a efeito eventos em conjunto com organismos como o Ministério da Educação e Cultura (MEC), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)³⁰.

Apesar de nos últimos anos as mulheres incrementarem paulatinamente sua cota de participação na área de refrigeração, uma coisa mostra-se clara: a taxa de mudança continua a ser lenta e desigual. Acredito que a falta de procura das mulheres por essa área estaria relacionada a não absorção de mulheres nesse campo de trabalho, visto este ser ainda entendido como próprio para o sexo masculino. Alguns setores da refrigeração, em consequência dessa ideologia, ainda são fortemente preenchidos pelo sexo masculino. Isto é tido como natural pelo professor Ricardo que afirma haver na refrigeração “áreas que são mais *pesadas* e nessas, a mulher não entra”. Resquícios de um campo de formação técnico-profissional predominantemente caracterizado pelo público masculino.

Essa ideologia reduz a noção de qualificação profissional que deveria ser compreendida como uma habilidade individual de se mobilizar para resoluções de problemas, tão ou mais importante do que a bagagem de conhecimentos do sujeito. Portanto, a qualificação não é

³⁰ No Capítulo 5, reflito sobre essas políticas de gênero.

só uma habilidade para reagir aos imprevistos, mas também a capacidade de criá-lo e provocá-lo. Do ponto de vista do trabalho feminino, o que se constata é que, apesar das inovações tecnológicas, a divisão sexual do trabalho permanece. Por isso, apesar dos avanços frente ao novo modelo de produção, bem como na forma como se organiza a formação para esse modelo, a questão da qualidade e competência ainda não foi pensada a partir das relações de poder, ou seja, no interior do trabalho e de todos os modelos que pensam sobre a questão da organização da produção, a relação de gênero tem sido ignorada pelos estudiosos do tema em questão. (HIRATA, 2003)

Noutro trecho da entrevista, Maria Rita recordou-se do momento em que o fato de ser mulher entrou como um fator de obstáculo à sua contratação em uma empresa. Ela revelou sua frustração ao ser preterida ao pleitear uma vaga na área de refrigeração.

Recentemente eu fui fazer uma entrevista de emprego para área de refrigeração. Eu e um menino fomos classificados. Só que na hora ele³¹ perguntou se algum dos dois tinha carteira de motorista. Eu e o menino não tínhamos. Ele optou ficar com o menino e não comigo. Acho que já que os dois não tinham, ele poderia ter desclassificado os dois. Ele disse que ia ficar com o menino mesmo sem ele ter e disse que eu estava dispensada.

Eu insisto no tópico e lhe pergunto de que forma o funcionário da empresa, responsável pela seleção de candidatos, justificou sua desclassificação. De forma contundente, Maria Rita afirmou que o funcionário da empresa a descartou por ser mulher.

Ele disse que pelo fato de eu ser mulher e também (pausa) por eu não ter a carteira de motorista. Então ele ia ficar com o menino que depois teria a carteira mais fácil. E que seria mais prático *pra* ele ter um homem na empresa.

É interessante observar que Rita repudia veementemente as atitudes de seu professor e do funcionário da empresa, mas sua memória discursiva, a exemplo da primeira Maria de refrigeração, traz à tona

³¹ Maria refere-se ao funcionário responsável pela seleção.

discursos sexistas que foram durante anos naturalizados pela sociedade. Quando perguntei como encarava o fato de só haver três alunas em sua turma, ela afirmou: “Eu acho que é porque as meninas ficam (pequena pausa) um pouco com medo porque é uma área mais masculina realmente”.

Acredito que esse estereótipo reproduzido pela estudante é consequência das mensagens subliminares que reforçam o preconceito contras as mulheres no mundo do trabalho. Esses discursos estão tão arraigados na maioria das culturas que, às vezes, mesmo aqueles que lutam contra eles acabam de forma inconsciente reproduzindo-os. Rocha (2009) nos lembra de que é muito comum ouvirmos mulheres reforçando conceitos misóginos e machistas em relação a sua capacidade física. Na visão de Rocha, isto ocorre porque as perversas heranças que refletem os sentimentos da Idade Média perduram, ainda hoje, gravadas no nosso subconsciente coletivo, fazendo com que, até nós mulheres, sejamos algozes de nós mesmas. Segundo essa autora, um dos rótulos impostos pelo machismo diz respeito à competência ligada ao gênero. Associa-se o gênero do indivíduo à sua competência profissional. Para essa autora,

quando se escolhem profissionais observando-lhes as competências, a preferência é o gênero masculino, por ser considerado naturalmente mais apto. São resquícios de conceitos machistas que por séculos julgaram as mulheres inferiores aos homens, sobre todos os aspectos”. (ROCHA, 2009, p.91)

Acredito que a análise do relato de Maria Rita nos leva a inferir que a relação entre formação profissional e inserção no mercado de trabalho é mediada não só por fatores socioeconômicos, mas principalmente por questões de gênero que afetam e modificam essa relação. Ou seja, o processo de construção social das qualificações constitui-se em um dos elementos cruciais a serem considerados na relação que se estabelece entre formação profissional, em sentido amplo (ou seja, envolvendo os processos de educação formal e de socialização dos indivíduos) e inserção no mercado de trabalho. As relações sociais de gênero, as relações raciais e étnicas, as relações intergeracionais, a origem social da força de trabalho, assim como as características da organização empresarial nos diversos ramos de atividade são importantes fatores explicativos da dinâmica de articulação entre

qualificação, formação profissional e inserção no mercado de trabalho. (LIEDKE, 1993)

Podemos perceber que Rita ao falar de seu relacionamento com os colegas de sala, evidencia paradigmas que, provavelmente, fazem parte de seu contexto de vida familiar: “Eles mandam a gente pegar, sentir o peso *pra* gente saber realmente se é aquilo que a gente quer ou não. Eles nos ajudam assim nessa questão”. Ao construir a sentença “Eles mandam a gente pegar”, para se reportar à ajuda dos colegas nas aulas práticas do curso, a estudante passa uma ideia de submissão. É interessante o uso do verbo “mandar” o que denota que de certa forma as alunas precisam da “permissão” dos alunos (os homens) para fazerem determinadas atividades que exigem mais força física e, ao fazê-las, estariam numa espécie de teste físico, embora isto não seja percebido de imediato pelas próprias estudantes que encaram aquilo como ajuda. Essa “submissão” talvez ocorra porque em muitos lares brasileiros ainda seja natural a voz de comando ser um atributo masculino.

Esse modelo de família que conhecemos hoje, segundo Rocha (2009), foi iniciado no século XVIII, com o fortalecimento da burguesia. Foi nesse período que aconteceu a privatização da família, sustentada na submissão tanto da mulher como dos filhos. Segundo a autora, a partir daí aos homens sempre caberia o papel de sujeito do discurso. Por isso, a condição feminina nunca foi tão frágil quanto nesse período “em que se organizou a família nuclear burguesa, tal com ainda encontramos nos dias de hoje”. (ROCHA, 2009, p. 147)

Quando pedi a Rita que falasse um pouco mais sobre o curso e questioneei a existência de preconceitos dos colegas do sexo masculino na área técnica em que estuda, houve pausas e hesitações em seu discurso. Sua expressão facial denunciava certo incômodo. Ficou óbvio que a estudante percebia a existência de preconceitos advindos dos colegas. Ao perceber essa hesitação, retomei o tópico e lhe perguntei se acreditava que os colegas não tinham atitudes preconceituosas como afirmara antes por serem homens mais jovens e por isso mais abertos às mudanças. Maria Rita responde de forma evasiva: “Eu não sei. Porque a maioria dos alunos que está aqui já trabalha. Só *tá* aqui pelo diploma. Eles deixam a gente colocar a mão na massa *pra* ver realmente como é o curso e sentir mesmo”.

De fato, a discriminação contra a mulher tem se mostrado mais forte, dependendo da profissão que escolheram. Segundo Lombardi (2010) isto tem sido constatado em numerosos estudos e pesquisas. Para essa autora, em geral, essa discriminação não é explícita, o que torna mais difícil para as mulheres identificá-la e reagir a ela. A discriminação

invariavelmente parte dos homens, colegas de profissão que estão no mesmo nível. Lombardi (2010) aponta como uma das causas o receio de que a colega venha a competir com eles por melhores posições nas empresas. A minimização desse problema, segundo essa autora, começa pela conscientização de que o preconceito existe. É comum as mulheres não se darem conta do processo de discriminação e por isso não reagirem a ele, declara Lombardi.

É fato que as mulheres têm adentrado, praticamente, em todas as profissões, inclusive aquelas ligadas à área tecnológica a exemplo das Marias deste estudo. Mas essas áreas, segundo Lombardi (2010), ainda resistem à sua presença. Os porquês dessa tendência persistente podem ser encontrados, basicamente, nos padrões culturais vigentes na nossa sociedade. É um círculo não virtuoso que engendrou essa tendência: as mulheres não desejariam as profissões tecnológicas por não se sentirem aptas para desempenhá-las, por as perceberem como masculinas e por anteciparem dificuldades para conseguir emprego pelo fato de serem mulheres; as empresas preferem homens justificando a escolha pelas condições de trabalho, supostamente, mais difíceis e pelo ambiente majoritariamente masculino e as famílias, em geral, estimulam as filhas a seguirem profissões consideradas mais apropriadas para as mulheres.

Quando pedi para Rita dizer o que achava do discurso que afirma serem as mulheres, em “físicamente” mais frágeis, “incapazes” de fazer determinadas atividades profissionais, ela repudiou e disse que achava que isto era errado.

No meu curso mesmo, eu sou magrinha, mas o professor me deu uma máquina e eu consegui levantá-la. Ficamos no grupo eu e outro *magrelo*; e a gente conseguiu levantar sem problema nenhum. E na minha turma, os meninos preferem que eu pegue o peso para sentir mesmo como é. E até agora eu não tive problema por conta disso.

De certa forma, essa aparente contradição presente no discurso de Maria Rita reflete não só o período de afirmação profissional pelo qual ela passa, mas também uma ação virtual sobre as circunstâncias que a rodeiam. Durante toda a entrevista, essa estudante procurou reforçar o seu desejo de atuar na área técnica de refrigeração, apesar de ter consciência de todas as adversidades que irão surgir em sua trajetória profissional. E mesmo tendo dito no início da entrevista que refrigeração “é uma área mais masculina realmente”, concluiu mais adiante que se tiver de instalar um ar-condicionado “[...] eu acho que eu sou capaz de ir

lá e instalar. Um homem não instala sozinho, precisa de dois. Então, seríamos eu e outra pessoa me ajudando. Então daríamos conta”.

Podemos observar que várias vezes a estudante faz referência à capacidade feminina de se sair bem em situações que exigem esforço físico. Quando lhe questionei se os obstáculos fariam com que desistisse da área de refrigeração, ela respondeu que não. “Vou continuar. Por pirraça. *Pra* mostrar que sou capaz. Por acreditar que sou capaz. Mostrar que eu tenho capacidade de fazer isso (pausa) por ser mulher”.

Acredito que esse enunciado é reiterado por Maria Rita para ressaltar a consciência que ela tem dos obstáculos a serem ultrapassados em razão do comportamento sexista da maioria dos que atuam na área de refrigeração, especialmente no IFPE, e a sua vontade de romper as “normas” vigentes.

Pude perceber o quão forte é essa visão sexista quando conversei com o professor Ricardo, que havia sido, coincidentemente, um dos professores de Maria Rita, em 2011, quando a entrevistei. Quando solicitei que esse professor falasse sobre o estágio obrigatório que as estudantes do curso de refrigeração teriam que fazer e sobre as queixas que eu ouvia delas em sala de aula a esse respeito, ele foi bem enfático ao declarar que achava que elas não deveriam, no estágio, ir para

a área de manutenção propriamente dita: de lavar a *máquina*, carregar a *máquina*, trocar compressores de *máquinas*. (ênfase bastante acentuada ao pronunciar estes vocábulos) Não que elas não tenham esse conhecimento. Elas saem daqui da escola com esse conhecimento. É porque a *natureza física da mulher* (ênfase bastante acentuada ao pronunciar esta sequência de vocábulos) não permite que ela (pausa) pegue peso, até porque existe marmanjo *pra* isso.

Mas quando lembrei a Ricardo de que no início de nossa conversa ele havia afirmado que competência profissional não estava atrelada ao sexo do indivíduo, ele retrucou dizendo “Sim, e não está. Tanto é que as alunas saem do IFPE com o conhecimento necessário para desenvolver qualquer atividade da área. Mas eu acho que não é tarefa para elas pegar no pesado”.

Essa ideologia de fragilidade e “inaptidão” física das mulheres para determinadas tarefas está tão arraigada na memória discursiva do professor que várias vezes em seu discurso ele faz menção à condição física da mulher, mesmo declarando por diversas vezes que a

competência profissional dos indivíduos não é proporcional a sua capacidade física. Mesmo que sutilmente, essa ideologia apareceu no discurso do professor Ricardo, quando lhe questionei se as mulheres do curso sentiam mais dificuldades que os homens nas aulas práticas e ele respondeu que não, pelo contrário. Segundo ele, nessas aulas,

às vezes as alunas tomam mais a frente que os alunos. Há determinadas atividades que eles não querem fazer e elas vão lá e fazem. Elas têm mais iniciativa. As mulheres estão mais *agressivas* (ênfase neste vocábulo). Não são todas, mas lógico que dessas que vêm para a área de refrigeração, algumas não se identificam com o curso. Mas aquelas que se identificam tomam iniciativas e vão à frente, elas fazem, vão buscar! E eu não tenho nenhum preconceito contra isso não!

Podemos perceber que ao adjetivar as estudantes de mais “agressivas”, o professor Ricardo, de certa forma, relaciona essa postura de comando assumida pelas estudantes à postura dos homens, peculiar a eles em decorrência de suas atribuições físicas. Essa ideologia é reproduzida inconscientemente no discurso do professor. Por isso ele diz não ter preconceito algum em relação às estudantes do curso e declara ter orgulho delas:

Eu conheço alunas que saíram daqui e trabalham hoje no mercado; e foram minhas alunas. Por exemplo, tive uma aluna que foi a primeira mulher em Recife a ser autorizada a dar partida de máquina em centrais de ar-condicionado de grande porte. Conheço uma aluna que saiu daqui e foi tomar conta da equipe de manutenção do Hospital Português, e pra isso tem que ter competência profissional. E eram alunas bem sucedidas aqui na escola. Assim como há alunos que vêm *pra* cá e não se identificam com o curso, há alunas também. E aí elas não se inserem no mercado de trabalho por não se identificar com o curso, mas as que se identificam com o curso estão no mercado de trabalho.

À luz da AD francesa, percebemos que Ricardo em seu discurso encontra-se dividido entre o consciente e o inconsciente. Segundo os pressupostos da AD, não existe nenhum sujeito que tenha consciência

daquilo que diz. Os sujeitos são levados, inconscientemente, a produzir um discurso de uma forma e não de outra, criando para si uma realidade discursiva.

Tomando como base esses pressupostos da AD francesa, ao considerar o conteúdo discursivo das análises das entrevistas evidenciadas neste capítulo, cheguei a conclusão de que as relações sociais de sexo que perpassam as áreas profissionais de mecânica, eletrotécnica e refrigeração do IFPE – *Campus* Recife repousam, em primeiro lugar, sobre uma relação hierarquizada entre os sexos. Nesse sentido, a articulação entre as categorias analíticas gênero e discurso possibilitaram uma melhor compreensão do objeto de análise em dupla dimensão.

Na primeira dimensão, foi possível inferir que o contexto da educação tecnológica do *Campus* Recife é permeado por instâncias de poder. Por isso, a utilização da categoria de análise “gênero” permitiu que se percebesse a dimensão das relações de gênero e de poder que aí são estabelecidas. Existe nessas áreas uma relação de dominação e de poder do grupo do sexo masculino sobre o grupo feminino. Essa relação implica em autonomia ou em subordinação sob uma ou mais hierarquias.

Durante a análise das entrevistas procurei manter, na medida do possível, dois recortes interpretativos: a divisão sexual do trabalho e as ideologias presentes nas práticas discursivas, entendendo que o primeiro acrescentava diversidade à análise e o segundo, permitia a visão sócio-histórica das experiências femininas e masculinas nesses campos profissionais.

Por isso, a primeira categoria analítica propiciou a interpretação das relações profissionais que se estabelecem entre homens e mulheres dentro desse tenso quadro inserido na divisão sexual do trabalho.

Dessa forma, os dados apresentados neste capítulo apontaram que essa divisão vem se alterando muito tênue e lentamente com o passar dos anos, reservando, preferencialmente, aos homens alguns campos de atuação dessas áreas por serem “fisicamente” mais propícias ao sexo masculino, segundo a ideologia que predomina. Assim os relatos evidenciaram que essa divisão de trabalho engendrou alguns conflitos entre as estudantes e os grupos de colegas e professores do sexo masculino, revelados em episódios de discriminação de gênero descritos pelas entrevistadas.

A esse respeito, Lombardi (2010) afirma que os princípios de separação e hierarquização são válidos praticamente em todas as sociedades conhecidas. Eles costumam ser legitimados por uma

ideologia que podemos adjetivar de “naturalista”. Segundo essa ideologia, a divisão sexual do trabalho está inscrita na ordem natural da sociedade e assim deve permanecer, sendo, portanto, imutável. Mas, para essa autora, as relações sociais que se estabelecem entre homens e mulheres não se fundam em causas biológicas. Por isso essas relações não são imutáveis uma vez que são construções sociais que assumem roupagens diversas em diferentes espaços geográficos e em diferentes épocas.

A segunda categoria analítica, por sua vez, permitiu identificar as ideologias utilizadas pelo grupo masculino na sua relação cotidiana com as mulheres. Foi unânime, no discurso masculino, a declaração de que, dependendo do setor de atuação da área, as mulheres são menos aptas do que eles. Na prática discursiva das áreas em evidência nesta pesquisa, as estudantes tenderiam a ser menos competentes por possuírem corpos mais frágeis. Nos relatos masculinos, portanto, o perfil de um técnico dessas áreas, exige habilidades físicas que as mulheres não possuem.

Já nos relatos das mulheres aparece uma peculiaridade: o motivo que as influenciou fortemente na escolha dessa profissão foi a sua resistência em aceitar as escolhas profissionais mais “naturais” para o seu sexo ou, usando o termo de uma delas, a “birra” em fazer diferente do esperado, transgredindo os parâmetros de gênero de seu tempo, quebrando regras e expectativas, mostrando que são capazes de exercer essas profissões a despeito de qualquer barreira a elas imposta. Por isso, todas lutam contra essas ideologias que as colocam como fisicamente frágeis e por isso menos aptas a exercerem as profissões de técnicas nas referidas áreas. O que podemos denominar de “birra”, esteve presente tanto nos relatos das mulheres mais velhas como das mais novas, sugerindo a construção de novas subjetividades nesse campo de atuação profissional. Elas também apontam o discurso androcêntrico que circula nas referidas áreas como um dos principais motivos da desistência feminina.

No que diz respeito à reação das famílias à escolha da carreira, houve nos relatos das estudantes comentários extensos e ricos em detalhes. E nesse aspecto, o recorte geracional mostrou-se bastante fecundo, pois permitiu identificar não haver variação dos estereótipos de gênero em torno dos cursos. Todas registraram algum tipo de comentário vindo de algum membro da família, denotando certo grau de estranhamento pelo fato de terem escolhido uma carreira considerada masculina.

Em suma, a maioria dos relatos das/dos entrevistados abordou o decisivo período de suas vidas em que se esboçou e consolidou a opção pela profissão, em que tanto motivos de ordem subjetiva, como outros de caráter mais racional contribuíram para sua definição.

Segundo Goffman (2002), somente quando uma parcela da sociedade passa a não mais acreditar que os lugares tradicionalmente reservados para as mulheres correspondam à expressão das suas reais capacidades, é que os chamados “arranjos” sociais dos sexos, no caso, no mundo das profissões, perde o sentido, abrindo espaços para mudanças.

Por outro lado, creio que os discursos das Marias deste estudo evidenciaram as inegáveis conquistas das mulheres no rompimento de paradigmas existentes no mundo do trabalho, assinalando rupturas e busca por maior equidade de gênero na educação profissional. As “minhas” Marias, mesmo sendo minoria, provam que há mulheres profissionalizando-se em setores que foram durante muito tempo verdadeiros redutos masculinos.

Isto é possível, hoje em dia, segundo Lombardi (2010), porque as escolas no geral apresentam infraestrutura para receber as mulheres, coisa que não havia no passado recente. Mas, muitas vezes, há resistências por parte de alguns professores e alunos em relação à presença delas, especialmente em curso profissionalizantes. Segundo essa autora, de uma maneira geral, entretanto, os ambientes escolares costumam ser menos hostis às mulheres do que os ambientes de trabalho. Essa autora declara que a discussão sobre a presença de mulheres em cursos e, em decorrência, profissões da área tecnológica deve acontecer no âmbito das famílias, nas escolas e nas empresas, da sociedade civil como um todo, sempre mirando estereótipos e padrões de gênero sobre a masculinidade ou feminilidade das profissões. Até que esses padrões de alterem.

No próximo capítulo, apresento uma reflexão sobre os discursos que circulam no mercado de trabalho brasileiro. Trago, sobretudo, a situação feminina nos setores industriais da região metropolitana da cidade do Recife/PE.

Essa região tem apresentado, nos setores industriais aqui destacados, um perfil de escolaridade feminina um pouco melhor nesta última década, tendo em vista que essa mão de obra tem escolaridade ao menos equivalente ao ensino médio completo, nível mínimo exigido no novo paradigma industrial, para absorção de novas tecnologias. Segundo Osangela Sena (2004), o paradigma tecnológico trouxe, de alguma

forma, muitos impactos positivos no padrão educacional da mão de obra empregada nesses setores no Estado.

CAPÍTULO 4 PRÁTICAS DISCURSIVAS DAS ÁREAS DE MECÂNICA, ELETROTÉCNICA E REFRIGERAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

A inserção da mulher no mundo profissional representou uma forte referência para a construção de sua identidade. A autoestima proporcionada pelo reconhecimento social, pelo sentimento de pertencimento e de utilidade está diretamente relacionada à realização profissional.

Patrícia Rocha (2009)

Neste capítulo, inicialmente, apresento alguns dados sobre a situação das mulheres brasileiras no mundo do trabalho nos últimos 12 anos e faço reflexões sobre os discursos e as discriminações enfrentadas pela mulher brasileira em sua inserção no mercado tecnológico. Trago também alguns discursos que descontroem a visão binária das profissões. Em seguida, traço um rápido panorama do setor industrial do grande Recife, capital de Pernambuco. Na sequência, analiso as práticas discursivas do mercado de trabalho das áreas de mecânica, eletrotécnica e refrigeração da região metropolitana do Recife/PE, a fim de compreender as relações de gênero que são estabelecidas nesses nichos profissionais. Fechando o capítulo, traço, a partir das práticas discursivas, um perfil profissional dessas áreas.

4.1 MULHERES BRASILEIRAS E MERCADO DE TRABALHO: NOVOS DISCURSOS E PERSISTENTES DISCRIMINAÇÕES

A consolidação do sistema capitalista, que ocorreu no século XIX, proporcionou inúmeras mudanças no processo produtivo das empresas e na organização do trabalho feminino. O que desencadeou o desenvolvimento tecnológico e o intenso crescimento industrial que fizeram com que boa parte da mão de obra feminina fosse transferida para as fábricas.

Desde então, algumas leis passaram a beneficiar as mulheres. Por exemplo, ficou estabelecido, no Brasil, através da Constituição de 1932 que

sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente ao salário igual; veda-se o trabalho feminino das 22 horas às 5 da manhã; é proibido o trabalho da mulher grávida durante o

período de quatro semanas antes do parto e quatro semanas depois; é proibido despedir a mulher grávida pelo simples fato de gravidez. (ARAÚJO, 2005).

Mas, mesmo com essas conquistas, havia algumas formas de exploração que perduraram durante muito tempo. Como, por exemplo, jornadas de trabalho entre 14 e 18 horas e diferenças salariais acentuadas. A justificativa para esses acontecimentos estava sempre centrada no fato de a sociedade acreditar que o homem era o único que poderia exercer o “papel” de chefe de família, não havendo razão, portanto, de a mulher buscar fora de casa uma renda. Essa visão de estrutura familiar, entretanto, vem sendo reconstruída em virtude de existir hoje a necessidade de as mulheres atuarem no mercado de trabalho. Mas um dos entraves encontrados pelas mulheres para se inserirem nesse mercado é a questão cultural que faz com que as mulheres tenham uma atuação mais ativa em alguns países culturalmente mais desenvolvidos do que em outros que têm uma cultura mais rígida, na qual a mulher ainda é vista com inferior aos homens. (ARAÚJO, 2005).

No Brasil, ao longo dos anos, tem havido uma incessante luta pelo desenvolvimento social, cultural e político das mulheres. Elas vêm conquistando o seu espaço no mercado de trabalho e deixado de ser apenas uma parte da família para se tornar a comandante, o que foi ocasionando o seu ingresso no mundo do trabalho. Para as brasileiras, a primeira década deste milênio foi marcada pelo fortalecimento de sua participação no mercado de trabalho e pelo aumento da sua responsabilidade no comando das famílias. A mulher, que representa hoje, segundo dados do IBGE (2010), a maior parcela da população brasileira, viu aumentar nesta época, o seu poder aquisitivo e o seu nível de escolaridade.

Por isso a história da mulher no mercado de trabalho brasileiro está fundamentada em dois aspectos: a queda da taxa de fecundidade³² e o aumento do nível de instrução. Estes fatores vêm ocasionando a crescente inserção da mulher no mundo do trabalho e a elevação de sua

³² Para consolidar sua posição no mercado de trabalho as mulheres têm, cada vez mais, adiado seus projetos pessoais, como a maternidade. Observa-se assim, que a redução do número de filhos é um dos fatores que tem contribuído para facilitar a presença da mulher no mercado de trabalho. (BRUSCHINI, 2007)

renda. Mas a velocidade com que isto se dá não é o mais relevante, o que importa é a conquista por segmentos que não empregavam mulheres. (BRUSCHINI, 2007)

Essa mentalidade ainda vigora em muitos contextos profissionais – como, por exemplo, as áreas tecnológicas destacadas nesta pesquisa – que antes conferidos apenas ao sexo masculino. De fato, para se destacar no mercado de trabalho hoje é preciso que os sujeitos sejam cada vez melhores nas atividades que lhes são atribuídas. É preciso também que conheçam todos os aspectos relacionados com o ramo da empresa em que se trabalham.

Assim, embora a sociedade deste milênio apresente várias oportunidades de crescimento profissional, que são disputadas por profissionais cada vez mais qualificados, essas vagas, na sua grande maioria, ainda são preenchidas por homens.

Mas mesmo nadando contra essa corrente, como as mulheres entrevistadas neste estudo, um contingente significativo de brasileiras está buscando essa especialização através da qualificação técnica, e conquistando uma posição atuante, dentro e fora de casa. Por isso, nas últimas duas décadas, no Brasil, aumentou de forma significativa o acréscimo do número de trabalhadoras.

Mas mesmo assim, elas ainda representam, no contexto atual, mais da metade da população desempregada e, quando ocupadas, recebem salários menores do que o dos homens. De fato, a discriminação de gênero é um fator determinante para as possibilidades de acesso, permanência e condições de trabalho. Sabemos que, historicamente, quando a abordagem das pesquisas toma como parâmetro o sexo do sujeito, elas costumam revelar que as mulheres, comumente, enfrentam grandes dificuldades no mercado de trabalho, tanto para conseguir uma ocupação quanto para mantê-la.

Segundo dados do IPEA (2011), no Brasil, essa inserção feminina no mundo do trabalho tem ocorrido de forma expressiva ao longo da primeira década do século XXI. Para as mulheres, realmente, foi um período marcado por mudanças significativas, pelo fortalecimento de sua participação no mercado de trabalho e pelo aumento de sua responsabilidade no comando das famílias.

Podemos dizer que as mudanças de valores culturais foi um dos fatores para o aumento dessa inserção porque tiveram como consequência a maior escolarização das mulheres e a procura cada vez maior por cursos profissionalizantes. A partir dessas mudanças, as mulheres passaram a desempenhar uma função muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa do

país. Houve nesse íterim a entrada maciça de mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) o que fez com que elas, em grande parte, vencessem a exclusão. Porém, elas não venceram ainda as desigualdades e a segregação existentes em alguns ambientes profissionais. Novos desafios surgiram. Um percentual ainda elevado de mulheres continua na esfera doméstica ou em profissões tipicamente femininas. Por isso, em alguns setores, as mulheres ainda não estão numa condição de vantagem em relação aos homens, que continuam ocupando os mais altos cargos e ganhando os maiores salários. Discursos que promovem o preconceito e a discriminação da mulher ainda são muito frequentes. Em muitos contextos, as mulheres continuam sendo consideradas peças fundamentais na administração do lar, acumulando funções e jornadas de trabalho. (LOMBARDI, 2010)

Segundo Araújo (2005), é inegável que a absorção das mulheres no mundo do trabalho já é uma realidade delineada desde meados da década de 70 e vem se fortalecendo no novo milênio, mas algumas formas de exploração da mulher perduram até hoje, como dupla jornada de trabalho e diferenças salariais acentuadas a que me referi acima.

Posthuma (1998) chama de “inserção excluída” o que comumente envolve o trabalho feminino. Para ela, a consequência seria, a priori, a posição desvantajosa das mulheres no mercado de trabalho cuja participação estaria imbricada com a segmentação desse mercado. A justificativa está sempre centrada num discurso androcêntrico propagador da ideologia de superioridade masculina.

Mas a estrutura do mercado de trabalho também tem passado por mudanças. A flexibilidade da força de trabalho inscreve-se no mesmo processo que articula o discurso por maiores níveis de escolaridade para as trabalhadoras que permanecem empregadas e ocupam postos de trabalho considerados essenciais para os processos produtivos nos quais atuam.

Nesse sentido, como foi demonstrado nos capítulos 2 e 3, a educação e a formação profissional aparecem hoje como questões centrais, uma vez que a elas são conferidas funções essencialmente instrumentais, capazes de possibilitar a competitividade e intensificar a concorrência, adaptando as trabalhadoras às mudanças técnicas a fim de minimizar os efeitos da discriminação.

Por isso, acredito que se faz necessário refletir sobre a absorção das mulheres no mundo trabalho, uma vez que estudos recentes³³

³³ Ver trabalhos de Maria Rosa Lombardi, Cristina Rocha, Patrícia Rocha.

comprovam que somente a busca da formação não tem garantido às mulheres o seu direito à plena cidadania. Muito ainda há que se fazer, uma vez que a inserção no mercado de trabalho continua sendo um fator central para a construção da identidade das mulheres, bem como a definição do padrão de sua sociabilidade e, sobretudo, o recurso que lhes permite suprir as necessidades básicas de forma autônoma. Essa conquista é condição essencial para que elas possam projetar uma vida de autonomia plena.

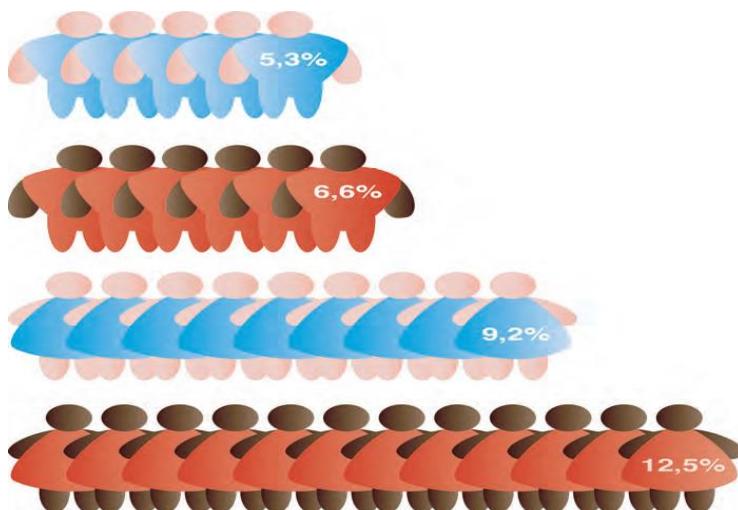
Para ampliar o conhecimento sobre essas desigualdades de gênero no mercado de trabalho, recorro a informações do IPEA (2011) sobre a população economicamente ativa: a taxa de participação, ocupação e desocupação e a taxa de distribuição segundo posição na ocupação e setor de atividade.

A primeira taxa é o indicador que permite conhecer a quantidade de pessoas disponíveis para o mercado de trabalho. Segundo os dados do IPEA, entre 1995 a 2009 houve um progressivo aumento da participação das mulheres, embora sua magnitude não tenha permitido alterar os padrões de desigualdade. Além disso, a disponibilidade não se reverte automaticamente em empregos, por isso é necessário conhecer a realidade do desemprego, captada pela segunda taxa, a de desocupação que mede a proporção de pessoas desempregadas, mas em busca de emprego. Essa taxa aponta um aumento do desemprego para homens e mulheres quando comparamos os intervalos de tempo citados acima. Embora não seja uma evolução progressiva, mas descontínua, a taxa de desocupação dos homens passou de cerca de 5%, em 1995, para, aproximadamente, 6%, em 2009, ao passo que, para as mulheres, o resultado variou de cerca de 7% para 11%, em relação aos mesmos intervalos considerados. Por isso podemos dizer que o desemprego é também uma realidade permeada de desigualdades de gênero, uma vez que, segundo o IPEA (2011), a menor taxa de desemprego corresponde à dos homens brancos (5%), ao passo que a maior remete às mulheres negras (12%). No intervalo entre os extremos, encontram-se as mulheres brancas (9%) e os homens negros (7%).

Esses dados apontam uma clara segmentação ocupacional, tanto relacionada ao gênero, quanto à raça. As mulheres – especialmente as negras – estão mais concentradas no setor de serviços sociais, grupo que abarca serviços de cuidado em sentido amplo (educação, saúde, serviços sociais e domésticos). Já os homens, sobretudo os negros, estão sobrerrepresentados na construção civil. Em 2009, esse setor empregava quase 13% dos homens e menos de 1% das mulheres, indica esse estudo do IPEA.

Vale lembrar que em se tratando das mulheres negras o acesso ao mercado de trabalho é pressuposto para enfrentarem uma realidade de pobreza a que historicamente foram relegadas. Entretanto a presença dessa parcela feminina no mundo do trabalho não data somente do processo de industrialização das sociedades, pois as mulheres, especialmente as negras, foram sendo empurradas para fora do âmbito doméstico a partir da intensificação da separação da produção de bens e serviços das outras atividades e das transformações tecnológicas. No caso das negras, elas sempre trabalharam. Embora ainda continuem ausentes no chamado mercado formal, como é possível verificar na tabela abaixo.

Figura 18 - Mercado de trabalho Taxa de desemprego da população de 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2009.



Fonte: IPEA, 2011

Em face dessa realidade, creio que não seja possível aqui tratar sobre mulheres e mercado de trabalho sem recortar por raça, pois as diferenças entre a categoria de gênero branco e negro são bastante significativas no Brasil e no estado de Pernambuco, *locus* desta pesquisa, onde o contingente de mulheres afrodescendentes é bastante significativo. Não aprofundarei, entretanto, discussões sobre raça/etnia. Adoto para as reflexões sobre essas categorias as premissas de Antonio Guimarães (2011) para quem a expressão *raça* define o nosso ideal de

homogeneidade nacional, nosso hibridismo demográfico e o reconhecimento da importância cultural de todos os povos para a nossa formação. Segundo o autor, o uso burocrático e popular, do termo *cor* substituiu o de *raça*, deixando à mostra elementos de teorias racistas. No Brasil, porém, *raça* é mais que *cor* de pele: na nossa classificação, a textura do cabelo e o formato de nariz e lábios, além de traços culturais, são elementos importantes na definição de *cor* (preto, pardo, amarelo e branco). Já o termo *etnia*, segundo Guimarães (2011), foi cunhado para dar conta da diversidade cultural humana, passando também a ser usado no cotidiano do que esse autor chama de sociologias vulgares como marcador de diferenças quase irreduzíveis, ou seja, como sinônimo de *raça*.

É importante ressaltar, na opinião de Brah (2006), que discussões sobre o feminismo e o racismo muitas vezes centram-se na opressão das mulheres negras e não exploram como o gênero, tanto das mulheres negras como das brancas, é construído através da classe e do racismo. Isso significa dizer que a posição “privilegiada” das mulheres brancas em discursos racializados (mesmo quando elas compartilham uma posição de classe com mulheres negras) deixa de ser adequadamente teorizada, e os processos de dominação permanecem invisíveis. Considero essa assertiva verdadeira, quando penso na situação das trabalhadoras da indústria pernambucana.

Ainda segundo Brah (2006, p.352), as divisões sociais associadas à etnia deveriam ser vistas como “absolutamente autônomas em relação à classe social, como redutíveis à classe social ou como tendo origens históricas, mas se articulando agora com as divisões de classe na sociedade capitalista”. Para essa autora, o racismo tem origem histórica diversa e se articula com estruturas patriarcais de classe de maneiras específicas, em condições históricas dadas. Brah afirma que o racismo não é autônomo nem redutível à classe social ou ao gênero, por isso a procura por teorias que especifiquem as interconexões entre racismo, gênero e classe são produtivas. Por isso, é melhor pensarmos nessas interconexões como relações historicamente contingentes e específicas a determinado contexto, focalizando uma situação, diferenciando-a entre a demarcação de uma categoria como objeto de discurso social, categoria analítica e tema de mobilização política, sem fazer, entretanto, suposições sobre sua permanência ou estabilidade ao longo do tempo e do espaço. A autora afirma que o tema deve ser tratado como práticas discursivas não essencialistas e historicamente contingentes. O que implica que as mulheres, tanto as negras como as brancas, podem trabalhar em conjunto pela criação de uma prática feminista não racista.

A questão-chave, portanto, não diz respeito à “diferença” em si. A questão é quem define a diferença, como as categorias de mulheres são representadas dentro dos discursos que pregam a “diferença” e se a “diferença” as distingue lateral ou hierarquicamente.

Voltando às taxas, creio que seja importante ressaltar que além das informações sobre inserção quantitativa, é importante saber como se dá essa inserção qualitativamente, o que remete aos indicadores de posição na ocupação e distribuição por setor de atividade, o qual nos permite identificar a distribuição dos trabalhadores segundo diferentes categorias de ocupação, sendo esta importante para uma análise que se volte para a qualidade dos postos de emprego ocupados por cada grupo. Para o período considerado, houve expansão do trabalho formal, com carteira assinada, que beneficiou homens e mulheres, embora ainda seja predominantemente um espaço masculino. A leitura desses dados nos leva a inferir que ao se combinam as desigualdades de gênero e raça, percebe-se que as diferenças se acentuam.

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), implantada em 1980, também nos oferece valiosos subsídios para uma análise mais detalhada sobre a situação da mulher no atual mercado de trabalho brasileiro. A pesquisa produz indicadores para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. A pesquisa, que é domiciliar urbana, feita através de uma amostra probabilística, garante os resultados para os níveis geográficos em que é realizada. As inúmeras transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro desde a implantação da PME impuseram uma revisão mais abrangente da pesquisa no que diz respeito a seus aspectos metodológicos e processuais. A modernização possibilitou a captação mais adequada das características do trabalhador e de sua inserção no sistema produtivo, fornecendo, assim, informações para a formulação e o acompanhamento de políticas públicas. No que diz respeito a conceitos e métodos, ocorreram atualizações de forma a acompanhar as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT). (IBGE, 2010)

Já a Pesquisa de Emprego e desemprego (PED), realizada em Belo Horizonte, Distrito Federal, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo, no período 2011-2012, mostrou que nessas sete regiões metropolitanas os mercados de trabalho regionais mantiveram uma contínua melhoria. Nesse período, de maneira geral, os mercados de trabalho, nessas regiões, convergiram para uma mesma tendência de evolução, tanto para homens quanto para mulheres. Todas as regiões em

destaque, sob a ótica ocupacional, registraram desempenho positivo no mercado de trabalho em 2012, o que consolidou uma tendência de melhoria significativa que foi iniciada há quase uma década. (PED, 2012)

De fato, a expansão do nível ocupacional, ao ser combinada com o comportamento diferenciado da População Economicamente Ativa (PEA), contribuiu favoravelmente para a redução do número de desempregados nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre. Nas demais regiões, a ampliação da ocupação não reduziu o desemprego, diante do crescimento expressivo da População Economicamente Ativa. Podemos dizer que os resultados foram mais favoráveis às mulheres, pois houve um acréscimo à parcela de ocupadas de 216 mil trabalhadoras e a redução do número de desempregadas (-5 mil) no conjunto das regiões pesquisadas. (PED, 2012)

Entre 2011 e 2012, continuou a crescer a inserção feminina na força de trabalho. O número de mulheres ocupadas aumentou em todas as regiões metropolitanas. Em Recife, houve um aumento de 5,3% e a taxa de crescimento da ocupação feminina foi superior a dos homens. Na população feminina, a maioria das regiões registrou retração no contingente de desempregadas. Comparativamente, observou-se que o desemprego diminuiu entre as mulheres na maioria das regiões investigadas; inclusive no Recife. Entretanto, esse melhor desempenho da ocupação feminina, no período pesquisado, não eliminou a histórica desigualdade nas oportunidades de inserção ocupacional entre homens e mulheres. Elas continuam a estar em menor proporção entre os ocupados e são a maioria dos desempregados em todas as sete regiões que abrangem o Sistema PED. (PED, 2012)

A incorporação de mulheres ao mercado de trabalho metropolitano, intensa entre o final da década de 1990 e meados dos anos 2000, tem, desde então, experimentado tendência de desaceleração. No último ano, houve um aumento de 205 mil trabalhadoras e a PEA feminina no conjunto das regiões pesquisadas foi estimada em 10.316 mil mulheres ou 46,6% da força de trabalho das regiões em análise. O número de mulheres ocupadas aumentou, em 2012, em todas as áreas pesquisadas pelo Sistema PED, totalizando 9.046 mil trabalhadoras. Em Recife esta expansão foi um das mais intensas, o que determinou a redução do número de desempregadas. (PED, 2012)

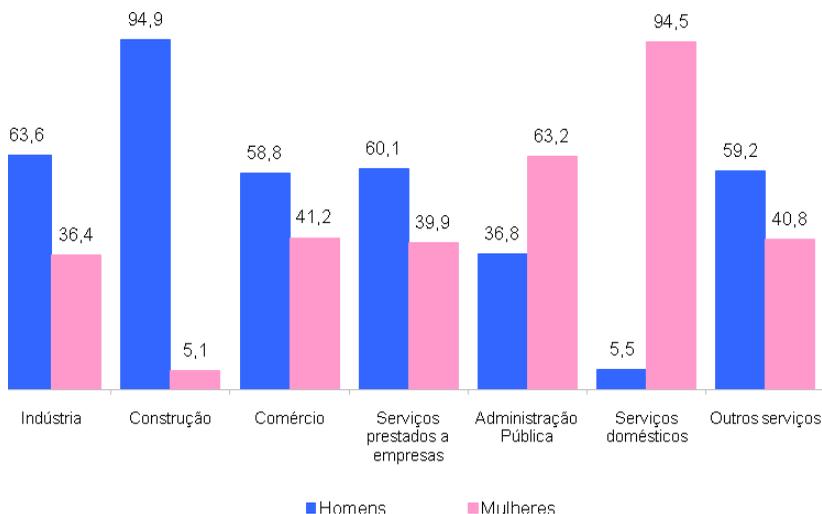
Em termos setoriais, de fato, o Recife foi a única região metropolitana em que a ocupação feminina cresceu em todos os setores, em 2012. No setor de serviços, houve ampliação do número de mulheres ocupadas em todas as regiões, observando-se as maiores variações em

Recife (4,7%) e Salvador (4,1%). No comércio a ocupação feminina cresceu em quase todas as sete regiões investigadas – apresentou estabilidade em Fortaleza e declínio em São Paulo (3,1%). As regiões de Recife e Salvador registraram as maiores expansões no nível ocupacional feminino no comércio, 7,1% e 4,1%, respectivamente. Na Indústria, o número de mulheres ocupadas cresceu em Belo Horizonte (5,3%), em Recife (2,5%) e em Porto Alegre (1,0%). Em 2012, a composição setorial da ocupação feminina nas regiões investigadas revelou que, assim como os homens, as mulheres estavam preponderantemente trabalhando no setor serviços. Quanto às formas de inserção no mercado de trabalho, o aumento no nível ocupacional, em 2012, ocorreu, sobretudo, no assalariamento e, em especial, entre os assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada. Neste segmento, o número de mulheres ocupadas cresceu relativamente mais que o de homens em quase todas as regiões pesquisadas – somente em Salvador o crescimento das mulheres (8,2%) foi inferior ao dos homens (10,0%). Em Recife destacou-se a expansão verificada para as trabalhadoras no setor privado com carteira assinada (12,0%). Nas demais modalidades de inserção ocupacional, com menor grau de formalização, houve declínio da ocupação feminina na maior parte das regiões analisadas – exceto entre as empregadoras, cujo percentual cresceu nas sete regiões, com destaque para Recife (18,2%) e Salvador (6,3%). (PED, 2012)

Essas informações corroboram com a hipótese da migração das mulheres para empregos mais protegidos e menos vulneráveis. Como consequência desse desempenho, houve um pequeno avanço da estrutura ocupacional das mulheres, em boa parte, pela ampliação da presença feminina assalariada no setor privado com carteira assinada. Porém, esse movimento conjuntural favorável não foi suficiente para mudar o quadro de menor participação feminina no emprego assalariado.

Analisando a participação das mulheres ocupadas nos sete grupamentos de atividade apontados pela PME, observou-se que nos grupamentos que incluem a Indústria, Construção, Comércio, Serviços Prestados a Empresas e Outros Serviços, as mulheres eram minoria. A participação delas era maior nos grupamentos que incluíam a Administração Pública e nos Serviços Domésticos. Neste último, elas eram quase maioria absoluta. O gráfico abaixo mostra a participação de homens e mulheres nos sete grupamentos de atividade.

Figura 19 - Distribuição da população ocupada, por grupamentos de atividade, segundo o sexo - 2009 (Média das estimativas mensais)



Fonte: IBGE (2010)

A diversificação das condições de trabalho, particularmente referente ao trabalho masculino e feminino na indústria brasileira, portanto, permite-nos dizer que o atual mundo do trabalho é composto por realidades que podem ser desvendadas a partir do conhecimento da realidade concreta de trabalhadoras e dos trabalhadores o que exige adentrar nas fábricas/empresas/setores, verificando como as mudanças têm ocorrido nesses ambientes.

Bruschini (1994) observa que na sociedade brasileira predominam relações assimétricas e hierárquicas expressas em posições desiguais de um e de outro sexo tanto na esfera da produção, quanto no âmbito privado das relações familiares. A autora afirma que, apesar das transformações do mundo moderno, às mulheres ainda cabe a atividade reprodutiva. As responsabilidades masculinas e femininas no âmbito familiar têm consequências distintas para um ou outro sexo no mercado de trabalho. A participação dos homens decorre das oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, pouco interferindo os fatores familiares e domésticos na determinação da ocupação masculina. O trabalho produtivo é parte inerente e inquestionável da sua identidade, construída em torno da função social de provedor.

No próximo item, reflito sobre esse trabalho produtivo no contexto do grande Recife/PE e apresento algumas pesquisas sobre o panorama da indústria pernambucana.

4.2 RÁPIDO PANORAMA DO SETOR INDUSTRIAL DA MECÂNICA, DA ELETROTÉCNICA E DA REFRIGERAÇÃO EM PERNAMBUCO

Neste item trago algumas informações sobre a história da indústria de Pernambuco, principalmente, as que atuam nas áreas da mecânica, da eletrotécnica e da refrigeração. Apresento também alguns dados e considerações sobre a situação atual desses setores no Estado. Creio que sejam informações e reflexões que subsidiam o objetivo maior deste estudo que é promover discussões sobre a tríade relação entre gênero, educação e trabalho no campo da tecnologia.

Para melhor situar o leitor desta pesquisa é importante, em minha opinião, apresentar algumas informações sobre o estado de Pernambuco. Em primeiro lugar, vale ressaltar que por conta de sua posição geográfica diferenciada, o Estado encontra uma maior facilidade nas conexões viárias, aéreas e marítimas.

Hoje o Estado está vivendo um bom momento na história da sua economia. Mas não foi sempre assim. No início da dominação portuguesa, Pernambuco era basicamente agrícola. A economia era fundada na produção nacional do açúcar, devido ao clima e ao tipo do solo.

Nas últimas décadas, porém, o setor industrial (alimentícia, química, metalúrgica, eletrônica e têxtil) tem aumentado. O Estado tem recebido bastantes investimentos nos segmentos de transformação de minerais, confecções, químico, petroquímico, farmacêutico, mobiliário, transporte e de energia.

Pernambuco assiste, assim, a uma mudança em seu perfil econômico em virtude desses recentes investimentos que têm ocorrido, principalmente, nos setores petroquímicos, biotecnológicos, farmacêuticos e automotivos. Esses empreendimentos estão dando novo impulso à economia de Pernambuco. (KEHRLE, 2006)

Isto tem ocorrido em virtude da instalação de novos empreendimentos, sobretudo no Complexo Portuário de SUAPE, que tem atraído cada vez mais investimentos para o Estado. Por isso o Produto Interno Bruto (PIB) é hoje de mais de 100 bilhões de reais. O valor representa 2,5% do PIB nacional e 18,8% do Nordeste, segundo

informações de pesquisa do IBGE do ano de 2011. A construção do porto de Suape foi prevista para operar alguns produtos como combustíveis e cereais.

Pernambuco também conta com um importante parque tecnológico, localizado no bairro do Recife, na capital estadual: o Porto Digital que é reconhecido como o maior parque tecnológico do Brasil em faturamento e número de empresas e representa, atualmente, uma referência mundial na produção de *softwares*. O Porto é fruto de uma ação coordenada entre indústria, governo e academia que resultou, 12 anos após sua fundação (2000), num dos principais ambientes de inovação do País. Atualmente, abriga 200 empresas e organizações de serviços associados, 3 incubadoras de empresas, 2 instituições de ensino superior e 2 institutos de pesquisa. Dentre eles, destaca-se o C.E.S.A.R (Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife), considerado por duas vezes a melhor instituição de Ciência e Tecnologia do País pela Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia (FINEP).

Pernambuco, atualmente, reúne mais de 15 mil indústrias dos mais variados segmentos. De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), de 2012, do Ministério do Trabalho e Emprego, o setor industrial do Estado emprega 399.564 mil trabalhadores, divididos nas áreas de indústrias de transformação (231.206), construção civil (147.879), serviços industriais de utilidade pública (17.687), e extração mineral (2.792). (FIEPE, 2014)

Uma dessas indústrias é a metal-mecânica que começou a ganhar força no final do século XIX e no início do século XX, a partir da transformação dos antigos engenhos banguês em usinas. Essa transformação foi impulsionada pela modernização de suas estruturas fabris.

Segundo Rêgo (2010), a necessidade de manutenção dos equipamentos deu impulso ao surgimento das primeiras fundições no Estado, como a pioneira Fundação Aurora, que foi também uma das primeiras a se implantar no Brasil. O autor afirma que o grande impulso que ocorreu nesse setor se deu a partir dos anos 30 do século XX, quando houve a normatização das relações entre patrões e empregados.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) melhorou e reduziu as jornadas diárias. Isso levou as empresas a buscarem uma melhoria no patamar tecnológico das fábricas, além de dar maior densidade econômica ao setor com a implantação de empresas importantes como a Fundação Capunga, a Fundação Pessoa de Queiroz e a Cosinor, todas instaladas na década de 1930.

Nas décadas que se seguiram novas indústrias instalaram-se no Estado. Esse crescimento foi promovido tanto pela política de incentivos fiscais, que foi ampliada durante a gestão do governador Cid Sampaio, como também pela implantação do distrito industrial do Cabo de Santo Agostinho, que viabilizou a instalação da Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (COPERBO).

A aquisição da siderúrgica Açonorte pelo grupo Brennand, em 1965, também foi considerado um dos grandes propulsores do avanço para a indústria pernambucana.

Outro marco do crescimento desse setor em Pernambuco foi a inauguração da montadora de veículos *Willys Overland* do Brasil, que passou a produzir, no Estado, veículos automotores de passeio e também utilitários, sendo posteriormente vendida à Ford do Brasil, que desativou a linha de montagem e hoje se limita a fabricação de cabos e chicotes para veículos automotivos. (RÊGO, 2010)

Quanto à indústria de produtos elétricos, sua história, em Pernambuco, segundo Luís Kehrlé (2006), tem origem diferente da metal-mecânica. A de produtos elétricos teve seu desenvolvimento associado ao processo de industrialização liderado pela SUDENE, quando os incentivos fiscais foram a principal fonte de investimentos.

Segundo esse autor, essa é uma indústria de baixa territorialidade. Apresenta frágeis laços com a economia local, sendo sua principal contribuição para a economia estadual a geração de postos de empregos. Embora possua baixa territorialidade, a implantação dessas empresas apresenta a vantagem de incluir Pernambuco no quadro da produção internacional. Muitas das empresas instaladas operam em escala multinacional, utilizando técnicas de produção e comercialização avançadas em relação ao padrão médio estadual. (KEHRLE, 2006)

Já a refrigeração industrial, comumente, é confundida com a comercial. Isto ocorre porque a divisão entre estas duas áreas tecnológicas não é definida claramente. As aplicações industriais são maiores que as comerciais em tamanho e tem a característica marcante de requererem um operador de serviço, geralmente um técnico de operações.

Por isso, quando se trata de refrigeração industrial, é difícil resumir em poucas linhas quais são as principais aplicações, porque o sistema é utilizado em muitos tipos diferentes de indústrias e em processos de manufatura extremamente diversificados. As aplicações típicas desse setor industrial são as fábricas de gelo, as grandes instalações de empacotamento de gêneros alimentícios, cervejarias,

fábricas de laticínios e instalações industriais, como refinarias de óleos, fábricas de produtos químicos, fábricas de borrachas, etc..

Esse setor industrial engloba também aplicações na indústria da construção, facilitando, pelo congelamento, escavações que são feitas em alguns tipos de solo. Outra aplicação importante dessa indústria é o resfriamento de grandes massas de concreto, uma vez que o calor deve ser removido para evitar a expansão e o aparecimento de tensões no concreto. (SENA, 2004)

Nas últimas décadas, essa indústria apresentou progresso e se tornou uma grande indústria que chega a movimentar bilhões de dólares todos os anos ao redor do mundo. Essa rápida expansão pode ser explicada a partir de diversos fatores, entre eles, o desenvolvimento da mecânica de precisão e processos de fabricação sofisticados, além do surgimento de compressores com motores elétricos de baixa potência. Outro fator importante foi a rápida evolução dos fluidos refrigerantes. Os sistemas, cada vez mais, têm sido utilizados, tanto para proporcionar conforto, quanto para processos industriais. (SENA, 2004)

Devido às condições climáticas do Estado de Pernambuco, muitas empresas se estabeleceram na região metropolitana do Recife, oferecendo serviços de refrigeração. Na década de 90 do século XX, havia quatro empresas, de médio e grande porte, que competiam entre elas e disputavam o mercado com micro e pequenos empreendimentos. A maioria deles tinha como principal característica um alto índice de informalidade, além da falta de qualificação técnica. (SENA, 2004)

Isto, conseqüentemente, refletia-se num baixo índice de satisfação do cliente quanto aos serviços prestados por essas empresas. Hoje esse panorama mudou e o Estado apresenta um alto nível de evolução nessa área. (FIEPE, 2014)

Nesses três segmentos industriais, postos em evidência nesta pesquisa, segundo os resultados do IBGE (2010), houve um considerável avanço. Na indústria da região metropolitana do Recife, atuavam, em 2010, nas artes mecânicas 48.906 homens e 4.993 mulheres. Já na eletricidade e gás são 2.600 homens e 891 mulheres. A área de operadores de instalações e máquinas e montadores – onde está incluída a área de climatização - são 25.964 homens e 7.404 mulheres.

Esses dados mostram que as mulheres, nos últimos anos, têm adentrado, em Pernambuco, cada vez mais em áreas profissionais tidas como tipicamente masculinas. Assim, depois de muitas lutas, elas têm conquistado esse mercado de trabalho tecnológico.

Para conhecer mais de perto essa realidade, visitei três empresas do grande Recife/PE para verificar *in locus* a inserção feminina no

mercado local das áreas tecnológicas de mecânica, eletrotécnica e refrigeração. A seguir apresento as análises realizadas com funcionárias e funcionários dessas empresas.

4.3 ÁREA TECNOLÓGICA DE MECÂNICA INDUSTRIAL: UM MERCADO FECHADO PARA AS MULHERES?

Na área de mecânica, visitei a Metalmec³⁴. Segundo o panfleto que recebi da gerência da empresa, ela possui uma área total de 10.000m². Foi criada em 1998, e, apesar de seu curto período de atuação, conta com uma grande experiência no mercado tecnológico, dispondo de estrutura e aparato de equipamentos modernos. A empresa, em 2012, quando foi realizada a pesquisa, contava com aproximadamente 200 funcionários. Desse total, havia um contingente de 30 mulheres, que atuava na administração e serviços gerais. Não havia, na época da entrevista, nenhuma técnica em mecânica atuando na empresa, que é bastante conceituada na cidade.

Essa empresa produz todo tipo de máquina para movimentação de materiais (transportadores de correias planos; transportadores de correias em canoa para produtos granulados; transportadores de correntes para indústrias de bebidas e sistemas completos de automação de movimentação de materiais). Também faz parte da sua linha de produção caldeirarias leves e pesadas. Seu corpo técnico é especializado e conta com equipamentos para realizar serviços de vulcanização em esteiras transportadoras leves de PVC, automação de linhas de produção, serviços de vulcanização em correias de transmissão plana, serviços de montagem industrial mecânica e instalação de tubulações.

Nessa empresa fui recebida por Joaquim, um jovem de 28 anos, técnico em mecânica encarregado do setor de maquinaria e responsável pela seleção de estagiários. Assim que cheguei, ele me convidou para conhecer as instalações, pedindo que a entrevista acontecesse durante essa caminhada, pois, assim, ele ia explicando tudo *in locus*. Joaquim me disse que era ex-aluno do Instituto e costumava acompanhar os professores de lá nesse tipo de visitação. Sorrindo disse: “Mas uma professora é a primeira vez?”. Ele havia entendido que eu estava na empresa para conversar sobre vagas de estágio para mulheres do

³⁴ Os nomes verdadeiros das empresas, que foram o *locus* da segunda fase dessa pesquisa, bem como o nome dos funcionários entrevistados foram substituídos por nomes fictícios.

Instituto. Eu lhe disse, então, que, de certa forma, esse também seria um de nossos assuntos. E lhe perguntei por que não havia mulheres no quadro de funcionários. Se isso era política da Metalmecc. Ele respondeu que não e por que eu achava isso. Expliquei a Joaquim que, nas entrevistas, com o corpo docente e discente da área de mecânica do Instituto, eu havia registrado muitas queixas das estudantes sobre o preconceito e a discriminação que sofriam, tanto dentro do Instituto quando no mercado de trabalho. Disse-lhe também que, segundo as estudantes, elas não eram absorvidas porque havia uma alegação de que sua fragilidade corporal tonava-as inaptas para alguns setores da área. Disse-lhe ainda que esse discurso sobre o corpo feminino era comum entre os homens da área do IFPE e pedi a opinião dele sobre isto.

Eu, particularmente, acho que existem diferenças anatômicas sim entre homens e mulheres. Mas veja bem... A situação é que faz a pessoa. Eu, por exemplo, nasci na periferia do Recife e lá, amiga, essa historinha que mulher não pode pegar peso é balela. [risos] Cresci vendo as mulheres da comunidade. Elas enfrentando tanques de roupa suja e, muitas vezes, sem água encanada. É, pois é, *né!* Ainda tinham que carregar água. Sem falar das que estavam grávidas, carregando filhos no braço e puxando carrinho de feira. [risos] E são frágeis, é? Eu não acho, *né!*

Na performance narrativa desse sujeito, reconhecemos que as práticas socioculturais constituem a categoria gênero e, entre essas práticas, está inclusa a linguagem que, com relativa frequência, pode ser objeto de resistência ou de contestação. Por isso, pensar a linguagem discursivamente, não significa sempre um movimento de retorno ao mesmo, ao já-dito, pois a linguagem funciona mediante uma tensão entre os dois polos que, segundo a AD, são representados pela paráfrase e polissemia. Por isso todo discurso é produzido a partir de uma relação entre o mesmo e o diferente.

Portanto, desvendar como os discursos funcionam requer que consideremos um “duplo jogo da memória” que, pelo esquecimento, tanto pode reproduzir e cristalizar o mesmo quanto tornar possível o diferente. São os processos parafrásticos que estão relacionados à memória institucionalizada (o arquivo) que conduz à estabilização e refere-se àquilo que em todo dizer se mantém, ou seja, o dizível. Já a polissemia, usada como recurso nas análises do material empírico desta

pesquisa, está do lado da memória constitutiva (o interdiscurso) aquilo que também pelo esquecimento permite um deslocamento, a elaboração de outro enunciado, ou mesmo a ruptura de processos de significação.

Parafraçando Orlandi (2001), se o real da história não fosse passível de ruptura não haveria nem transformação nem movimento possível dos sujeitos e dos sentidos. Por isso, a incompletude é a condição da linguagem, uma vez que não estão acabados nem os sujeitos nem os sentidos e, por conseguinte, nem o discurso. Eles estão sempre num processo de construção.

Assim, as constantes reiterações de sistemas de percepção constituídos histórico-socialmente se concretizam numa espécie de conhecimento social geral que orientam os comportamentos dos indivíduos na direção daquilo que é aceitável pelos grupos dos quais fazem parte. Em contrapartida, há os processos de polissemia, pois se os sentidos e os sujeitos não pudessem ser múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. Portanto, o grande desafio de quem se debruça sobre a análise de práticas discursivas é exatamente conseguir desvendar a relação entre a paráfrase e a polissemia na constituição dos sujeitos e na produção dos sentidos procurando estabelecer a distinção entre o que é efêmero e o que se eterniza, num espaço fortemente regido pela simbolização das relações de poder. Esta compreensão coloca o sujeito numa posição privilegiada e considera a linguagem como o lugar da constituição da subjetividade, uma vez que nem sujeitos nem sentidos estão fixados, tampouco desfrutam de liberdade absoluta. Entretanto, a possibilidade de atravessar as evidências e sobrevir o irrealizado está sempre presente, afinal, se a interpretação das palavras e das coisas – a produção de sentidos – é determinada pelas memórias institucional e constitutiva, não significa que ela seja necessariamente imóvel. (ORLANDI, 2001)

Dessa forma, à luz da AD, ao entender os sujeitos como “reconstrutores” de discursos que não são puramente deles, é possível procurar situá-los entre um paradigma da objetividade, que os ignorava, e outro subjetivista que, ao superestimar sua dimensão criadora, esquece e faz esquecer sua dimensão mediadora entre uma polifonia que precede a ele e a uma manifestação discursiva dela decorrente.

É possível perceber, na fala de Joaquim, esses processos de polifonia e paráfrase, pois ele, ao mesmo tempo em que reproduz ideologias androcênicas sobre a fragilidade feminina, contrapõe-se a elas.

Ao perceber esses processos discursivos em seu discurso, pedi para Joaquim falar um pouco mais sobre isso. Que me explicasse um pouco mais seu posicionamento e se eu estava certa em afirmar que para ele existiam diferenças físicas entre homens e mulheres, mas essa diferença não era determinante na execução de determinadas tarefas. Joaquim sorriu e me disse:

Acho que vou me complicar em te dizer isso. [risos] Mas vamos lá! Não pegar peso é coisa de menina mimada. Elas sim são preconceituosas e acham que homem é feito *pra* carregar peso. Eu já ouvi isso, sabia? Ouvi isso de algumas garotas. Você está certa sim. Eu acho que mulheres são diferentes de nós sim, graças a Deus! [risos]. Mas é como eu te disse, na hora de pegar no pesado, todos enfrentam, dependendo da situação econômica. É a necessidade que determina e não o sexo da pessoa. As mulheres do bairro onde cresci não têm opção, tem que trabalhar duro *pra* sobreviver.

Questionei Joaquim por que não havia, então, mulheres exercendo a função de técnica em mecânica na empresa, já que ele não demonstrava ter preconceito. Indaguei, novamente, se isso era uma política determinada por seus superiores. Joaquim fez um pequeno intervalo na sua fala e me respondeu que talvez essa fosse mesmo uma opinião pessoal.

Nós não temos mulheres no quadro de funcionários da área técnica mesmo. Nunca tivemos. Mas são elas que não procuram as vagas que disponibilizamos. Acho que é porque o trabalho aqui é um pouco insalubre. É uma área em que a gente se suja muito. Eu sou hoje supervisor, mas já trabalhei na linha de produção e sei como é que é. Não tem nada a ver com sexo não. Tem a ver com competência. Mas o fato de ter que pegar no pesado e se sujar assusta sim algumas mulheres. [risos]

Joaquim fez um pequeno silêncio e retomou seu relato.

Aqui na empresa têm uns homens meio machões, que acham que lugar de mulher é atrás do fogão.

A equipe técnica daqui é exclusivamente masculina. Acho que os gerentes da empresa ficariam em dúvida, ficariam... ficariam em dúvida em colocar uma menina no meio deles. Ainda bem que até agora não recebi nenhum currículo de mulher querendo ir *pro* meio deles. [risos] Eu não teria problema nenhum. Mas acho que não ia rolar não.

Há muito tempo, concepções machistas como essas em relação à mulher criam enormes barreiras para sua inserção em vários setores da indústria. Segundo Claudia Fonseca (2010), nos anos 20 do século XX, por exemplo, as mulheres pobres eram cercadas por uma moralidade oficial fora de sua realidade. As que tentavam escapar à miséria por seu próprio trabalho, em vez de serem admiradas, tinham de defender sua reputação, uma vez que o assédio moral era lendário. As mulheres que trabalhavam fora, mas em atividades tradicionalmente femininas (lavar, passar, engomar) pareciam correr menos perigo moral do que as operárias industriais. O discurso oficial ditava que a mulher deveria ser resguardada em casa e aos homens caberia o trabalho no espaço da rua. Fonseca (2010, p.517) afirma que esse discurso

longe de retratar a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhado nos relatos de viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres.

Essas dificuldades enfrentadas pelas mulheres, como pode ser constatado, ainda se fazem presentes em muitos contextos do mercado de trabalho. O relato de Joaquim, por exemplo, reflete um tipo de discurso que direciona a educação das mulheres, desde a infância, em muitos lares brasileiros. Comumente, as famílias educam seus filhos e filhas para se portarem conforme modelos impostos pela sociedade, que determina o tipo de comportamento que é “natural” ou mais “adequado” aos sexos. Isto favorece a divisão sexual de trabalho, pois o modo de produção vivido pelo homem interfere no seu modo agir na sociedade. O gênero masculino costuma ser definido pelo sucesso profissional. Já a mulher, mesmo que possua sucesso profissional, seu *status* ainda é articulado à vida familiar, uma vez que a aceitação do trabalho da

mulher não a dispensa de ser responsável pelas tarefas da casa e dos cuidados com filhos, marido, idosos ou familiares doentes.

Para Maria José Ferreira (2008), a identidade feminina, portanto, é construída nas inter-relações que se estabelecem no cotidiano das mulheres e essas inter-relações definirão os significados que cada pessoa adquiriu pelas experiências de vida. Segundo essa autora,

[...] por tradição histórica, a mulher teve sua existência atrelada à família, o que lhe dava a obrigação de submeter-se ao domínio masculino, seja pai, esposo ou mesmo o irmão. Sua identidade, segundo esses estudos, foi sendo construída em torno do casamento, da maternidade, da vida privada-doméstica, fora dos muros dos espaços públicos. E por essa tradição, construída historicamente, a mulher se viu destituída de seus direitos civis. Não podia participar de uma educação que fosse capaz de prepará-la para poder administrar sua própria vida e de ter acesso às profissões de maior prestígio. Assim, por um longo período histórico, a família, a igreja e a escola, elementos inerentes a esse processo, enquanto instituições, vão sustentar esse projeto moralizador, tutelando a mulher ao poder econômico e político do homem brasileiro. (FERREIRA, 2008, p. 15)

Mas esse quadro delineado pela autora tem sofrido alterações. Pode-se constatar uma participação efetiva da mulher na área industrial de mecânica. As mulheres estão, gradativamente, vencendo barreiras e buscando inserir-se nessa profissão que até pouco tempo era reduto masculino. Elas têm enfrentado condições adversas na sua profissionalização, como foi demonstrado no Capítulo 3 desta pesquisa, persistindo as desigualdades sexistas nas relações escolares e familiares, que se traduzem ainda na subordinação da mulher ao homem. Mas apesar de enfrentarem dificuldades, em relação à família para estudarem e exercerem sua profissão, causadas pelo preconceito, elas resistem e concluem o curso de mecânica. Essas dificuldades enfrentadas pelas mulheres são sem dúvida, de cunho histórico e cultural. A sociedade brasileira ainda apresenta uma mentalidade machista, resquícios do patriarcalismo. Nesta perspectiva, a elevação da escolaridade aliada à profissionalização das mulheres nesse setor industrial, torna-se um

requisito importante para a construção de valores identitários femininos, da percepção de que é possível transformar discursos que entravam a realização profissional feminina. (ARAUJO, 2005)

Na sequência da entrevista, perguntei a Joaquim se era casado e se tinha filhos. Ele me disse que tinha duas mulheres em casa: a esposa e uma filhinha de três anos. Pedi que me falasse um pouco sobre a educação que ele e a esposa davam à menina.

Eu quero que ela saiba fazer tudo. Mas acho que nem preciso dizer isso a ela. A mãe dela é danada. Trabalha fora. Mas faz de um tudo. Troca lâmpada. Mexe com ferramenta. E não é só quando eu não estou em casa não. Mesmo eu estando, ela não espera. Se precisar, ela faz. E até melhor do que eu *pra* falar a verdade. [risos]

Indaguei a Joaquim se ele tem ideia de qual será sua postura se sua filha quiser, no futuro, seguir sua profissão. O que ele dirá a ela se quiser trabalhar, por exemplo, na equipe de técnicos da Metalmec. Ele abriu um largo sorriso e disse:

Agora você me pegou de jeito. [risos] Confesso que isso nunca tinha passado pela minha cabeça. Ainda bem que... que... tenho bastante tempo antes dela pensar em namorar ou fazer isso. Sinceramente, acho que não daria força não. Mas é que... porque... Acho que a gente acaba querendo poupar os filhos... poupar do que a gente sabe que vai acontecer. Mulher numa área dessa deve sofrer muito. Piada, assédio, chacota e sei lá mais o quê! Não! [ênfase] Não vou dar força não. Tem outras profissões mais legais, menos sofridas.

Mas se essa for a vocação de sua filha, se ela insistir, indaguei a Joaquim. Falei também sobre as alunas que entrevistei, as quais relataram o sofrimento por não receberem apoio em casa e, que por isso, acabavam frustradas desistindo do curso. Joaquim, entre sorrisos, disse que ia pensar em tudo que eu havia lhe falado, mas que tinha muito tempo ainda.

Penso que a postura de Joaquim seja decorrente da predominância masculina na área em que ele atua. O motivo dessa

hegemonia é antigo e possui explicações que passam por questões de ordem sociocultural, econômica e cognitiva, como foi demonstrado nos capítulos 2 e 3 deste estudo. Para explicar as causas da representação desproporcional de mulheres na mecânica, duas perspectivas têm sido usadas. Uma delas, baseada nas diferenças sexuais, confere a homens e mulheres diferentes disposições para realizarem tarefas distintas. Essa diferença é usada para justificar a desigual presença de mulheres nessa área tecnológica. Assim, o determinismo biológico se manifesta como argumento para colocar a mulher em situação de desvantagem. Outra perspectiva colocada como causa da desigualdade numérica da participação feminina, existente nesses ambientes de trabalho, diz respeito aos discursos das instituições acadêmicas e científicas que, na sua maioria, são dirigidas por homens, reforçando a posição do estereótipo masculino como o único apto a assumir cargos e posições de mando. Acredito que em muitos casos, os padrões sociais e institucionais determinam as escolhas individuais.

Nessa área, de fato, há uma hegemonia masculina em instituições de ensino e no mercado de trabalho. Isto tem criado um ciclo vicioso que não propicia a inserção profissional das mulheres. Sob esse ponto de vista, a questão da desproporcionalidade do feminino nesses ambientes não resulta da inaptidão das mulheres para a mecânica e, sim da manutenção de estereótipos em relação à profissão reforçados diariamente nos discursos que circulam tanto na educação como no mundo do trabalho.

O discurso vigente nessa empresa evidencia também que não é coisa do passado a divisão sexual do trabalho. A determinação de “profissão de homem” ou “profissão de mulher” ainda é um fator que contribui para o preconceito. Dificilmente essa discriminação é percebida. Mas o preconceito não está somente dentro das empresas, ou nas salas de aula. Está dentro dos lares também. Ainda que muitos saibam da discriminação de gênero, poucos são aqueles que refletem sobre o problema. As mulheres sofrem com esse tipo de discriminação. Esse tipo de discurso é um dos fatores que levam muitas mulheres a desistirem da carreira. Há uma pressão da sociedade que, embora negue, mantém vivo o preconceito de gênero nesse mercado profissional. Até mesmo ao contratar estagiários, as empresas, como fica evidente na fala desse entrevistado, acabam dando preferência ao gênero predominante da profissão, como se uma mulher não pudesse ser uma boa funcionária. Podemos dizer que a discriminação é, de certa forma, velada, pois a especificação de gênero não aparece nos anúncios dessa empresa, nem para vagas de estágio nem de emprego.

Ao estabelecer um contraponto entre a fala de Joaquim e das estudantes que entrevistei, conclui que é legítima a reclamação delas em relação à postura que as empresas adotam na seleção e contratação de funcionárias. Esse tipo de atitude social que discrimina as pessoas de acordo com o seu sexo caracteriza preconceito de gênero. Em geral, as mulheres são mais afetadas através de ideias, palavras e atos, determinando diferentes comportamentos sociais quando comparadas aos homens. Há muitos estereótipos e preconceitos de gênero presentes em alguns aspectos da vida social dos sujeitos, como no ambiente de trabalho aqui em destaque, embora os representantes das empresas, em sua grande maioria, afirmem que as profissões podem ser exercidas por homens e mulheres, dependendo apenas da capacidade de quem as exerce. Entretanto, como é possível verificar nos relatos aqui apresentados, há uma hierarquia que discrimina as atividades profissionais em masculinas e femininas.

Creio que seja importante frisar que as diferenças não devem ser necessariamente fontes de estereótipos. Mas se as ignoramos ou atribuímos a elas valores permanentes sem atentar para as possibilidades de ruptura e de construção de novas definições do que é socialmente concebido como masculino e feminino, corremos o risco de reforçar a desigualdade de gêneros.

No próximo item, trago o relato de funcionários da Eletrorec, a fim de verificar se essa área tecnológica também apresenta essa hierarquização de gênero.

4.4 A ELETROTÉCNICA E OS SETORES DA PROFISSÃO CONSIDERADOS “FISICAMENTE IMPRÓPRIOS” PARA AS MULHERES

A Eletrorec Instalações e Montagens foi a empresa da área de eletrotécnica que escolhi para realizar as entrevistas. Segundo os dados fornecidos pelo funcionário do setor administrativo, a Eletrorec, que atua no ramo desde 1992, está voltada para a área de projetos, instalações elétricas industriais, montagem de painéis e quadros elétricos em baixa e média tensão.

Em 2012, quando visitei as instalações da empresa, havia cerca de 100 funcionários. Desse total, havia 20 mulheres, entre elas uma técnica trabalhando na execução dos projetos. Fui recebida pelo dono da empresa que após uma rápida conversa, pediu licença para se retirar, passando a palavra a João Pedro, técnico responsável pela contratação

de funcionários e estagiários, e Maria Helena, a única mulher da equipe, que conta com 50 pessoas. Ambos foram alunos do IFPE. João, que eu considere ser um homem branco, tem 32 anos, é casado e tem 2 filhos. Ele está há 12 anos na empresa e começou como estagiário. Maria Helena está há 6 anos e também iniciou como estagiária. Ela tem 28 anos, é negra, casada e não tem filhos.

Os técnicos iniciaram a conversa me informando que tinham sido designados pelo dono da empresa para me levar para conhecer a empresa, que não dispõe de um espaço muito grande em relação à empresa da área de mecânica que eu havia visitado antes. João me explicou que no tipo de ramo que eles atuam o espaço não é tão relevante assim. João apresentou uma postura mais formal que Maria Helena. Ele tinha lido atentamente o meu e-mail, estando a par de meus objetivos. Ele me disse que achava melhor nós termos a conversa numa sala reservada e depois faríamos a visita que, na opinião dele, levaria pouco tempo, já que o meu objetivo não era propriamente técnico. Quando nos acomodamos, ele mostrou muita seriedade e já foi me perguntando se eu gostaria que ele começasse falando sobre o processo de seleção da empresa. Eu respondi que tanto ele quanto Maria Helena poderiam se colocar à vontade e que, à medida que a conversa fosse acontecendo, com certeza, emergiriam as perguntas de ambas as partes. João apresentou um excelente domínio da língua padrão. Tinha um discurso bem articulado e era bastante objetivo. Num tom sério ele disse: “A nossa política é priorizar a competência”. Perguntei se achava que a competência estava aliada à força física. Em tom serio respondeu:

Gostaria de receber até mais estagiárias e candidatas às vagas que abrimos. Mas é raro elas aparecerem. A área de gente é muito braçal em alguns segmentos. A parte de manutenção é pesada. Por isso é difícil achar mulher.

Assim, podemos notar que o mundo do trabalho também informa sobre as características atribuídas às mulheres. Se, por um lado, os homens são identificados pela força e resistência, por outro lado, as mulheres são dotadas de disciplina e organização. Maria Helena nesse momento pediu a palavra e disse: “Na área de projeto há muita mulher. Eu diria até que supera o número de homens. Acho que é porque mulheres são mais cuidadosas e mais detalhistas”.

Voltamos, então, ao tópico da força física. Perguntei aos entrevistados se a força fazia diferença na execução das atividades

próprias dessa área tecnológica. Quem se colocou primeiro foi João. Respondeu que dependia muito do campo de atuação das empresas. Segundo João, as empresas que trabalham com linha de montagem costumam empregar mais mulheres. Ele sorriu levemente e disse:

É uma questão de identificar o potencial de cada pessoa. E por que não de cada sexo também?! [ênfase]. Olha, vou lhe dar um exemplo. Sabe, às vezes, minha esposa me pede a caixinha de café que está lá no armário. Aí eu abro o armário e não acho. Grito *pra* ela assim: “Onde está?” [risos] Ela diz tudo direitinho e mesmo assim eu não acho. [risos] Não tenho habilidade *pra* isso porque sou homem. As outras coisas da casa que exigem força são comigo. Subir em escada, trocar lâmpada.

É interessante observar no discurso de João a identificação de força e resistência, como características predominantemente masculinas, o que se estende às classificações dos processos produtivos da área em que atua a empresa, criando, por sua vez, o “serviço de mulher” e o “serviço de homem” como duas categorias recorrentes. João pensa desse modo: “Na área de eletrotécnica é a mesma coisa. Cada segmento da área exige uma habilidade específica. É por isso que na área de projetos tem mais mulher. Nessa área não há exigência de força física”.

O discurso faz menção à força física e à resistência que, em geral, os homens teriam a mais que as mulheres. Pode-se perceber, também, que essas atribuições e expectativas são apresentadas na forma de pares de oposição: homem/mulher, “sexo-forte”/“sexo-fraco”. Nesse sentido, parece bastante ilustrativo o depoimento de Maria Helena, que articulou essas características, organizadas em pares de oposição, no que tange à adaptação de mulheres a determinados setores das empresas de eletrotécnica:

Realmente, em alguns setores tem um esforço físico muito grande e a gente não aguenta. É um leque de coisas: a mulher não querer, o setor pagar mal. A parte de projeto dá mais retorno financeiro. Confesso que *pra* mim isso também pesou. Além de me resguardar, ganho mais. Agrego as duas coisas: o lado financeiro e o que é mais fácil de seguir. Menos esforço físico. Por isso acho que

não é bem um preconceito. A mulher é que faz as escolhas dela.

Há nesse relato expressões que, por um lado, potencializam a noção força-esforço, virilidade, e, por outro, redimensionam uma esfera – o trabalho – que é socialmente concebida como do masculino. Assim, é possível delinear um importante ponto na divisão idealizada entre “serviço de homem” e “serviço de mulher” que se baseia no emprego da força física e que promove outra forma de distinção e atribuição de valores às atividades da área como: “pesadas-masculinas” ou “delicadas-femininas”. É possível perceber que essas atribuições de gênero são trazidas para o mundo do trabalho tanto pelas chefias como pelas próprias trabalhadoras. Embora vivam diferenças sociais, ambos estão no mesmo mundo da cultura e compartilham ideologias. Os dois funcionários valorizam a “delicadeza” entre os atributos imputados às mulheres. Esse atributo é apreciado como qualidade imprescindível para trabalhos que exigem paciência e minúcia. São trabalhos tidos como “femininos” e, por isso, as empresas devem contratar trabalhadoras dotadas dessa “virtude”. Quanto aos homens, ao lado de sua qualificação reconhecida ou presumida, um importante atributo da masculinidade para o mundo do trabalho é o da força, acionada para atividades tidas como mais pesadas, por envolverem perigo ou manuseio de peso.

E assim, os critérios adotados para a contratação, apontam para atributos de masculinidade. Portanto, podemos dizer que masculinidade e feminilidade – na forma de concepções sobre os sexos – são claros norteadores para os preenchimentos de vagas. Segundo essas concepções, existem trabalhos “de homem” e trabalhos “de mulher”. São essas atividades, que requerem aptidões diferenciadas, que justificam a divisão sexual do trabalho dentro das fábricas. Do mesmo modo, mulheres deveriam corresponder às expectativas de um feminino habilidoso, delicado. (RIZEK; LEITE, 1998).

Quando Maria Helena diz que “Nas empresas que trabalham com manutenção e instalação não tem mulher não. Aí não emprega mulher. Subir escada, pegar painel. Isso é muito perigoso”, há outro importante diferencial na lógica binária apresentada no discurso da entrevistada: no mundo do trabalho existe o “serviço perigoso” identificado, por exemplo, naqueles geralmente realizados em alturas que oferecem riscos de quedas ou com possibilidade de exposição a materiais de alta tensão. Esses são considerados como trabalho pesado e, portanto, “típico” de homem.

Tais observações se aproximam de um estudo realizado por Maria Ignez S. Paulilo em três regiões distintas do Brasil (Sertão de Paraíba, Brejo da Paraíba e Sul de Santa Catarina). Segundo Paulilo (1987, p. 4),

regiões distintas, culturas diferentes. Como traço comum, a distinção entre trabalho “leve” e “pesado”. O primeiro, atribuição de mulheres e crianças. O segundo, incumbência masculina. [...] Trabalho “leve” e “pesado” são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador.

Embora este estudo de Paulilo tratasse da realidade do trabalho rural, para essa autora, é bastante frequente na literatura sociológica esse tipo de constatação sobre a força de trabalho feminina também nas cidades brasileiras.

Pedi para que voltássemos à questão do preconceito e da discriminação. Maria Helena, então, falou um pouco mais sobre isso.

Olha, concordo com João. Na nossa área, as mulheres preferem atuar em projetos. Nem a mulher procura esse serviço de rua porque é muito braçal. Existe preconceito sim. Os homens querem tirar onda quando nos encontram no trabalho de campo. Eu vivi isso já. Mas, às vezes, é estratégia da própria empresa. Já ouvi um diretor do ramo dizer que algumas empresas preferem não contratar mulheres porque, como há mais homens, elas vão distrair os homens e isso iria baixar a produção. *Pra* você vê, *né!*? O nível de preconceito que a gente enfrenta.

Assim, identifiquei tanto no discurso de João quanto no de Maria Helena dois mecanismos que são desencadeadores de barreiras enfrentadas pelas mulheres nesse nicho profissional. O primeiro mecanismo é o que denominei de hierarquia horizontal. Por meio desse tipo de hierarquização, as mulheres são incentivadas a fazer escolhas e seguir caminhos marcadamente diferentes daqueles escolhidos ou seguidos pelos homens. Constantemente elas se deparam com discursos que as instigam a direcionar suas escolhas. Essa influência é desencadeada tanto pelos membros da família quanto do mercado de

trabalho. Isso ocorre porque as mulheres tendem, comumente, a se avaliar como mais aptas para o exercício de determinadas atividades, estabelecendo para si mesmas algumas estratégias de vida que são consideradas mais compatíveis com o que a sociedade considera como sendo mais “adequado” para mulheres. A hierarquia horizontal inclui mecanismos que fazem com que as escolhas de carreiras sejam marcadamente segmentadas por gênero.

Já a hierarquia que chamo de vertical é um mecanismo social ainda mais sutil, mais invisível, que tende a fazer com que as mulheres se mantenham em posições mais subordinadas, ou que não progridam nas suas escolhas profissionais. Cristina Rocha (2006) chama de “teto de vidro”, os processos que se desenvolvem no ambiente de trabalho e que favorecem a ascensão profissional dos homens. Embora seja invisível, o “teto de vidro” é um mecanismo que tem sido identificado inclusive nas carreiras de ciência e tecnologia. Segundo essa autora, o termo “teto de vidro” é

uma expressão já consagrada nos estudos de gênero e da mulher. Diz respeito àqueles postos-chave na hierarquia superior das empresas e instituições, considerados como ainda não ultrapassáveis e inatingíveis pelas mulheres. Não tem a ver com falta de habilidade e capacidade das mulheres, mas com o simples fato de que são mulheres. Este termo foi cunhado pelo Wall Street Journal em 1985. (ROCHA, 2006, p. 102)

Podemos dizer esse “teto” existe porque tanto a inserção nas exatas quanto as funções exercidas no topo da chamada pirâmide da hierarquia empresarial têm sido uma prerrogativa apenas dos homens. É um fato recorrente no mercado de trabalho. Rocha (2006, p. 103) afirma que se quisermos minimizar essa barreira, precisamos ter atenção especial para uma das principais condições para o acesso das mulheres aos novos cenários da tecnociência, que é o seu aprimoramento educacional continuado. Segundo a autora, “o rompimento do ‘teto de vidro’ e um maior adentramento das mulheres nos setores das exatas representariam a ‘tendência do novo’”.

Portanto, a segregação no mundo trabalho pode sugerir uma genuína diferença de características e habilidades entre homens e mulheres, o que explicaria a exclusão das mulheres de algumas ocupações e a extrema dificuldade de elas atingirem posições de destaque na hierarquia ocupacional. Essas características também

explicariam as diferenças de gênero na academia e na atividade científica. O trecho abaixo, retirado do relato de João, refuta a argumentação da persistência dessa segregação imposta às mulheres.

Olha, quem me conhece sabe que eu não sou machista. Eu não vejo isso como uma questão machista. Acho que não é uma questão de machismo, mas de habilidade física *pra* determinadas atividades. E eu nem queria entrar nessa seara porque eu não sou preconceituoso.

As palavras de João sugerem seu desconforto em se posicionar sobre o tema. Ele afirma não ser preconceituoso. E, embora afirme que competência é uma capacidade semelhante entre homens e mulheres para o exercício das atividades profissionais, para tal semelhança não se entende à capacidade do corpo feminino para desempenhar determinadas funções, já que, segundo João, homens e mulheres apresentam diferenças em relação a algumas características necessárias ao exercício de atividades de alguns setores da eletrotécnica.

Podemos dizer que em sociedades industriais do Ocidente, como a nossa, a demarcação cultural de “papéis” masculinos e femininos atua como um eixo ordenador das relações sociais. Isso ocorre de tal forma que os atributos masculinos estão simbolicamente relacionados a ideias de superioridade, enquanto que os atributos femininos remetem à inferioridade. (DE MELO; LASTRES; MARQUES, 2004)

Por isso, acredito que ainda exista no mundo do trabalho um quadro bastante variado de estereótipos que caracterizam as mulheres como fisicamente menos capacitadas para algumas áreas profissionais, ocasionando padronizações. Embora tal discriminação seja estatisticamente real, como apontam os dados apresentados neste estudo, na maioria das vezes não se assume publicamente que essa discriminação exista. Falamos disso como um fato ultrapassado, não admitimos ou não percebemos que as situações discriminatórias contra as mulheres ainda moldam as ações dos sujeitos. Portanto, pode-se dizer que essa discriminação se apresenta de maneira sutil, pouco reconhecível à primeira vista e geralmente acompanhada de um discurso justificador. Essas justificativas dos sujeitos, submersos no discurso ideológico, mesmo variando, apenas circundam as ideias produzidas dentro desse universo e acabam por propagar uma discriminação disfarçada e concordante com práticas androcêntricas. Segundo Orlandi (2001), isso ocorre porque a linguagem não é transparente e nem neutra.

É carregada de um conteúdo simbólico. E através dela os sujeitos se confrontam cotidianamente com o mundo, com outros sujeitos, com os sentidos e com a história.

Por isso, parafraseando Hirata (2007), um grande campo de investigação abre-se diante da questão de como a virilidade, a docilidade, as masculinidades e feminilidades são expressas, interpretadas, transpostas, negadas ou exploradas no mundo do trabalho.

A seguir, procuro demonstrar como essa questão encontra-se presente no cotidiano da empresa de refrigeração, um dos *loci* desta pesquisa.

4.5 REFRIGERAÇÃO: MULHER NA ADMINISTRAÇÃO E HOMEM NO COMANDO DA EQUIPE TÉCNICA

A última empresa que visitei foi a REFRI LTDA. Ela existe há 22 anos e faz a instalação e manutenção de sistemas de refrigeração. Atende a várias empresas da cidade do Recife/PE, como shoppings, hospitais, indústrias. Na fachada da empresa, há um mural bem grande. Nele há três homens usando os equipamentos de segurança próprios da área de refrigeração. A empresa é dirigida por três homens que são sócios no empreendimento.

Nessa empresa fui recebida por Maria Roseana, uma jovem senhora de 35 anos. Bastante sorridente, ela se mostrou muito à vontade com a minha presença. Desde os nossos primeiros contatos, por telefone e via e-mail, ela se colocou à disposição para me ajudar na pesquisa. Ela trabalha na empresa há muitos anos como psicóloga responsável pelo RH. É encarregada de selecionar técnicos e estagiários para compor o quadro de funcionários. Como eu havia passado por e-mail as informações sobre nosso encontro, Maria Roseana já estava inteirada da temática da entrevista. Creio que justamente por isso ela já iniciou falando que normalmente nos setores de Recursos Humanos da maioria das empresas que conhece no grande Recife existem mais mulheres. A iniciativa dela oportunizou uma conversa mais fluida. Mas mesmo assim lhe perguntei se preferiria seguir uma sequência temática ou poderíamos conversar de uma forma mais espontânea, em que as perguntas aparecessem naturalmente. Ela respondeu que não era adepta a padrões pré-estabelecidos. Por isso não achava necessário um roteiro. Então, sugeri que começássemos falando a respeito dessa observação que ela havia feito sobre haver mais mulheres no setor de RH das empresas e se, em sua opinião, isso ocorria também com outras profissões. Maria Roseana sorriu e respondeu enfaticamente que sim. Ela me falou que na

sua sala de aula, na faculdade, os homens eram minoria. Achava que era porque as mulheres costumam se identificar mais com a área de Psicologia do que os homens. Perguntei se isso tinha a ver com questões ligadas a questões físicas inerentes ao sexo dos sujeitos. Ela fez um pequeno intervalo de silêncio e respondeu:

Olha, eu até já li sobre... sobre essas questões de gênero que você está pesquisando. Confesso que não tenho... Não tenho uma... uma opinião completamente formada a respeito de alguns questionamentos. Preciso ler mais, acho! É isso! Talvez, ou melhor, você me despertou a respeito disso. Mas pensando bem... acho que somos sim [ênfase no vocábulo sim] diferentes deles. Eu penso que somos mais sensíveis, sabemos... sabemos ouvir mais. [risos] Quer dizer, nem todas, *né!* Bom, mais a maioria das mulheres tem realmente mais aptidão para algumas profissões. Eu não diria que... que... que por questões de ordem física. É mais uma questão de nosso *feeling*, nosso sexto sentido.

Perguntei então se ela levava em conta essas considerações na hora de selecionar os funcionários. E lhe pedi para me falar um pouco sobre como era esse processo na empresa.

Olha, o processo é assim... É... há entrevistas, testes, inclusive práticos. Peço também uma redação aos candidatos *pra* avaliar seu nível. Mas obviamente não sou eu que faço texto prático. Isso é com outro departamento. *Pra* toda essa parte de manutenção, como mecânico, eletricista existe um teste específico e aí, nesse caso, o diretor da manutenção é que faz a correção desses testes. Todas essas pessoas dessa área de manutenção passam pelo gestor. Então o gestor conversa com essa pessoa. Ele também tem a formação técnica. Trabalha há uns 30 anos na área de refrigeração e foi também aluno do Instituto e... entrevista prática na realidade é com ele.

Aproveitei para reinterar meu pedido para visitar as instalações da empresa a fim de conhecer esse setor. Eu já havia feito anteriormente

uma solicitação, mas, por telefone, Maria Roseana havia me falado que achava que não seria interessante. Justificou que como a atuação da empresa ocorria, de fato, nos locais em que o serviço era prestado, não havia nos setores, na opinião dela, nada que pudesse contribuir para a minha pesquisa. Ela sorriu e disse que não considerava mesmo interessante para mim essa visitação. Insisti no tópico e lhe perguntei se isso era mesmo uma opinião dela ou tratava-se de uma política da empresa. Ela sorriu e disse mais uma vez que não necessidade.

Olha, sinceramente, vai ser um tédio! [risos e ênfase no vocábulo tédio] São só homens mexendo em máquinas. Eles, na verdade, nem gostam muito que a gente vá muito lá. Dizem que mulher tira a concentração deles. Uma bobagem, né?! Mas... mas...a gente tem que respeitar, né?!

Percebi que ela sutilmente demonstrava que gostaria de mudar de assunto e decidi respeitar. Como ela havia usado a palavra “eles”, sugeri então, que ela falasse deles e sobre o quadro de funcionários da empresa.

Realmente. A empresa contrata mais homens. Mas temos mulheres também. Como assistente administrativo e coordenadoras. Atualmente temos duas coordenadoras, uma gerente comercial, que faz parte do grupo, e o restante é assistente. Ao todo temos 10 mulheres, num total de 70 funcionários.

Questionei se o fato de existirem mais homens no quadro de funcionários na área técnica, fazendo efetivamente a parte prática da refrigeração, era uma política da empresa que ela tinha que seguir, já que era a responsável pela seleção dos empregados, ou se tinha total autonomia na hora de decidir entre uma mulher e um homem para exercer a função técnica de refrigeração, ou como ela falava “pôr a mão na massa”. Maria Roseana fez significativa pausa e disse: “Olha, eles têm uma mente muita aberta e sempre me dizem que desde que o candidato à vaga atenda às necessidades, seja dinâmico, tudo bem”.

Insisti no tópico e lhe perguntei porque, então, não havia mulheres trabalhando como técnicas da empresa, já que uma das mais frequentes queixas das estudantes da área de refrigeração do IFPE era a recusa em contratá-las, usando como argumento a sua condição de “fragilidade” por serem mulheres.

Maria Roseana pensou um pouco e me respondeu: “Olha, elas dizem isso, é? Mas na realidade é uma posição delas. Elas que não querem. Não querem. Eu colocaria uma mulher sim. Mas se chegasse uma que quisesse. Não teria objeção nenhuma.” [ênfase no vocábulo]

Perguntei então se já havia aparecido alguma candidata querendo trabalhar na área técnica da empresa. Ao que ela respondeu:

Não! [ênfase] Nenhuma mulher quis trabalhar na parte prática! Elas querem mais a parte de orçamento. Hoje eu tenho uma pessoa aqui... ela é... ela é... técnica em refrigeração, mas trabalha na administrativa. Não tivemos nenhuma [ênfase] que colocasse a mão na massa não! Porque se inicia lavando serpentina, é... pegando peso... e a gente não coloca a mulher *pra* fazer isso não.

Questionei se o sexo influenciava, então, na hora da contratação do funcionário ou de um estagiário para a função técnica. Maria Roseana começou a dar a resposta mesmo antes de eu haver terminado a pergunta e disse:

Não! Não... Não... Isso não depende do sexo. Assim... independe... assim é o seguinte... eu tenho... eu já contratei uma pessoa, um estagiário na realidade, que gostava de pegar peso e gostava da parte administrativa, mas fazia o curso técnico em refrigeração no IFPE. Mas também eu já tive meninas que disseram “eu quero conhecer essa parte mesmo, ficar com o pessoal de campo”. Mas *pra* pegar peso, pegar uma serpentina, lavar uma serpentina, elas não vão ter condições.

Então, perguntei a ela, se no quadro de funcionários da empresa já houve uma mulher indo a campo, às indústrias para instalar e fazer manutenção dos sistemas de refrigeração. Ela pensou um pouco e disse:

É, realmente! Eu lembro que uma vez... Pronto, eu *tava* com uma vaga no setor de engenharia. Era uma vaga que seria ocupada por um homem. Essa foi imposta. O perfil [ênfase no vocábulo] pedia um homem. Mas ficou uma mulher.

Quem determinou isto? Perguntei e ela me disse que tinha sido um dos sócios. Na verdade tinha sido diretor de engenharia que havia

dito que para essa vaga preferia um homem. Mas houve alguma razão específica para essa determinação, questionei. E ela me disse que a justificativa que o diretor tinha lhe dado era o horário de saída da empresa. A área da cidade em que a empresa fica localizada, segundo Maria Roseana, é muito perigosa, e o setor de engenharia fica quase sempre até mais tarde. Além disso, o cargo exige conferência constante de material, o que faz com o encarregado desse setor necessite ir, constantemente, às empresas verificar o andamento da obra. Segundo Maria Roseana, na verdade “Os diretores gostam de trabalhar com mulher, mas não *pro campo*. A única mulher, aquela que te falei, até vai, mas não comanda. Quem está no comando é um técnico. É um homem que comanda a equipe.”

Então, a candidata à vaga de técnica foi contratada? Perguntei e pedi para que falasse como havia feito para mudar a opinião do diretor a respeito dessa contratação.

Pois é, *né!* Ficou uma mulher na vaga³⁵. E é uma mulher assim ... muito [ênfase no vocábulo muito] disposta. E aí o diretor disse *pra* mim: “Rose, eu pedi um homem”. Então lhe pedi que por desengano, atendesse *ela*, pois iria gostar dela. E ele disse: “Não vou gostar.” E aí eu repeti que iria sim. [ênfase no vocábulo sim] Eu continuei insistindo: “Atenda e deixe que depois o resultado eu entrego *pra* ela.” E ele atendeu. E quando ele atendeu, ele voltou e disse: “Quem vai ficar na vaga, independente dela não ser homem, porque tem um macho *enralacado* nela. Existe um macho dentro dela! E vai ser ela.” E ela está atendendo perfeitamente bem. Fazemos avaliação de desempenho, a cada de 45 dias, no caso no período de experiência e depois a cada seis meses uma avaliação de promoção. E a pessoa está indo muitíssimo bem. E é uma mulher! Provando que a mulher é capaz, *né!*

Pode-se perceber na fala de Roseana o que Orlandi (2001) chama de texto híbrido, heterogêneo quanto à sua enunciação. Segundo essa autora, todo discurso é sempre um tecido de vozes ou citações, cuja autoria fica marcada ou não, vindas de outros textos preexistentes,

³⁵ Tentei três vezes entrevistar esta funcionária da empresa. Mas não obtive êxito.

contemporâneos ou do passado, é o que a AD chama de interdiscurso. Podemos perceber no relato de Maria Roseana, esse conjunto de formulações constituídas ao longo dos tempos, esquecidas, mas vivas na memória social. Essas formulações determinam o que pensamos, dizemos e fazemos. Assim, é possível perceber que podemos reproduzir discriminações, mesmo não concordando com elas.

Perguntei se era comum aparecerem mulheres, como essa que foi contratada para a função de técnica, para se candidatarem a vagas de estágio e se era importante para a empresa a presença de estagiários sem eu quadro de funcionários.

Muito! Muito! Porque! [pausa] Nós precisamos de pessoas... de iniciantes... Qual o perfil da empresa hoje... Não é *pra* mão de obra barata, mas sim [ênfase no vocábulo *sim*] *pra* formar aquela pessoa e de certa forma dar uma contribuição à sociedade porque hoje temos tanto jovem que corre atrás, que se forma, que vai em busca de oportunidade e não tem. E aqui... o que nós fazemos é botar esse jovem *pra* estagiar, ensinamos [ênfase nesse vocábulo]. E aqueles que querem realmente ficar são contratados. O período de estágio é de um ano. Existem alguns estagiários que se saem realmente muito bem e com menos de um ano, seis meses, cinco meses já fazemos a contratação desses estagiários, sejam eles homens ou mulheres.

Do discurso desta Maria podem ser levantadas questões interessantes que apontam para a existência do preconceito de gênero nessa empresa. Uma dessas questões diz respeito ao fato de a empresa preterir as mulheres, mesmo que sutilmente, na hora da contratação de um técnico. Por isso não há mulheres no trabalho de campo. Assim é possível constatar uma nítida disparidade de gênero na empresa. E essa Maria tem consciência desse preconceito, pois quando lhe pedi para que falasse a respeito, ela foi categórica em afirmar que a sociedade ainda é machista.

O machismo ainda é muito grande. Muitos homens ainda querem que a mulher seja Amélia. As mães antes não trabalhavam, dependiam dos seus maridos e apenas criavam os filhos. Eu luto muito com meu marido. Ele sempre me diz que a

mãe dele lavava até sua cueca. Passava sua roupa. E aí eu digo a ele assim: “Eu não sou sua mãe! Eu não sou sua mãe! Sua mãe é dona de casa, mas eu não. Eu trabalho fora e você trabalha fora. Então, vamos dividir, *né!*”. Olha, eu sou casada com a profissão e meu marido é minha diversão. [risos]

Ao pensar sobre esse machismo, podemos inferir que o mais grave deste cenário é que este preconceito é silencioso, são discursos que raramente são conscientemente assumidos. Apesar dos inúmeros direitos trabalhistas conquistados pelas mulheres, as empresas ainda preferem contratar homens, ou mulheres sem filhos. Segundo essa Maria, em empresas que trabalhou anteriormente, os dirigentes pediam para que fizesse às entrevistadas algumas perguntas do tipo: a vontade de ter filhos, estado civil, em caso de doença quem poderia ficar com os filhos. O que caracteriza claramente que esses fatores poderiam interferir na contratação de mulheres. O que constitui um crime porque a atual Constituição Brasileira proíbe discriminações no mundo do trabalho. As empresas não podem usar como requisito para a contratação o sexo, a raça, a idade ou estado civil dos sujeitos. Tem crescido também o entendimento de que creche e assistência para a educação dos filhos são direitos das crianças, devendo, portanto, ser oferecidas pelas empresas não apenas para as funcionárias, mas também para os funcionários. Essa política permite que a família possa optar pela melhor assistência quando pai e mãe trabalham fora, garante o direito das crianças e beneficia a companheira dos funcionários quando esta não mantém relações formais de emprego.

Mas apesar de vivermos num mundo de comunicações instantâneas, de mercado globalizado e de relações de produção extremamente condicionadas pela dinâmica dos avanços tecnológicos, o mundo do trabalho ainda sofre pesada interferência de uma divisão sexual do trabalho, puramente cultural. As ocupações femininas concentram-se em atividades derivadas das funções tradicionais em alguns ramos da indústria moderna, que também empregam mulheres para funções que requerem qualidades culturalmente atribuídas às mulheres, como paciência, docilidade, meticulosidade e delicadeza, como foi demonstrado ao longo deste estudo.

O trabalho considerado feminino, no entanto, não é igual em todos os tempos e lugares. As áreas tecnológicas aqui destacadas, por exemplo, são redutos masculinos. A indústria moderna altamente mecanizada, com linhas de produção computadorizadas, ainda se utiliza

do argumento da força física para não empregar mulheres, mesmo todas as funções pesadas podendo ser exercidas por máquinas.

Assim, em pleno século XXI, ainda existem profissões e ramos de atividades que são verdadeiros guetos masculinos, como nas empresas que visitei onde não há, efetivamente, políticas claras de promoção da equidade de gênero, com programas para redução das desigualdades salariais e de capacitação profissional.

Muitas empresas argumentam que não mantêm políticas específicas de promoção das mulheres porque trata todos os seus funcionários com igualdade, valorizando-os por meio de processos seletivos objetivos, centrados na avaliação de seus perfis e competências e amplamente divulgados na empresa.

Mas sabemos que relações de trabalho mais flexíveis têm significados diferentes quando aplicadas a homens ou a mulheres. A flexibilização interna às instituições, que exige integração de tarefas, polivalência, qualificação profissional etc., tende a ser mais acessível aos homens. As mulheres teriam menor participação nos processos de reestruturação das empresas pela incorporação de inovações tecnológicas.

Isto nos leva a inferir que existem pelo menos três formas de discriminação da mulher: a direta, a indireta ou não assumida e a autodiscriminação. A discriminação direta é aquela baseada em regras legais ou institucionais, como o antigo Código Civil Brasileiro, que considerava a mulher como dependente do marido, ou em normas internas de empresas que impediam a contratação de mulheres para determinadas funções. Proibidas por normas internacionais — da ONU e da OIT —, essas regras praticamente foram banidas da legislação dos países ocidentais. No Brasil, são proibidas pela Constituição Federal. (MACHADO, 2003)

Entretanto, as principais formas de discriminação contra mulheres praticadas atualmente no país são indiretas e não assumidas. Estruturam-se em práticas cotidianas, em ideias preconcebidas e em estereótipos que atribuem habilidades e competências de acordo com o sexo, a cor da pele, a idade e outros atributos externos para homens e mulheres. Tendem a valorizar a inteligência, a força física, o discernimento e a capacidade de decisão como habilidades masculinas, enquanto as mulheres são afetivas, meticolosas, calmas, inconstantes e indecisas. Estereótipos que se traduzem em “espaços próprios” para cada um dos sexos e também na formação diferenciada para meninos e meninas. E têm como resultado um tipo de discriminação daninha, a

autodiscriminação, por meio da qual as próprias mulheres estabelecem limites para seus espaços de atuação, dirigindo-se para as profissões consideradas mais femininas e, normalmente, mais mal remuneradas. É grande o número de mulheres que não ousam se imaginar em espaços profissionais masculinos, como operadoras de máquinas computadorizadas ou pilotas de avião, nem almejam espaços de poder que geralmente são redutos masculinos, como os de diretores de produção, chefes de tecnologia da informação, diretores de empresas, dirigentes sindicais, políticos em cargos executivos etc.. (MACHADO, 2003)

Tomando como base essas formas de discriminação, ao analisar os relatos dos sujeitos que representam os segmentos industriais das áreas de mecânica, eletrotécnica e refrigeração da região metropolitana do Recife/PE, evidenciei a recorrência de um tipo específico de enunciado em relação à presença feminina nesses nichos profissionais. Em todos os relatos foram feitas alusões à “incapacidade física” da mulher para exercer as atividades técnicas específicas das respectivas áreas tecnológicas, sobretudo, aquelas que são feitas fora do espaço físico da empresa.

Pode-se perceber, portanto, que a dualidade força física masculina x fragilidade feminina recorre nos discursos aqui evidenciados é parte inerente do discurso, pois é de sua natureza construir-se por retomadas e por reiteraões. Como parte do processo de consolidação da memória discursiva, a reiteração de temas, cujos sentidos são negociados no âmbito sócio-histórico e dos usos da linguagem, explica o fato de que, no dito e no dizer, por um lado, apenas se inscrevem raros enunciados, enquanto, de outro, possa haver uma infinidade de enunciaões.

Essa reiteração é fruto da relação existente entre os aspectos subjetivos e a realidade sócio-histórica do sujeito, a qual se constitui a partir da posição que ocupa esse sujeito no discurso. Trata-se da visão de um sujeito necessariamente vinculado e constitutivo da sociedade. Esse processo de articulação está além dos propósitos individuais dos sujeitos, sendo a soma desses propósitos marcada pela articulação entre eles no todo social.

Podemos dizer que a análise das oportunidades de trabalho diferencia-se em função do gênero. Não é novidade que há discriminação. Mas o fato de essas desigualdades serem observadas nas empresas evidencia uma discriminação implementada pelo conjunto de seus membros. Podemos dizer que essa postura faz parte desses campos

profissionais, em que há um entrosamento da situação externa com a interna.

Portanto, a discriminação e o preconceito não são necessariamente uma determinação só do mercado. Elas podem ser vistas também como a forma de essas profissões preservarem a atração de algum contingente masculino para seu corpo. A seleção profissional não é feita num mercado abstrato. Há pares selecionando seus pares. São homens e mulheres escolhendo outros homens e mulheres para desempenho dessas profissões. As diferenças de comportamento em relação ao sexo masculino e feminino têm feito parte do funcionamento interno dessas profissões. As áreas atuam com a característica de serem nichos masculinos, mas vendendo a imagem de uma seletividade não baseada nas questões de gênero.

Assim, o perfil ocupacional das empresas que visitei aponta uma clara hierarquização das profissões das áreas de mecânica, eletrotécnica e refrigeração. Em nenhuma empresa havia mulheres trabalhando nos segmentos da prática técnica. Três fatores podem ser apontados para essa situação no mercado de trabalho dessas áreas. Em primeiro lugar, o contingente pequeno de mulheres que se profissionalizam nas áreas. Outro fator é a parcela expressiva de mulheres que se formam, mas não ingressam na disputa pelo mercado. Há ainda aquelas que são alocadas em setores das empresas para exercerem funções burocráticas e administrativas, desempenhando atividades não vinculadas diretamente à qualificação obtida, que, em princípio, não requerem a especialização adquirida com a qualificação profissional. Algumas fazem realmente opção por esses setores. Talvez como estratégia de proteção profissional, uma vez que adentrar nos segmentos dessas profissões que são menos expostos às disputas do mercado de trabalho, por pagarem salários mais altos, seja mais fácil.

Essas mulheres representam a maioria em quase todos os subgrupos das empresas. Já os homens aparecem liderando o contingente de funcionários nas áreas específicas e no comando das empresas, ocupando as posições mais cobiçadas na hierarquia interna dessas profissões. A liderança masculina se faz presente nas três empresas pesquisadas. Há, portanto, duas discriminações em relação ao gênero que interagem: a das empresas e da ocupação. Há uma incidência maior de homens em todos os setores da área técnica. Os homens lideram a hierarquia interna dessas profissões e a distribuição relativa aos sexos nos ramos-chave dessas áreas tecnológicas, consideradas pela maioria dos entrevistados como nitidamente mais masculinas.

Se o perfil acima não dissipa totalmente a aparência da existência de discriminação e preconceito de gênero nessas profissões, ao menos permite que comecemos a visualizar alguns aspectos da lógica que movimenta essas áreas. Em primeiro lugar, a masculinização dessas atividades pode ser uma das razões de haver menos mulheres buscando essas profissões, uma vez que, comumente, nas atividades profissionais nas quais os homens continuam tendo interesse, como é o caso dessas áreas tecnológicas, o ingresso feminino tem de enfrentar a barreira da segmentação. Além disso, elas têm de enfrentar também a disputa por setores dessas áreas no mercado de trabalho em que a hierarquia profissional é acentuada.

Mas nas podemos negar que no Brasil tem-se intensificado esforços para acelerar e aprofundar as mudanças, vencer a cultura patriarcal e transformar as relações de gênero. No próximo capítulo, apresento algumas iniciativas nesse sentido.

CAPÍTULO 5 A BUSCA POR EQUIDADE DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO

O trabalho, como foco privilegiado de incidência de políticas públicas, torna-se sinônimo de inclusão social, autonomia e desenvolvimento. Considerado em um marco amplo, o trabalho precisa cumprir, para além da sua função produtiva, a tarefa de representar um meio de expressão dos sujeitos e, ao mesmo tempo, um elo social fortalecido.

Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça - 5ª Edição. (BRASIL-SPM, 2013)

Neste capítulo, reflito a partir da perspectiva de gênero sobre ações que visam à equidade no mundo do trabalho. Trago reflexões sobre aspectos importantes de ações afirmativas cujo objetivo é promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Trata-se de iniciativas governamentais e não governamentais que têm contribuído para a superação de hierarquias de gênero, profundamente arraigadas na sociedade brasileira.

Para tanto, em princípio, reflito sobre o discurso sobre a equidade de gênero nos ambientes profissionais. Em seguida, traço uma discussão sobre duas políticas públicas: o Programa Pró-equidade de Gênero e o Campanha de Qualificação pelo Programa Nacional de Acesso Técnico e Emprego (PRONATEC). Trata-se de duas ações do governo brasileiro que objetivam promover transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas nas relações de trabalho, ampliando a participação da mão de obra feminina, sobretudo em setores de hegemonia masculina. Encerrando o capítulo, apresento algumas ações da sociedade civil brasileira que visam à reflexão sobre a presença de mulheres em setores laborais de predominância masculina.

5.1 O DISCURSO SOBRE EQUIDADE DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO

Como demonstrado nos capítulos anteriores deste estudo, as últimas décadas as mulheres vêm acumulando conquistas em sua trajetória por maior autonomia e equidade. Uma das principais conquistas femininas é sua crescente participação na população

economicamente ativa, o que impulsionou sua busca por qualificação profissional e espaço para fazer carreira nas empresas, nos órgãos públicos e nas diferentes organizações da sociedade civil.

De fato, nos últimos tempos, muitos esforços têm sido empreendidos para promover a equidade de gênero no mercado de trabalho, que se configurou historicamente como sendo um campo que reflete rupturas e continuidades nas desigualdades. Por isso, o debate sobre essas desigualdades é vasto e desponta como importante *locus* de discussão acadêmica, principalmente com a incorporação da categoria gênero como ferramenta de análise da realidade social.

De fato, a intensificação desses debates fez surgir muitas reivindicações. Foi nesse contexto que surgiram iniciativas, tanto teóricas como práticas, de maior autonomia e poder para as mulheres. Essas ações são importantes para que se possa entender que as iniquidades de gênero estão longe de ser resolvidas e que o simples fato de ser mulher tem um impacto enorme na carreira profissional.

Mas essa não é uma discussão recente. Segundo Paola Cappellin (2000), desde os anos 70 do século XX que movimentos de mulheres e de trabalhadoras, Organizações Não governamentais (ONGs), centro de estudos e pesquisas universitários e instituições públicas de planejamento de políticas de emprego têm se preocupado em analisar as origens, as fontes e os mecanismos reprodutores de discriminação de gênero com o objetivo de promover políticas de fomento da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho.

Uma dessas ações foi a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) que ocorreu em Beijing, na China, em 1979. Promovida pelas Nações Unidas e ratificada pelo Brasil em 1984, a Convenção fundamenta-se na dupla obrigação de eliminar/erradicar a discriminação e a de assegurar/garantir a igualdade. Trata-se do princípio da igualdade, seja como uma obrigação vinculante, seja como um objetivo. Essa convenção reiterou o papel da mulher como agente econômico, assim como a posição dos direitos das mulheres dentro de um contexto maior, o dos direitos de todos, dos direitos humanos. Em art. 1º, a Convenção estabelece que a discriminação contra a mulher significa

toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objetivo ou resultado, prejudicar ou anular o reconhecimento, o gozo, o exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e

da mulher, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. (FARIA; MELO, 2014).

Segundo Helena Omena Lopes de Faria e Mônica de Melo (2014), a Convenção de Beijing foi uma importante conquista das mulheres. Mas ainda falta muito para que sejam eliminadas as hierarquias, as diferenças de poder e as relações de domínio entre os sexos. A discriminação, o preconceito e violência são ainda fatores característicos da vida de muitas mulheres em todo o mundo. Não há praticamente nenhum documento ou conferência internacional, que trata de questões sobre mulheres, que não confirme o aumento da desigualdade estrutural entre os gêneros nas sociedades atuais.

Ainda segundo essas autoras, mesmo que as conjunturas de poder e interesse estejam em constante transformação, as estruturas hierarquizantes entre os sexos são as que permanecem profundamente enraizadas nas instituições e organizações da sociedade. É uma realidade em muitos contextos a existência, por exemplo, de hierarquia entre de gênero na divisão do trabalho. Essa hierarquia atinge, historicamente, as mulheres. O fenômeno de inserção diferenciada de homens e mulheres nos mercados de trabalho tem como principal consequência a concentração de oportunidades de trabalho para as mulheres em setores de atividade específicos e num número reduzido de ocupações dentro da estrutura produtiva. Isso ocorre porque apesar de serem as legislações que regem o mundo do trabalho moderno, geralmente, amparadas nas noções de igualdade e liberdade - dois pilares que constituem a base da cidadania das chamadas sociedades modernas - as práticas sociais e as condutas da vida coletiva continuam sendo regidas por valores que não são colocados explicitamente pelo código legal, mas que assumem a proporção de leis e regem as condutas e as mentes, tanto individuais quanto de grupos. A ideia de que haja diferenças inerentes ao sexo é um desses valores, o que já serviu de abrigo para abusos no passado. Até o século XX, uma rígida discrepância de gênero, estabelecida pelas leis e pela tradição, era a regra. Por isso, exceto para uma pequena elite, poucas mulheres podiam realmente escolher sua profissão. (ROCHA, 2009)

De fato, dentre as diversas desigualdades existentes na sociedade, uma das mais evidentes refere-se às relações de gênero no mundo do trabalho, menos relacionada à questão econômica e mais ao ponto de vista cultural e social, constituindo, a partir daí, as representações

sociais sobre a participação da mulher dentro deste espaço. Mas o avanço e o crescimento da industrialização, no Brasil, têm promovido, mesmo que minimamente, uma transformação da estrutura produtiva. O contínuo processo de urbanização e a redução das taxas de fecundidade nas famílias vêm proporcionando a inclusão das mulheres no mercado de trabalho. Essa inclusão, porém, tem ocorrido lentamente, pois, ao logo da história, o trabalho feminino sempre foi secundarizado. No Brasil, a sociedade patriarcal, com o poder masculino extremamente forte, desde a colonização, reforçou essa secundarização. (BRUSCHINI, 2007)

Por isso, quando se pensa as relações de trabalho e tudo que essas relações representam, realmente faz diferença se a pessoa é um homem ou uma mulher. As informações sobre o seu estado civil, se tem dependentes, se mora perto ou longe do local onde vai ser desenvolvida a atividade, além de uma série de outros requisitos para o desenvolvimento de uma função, na grande maioria das vezes não são analisadas da mesma maneira para os dois sexos. Sendo assim, há dificuldade da incorporação da dimensão de gênero como uma estratégica da política de recursos humanos das empresas. O que, de certa maneira, reflete as desigualdades de acesso das mulheres às ocupações ditas masculinas. Aponta, ainda, para a dificuldade de os empresários verem nas mulheres recursos humanos em que se possa investir, reproduzindo com isso os mecanismos de discriminação de gênero dentro das próprias empresas, criando as imagens de gênero, ou as identidades masculina e feminina, que muitas vezes são assumidas pelos próprios trabalhadores. Parafraseando Laís Abramo (2002), essas imagens são configurações produzidas social e culturalmente e determinam, em grande parte, as oportunidades e a inserção de homens e mulheres no mercado do trabalho. Além de servirem de base para a política de qualificação dos recursos humanos para as empresas.

Podemos dizer que o mundo do trabalho é uma das instituições em que estão mais presentes essas imagens de gênero, sendo também o lugar de cobrança e reforço de “papéis” sociais. Por causa disso, conforme aponta Elizabeth Souza-Lobo (1991, p. 187), é também no mundo do trabalho que se pode desconstruir as relações aí estabelecidas. Para essa autora, “o inventário e a arqueologia desses significados desconstrói o gênero a partir dos vários espaços em que ele se constrói: a família, o mercado de trabalho, as instituições, a subjetividade”.

Nesse contexto, as imagens de gênero assumem uma dimensão poderosíssima para a reprodução das desigualdades. Segundo Abramo

(2002), no mundo do trabalho, os estereótipos relativos a homens e mulheres que, comumente, desvalorizam as mulheres trabalhadoras,

continuam tendo forte permanência apesar de mudanças muito significativas que vêm ocorrendo na realidade. Entre as imagens de gênero que mais contribuem para persistência e reprodução de distintas formas de discriminação contra a mulher, estão aquela que define a mulher como uma “força de trabalho secundária” e aquela que afirma que os custos associados à sua contratação são superiores aos custos da mão de obra masculina. (ABRAMO, 2002, p. 90)

São inegáveis as dificuldades enfrentadas pelas mulheres nos vários contextos sociais dos quais participa. Por isso, apesar dos avanços, a desigualdade de gêneros ainda é marca profunda no mercado de trabalho em todo o país. Entretanto, a desigualdade social no Brasil alcançou o índice mais baixo da história este ano, segundo pesquisa do Ipea (2011). A principal razão para esta evolução se deve a expansão do mercado de trabalho, principalmente o formal. Estes avanços beneficiaram diretamente as mulheres, já que elas são maioria na camada "mais baixa" da pirâmide, principalmente quando se analisa o mercado de trabalho. Mas essas diferenças são apenas a ponta do problema. A condição feminina geral é de vulnerabilidade e precariedade, e a desigualdade de gêneros ainda é realidade.

Dessa forma, a transformação das relações estabelecidas, construídas e amparadas na cultura, de fato, não é uma das tarefas mais fáceis. Mas também não é impossível. Creio que essa transformação requer uma construção do ponto de vista cultural, tecnológico e político, no sentido de decisão e apoio para sua ocorrência. O primeiro passo na direção de uma mudança seria o reconhecimento da diferença e a busca do enfrentamento na construção de uma sociedade equânime nas relações de gênero, o que tem acontecido paulatinamente. É possível identificar, por exemplo, o aumento da inserção feminina em alguns espaços ocupacionais de domínio masculino. Ao se lançarem no mercado de trabalho e, em muitos casos, até mesmo substituírem os homens nessas tarefas antes consideradas exclusivamente masculinas, as mulheres têm demonstrado que competência profissional não depende do sexo do sujeito. Podemos afirmar que, de fato, o mundo das profissões não é mais como antigamente. Ao longo dos anos, as

mulheres conquistaram mobilidade entre diversas áreas de atuação profissional. O ramo da tecnologia, por exemplo, geralmente dominado pelos homens, tem despertado muito interesse das mulheres. Um exemplo disto é a procura por cursos profissionalizantes ligados à indústria, a exemplo dos evidenciados nesta tese.

No que diz respeito às leis que regem o mundo do trabalho, no Brasil, há prerrogativas e direitos assegurados às mulheres pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dedica um capítulo inteiro de medidas protetivas ao trabalho feminino. A Constituição Federal também assegurou salário idêntico ao dos homens, além de outras benesses conferidas em razão da maternidade. Seguindo a legislação e a tendência mundial, nosso país ratificou Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que tratam de forma direta ou indireta da desigualdade de gênero nas relações de trabalho, são elas, a nº 100 (Salário igual para trabalho de igual valor entre o Homem e a Mulher, ratificada em 25/04/1957, com vigência nacional em 25/04/58), a nº 103 (Amparo à Maternidade, ratificada em 18/06/65 e com vigência nacional em 18/06/66); a nº 111 (Discriminação em matéria de emprego e Ocupação, ratificada em 26/11/65, com vigência nacional em 26/11/66); e a de nº 117 (Objetivos e normas básicas da política social, ratificação em 24/03/69 e vigência nacional em 24/03/70). (OIT, 2010)

Porém, é possível constatar que as leis muitas vezes são inócuas, uma vez que a própria sociedade desrespeita a legislação. Infelizmente não somos educados a respeitar a dignidade do trabalho feminino. Por isso, mesmo havendo várias legislações cujo intuito é o de proteger o trabalho das mulheres, elas ainda sofrem discriminação nos ambientes de trabalho. No cotidiano, muitas vezes nos deparamos com realidades distantes dessas previstas nas leis. Prova disso é o tratamento dispensado às mulheres trabalhadoras, em que a discriminação ainda é notadamente patente.

Por isso, é inegável a existência de dificuldades para a construção de um sistema efetivo que possa garantir os direitos das mulheres e resolva os problemas históricos de hierarquias e discriminação sofridas pela mulher no mundo do trabalho. Por isso é crucial que essas leis sejam bem conhecidas por quem trabalha com inclusão dentro das empresas. Esse conhecimento é importante por várias razões. Em primeiro lugar, ao conhecer essas leis, pode-se usá-las em conjunto, transversalizando e concretizando os problemas que as mulheres enfrentam mais do que os homens, mas que impactam todos os sujeitos. Em segundo lugar, esse marco pode guiar a empresa em algumas de suas ações: eleger prioridades, olhar criticamente os pontos que não

estejam sendo tratados e configurem violações, gerenciar riscos e promover a realização de direitos, por entender que tais ações são necessárias. Por último, o conhecimento dessas leis e de políticas de inclusão poderá ajudar na construção de ações afirmativas que promovam o trabalho decente para homens e mulheres, num espaço de mais harmônico, saudável e produtivo. (POSTHUMA, 1998)

Por isso um dos principais resultados da equidade de gênero é a ampliação da compreensão da indústria sobre os impactos de políticas e procedimentos de gestão voltados a essa equidade. O que pode estimular soluções para a realização de ações concretas na distribuição de oportunidades, consolidando a corresponsabilidade da indústria na promoção da igualdade entre os sujeitos. A construção de uma visão que contribua para que as empresas invistam em inclusão passa pelo reconhecimento dos direitos e das realidades que, na origem, estimularam movimentos pela igualdade de gênero. Ao longo dos anos, esses movimentos, no âmbito do trabalho, têm apontado para a necessidade de um maior equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, para que tanto as mulheres quanto os homens possam crescer profissionalmente sem descuidar da vida pessoal. (GONZALEZ, 2011)

Dessa forma, além de um conhecimento sobre os direitos básicos e as políticas públicas federais que protegem e promovem a igualdade entre homens e mulheres, é imprescindível que os profissionais responsáveis por políticas de inclusão nas empresas usem argumentos e estatísticas que possam demonstrar que as ações afirmativas têm resultados tangíveis.

Entendo que essa prática de inclusão possibilitará que as empresas passem a observar os hiatos existentes entre os sexos, o que favorece a adoção de programas que busquem o desenvolvimento profissional e a criação de grupos de afinidade para reduzir preconceitos e combater a discriminação, enxergando o resultado econômico como um produto colateral do cumprimento e realização de direitos dos sujeitos. Pois a igualdade entre homens e mulheres, segundo Débora Gonzalez (2011), não pode ser entendida apenas como uma boa prática. Ao contrário, deve ser tida como produto de lei, de dever e de direito de todos.

A adoção de práticas de equidade, conseqüentemente, abarca não só a população feminina. Tais processos desencadeiam impactos verdadeiramente sociais, atuando em questões cuja repercussão é coletiva.

Portanto, a mudança dos índices desfavoráveis relativos às mulheres configura-se como oportunidade para a indústria ser um ambiente mais saudável, equilibrado e criativo, além de exercer seu papel de promoção da cidadania. A valorização da participação das mulheres na economia melhora sua condição de vida, e também a situação política, econômica e social do país. Os entraves à participação plena das mulheres no mercado de trabalho resultam em grandes perdas – para as mulheres, para as empresas e para o país. Alterar esse quadro é vantajoso em vários aspectos. Para as empresas, investir na promoção da diversidade entre seus funcionários, com forte recorte de gênero, representa a possibilidade de aproveitamento de um potencial, ainda pouco explorado, de criatividade, capacidade de gerenciamento e produtividade de suas equipes. A equidade de gênero em todas as instâncias da empresa tem se traduzido em equipe mais eficientes, em funcionários mais satisfeitos e redução da rotatividade. (GONZALEZ, 2011)

Por essa razão, ainda segundo esse autor, tem-se usado muitos argumentos, inclusive econômicos, para demonstrar o valor agregado das práticas de inclusão de mulheres no resultado e atuação das empresas. São discussões importantes que ajudam a construir uma agenda mais propositiva, de investimento nas políticas e práticas para equidade de gênero. Com isso, tem-se tentado demonstrar como o melhor aproveitamento das mulheres promove maior capacidade da empresa de entender suas consumidoras, gerir seu pessoal e aproveitar talentos que antes eram invisíveis aos recrutadores.

Penso que o enfrentamento das desigualdades, como todo processo de democratização de relações de poder, envolve conflitos. Por isso, é importante compreender que superar as desigualdades significa instaurar e enfrentar conflitos, pois nem todos os sujeitos estão convencidos de que alguns grupos sociais enfrentam maiores dificuldades que outros, em suas trajetórias e cotidiano de vida, como as mulheres. Por isso, nos ambientes coletivos, nem todas as pessoas estão dispostas a se engajar nos processos de promoção da igualdade e assumir os conflitos que esse engajamento pode gerar. Mesmo quando reconhecem, há resistências a mudar situações e práticas instituídas. O ideal seria encontrar formas que sejam capazes de convencer e mobilizar as pessoas para a transformação das estruturas que refletem as desigualdades e contribuem para mantê-las. Alguns processos são cruciais para garantir condições igualitárias de trabalho e desenvolvimento da carreira nas empresas, como os que têm sido promovidos pelo governo brasileiro. Tem havido um esforço do governo

de construir mecanismos mais democráticos de gestão de políticas públicas, tema que será desenvolvido no próximo item.

5.2 POLÍTICAS DE GÊNERO DO GOVERNO BRASILEIRO: O PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO E O PRONATEC

As políticas inclusivas podem ser entendidas, segundo Carlos Cury (2005), como estratégias voltadas para a universalização de direitos civis, políticos e sociais que buscam, pela presença interventora do Estado, aproximar os valores formais proclamados e o ordenamento jurídico dos valores reais existentes em situações de desigualdade. Essas políticas devem ser sustentadas pelo Estado, pelo princípio da igualdade de oportunidades e pela igualdade de todos perante a lei. Assim, as políticas públicas³⁶ de inclusão corrigem as fragilidades de uma universalidade focalizada em todo e cada indivíduo. Assim, esse tipo de política trabalha com os conceitos de igualdade e de universalização, visando à redução da desigualdade social. Trata-se do direito à diferença, no qual se mesclam as questões de gênero com as de etnia, idade, origem, religião e deficiência, entre outras. Por isso, tais políticas afirmam-se como estratégias voltadas para a focalização de direitos para determinados grupos marcados por uma diferença específica.

Uma dessas políticas é a equiparação de direitos entre homens e mulheres no mercado de trabalho. O que ainda pode ser considerado como um grande desafio para o Brasil. Além do aumento da atuação das ONGs, as políticas públicas de incentivo, dentro e fora das empresas, são consideradas fundamentais para que a cultura de "inferioridade feminina" seja eliminada de vez da cultura brasileira. (CURY, 2005)

Visando essa eliminação, nas últimas décadas, no Brasil, tem havido um processo gradual de incorporação de temas ligados à problemática da mulher e às desigualdades de gênero pela agenda governamental. Isto é essencial porque o eixo de uma ação governamental orientada pela perspectiva de gênero consiste na redução dessas desigualdades. Mas falar dessa redução não significa que se queira negar a diversidade. Trata-se, por outro lado, de reconhecer a

³⁶ Política pública pode ser entendida como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses. Um programa governamental, por sua vez, consiste em uma ação de menor abrangência em que se desdobra uma política pública Segundo Salisbury, o conceito de política pública “refere-se à substância do que o governo faz” (SALISBURY, 1995, p. 34)

diversidade atribuindo a homens e mulheres “igual valor”, reconhecendo, portanto, que suas necessidades devem ser igualmente contempladas pela sociedade e pelo Estado. (BRASIL-SPM, 2013)

O governo brasileiro, em face dessas diretrizes, nos últimos dez anos, vem construindo mecanismos mais democráticos de gestão de políticas públicas e programas governamentais, através de comitês gestores. No caso das políticas públicas voltadas para a geração de trabalho e renda, esses mecanismos têm contribuído para programas de qualificação profissional que são destinados a mulheres em situação de maior vulnerabilidade. (BRASIL-SPM, 2013)

O atual governo brasileiro, por sua vez, tem se mostrado disposto a ampliar o recorte de gênero nas políticas públicas ao criar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em janeiro de 2003, e atribuir-lhe *status* de ministério. Essa Secretaria tem atuado no sentido de criar relações mais igualitárias no ambiente de trabalho, a partir de políticas específicas. Para essa Secretaria, a promoção da equidade tende a equilibrar processos de Recrutamento e Seleção; Capacitação e Treinamento; Enquadramento e Ascensão Funcional; Salário e Remuneração; Saúde e Segurança; Política de Benefícios; Políticas de Responsabilidade Social e Investimento Social Privado; e a melhorar o Clima Organizacional, otimizando recursos, retendo talentos, evitando passivos trabalhistas, promovendo a qualidade de vida.

Acredito que a efetivação dessas políticas irá contribuir concretamente para a transformação da dinâmica social e promoção da diversidade, além de obter vantagens competitivas, tornando-se ambiente saudável, eticamente responsável e livre de práticas discriminatórias.

Dentre essas políticas promovidas pela SPM, o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça merece destaque porque reconhece organizações públicas e privadas que desenvolvem práticas de igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, ressignificando a cultura organizacional. Esse programa foi criado em 2005, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do Governo Federal, baseado no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça tem se destacado através do selo Pró-equidade de Gênero e Raça, concedido às empresas que se preocupam com a desigualdade de gênero no mundo do trabalho. Nesse sentido, já envolveu mais de 80 empresas no País que realizam boas práticas de equidade. (BRASIL-SPM, 2013)

O Programa é o resultado da conjugação de vários fatores. Diferentemente do passado, partindo da perspectiva da incorporação das demandas do movimento feminista pelo governo, pode-se dizer que o Programa Pró-Equidade de Gênero é uma política pública na acepção de ação pública, podendo ser compreendido como resultado da institucionalização dos vários anseios feministas e das prescrições dos organismos internacionais. Trata-se da absorção pelo Estado brasileiro do debate sobre a promoção de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mundo do trabalho.

O que a Secretaria pretende com a implementação desse programa é uma mudança de atitude através da conscientização dos gestores e das/dos trabalhadoras/es associada às ações concretas, por exemplo, a inclusão do tema equidade de gênero nos treinamentos gerenciais, na realização de mapeamento interno da ocupação dos cargos de hierarquia superior e na revisão de normas e procedimentos internos da organização quanto aos processos seletivos internos. Assim sendo, o Programa Pró-Equidade de Gênero é executado em três etapas. A primeira consiste na adesão ao Programa por meio do envio do Termo de Adesão preenchido à SPM. Na segunda, a organização encaminha informações relevantes sobre o seu perfil e quadro funcional por meio da Ficha-Perfil para que a SPM forneça um diagnóstico. E na terceira etapa, a organização, com base nesse panorama, elabora um Plano de Ação para tentar resolver os problemas elencados, tendo como meta a promoção da equidade de gênero nas relações de trabalho. O Plano de Ação assumido será o parâmetro para as etapas posteriores executadas pela SPM: monitoramento e avaliação (BRASIL - SPM, 2013).

As organizações, filiadas a esse programa, por sua vez, recebem a assessoria de especialistas para que sejam estabelecidas as melhores estratégias para a execução dessas ações. Por isso, podemos dizer que o Programa é uma estratégia governamental de interferência nas organizações. O maior propósito do Programa é atingir a materialização da equidade de gênero para além do discurso da igualdade formal assegurada plenamente pelos instrumentos legais, inclusive pela Constituição Federal de 1988. Assim, o Programa Pró-Equidade de Gênero visa incentivar a adoção de ações que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, almejando a eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego (BRASIL-SPM, 2013).

Segundo Abramo (2008), podemos dizer que o objetivo explícito, determinado, de uma política pública é o problema a ser enfrentado. No caso do Programa Pró-Equidade de Gênero, trata-se da questão das desigualdades socialmente construídas entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Embora a questão dessa desigualdade não seja uma coisa nova nesse ambiente social, a novidade está na forma de enfrentamento do problema através de uma política pública que tem a colaboração de organismos internacionais. A influência desses organismos é outro fator que explica a construção do Programa Pró-Equidade de Gênero.

Após um ano da assinatura do Plano de Ação, a organização passa por uma avaliação realizada pelo Comitê Pró-Equidade de Gênero e é verificada a realização dos compromissos assumidos. Neste ínterim, a organização conta com o apoio dos especialistas em gênero e trabalho de instituições governamentais, organismos internacionais, organizações não governamentais e sociedade civil que compõem o Comitê Pró-Equidade de Gênero. Ao término do ano, as organizações recebem o Selo Pró-Equidade de Gênero por terem cumprido as metas acertadas. Assim, uma das ideias subjacentes ao Programa é a adoção de práticas de gestão de pessoas e mudanças na cultura organizacional das empresas para promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no trabalho. (BRASIL - SPM, 2013)

Entre 2005 e 2010, ocorreram três edições do Programa Pró-Equidade de Gênero. A primeira edição (2005/2006) foi lançada em setembro de 2005. Essa edição dirigiu-se às empresas públicas federais e de economia mista dos setores de Minas e Energia, Bancário, Comunicação e Agropecuário. No final desta edição, em 2007, das 15 organizações que aderiram ao Programa, 11 receberam o Selo. Na 2ª edição (2007/2008), a participação foi estendida às organizações de médio e grande porte dos setores público (federal, estadual e municipal) e privado; desta vez, das 36 organizações inscritas 23 foram premiadas. Já na terceira edição (2009/2010), 81 organizações públicas e privadas aderiram e 58 foram premiadas. Conforme o Programa, a premiação com o Selo Pró-Equidade de Gênero significa que a organização realizou proposta e implementou iniciativas inovadoras objetivando o compromisso com a equidade de gênero. (BRASIL-SPM, 2013).

Acredito que a crescente adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero pode ser compreendida como parte do processo da adoção de novas tecnologias pelas instituições, o que ampliou as exigências nas qualificações exigidas dos trabalhadores/as. Sem dúvida, uma constatação recorrente, ao se refletir sobre o mundo do trabalho, é a de

que, independente do gênero, a pessoa com maior nível de escolaridade tem mais chances e oportunidades de inclusão no mercado de trabalho. O ensino técnico, por exemplo, vem assumindo lugar de destaque na formulação de algumas das políticas públicas brasileiras voltadas para a educação e trabalho.

Em virtude dessa política de qualificação profissional, a SPM tem apresentado projetos governamentais voltados para ações inclusivas que repercutem diretamente no mercado de trabalho, apontando para a necessidade de se intensificar ações específicas nesta área. Um desses programas foi desenvolvido em conjunto com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério do Trabalho. Trata-se da campanha “Mulheres que Inovam” (AGÊNCIA BRASIL, 2012), que faz parte da Campanha de Qualificação pelo Programa Nacional de Acesso Técnico e Emprego, o PRONATEC. (BRASIL-SPM, 2013)

A campanha “Mulheres que Inovam” foi lançada no dia doze de novembro de 2012, pela ministra Eleonora Menicucci, oferecendo 190 cursos em 877 municípios brasileiros, com 230 mil matrículas; as mulheres respondem por cerca de 70% destes estudantes. Esta elevada procura feminina significa que as mulheres estão querendo sua autonomia econômica para conquista de novas oportunidades no mundo, em especial o mundo do trabalho, que configurem em sua real emancipação.

Dos vinte cursos mais procurados pelo PRONATEC³⁷, 35% são cursos ministrados nas novas tecnologias ou cursos tidos como tipicamente masculinos: operador de computador, montagem e manutenção de computadores, eletricista instalador predial de baixa tensão, eletricista industrial, soldadores, pedreiros. (BRASIL-SPM, 2013)

No mesmo dia da apresentação da campanha “Mulheres que Inovam”, foi lançado um comercial de televisão protagonizado por uma atriz brasileira que interpretou uma das personagens da novela “Fina Estampa”, veiculada por uma rede de televisão brasileira (a TV Globo) em 2010 e cujo enredo apresentava personagens femininas exercendo atividades profissionais tidas pela sociedade como “masculinas”. Esse comercial de televisão visava incentivar as mulheres a procurar os cursos de eletricista, torneiro mecânico, pedreiro e instalador predial. Ao

³⁷ Discurso da ministra Eleonora Menicucci. Disponível em: <http://www.mulheres.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2012/11/19-11-discurso-da-ministra-eleonora-menicucci-no-lancamento-da-campanha-201cmulheres-que-inovam201d>. Acesso em: 20 nov. 2013.

se pronunciar durante o evento, a ministra Eleonora afirmou que o PRONATEC Brasil Sem Miséria é uma das linhas de ação inseridas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), com o objetivo de incentivar as mulheres a romper com a marca de um trabalho partido em profissões femininas e masculinas. O PRONATEC quebra com este paradigma. (BRASIL-SPM, 2013)

Creio que seja importante abrir aqui um parêntese para uma breve reflexão sobre os discursos das produções televisivas. Não é meu objetivo, porém, adentrar na análise linguística desse gênero discursivo, sobre os quais há inúmeros trabalhos acadêmicos. É meu intuito apenas apontar um dos aspectos desse discurso que está conectado às discussões sobre a relação entre mulheres e profissão em evidência neste estudo.

A reflexão sobre esse gênero discursivo desemboca, inevitavelmente, na diferenciação, à luz da AD, entre criatividade e produtividade discursiva. Segundo Orlandi (2001), devemos ficar atentos a essa distinção. Para essa autora, as novelas veiculadas na televisão podem ser citadas como exemplos dessa diferença, pois obedecem, geralmente, a processos de produção dominados pela produtividade uma vez que assistimos muitas vezes à mesma novela, só que nela são introduzidas variações. Mas não é sempre que percebemos isto, pois, ao pensarmos discursivamente na linguagem, muitas vezes sentimos dificuldade em demarcar limites estritos entre o mesmo e o diferente.

Podemos exemplificar essas afirmações a partir do enredo de duas telenovelas brasileiras veiculadas em épocas bem distintas: “Cambalacho” (produzida pela Rede Globo em 1986) e “Fina Estampa” (produzida pela mesma emissora entre 2011 e 2012). No enredo de cada uma dessas telenovelas, havia personagens femininas cuja profissão costuma ser considerada, no senso comum, como “inadequada” para mulheres.

Por isso, a profissão das personagens era a fonte do preconceito e da discriminação sofridos por essas mulheres durante a trama. O macacão de trabalho e um jeito meio abrutalhado é o elo entre as personagens “Pereirão”, representado pela atriz Lília Cabral, e Ana “Machadão”, interpretada pela atriz Débora Bloch. A primeira personagem consentava de tudo um pouco, desde trocar pneus a mexer com eletricidade, ou reparos em eletrodomésticos, fazendo pequenos serviços de casa em casa, sempre usando um macacão de oficina. A segunda personagem, por sua vez, trabalhava numa oficina mecânica e quando não estava suja de graxa, aparecia em trajes “masculinizados”.

“Machadão” na trama namorava Tiago, personagem interpretado pelo ator Edson Celulari. Tiago era um bailarino que havia sido expulso de casa pelo pai por causa da profissão. Essa personagem aparecia em calças justas e de cores berrantes. O jeito das personagens se vestirem era criticado pelos demais personagens das duas tramas televisivas. Assim, podemos afirmar que o discurso de ambas as produções era caricatural. As personagens eram masculinizadas ao extremo em suas vestimentas e atitudes, o que, em minha opinião, contribuía para a propagação de visões androcêntricas em relação às profissões³⁸.

Retomando o programa “Mulheres que Inovam”, acredito que a existência desse programa é a prova cabal de que a divisão sexual do trabalho é uma questão que deva ser tratada por diversos setores do Governo, constituindo um tema atual e bastante relevante. Por isso, o lançamento desse programa representou um significativo momento para educação profissionalizante do Brasil, uma vez que as instituições que preparam as jovens e os jovens brasileiros para o mercado de trabalho quase sempre desconsideravam as questões de gênero que permeiam esses setores. A ministra reconheceu que há um caminho ainda a ser percorrido nesta área.

Queremos que a mão de obra feminina seja tão reconhecida como a masculina. Falta muito ainda, mas vamos conseguir. Muitas mulheres não entram para a construção civil por medo de sofrer preconceito, mas já demos um passo muito grande no sentido de romper o preconceito tanto por parte dos trabalhadores quanto dos empregadores. (BRASIL-SPM, 2013)

Participaram também da cerimônia de lançamento dessa campanha algumas mulheres que já passaram por qualificação em cursos que eram feitos, principalmente por homens. Elas relataram ter sofrido preconceito não só durante as aulas, mas também no local de trabalho e até da família. Apesar das dificuldades, elas conseguiram concluir os cursos e contribuem com o sustento de suas famílias. Uma dessas mulheres é a Débora Ferreira, de Aparecida de Goiânia/Goiás. Ela fez o curso de Mecânica e Máquinas Industriais pelo PRONATEC e afirmou que houve resistências em relação à área escolhida: “Passei por

³⁸Fonte: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/>>. Acesso em: 22 set. 2012

muito preconceito dentro de casa e da sala de aula. Ainda não estou atuando na área, pois não tenho experiência”. (BRASIL-SPM, 2013)

Outra estudante que deu seu depoimento durante o lançamento da campanha foi Maria Raquel da Silva, estudante do curso de Eletricista e Instalador Predial pelo PRONATEC. Ela disse que a mensagem que gostaria de passar é que todas as mulheres podem vencer também e fazer um curso profissionalizante, como ela fez.

Durante o lançamento dessa campanha, também se pronunciou Tiago Falcão, Secretário Extraordinário para Superação da Extrema Pobreza, ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (MDS). Ele afirmou que a adesão das mulheres aos cursos do PRONATEC foi uma surpresa. Afirmou ainda que

das 238 mil pessoas matriculadas nos cursos, 66% são mulheres. E elas não se inscreveram apenas em cursos tradicionais femininos, como o de cuidador de pessoa idosa, mas optaram por cursos mais pesados, como os voltados para a construção civil e para a mecânica. (BRASIL-SPM, 2013)

Podemos notar que, ao se referir aos cursos de construção civil e mecânica, usando o adjetivo “pesado”, o ministro Tiago Falcão deixa transparecer o qual está arraigada na sociedade a ideia de que existem profissões leves e pesadas, a exemplo do que ficou evidenciado nos capítulos anteriores desta pesquisa.

Penso que as desigualdades vividas no cotidiano da sociedade, no que se refere às relações de gênero no mundo do trabalho, não se definem somente a partir de questões econômicas, mas, especialmente a partir do cultural e do social, formando daí as "representações sociais" sobre as funções da mulher e do homem. Por isso, considero o programa “Mulheres que inovam” um ótimo exemplo de ação afirmativa de promoção de equidade de gênero, uma vez que é inegável o fato de que o sujeito com maior nível de escolaridade tem mais oportunidade de incluir-se no mercado de trabalho.

Creio que as políticas públicas de gênero podem ajudar a minimizar os preconceitos que norteiam essas áreas profissionais. As ações relatadas brevemente acima representam o esforço do governo brasileiro, e apontam os campos que foram prioritários e a reafirmação do problema dos estereótipos de gênero associados às áreas de atuação profissional. Também valorizam o campo de estudo das relações de

gênero, mulheres e feminismos e promovem a reflexão sobre estas questões na sociedade brasileira.

No próximo item, reflito sobre algumas ações de organismos não governamentais que também estão promovendo discussões acerca de estereótipos em relação às profissões.

5.3 AÇÕES SOCIAIS PARA DISMISTIFICAÇÃO DE TABUS NO MUNDO DO TRABALHO

É inegável que em muitas sociedades atuais ainda persistem padrões de comportamentos que envolvem discriminação contra as mulheres. Elas ainda têm dificuldade em compatibilizar as atribuições familiares, que continuam a ser predominantemente femininas, ao exercício de áreas profissionais, que normalmente requerem maiores jornadas de trabalho. Principalmente em ambientes profissionais considerados pelos trabalhadores como “pesados”. Essas questões dificultam a aceitação de mulheres nesses postos por parte dos contratantes. Afora isso, também pode ser considerada a entrada relativamente recente das mulheres nesse mercado de trabalho, o que acarreta diferenças de tempo de experiência e qualificação das mulheres em relação aos homens. (CURY, 2005)

Mas mesmo enfrentando tantas dificuldades nessas áreas, as mulheres aumentaram sua participação nesse nicho profissional. Quando tomam consciência de seus direitos como mulher, trabalhadora e cidadã, elas começam a participar de movimentos reivindicatórios e a se envolver na luta por direitos individuais, sociais e políticos. Isso contribui tanto para aumentar sua autoestima como para adquirir autonomia financeira, apontada por especialistas como imprescindível para que as mulheres consigam outros direitos fundamentais.

Assim, as mulheres vêm acumulando conquistas em sua trajetória por maior autonomia e equidade. Uma das principais é sua crescente participação na população economicamente ativa, sua busca por qualificação e espaço para fazer carreira nas empresas, nos órgãos públicos e nas diferentes organizações da sociedade civil. Sua participação no processo decisório, seja na iniciativa privada, seja na vida pública, tem sido mais lenta, mas também já conta com vários avanços.

Percebemos, portanto, que novas configurações se apresentam ao mundo do trabalho, fazendo com que profissões culturalmente constituídas no imaginário social como específicas da condição

masculina sejam ocupadas crescentemente por mulheres que estão se mostrando cada vez mais “camaleões” no mundo profissional e estão se destacando nas profissões consideradas masculinas. Elas têm ido à luta não só por questões ideológicas, mas por sobrevivência, necessidade financeira mesmo. Em princípio, de fato, era uma busca por autonomia social e financeira. Agora, buscam realização profissional. Assim, passam a ocupar também essas áreas tradicionalmente masculinas. (BARBOSA, 2007)

Mas de acordo com Danielle Gomes (2013), da ONG “Mulheres na Tecnologia da Informação”, há ainda um longo caminho a ser percorrido em busca da equidade de gênero no mundo do trabalho. Segundo Gomes, uma discriminação velada, da qual as mulheres são ainda vítimas, é a naturalização de discursos coniventes com a situação de disparidade nas relações de trabalho. Ela diz que existe um tipo de gentileza que se mostra em algumas ocasiões. São palavras ou piadas, que não aparentam ser agressivas, mas podem supor um entendimento de que se está em um ambiente masculino e que as mulheres estão invadindo este espaço. Na concepção de Gomes (2013), há na área da Tecnologia da Informação, por exemplo, uma concentração enorme de mulheres em áreas de menor prestígio e remuneração. A autora relata que, nessa área, as mulheres em cargos de destaque estão voltadas principalmente para funções de organização, de áreas testes, como *design*. Enquanto os homens ocupam funções e cargos de destaque em áreas como Programação, considerada mais relevante no mercado.

Isso reforça um entendimento de que existem atividades que devem ser desempenhadas para mulheres e outras por homens. Segundo Gomes (2013), algumas empresas se utilizam desta divisão de funções para atrair mais mulheres para suas equipes, criando mitos e cobranças sobre o papel que a mulher deve assumir na empresa. Assim, as mulheres que não se adequem a esta cultura organizacional, certamente podem ser discriminadas dentro de sua equipe de trabalho. Isto porque ao se atribuir “papéis” determinados às mulheres e aos homens nas relações de trabalho, o que se cria é uma espécie de tipificação de funções masculinas ou femininas, conformando a divisão sexual do trabalho. Esses “papéis” oprimem da mesma forma mulheres e homens. Isto gera uma cadeia de desigualdades que se estabelece por meio de funções ligadas ao universo feminino ou ao masculino. As atividades “femininas”, entretanto, costumam ser as menos remuneradas, ao passo que tarefas ligadas à área da tecnologia, vistas como masculinas, recebem maiores rendimentos. Para as mulheres, isto

acaba significando não só perdas materiais, mas perda também de direitos e benefícios.

Por isso, é preciso um novo olhar para se poder perceber que a “desigualdade” entre homens e mulheres em nossa sociedade se reflete nas pequenas e grandes discriminações e nas dificuldades enfrentadas pelas mulheres em seu cotidiano como, por exemplo, sua inserção no mercado de trabalho. Assim, a igualdade de condições para o pleno exercício das atividades de trabalho e de desenvolvimento da carreira depende, sobretudo, do enfrentamento das desigualdades de acesso à profissionalização.

Penso que é preciso reconhecer a existência de demandas e conflitos no ambiente de trabalho e atuar para que elas não repercutam negativamente nas trajetórias profissionais das mulheres. Enfrentar essas desigualdades significa reconhecer privilégios que foram historicamente construídos e atuar para corrigi-los. Por isso acredito que as ações afirmativas - entendidas como o conjunto de leis, ações, programas e projetos que têm como objetivo modificar a posição desigual na sociedade existente, principalmente para as mulheres - são práticas importantes nesse sentido, além de ser um instrumento importante para a prática de gestão orientada à promoção da igualdade de oportunidades e à democratização das relações de trabalho.

Essas ações afirmativas têm sido utilizadas por diferentes instituições (partidos políticos, universidades, empresas, dentre outras) como uma ferramenta para combater desigualdades e favorecer o acesso de grupos sociais discriminados a espaços e direitos que, pela força das desigualdades históricas e cotidianas foram e são negados às mulheres.

No ano de 1995, por exemplo, mulheres de todo o mundo reuniram-se em Beijing, China, na Conferência Mundial sobre a Mulher. Nessa Conferência foi discutida a proposta de ações afirmativas. Segundo Sonia Miguel (2000, p. 17)

a noção de ação afirmativa, ou seja, a adoção de dispositivos que atuem no sentido de afirmar, recuperar e redistribuir direitos, vem sendo aplicada para, na prática, equilibrar relações de gênero, raça/etnia, ou geração em diferentes áreas e, mesmo não sendo um tema novo, readquire a força da polêmica, quando a decisão passa para uma maior divisão de poder.

Por isso implementar ações afirmativas significa reconhecer a existência de desigualdade e ter vontade política para transformá-la. E desigualdade é mais que diferença, é diferença de valor entre grupos de uma mesma sociedade. Um vale menos e outro vale mais. Como estamos tratando do mundo do trabalho – estamos dizendo que o mundo do trabalho atribui mais valor ao trabalho de um grupo do que a outro. Estamos reconhecendo que, na prática, existe a discriminação.

As evidências para a afirmação da existência de discriminação no mundo do trabalho e a necessidade de políticas específicas para a questão estão em alguns indicadores que estudos e pesquisas nos informam. Costuma-se dizer que as estatísticas têm sexo e têm cor. O cruzamento destes dois quesitos – sexo e cor – possibilita ter a dimensão do quadro de exclusão de uma massa populacional brasileira nada desprezível. (IPEA, 2011)

Por isso, a superação da situação de desigualdade de oportunidade que a mulher enfrenta no mundo do trabalho e na sociedade exige ações conjuntas de diferentes atores e atrizes sociais, bem como ações em diferentes esferas da sociedade: econômicas, legais e culturais. No entanto, reconhecer as discriminações e suas formas de manifestação nas diferentes esferas da vida é o primeiro e principal passo em direção à sua superação. (BRASIL-SPM, 2013)

Assim, a ideia central para que se coloque em prática propostas inclusivas e antidiscriminatórias em gênero e raça deve sempre levar em conta que há desigualdade entre homens e mulheres na sociedade, em seus diferentes níveis. Outra tarefa é identificar potencialidades que a mulher vem demonstrando, seja pelas habilidades desenvolvidas em função de toda a sua trajetória específica de vida, seja pela importância numérica que representa dentro da sociedade. (BRASIL-SPM, 2013)

Isso implica na construção de uma proposta da equidade de gênero que pressuponha ações para dotar as mulheres de instrumentos, recursos e mecanismos necessários que favoreçam sua participação nos diversos âmbitos da vida. Por isso, a implantação de políticas de gênero no mundo do trabalho é hoje tão relevante e necessária quanto era no passado, mesmo que o contexto sociocultural seja atualmente diferente.

Essas ações redimensionaram a responsabilidade do poder público em identificar situações de discriminação e desigualdades que atingem as mulheres em vários setores da vida. Essa temática exige que todos (gestores de políticas públicas, pesquisadores, ativistas sociais) levem em conta a contribuição das mulheres no mundo produtivo. Creio que enfrentar preconceitos, estereótipos e buscar uma cidadania ativa

para todos só é possível quando todos repensam experiências, questionam práticas na gestão pública e na vida social.

Penso que as políticas e as ações afirmativas para mulheres são, atualmente, as medidas mais concretas para garantir essa equidade de gênero. Sendo assim, os princípios éticos das ações afirmativas devem concentrar-se na compensação, na reparação e na justiça. Essas ações, por conseguinte, devem abarcar medidas sociais, estatais, públicas e privadas, gerais ou particulares, cujos eixos consistam em vir ao encontro das necessidades básicas das mulheres e de suas famílias.

Uma dessas ações aconteceu em março de 2012 na cidade de Salvador/BA. Tratava-se de uma exposição fotográfica³⁹ que discutia o tema gênero e trabalho. Na verdade era uma mostra fotográfica cujo título era “Profissão Mulher: um olhar sobre a questão de gênero no mercado de trabalho”. Essa exposição ocorreu no saguão de entrada da Assembleia Legislativa da Bahia. Eram dez painéis com fotografias de mulheres baianas no cotidiano de suas profissões, em funções antes dominadas por homens e consideradas ainda tabu ao universo feminino, a exemplo da mecânica, taxista, executiva e parlamentar. Essa exposição teve o apoio da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Bahia (CTB), seção Bahia, da ASSUFBA - Sindicato dos Trabalhadores da UFBA e UFRB e da União Brasileira de Mulheres (UBM), no estado da Bahia.

A ideia era sensibilizar a sociedade do ponto de vista das relações de trabalho porque as mulheres continuam enfrentando grandes desafios, que as colocam como maioria dos desempregados e ganhando menos para exercer a mesma função que os homens. A exposição tinha também o objetivo de mostrar os desafios enfrentados por mulheres no mercado de trabalho e desconstruir a divisão de ofícios pelo gênero, além de discutir outras questões, como os preconceitos que envolvem as categorias gênero e trabalho e os padrões atrasados e discriminatórios que impõem às mulheres estatísticas que as colocam em menor número no chão das fábricas e nos cargos funcionais e administrativos, a exemplo da mecânica Ariane Santana, na figura abaixo:

³⁹ Informações disponíveis em: <<http://www.ibahia.com/agenda-detalle/sessao/22660/?cHash=f277b76fadab2453c56055e7ad2e5509>>. Acesso em: 20 maio 2012.

Figura 20 - Imagem do acervo da exposição fotográfica “Profissão Mulher: um olhar sobre a questão de gênero no mercado de trabalho”.



Fonte: <<http://www.ibahia.com>>

Essa exposição abordou um tema relevante e atual, pois, o Censo Demográfico do IBGE de 2010 mostrou que no Brasil o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), um dos indicadores complementares ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), colocou o nosso país na 80ª posição. Ficamos atrás do Chile, Argentina, Peru, México, Venezuela e até dos árabes, como a Líbia, Líbano e Kuwait. Os melhores índices são da Suécia, dos Países Baixos e da Dinamarca. O cálculo do IDG leva em consideração, além do mercado de trabalho, indicadores como a saúde reprodutiva e capacitação.

Entretanto não é só o *ranking* do Pnud que tem evidenciado as diferenças. De acordo com o *Global Gender Gap Index/2011* (Desigualdade Global de Gênero/2011), do *World Economic Forum* (WEF), o Brasil aparece em 82º lugar numa lista de 135 nações. O estudo avalia a diferença entre gêneros nas áreas de participação econômica e oportunidades, de educação, capacitação política e de saúde e sobrevivência. Infelizmente a trajetória de nosso país tem sido de queda e o que mais tem puxado o Brasil para baixo são as diferenças salariais e a distribuição por setor de atividade no mercado de trabalho, de acordo com os relatórios anuais do WEF. (IBGE, 2010)

Essa realidade, evidenciada através dos acima e das reflexões promovidas neste estudo, mostra que a inclusão das mulheres no mercado de trabalho por si só já é um obstáculo. Sem falar que ao optarem por carreiras ligadas à tecnologia – encaradas como masculinas – os desafios ganham uma proporção ainda maior.

Essa temática foi abordada pela norte-americana Adriana Gascoigne que falou na sétima edição do *Campus Party*. Adriana é a fundadora da *Girls in Tech* (Meninas na Tecnologia), organização sem fins lucrativos que foi criada, em 2007, para oferecer suporte a mulheres empreendedoras e inovadoras em áreas profissionais ligadas à tecnologia. Segundo Gascoigne (2014), a presença de mulheres em um grupo favorece o aumento da inteligência coletiva da equipe. Para a consultora, os problemas que limitam a participação feminina nas carreiras tecnológicas vão dos cursos de formação às empresas, que não retêm de forma adequada as mulheres em seu corpo de funcionários. Essas limitações ocorrem ainda de outras formas, como a formação de ambientes profissionais que são pouco acolhedores às mulheres, bem como a estereotipação das funções femininas no mundo do trabalho.

Algumas ações podem ser tomadas pelas empresas para estimular a participação das mulheres nessas carreiras: estímulo à diversidade nas seleções de emprego, eliminação, nas descrições de vagas, de quaisquer expressões que tragam estereótipos de gênero, além de um olhar atencioso dos gestores sobre o espaço físico de suas empresas para que se obtenha um ambiente neutro em relação ao gênero. Gascoigne (2014) elegeu também as dez formas de gestores do sexo masculino se tornarem “defensores” da presença feminina no mercado de trabalho. São elas:

1º - Ouvir as histórias das mulheres. Isso pode trazer à tona pressões e particularidades nunca notadas.

2º - Falar com outros homens. A troca de experiências aumenta a atenção sobre a importância da diversidade de gênero e permite que se corrijam tratamentos discriminatórios.

3º - Recrutar mulheres. Convidar candidatas para estágios e orientar sua equipe de seleção a dar atenção especial a grupos com baixa representação.

4º - Aumente a visibilidade de líderes do sexo feminino, pois ter modelos de liderança é importante para o recrutamento, a retenção e a produtividade de outras funcionárias. Oferecer promoções e oportunidades de qualificação.

5º - Orientar e patrocinar mulheres. Essa mentoria deve ser adaptada às necessidades de cada colaboradora, mas algumas sugestões são orientar as funcionárias sobre o ambiente da empresa e dar mais visibilidade a suas conquistas.

6º - Identificar e corrigir preconceitos. Muitas dessas inclinações são subconscientes, portanto é preciso sensibilidade e atenção. Reestruturar canais de comunicação, mudar as mesas ou os escritórios de lugar, observar quem fala e quem interrompe nas reuniões, alterar políticas internas e ajustar discrepâncias de salários.

7º - Estabelecer métricas de prestação de contas. Criar métricas para diversificar e avaliar programas de estágio, novas entrevistas de emprego, contratações e promoções.

8º - Criar estratégias vida-trabalho alternativas. Equilibrar o tempo disponível dos funcionários para suas famílias e atividades pessoais, usando, por exemplo, jornadas de trabalho flexíveis.

9º - Tornar a discussão de gênero menos “arriscada”. Muitas vezes, é mais fácil que homens abordem questões sobre diversidade porque isso afasta um possível entendimento de que eles possam estar em defesa de uma causa própria. Trazer tópicos sobre o assunto às reuniões, incluir informações em *newsletters* e falar com mulheres em posição de liderança sobre a melhor forma de conversar com grupos maiores.

10º - Trabalhar com grupos de mulheres. Participar de reuniões e conferências femininas em que haja a discussão de questões técnicas e diversidade.

Já é possível vislumbrar, em algumas empresas, algumas mudanças nesse sentido. O relato de Nirvana⁴⁰, engenheira mecânica de 35 anos, é um ótimo exemplo de que paulatinamente as coisas estão mudando. Nascida no Recife/PE, essa engenheira conseguiu uma bolsa para cursar engenharia na Universidade de Washington, nos Estados Unidos. Há 9 anos, trabalha na Boeing, onde foi a primeira e única brasileira a trabalhar na linha de montagem do avião F/A-18E/F Super Hornet. Ela costuma dizer que sempre viveu cercada de homens, desde o primeiro ano da faculdade. Afirmou que das poucas meninas que entraram com ela, muitas desistiram e, depois de cinco anos de formadas, outras tantas mudaram de área. (ROTHMAN, 2014)

⁴⁰ A história de Nirvana faz parte de uma série de relatos sobre Mulheres e Tecnologia, matéria publicada pela jornalista Paula Rothman, na Revista INFO da Editora Abril em março de 2014.

Atualmente Nirvana é gerente de projetos na equipe de tecnologia global da Boeing Pesquisa e Tecnologia (BR&T). Para Nirvana a mulher sempre tem que fazer um pouco mais para provar que é competente, e não é só em engenharia. Muitas vezes, segundo ela, o homem é promovido por demonstrar potencial. Quase sempre a mulher só quando demonstra resultado. Talvez por isso, em sua opinião, as poucas mulheres do mercado acabem sendo muito competitivas entre si, o que só prejudica suas carreiras. Ela afirma que nunca esqueceu de uma palestra em que uma executiva disse que havia um lugar especial no inferno para as mulheres que não ajudam outras mulheres. Para essa engenheira, o ambiente com poucas mulheres não é apenas ruim para atrair novas funcionárias, mas também prejudica o desempenho das empresas. “Grupos diversificados pensam em soluções melhores”, diz Nirvana. Na Boeing, ela participa de um grupo para mulheres em cargos de liderança, um dos muitos projetos da empresa para tentar aumentar a diversidade nos cargos de engenharia. (ROTHMAN, 2014)

Penso que as reflexões deste capítulo apontam para o fato de que o verdadeiro princípio da igualdade não reside simplesmente em tratar a todos da mesma maneira, mas sim em tratar os desiguais na medida de sua desigualdade. No caso das mulheres, por exemplo, que historicamente foram confinadas a espaços específicos da vida em sociedade, há uma necessidade premente de ações que as ajudem a adentrar em alguns desses espaços, como a educação e o mercado de trabalho. Por isso, nada mais justo que haja programas específicos destinados a promover a inclusão das mulheres nesses ambientes, a fim de amenizar a disparidade existente entre os gêneros.

A prática comportamental da sociedade ainda é baseada em paradigmas construídos há muito tempo. A partir desses paradigmas, foram estabelecidas regras desiguais entre os homens e as mulheres. No mundo do trabalho essas desigualdades também existem.

Acredito que um dos caminhos para uma inserção mais equânime no mundo do trabalho é a desconstrução desses paradigmas. Por isso, a promoção da equidade de gênero não é somente de responsabilidade das instâncias governamentais, mas é também de responsabilidade da sociedade como um todo. Assim, todos devem combater a hierarquização de sexos e a conseqüente subordinação das mulheres calcadas em ações discriminatórias que as excluem de muitas instâncias da vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações de gênero são estruturantes de desigualdades sociais existentes em muitos contextos da vida moderna. Não há, nesta afirmação, qualquer novidade ou qualquer conteúdo que já não tenha sido insistentemente evidenciado pela sociedade civil organizada e, em especial, pelos movimentos de mulheres, ao longo das últimas décadas deste milênio. Inúmeras são as denúncias que apontam para as piores condições de vida de mulheres, para as barreiras à participação igualitária em diversos campos da vida social e para as consequências que as desigualdades e discriminações produzem não apenas para o sexo feminino especificamente, mas para a sociedade como um todo. Embora as interpretações sobre essas relações de gênero tenham intensidades específicas em tempos e espaços diversos, é possível afirmar que elas sempre estiveram atreladas ao evento do patriarcado e de sua função no controle das mulheres. (ROCHA, 2009)

Podemos dizer que essas desigualdades de gênero são produzidas em meio a grandes diferenças regionais e tradições culturais diversas. Sendo assim, a condição das mulheres não é homogênea, ele varia de acordo com a cultura presente. Por isso, as pesquisas que enfocam de maneira crítica as relações de gênero tanto no contexto global quanto local e a vida das mulheres em diferentes regiões do mundo - e regiões do nosso país, como é o caso deste estudo - estão cada dia em maior evidência nos meios acadêmicos. Trata-se de enxergar as relações de gênero a partir da imbricação da assimetria das histórias e das culturas do mundo, uma vez que vivemos num complexo entrecruzamento das relações de classe, raça e gênero. (AGUIAR, 2007)

Na cultura ocidental moderna, por exemplo, a diferença de sexo é o fator principal de identidade de gênero. Nessa cultura, a maneira como homens e mulheres agem é fruto de um intenso aprendizado sociocultural que lhes é ensinado desde a tenra infância. A sua forma de agir é regulada de acordo com as determinações de gênero pré-estabelecidas e perpetuadas discursivamente. A maioria das sociedades possui, por exemplo, a sua forma de dividir o trabalho entre homens e mulheres, o que é naturalizado geração após geração. (ROCHA, 2009)

Segundo Grossi (1998), a partir dessa divisão, as atribuições consideradas masculinas são valorizadas e as ditas femininas são desvalorizadas e depreciadas. Por isso, apesar de as mulheres terem conquistado muitos direitos nas últimas décadas, nas relações de gênero, ainda persiste um quadro de "dominação masculina". Assim, as

discussões de gênero implicam em admitir normas, valores, percepções e representações do cotidiano que justificam a identidade do sujeito constituindo uma relação de diferenças e hierarquias na qual a mulher é inferiorizada.

Essa reflexão desemboca, inevitavelmente, na relação entre gênero e hierarquia social, uma vez que as sociedades costumam distribuir aos sujeitos funções que, na maioria das vezes, são baseadas no gênero, estabelecendo, assim, uma hierarquia social. Consequentemente, quando o sujeito deixa de agir conforme as condutas pré-estabelecidas, empreendendo um processo de transição do masculino para o feminino ou vice-versa, desencadeia situações de preconceito e discriminação, que são apoiadas pela falta de igualdade de direitos entre homens e mulheres. (AGUIAR, 2007)

O conceito de socialização diferencial de gênero explica que o primeiro estágio de socialização do ser humano acontece dentro da família. É dentro do contexto familiar que a desigual distribuição de tarefas domésticas entre meninos e meninas, e principalmente as permissões diferentes para ambos, deixa impresso nos sujeitos o conceito de que existem coisas próprias para homens e outras para mulheres, tendo cada sujeito uma função distinta inerente a seu sexo. Às mulheres, por exemplo, desde muito cedo, é lembrada sua função social, sendo a elas atribuídas tarefas “de menina” como cuidar da casa e das pessoas da família. Aos homens cabe o trabalho e algumas profissões que são consideradas “adequadas” ao sexo masculino. O cuidado com a prole é sempre atribuído às mulheres. Consequentemente, crescemos, assim, imersos em ideologias que estabelecem conceitos e determinam situações para homens e para mulheres, e, principalmente, quais são os comportamentos não permitidos a cada um deles. Entre eles existem dois mundos muito diferentes, a mulher vive no mundo da reprodução, enquanto o homem vive no da produção. Assim fica padronizado que o lugar das mulheres é em casa e o dos homens na rua. Esta forma de estabelecer diferença entre os sexos ajuda a compreender como foram organizados os espaços públicos e a vida privada dos sujeitos. (PEREIRA, 2002)

Levando-se em conta esses pressupostos, as inferências deste estudo, realizadas a partir do entrecruzamento da categoria gênero com a categoria discurso, apontam como um de seus resultados mais expressivos a evidência de que nas áreas tecnológicas de mecânica, eletrotécnica e refrigeração do IFPE – *Campus* Recife, há uma hegemonia masculina que é tida como “natural”, e que fica bem evidente nas hierarquias que são constantemente demarcadas nas

práticas discursivas que circulam nessas áreas. São hierarquias ligadas às questões de gênero, ainda bastante frequentes na sociedade, apesar de ter havido, nos últimos anos, um percentual significativo de mulheres que procuram os mais diversos cursos das áreas da tecnologia. Essas hierarquias de gênero costumam ocorrer nas diferentes sociedades porque durante séculos, pregou-se uma “natural” desigualdade entre homens e mulheres.

Isto, infelizmente, continua vigente em alguns contextos educacionais, a exemplo das áreas tecnológicas postas em evidência nesta pesquisa. Essa visão arcaica ainda é encontrada, apesar das transformações ocorridas no sistema educacional brasileiro. Nessa visão, é possível perceber ideologias androcêntricas que justificam a “superioridade física” dos homens, em relação às mulheres, para exercerem as profissões de técnicos especialistas nas referidas áreas.

Isso ocorre porque o processo cultural machista ainda mantém a concepção de que o homem é mais forte e melhor preparado do que as mulheres para atuar em determinadas funções de trabalho. Este fato tem sido uma forma de sustentação do processo hierárquico da divisão sexual do trabalho.

As reflexões realizadas ao longo desta pesquisa me possibilitaram inferir que essas hierarquias de gênero, que foram instituídas discursivamente, no Instituto, a partir de sua fundação, são resquícios de uma ideologia androcêntrica em que as relações entre homens e mulheres são construídas sobre o viés do patriarcado e do poder masculino.

Essa ideologia é responsável pela existência de continuidades quanto à reprodução de alguns paradigmas, em especial aqueles ligados a questões físicas, ilustrando a dicotomia: profissão de homem x profissão de mulher. O resultado dessa dicotomia são as desigualdades de gênero, evidenciadas nos discursos sobre profissões. Podemos dizer que essas desigualdades não apenas predisõem, mas determinam as escolhas de muitas mulheres quanto às possibilidades de seguirem em frente com seus projetos profissionais, uma vez que são predeterminados “papéis” para os homens e para as mulheres em função de sua capacidade física.

Por isso, uma das importantes conclusões deste estudo aponta para o recorrente uso, em muitos contextos discursivos da atualidade, do vocábulo “papéis”. Esses “papéis” são atribuídos aos sujeitos e configuram estereótipos do que é ser mulher e ser homem em determinados contextos. Como aponta Rocha (2009), a constituição

desses “papéis”, englobam aprovações, restrições e proibições que são apreendidas e transmitidas pelos sujeitos durante o percurso de sua vida e ao longo de gerações. E, pelo menos na história até aqui conhecida, esses “papéis” foram desenvolvidos a partir de relações de poder e dominação que sempre estiverem do lado dos homens.

Nos relatos dos sujeitos desta pesquisa, foi possível perceber como esses “papéis”, que desencadeiam “padrões” de comportamento, são reproduzidos discursivamente a partir de ideologias androcêntricas. São concepções arraigadas na sociedade e, por isso, as reproduzimos por meio de nosso inconsciente. Assim, muitas vezes, mesmo no discurso das mulheres entrevistadas neste estudo, que lutam contra os estereótipos machistas em relação às profissões, essa ideologia se faz presente. Creio que isto ocorra porque todos, homens e mulheres, são atravessados por ideologias vigentes nos diferentes contextos socioculturais.

Mas essas hierarquias de gênero estão, paulatinamente, sendo enfrentadas e mudanças societárias estão ocorrendo. Por conseguinte, as relações e “papeis” estão sendo modificados. Podemos identificar essas mudanças em alguns setores que antes pertenciam unicamente ao universo masculino. Neste estudo estão em evidência dois desses setores, o da educação tecnológica e o do mercado de trabalho.

Podemos dizer que ao primeiro setor, o da educação, só recentemente as mulheres tiveram acesso pleno. No contexto da educação profissionalizante, *locus* desta pesquisa, o acesso, mesmo que lentamente, vem se ampliando nestas duas últimas décadas.

Por isso nessa modalidade de ensino já é possível elencar algumas conquistas, embora ainda seja corriqueira a existência da divisão sexual do trabalho. Por isso quando as mulheres optam por profissões consideradas “para homem”, emerge o preconceito.

Isto continua sendo comum, embora, atualmente, segundo dados do IPEA (2011), o contingente de mulheres no sistema educacional brasileiro ultrapasse o masculino, estando elas cada vez mais procurando as instituições profissionalizantes brasileiras, uma vez que por participam, efetivamente, do mercado formal de trabalho, elas têm sentido necessidade de buscar uma melhor qualificação profissional, além de melhores trabalhos e salários.

Apesar desses avanços, ainda não existe igualdade salarial entre os sexos. Muitas vezes, o nível dessa desigualdade apenas diminui, enquanto em outros casos se intensifica. As questões de raça também ajudam a aumentar essa desigualdade.

É possível afirmar, contudo que, de fato, nas últimas décadas, as relações de gênero sofreram um significativo processo de mudança com o surgimento de uma nova organização social e política que atentou para situação das mulheres. Isso não significa que o poder tenha deixado de ser patriarcal, pois a subordinação e o preconceito de que são vítimas as mulheres frente ao poder androcêntrico não se modificou muito, apesar das diversas transformações.

Muitos desses processos de mudança são creditados aos movimentos feministas, que apontaram as desigualdades e injustiças causadas pelo sistema de gênero dominante. Mas outras questões também merecem reconhecimento, como a revolução tecnológica que promoveu importantes quebras de paradigmas. Foram mudanças fundamentais para o avanço das mulheres na sociedade, além de colaborar para o seu reconhecimento no mercado de trabalho como possuidora de direitos, tendo em vista que desenvolvem da mesma forma que os homens as suas atribuições profissionais, o que contribuiu também para o respeito quanto ao seu reconhecimento como cidadãs.

Um desses processos de mudança ficou evidente nesta pesquisa. Trata-se do incremento no acesso das mulheres às áreas de mecânica, eletrotécnica e refrigeração do IFPE – *Campus* Recife. Apesar de a presença feminina nessas áreas que preparam para esses nichos profissionais ser ainda hoje marcada, contabilizada e tida como excepcional.

Por isso uma questão recorrente no discurso das estudantes entrevistadas, neste estudo, foi a proporção de “mulheres” nas turmas dessas áreas. Ao analisar seus relatos, conclui que essa proporção varia conforme a especialidade do curso e a idade da estudante, variáveis que julguei extremamente importantes para refletir sobre o grau de discriminação e preconceito de gênero que permeiam as práticas discursivas dessas áreas. Esses fatores costumam determinar o impacto que as mulheres sentem ao adentrarem nesses nichos profissionais. O fator idade, por sua vez, é apontado por elas como um dos principais obstáculos a serem vencidos. Elas afirmaram que muitas pensam em desistir dos cursos ora porque se sentem muito jovens e inexperientes em relação aos homens da sala ora por serem mais velhas que a maioria da turma. Dessa forma, elas têm de lidar com muitas barreiras até conseguirem concluir o curso.

Vale salientar que essas especificidades são bem demarcadas. Fatores como a idade das estudantes e o tempo em que estiveram fora do ambiente escolar costumam ser decisivos na hora em que essas mulheres

abandonam, ou pensam em abandonar, os cursos do IFPE. Entendo que isto ocorra porque elas se deixam influenciar pelos estereótipos de gênero, que provêm não só do ambiente escolar, como também do familiar, o que ficou evidenciado nos relatos das estudantes entrevistadas nesta pesquisa. Isto me levou a inferir que o gênero, combinado a alguns fatores, pode ser destacado como uma significativa barreira, que pode limitar a liberdade de escolha profissional de muitas mulheres.

Outra barreira apontada pelas estudantes é o fato de sempre haver mais homens que mulheres nessas áreas. Em sala de aula, eles são maioria absoluta, tanto professores quanto alunos. Para as entrevistadas nesta pesquisa, o fato de estar em menor número, é a certeza de que a presença masculina direcionará algumas situações acadêmicas como é o caso dos manuais que sempre trazem imagens de homens e os avisos para estágios em empresas que deixam, implicitamente, expressa sua preferência pelo técnico do sexo masculino. A justificativa para essa preferência quase sempre é a pretensa fragilidade do corpo feminino que seria “fisicamente” inadequado para exercer as atividades inerentes a essas profissões técnicas.

Essas crenças e estereótipos presentes nos discursos que circulam nas áreas técnicas aqui evidenciadas tendem a se tornar rígidos com o passar do tempo no interior dos grupos mais coesos, como é o caso do grupo de estudantes do sexo masculino do IFPE. E o mecanismo utilizado para fortalecer um estereótipo como esse, no caso, a “inabilidade física” atribuída às mulheres, que é bastante recorrente nos relatos das estudantes desses três cursos, é muito simples: destacam-se os exemplos que venham comprová-lo ao mesmo tempo em que se ignoram aqueles que o contradizem.

Já no setor do mercado de trabalho, que durante décadas foi um espaço masculino, atualmente tem apresentado uma inserção feminina mais expressiva. Entretanto isso também tem contribuído para expor as desigualdades e as discriminações. Muitas mulheres são as principais provedoras do lar, quando não são as únicas, e muitas delas ainda optam por funções e profissões que tenham algo em comum com o ambiente doméstico, o que demonstra claramente a hierarquia de gênero que a sociedade estabelece e segue. É bem recente na legislação civil brasileira o reconhecimento da “pessoa de referência da família”, função esta antes atribuída exclusivamente aos homens. Nas empresas continuam sendo estabelecida a hierarquia de gênero, em que tanto lugares, quanto direitos e deveres são atribuídos a cada um dos sexos. (IPEA, 2011)

Por isso, a inserção das mulheres nesse espaço continua atravessada por hierarquias de gênero, uma vez que o processo de industrialização e urbanização que se intensificou nas últimas décadas ainda se caracteriza pela forte separação da esfera pública da esfera privada. Sendo esta uma recorrente questão apontada pelas mulheres entrevistadas nesta pesquisa. Para elas, essa separação é um dos principais desencadeadores de preconceitos e discriminações de que são vítimas no ambiente mercadológico.

A pretensa fragilidade feminina também foi mencionada nos relatos dos sujeitos do segundo *locus* desta pesquisa. Foi possível perceber, através desses relatos, que nas empresas pesquisadas ainda existe uma forte hierarquia de gênero. É fato que as mulheres estão em diversos setores da indústria da região metropolitana do Recife, mas são ainda vigentes nesse contexto discursos que reiteram posições sociais, deveres e obrigações que costumam ser estabelecidos e distribuídos aos sujeitos de acordo com os conceitos passados de geração em geração.

Por isso, a presença de mulheres nos setores industriais aqui destacados ainda é vista como “inadequada” e “imprópria” para os padrões sociais vigentes. É ainda exigido dessas mulheres um comportamento “adequado” a seu sexo. Ou seja, para muitos, a presença feminina nesses setores prejudica o bom funcionamento da empresa, sob a alegação de que seria essa uma das causas da “distração” da equipe masculina. Além de ser considerado “natural” o assédio masculino. Por isso para alguns dos homens entrevistados o “ideal” seria as mulheres não adentrarem nesses setores.

Essa problematização sobre a relação entre gênero e trabalho e seu impacto na vida dos sujeitos apenas recentemente entrou na agenda das políticas públicas. Creio que o caráter sistêmico das desigualdades de gênero exige, de fato, uma intervenção do governo para superá-las, por isso, destaquei, nesta pesquisa, duas políticas públicas do Governo Brasileiro por acreditar que estejam em consonância com as reflexões propostas neste estudo. São os programas “Pró-Equidade de Gênero” e o PRONATEC, que considero exemplos de interlocução democrática dos organismos responsáveis por articular políticas públicas para as mulheres que merecem ser ampliados no sentido da construção de vínculos permanentes, democráticos e transparentes com as organizações de mulheres. Penso que, no aprofundamento desses processos, é importante formular e se responsabilizar por políticas que alterem a lógica das desigualdades de gênero e do movimento em apresentar suas reivindicações.

O “Programa Pró-Equidade de Gênero”, uma iniciativa do Governo Federal e realizado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), merece destaque entre as políticas públicas por buscar promover a equidade de gênero no mundo do trabalho através da adoção de novas concepções na gestão de pessoas e na organização das empresas. Compreendo que sua relevância reside no fato de procurar contribuir para a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego. Além de promover a conscientização e a sensibilização das instituições empregadoras e estimular as práticas de gestão que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres dentro das empresas. Esse programa é bastante relevante porque objetiva promover o compromisso das organizações com a equidade de gênero no mundo do trabalho ao criar a rede Pró-Equidade de Gênero.

Já o PRONATEC é relevante para as discussões aqui propostas por romper com velhos preconceitos, como o que estipula ser o trabalho feminino “mais leve” e complementar ao masculino, ou ainda que esteja ligado aos afazeres domésticos. Ao se capacitarem e desenvolverem competências técnicas através dos cursos ofertados pelo PRONATEC, as mulheres que aderem a esse programa poderão ampliar as suas possibilidades profissionais e de novos empregos, além da melhoria salarial. Assim, o programa atua para inserir as mulheres no mercado de trabalho formal e para superar as desigualdades sociais existentes no mundo do trabalho.

Neste sentido, a defesa dos direitos humanos estabelece uma postura ética e política onde todos devem possuir igualdade de direitos e serem tratados com respeito e dignidade, sem distinção de raça, gênero, religião, origem ou orientação sexual. Por isso, a constatação de que as desigualdades de gênero constituem um importante fator de agravamento das condições de precariedade e exclusão em que vive uma grande parcela da população envolve o Estado e a sociedade brasileira no desafio de combatê-las. É fundamental, portanto, a produção das políticas públicas. Isto porque na frieza dos dados apontados neste estudo podem ser constatadas, de modo irrefutável, as discriminações que as mulheres vêm, historicamente, vivendo em seu dia a dia.

Foram destacadas também, neste estudo, algumas iniciativas da sociedade civil, que cada vez mais tem mostrado a tomada de consciência da situação das mulheres em muitos contextos em que o “machismo” ainda impera, como no mercado de trabalho, em que as mulheres são tidas como inferiores e frágeis. São exemplos de que assim

como os homens exercem determinada atividade, as mulheres também podem exercer, basta oferecer uma oportunidade de esquecer o preconceito. São as chamadas ações afirmativas que visam promover a inclusão de mulheres em alguns setores do mercado de trabalho que são hegemonicamente masculinos. Essas ações podem ser entendidas como estratégias voltadas para a universalização de direitos civis, políticos e sociais. Mereceram destaque neste estudo as seguintes ações: Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAM), a exposição fotográfica “Profissão Mulher: um olhar sobre a questão de gênero no mercado de trabalho”, e os trabalhos das ONGs “Mulheres na Tecnologia da Informação” e *Girls in Tech* (Meninas na Tecnologia).

Entendo que a questão central que emerge deste estudo é como nós educadores podemos agir para reverter essa hierarquia, pois, quando o tema é a hierarquia social baseada em gênero, é imprescindível nos lembrarmos de que, desde cedo, os sujeitos são colocados em situações que, claramente, diferenciam o feminino do masculino, dando a estes a ideia de que ambos têm funções e “papeis” diferentes.

Entretanto, apesar de essa ideologia de “papeis” diferentes ser constantemente reforçada, há mulheres que navegam contra a corrente. O discurso das Marias desta pesquisa é um exemplo disto. Seus relatos revelaram que, embora aparentemente frágeis, as conquistas têm ocorrido, apesar dos contextos ainda intumescidos de uma cultura machista, cujas forças sugerem ser esta intransponível.

Essas mulheres lutam, sobretudo, contra falácias construídas em relação à igualdade de gênero na educação brasileira, pois, na verdade, em muitos dos contextos educacionais, sobretudo da educação profissional, as mulheres são induzidas a acreditar que não devem desempenhar determinadas funções em virtude de sua “inaptidão” física, sendo isto considerado “natural”. Mas, a experiência pela qual essas estudantes passam, acabam antagonicamente reforçando seu desejo de prosseguir. Na contramão do pensamento sexista, a trajetória pessoal e profissional dessas estudantes desvelou que qualquer atividade profissional requer habilidades que vão além de questões físicas. Assim, o grau de insatisfação com o curso e com o que essa experiência viabilizou nas suas trajetórias era bem menor que a certeza de que tinham feito uma escolha certa. Para essas estudantes, o curso aparece como um qualificador na compreensão do mundo, na mudança da forma de perceber a vida, no desenvolvimento de uma visão crítica e globalizante da sociedade. Além de viabilizar o acesso a um diploma.

Essas considerações me permitiram concluir que as mulheres têm consolidado, ao longo das últimas décadas, sua participação no mercado de trabalho no Brasil. A inserção delas nesta realidade é, no entanto, marcada por diferenças de gênero. Além de estarem menos presentes do que os homens em alguns segmentos do mercado de trabalho. Por isso, considero que a inserção das Marias nas áreas tecnológicas aqui destacadas, mesmo que ainda tímida, evidencia rupturas e significativos avanços, uma vez que são redutos considerados como social, cultural, histórica e hegemonicamente masculinos. Além de estas atividades requerem conhecimentos especializados de ramos da tecnologia que também são considerados, até então, como reserva masculina.

Como profissional da educação, entendo que seja importante salientar que o trabalho da/do educador(a) é fundamental na formação do ser humano. A escola deve junto com a família, promover reflexões sobre as diferenças de gênero, mostrando que não devem ser estabelecidas condutas, padrões de vida ou de moralidade. Penso que uma postura ética de gênero passa pela conscientização de que a mulher tem a capacidade de fazer as mesmas coisas que os homens.

Infelizmente, como foi visto ao longo deste estudo, é ainda muito comum existirem profissões que ambos os sexos evitam exercer por preconceito da sociedade. Por isso, é preciso que se compreenda que é possível realizar qualquer atividade, desde que se tenha vocação. É importante também a promoção de políticas que auxiliem na erradicação de estereótipos em relação às profissões e favoreçam melhores condições para que as mulheres sintam-se verdadeiramente seguras em investir em suas carreiras.

Tenho convicção de que as reflexões aqui apresentadas constituem importante subsídio para o enfrentamento das desigualdades de gênero e para a promoção dos direitos e da autonomia das mulheres brasileiras. Por isso penso que, embora as conclusões deste estudo não sejam totalmente generalizáveis ao nível do conjunto de todos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil, podem fornecer substância necessária à compreensão das relações de gênero instituídas nesse contexto educacional.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís Wendel. O Programa Pró-Equidade de Gênero: uma experiência de política pública para a promoção da igualdade de oportunidades e tratamento. **Revista SER Social**, Brasília, v. 10, n. 23, p. 39-70, jul./dez. 2008.

_____. Um debate crítico a partir do feminismo. In: LIMA, Maria Ednalva Bezerra de et. al. (Orgs.). **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero**. São Paulo: CUT, 2002.

ABREU, Alice. R. P. Mudança tecnológica e gênero no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 35, mar. 1993.

AGÊNCIA BRASIL. Campanha quer incluir mulheres em profissões "masculinas". **Exame.com**, 11 nov. 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/campanha-quer-incluir-mulheres-em-profissoes-masculinas>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

AGUIAR, Márcio Mucedula. A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 1, n. 36/37, p. 83-88, jan./dez. 2007.

ALBERTI, Verena. **Tratamento das entrevistas de história oral no CPDOC**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. 11f. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1505.pdf>. Acesso em: 29 maio 2012.

_____. O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA ORAL, 2., 1996. Belo Horizonte: UFMG, 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6767/869.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 04 out. 2013.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. Gênero nos estudos do trabalho: Para lembrar Elizabeth de Souza Lobo. In: MORAES, Maria Lygia Quartim de (org.). **Gênero nas fronteiras do sul**. Campinas: Pagu/UNICAMP, 2005. p.85-96. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ, 2005. p.15-77.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2006.

BARBOSA, Fátima Maria Ferreira. **A influência do Gênero na Escolha profissional**. 2007. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2007.

BASTOS, Liliana Cabral. Narrativa e vida cotidiana. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 118-127, jan./jul. 2008.

BENEVIDES, Maria Vitoria. Cidadania e Questão de Gênero. In: SILVEIRA, M. L.; GODINHO, T. (Org.). **Educar para a igualdade: gênero e educação escolar**. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 91-106.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). **Programa Pró-Equidade de Gênero: Oportunidades iguais. Respeito às diferenças**. 5. ed. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.proequidadedegenero.net.br>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

BRITO, Jussara Cruz de; OLIVEIRA, Simone de. Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho. In: SILVA FILHO, J.F.; JARDIM, S. (Orgs.). **A danação do trabalho: organização do trabalho e sofrimento psíquico**. Rio de Janeiro: Te Cora, 1997. p. 245.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

_____. Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? CONGRESSO INTERNACIONAL DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION - LASA, 21., Chicago (Illinois/USA), 1998.

_____. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? Brasil, 1985/1995. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. **Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG; São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 13-58.

_____. Trabalho Feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 3, 1994.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAPPELLIN, Paola. Ações afirmativas, gênero e mercado de trabalho: a responsabilidade social das empresas na União Europeia. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. **Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG; São Paulo: Ed. 34, 2000.

CARNEIRO, Carla, B. L.; COSTA, Bruno L. D. Exclusão Social e Políticas Públicas: Algumas Reflexões a Partir das Experiências Descritas no Programa Gestão Pública e Cidadania. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, Belo Horizonte, v. 28, jul. 2003.

CASSAB, Latif Antonia; RUSCHEINSKY, Aloisio. Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral. **Biblos**, Porto Alegre, v. 16, p. 7-24, 2004. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br>>. Acesso em: 03 nov. 2012.

CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 260-285.

COSTA, Claudia de Lima. O tráfico de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 127-140, 1998.

CURY, Carlos Robert Jamil. Políticas Inclusivas Compensatórias na Educação Básica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p.11-32, jan./abr. 2005.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres no sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FARIA, Helena Omena Lopes; MELO, Mônica. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e convenção para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**. Disponível em:

<<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado9.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

FÁVERO, Maria Helena. Mediação de conhecimento e gênero: uma hegemonia partilhada. In: GUÉRIOS, Ettiène; STOLTZ, Tânia. (Org.). **Educação e Alteridade**. São Carlos: EdUFSCar, 2010, p. 179-194.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE PERNAMBUCO (FIEPE), 2014. **Indústrias de Pernambuco: história e perspectivas**. Disponível em <<http://www.fiepe.org.br>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

FERNANDES, Cleudemar, Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FERREIRA, Maria José de Resende. Por que é tão difícil frequentar a escola? Escolarização e gênero feminino no EMJAT/Cefetes. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31., Caxambu, 2008. **Cadernos ANPED**, Caxambu, p. 5-15, 2008.

FERRETI, Celso João. et al. (Orgs). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FUNCK, Susana Bornéo. A maternidade como determinante social nas utopias feministas de Marge Percy e Margar et Atwood. ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 21., Rio de Janeiro, 2008.

GALEAZZI, Irene. M. S. Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. **Revista Mulher e Trabalho**, v. 1, p. 61-68, 2001.

GALDINO, Tatau et al. **Trajetória da Mulher na Educação Brasileira (1996-2003)**. Brasília: Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

GARNICA, Antônio Vicente Marafioti. O escrito e o oral: uma discussão inicial sobre os métodos da História. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 5, n. 1, p. 27-35, 1998.

GASCOIGNE, Adriana. **Meninas na tecnologia**. Disponível em <<http://www.ebc.com.br/tecnologia/2014>>. Acesso em: 21 fev. 2014.

GASPARETO, Antonio. **Patriarcalismo**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/sociedade/patriarcalismo>. Acesso em: 30 maio 2014.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GOFFMAN, Erwing. **O arranjo dos sexos**. Paris: La Dispute, 2002. (Gênero Mundial).

GOMES, Danielle. **Mulheres na TI: ainda existe preconceito?**. Disponível em: <<http://www.tv.serpro.gov.br>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

GONZALEZ, Débora. Políticas laborais de igualdade de gênero: O Programa Pró-equidade de gênero no Brasil. SIMPÓSIO DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., Londrina, 2011. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/debora.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

GRELLET, Fábio. País tem 21 milhões de Marias e José. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 nov. 2011. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,pais-tem-21-milhoes-de-marias-e-joses,804644>. Acesso em: 20 abr. 2013.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em primeira mão**, Florianópolis, ed. rev., p. 1-18, 2010.

GUIMARÃES. Antonio Sérgio Alfredo. Raça, cor, cor de pele e etnia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 20, n. 20, p. 360, jan./dez. 2011.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n.1, p 7-31, jan. 1993.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n.132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. O conceito de trabalho. In: TEIXEIRA, Marilane et al. (Org.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: Desafios para políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 423-483.

HUSTVEDT, Siri. Não posso ser bonita e intelectual. **Revista Claudia**. Disponível em: <<http://mdemulher.abril.com.br/revistas/clauidiamateria>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010: educação; resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. SIS 2010: **Mulheres mais escolarizadas são mães mais tarde e têm menos filhos**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 set. 2010.

_____. **Estimativa da população economicamente ativa, população ocupada e desempregada, segundo sexo: Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2011 e 2012**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 set. 2010.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília: Ipea, 2011.

KEHRLE, Luís. O segmento eletro-metal-mecânico da indústria pernambucana. In: _____. **Economia de Pernambuco: uma contribuição para o futuro**. Recife: PROMATA, 2006.

KERGOAT, Danièle. **Da divisão sexual do trabalho entre os sexos**. São Paulo: USP, 1987.

LAGO, Mara Coelho de Souza. Interdisciplinaridade: algumas reflexões e vivências. In: RIAL, Carmen; TOMIELLO, Naira; RAFAELLI, Rafael (Orgs.). **A aventura interdisciplinar: quinze anos de PPGICH/UFSC**. Blumenau, SC: Nova Letra, 2010. p. 93-100.

_____. De sujeitos e identidades: diálogos entre Ciências Humanas e Psicanálise. In: RIAL, Carmem Sílvia Moraes; TONELLI, Maria Juracy Filgueiras (Orgs.). **Genealogias do silêncio: feminismo e gênero**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004. p. 73-78.

_____. Identidade: a fragmentação do conceito. In: SILVA, Alcione Leite da Silva; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). **Falas de gênero: teorias, análises, leituras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2001.

LIEDKE, Elida R.; SILVA, Lorena H. da. Inovações na Organização do Processo de Trabalho e Relações de Gênero. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 14, n. 45, p. 278-296, 1993.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. **Modernização tecnológica e formação técnico-profissional no Brasil impasses e desafios**. Brasília: IPEA, 1993. (Textos para Discussão, n. 295).

LOMBARDI, Maria Rosa. A Persistência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. In: COSTA, Albertina, et al. (Orgs.). **Divisão sexual do trabalho, crise do capitalismo**. Recife: SOS/CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

_____. Um mercado de trabalho cada vez mais feminista. **Difusão de ideias**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, out. 2007. Entrevista concedida a Ana Paula Novaes/Folha Dirigida.

_____. **Perseverança e resistência**: a engenharia como profissão feminina, 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1992.

LOPES, Márcia Cavalcanti Raposo. Subjetividade e trabalho na sociedade contemporânea. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 91-113, mar./jun. 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 141-188.

_____. **Gênero, sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUCA, Tânia Regina de. **Indústria e Trabalho na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

MACHADO, Leda Maria Vieira. **A incorporação de gênero nas políticas públicas**. São Paulo: Annablume, 1999.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Organização da educação profissional e tecnológica por eixos tecnológicos. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 16, n. 30, p. 89-108, jan./jun.2010.

MARCILIO, M. Luiza. Séculos de abandono. **Notícias FAPESP**, v. 38, p. 14-15, 1998.

MARCONDES, Willer Baumgartem et al. O peso do trabalho “leve” feminino à saúde. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 91-101, abr./jun. 2003.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço Feminino no Mercado Produtivo. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. **Nova**

História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012. p. 126-147.

MELO, Hildete Pereira. Mulheres, educação, ciência e políticas públicas. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero (Orgs.). **Diversidades:** dimensões de gênero e sexualidade. Florianópolis: Mulheres, 2010.

_____. O feminino nas manufaturas brasileiras. In: MURARO, Rose Marie; PUPPIN, Andréa Brandão (Orgs.). **Mulher, Gênero e Sociedade.** Rio de Janeiro: Relume Dumará; FARPEJ, 2001.

MELO, Hildete Pereira; LASTRES, Helena Maria Martins; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Gênero no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. **Revista Gênero,** Niterói, v. 4, n. 2, p. 73-94, 2004.

MELO, Mônica. Há 102 anos abrindo Portas no Mundo do Trabalho. **Informativo do Instituto Federal de Pernambuco,** Recife, 2. ed., set. 2011.

MELO NETO, João Cabral. Rios sem discurso. In: _____. **Obra completa.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

MIGUEL, Sonia M. **A política de cota por sexo:** um estudo das primeiras experiências do Legislativo Brasileiro. Brasília: CFEMEA, 2000.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: _____. BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística:** domínios e fronteiras. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. v.2.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas,** Florianópolis, v.8, p. 9-41, 2000.

OIT. **Programa Pró-Equidade de Gênero:** Histórias e Trajetórias, 2005/2010.

ORLANDI, Eni Puccineli. **Análise do discurso:** princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 1999.

_____. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994.

_____. Análise de Discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Susi; ORLANDI, Eni P.(Orgs). **Introdução às Ciências da Linguagem: discurso e textualidade**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010. p. 11-31.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre a política e a emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, n. 28, 1987.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. E. P. Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **O papel da memória**. Tradução e introdução de J. H. Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p.49-57.

_____. Contextos epistemológicos da análise de discurso. **Escritos: linguagem, cidade, política, sociedade**, Campinas, n. 4, p.7-16, maio 1999. Tradução de Eni Orlandi (Labeurb/Nudecri).

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Unicamp, 1995.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**. São Paulo: Editora UNESP, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2006.

PEREIRA, Marcos Emanuel. **Psicologia social dos estereótipos**. São Paulo: E.P.U., 2002.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **As mulheres ou os silêncios da história**, Bauru, SP: EDUSC, p. 33-43, 2005.

PIERUCCI, Antônio Flávio. A diferença faz diferença, ou: a produtividade social da diferença. In: _____. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 119-149.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-213. Disponível em: <<http://reviravoltadesign.com>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, São Paulo, n.14, fev.1997.

POSTHUMA, Anne Caroline. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. In: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice R. de Paiva (Orgs). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

PRÁ, Jussara Reis. Estereótipos e ideologias de gênero entre a juventude brasileira. **Revista Feminismos**, Salvador, v.1, n. 3, set.dez. 2013. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

PRÁ, Jussara; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, p. 33-52, 2012.

QUELUZ, Gilson Leandro. **Concepções de ensino na República Velha, 1909-1930**. Curitiba: Ed. CEFET, 2000.

RÊGO, Jenner Guimarães. **A geração de empregos na atividade industrial do setor eletrometal-mecânico em Pernambuco: um contraponto entre as empresas incentivadas e não incentivadas pelo estado – 1998-2007**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Empresarial) - Faculdade Boa Viagem, Recife. 2010.

RIZEK, C. S.; LEITE, Marcia. Dimensões e representações do trabalho fabril feminino. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.10, p. 281-307, 1998.

ROCHA, Cristina Tavares da Costa. **Gênero em ação: Rompendo o Teto de Vidro? Novos Contextos da Tecnociência**. 2006. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ROCHA, Patrícia. **Mulheres sob todas as luzes: a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2009.

ROTHMAN, Paula. Mulheres e Tecnologia. **Revista INFO**, abr. 2014.

SAFFIOTI, Heleith I. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleith I. B; VARGAS, Mônica Munóz. Mulher Brasileira é Assim. In: BRUCHINI, Cristina. **O trabalho da mulher no Brasil: Tendências Recentes**. Brasília: Rosa dos Tempos, 1994.

SANTOS, Boaventura Souza. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1999.

SCHEIBE, Luiz Fernando. A interdisciplinaridade e os desafios das humanidades no século XXI. In: RIAL, Carmen, TOMIELLO, Naira; RAFAELLI, Rafael (Orgs.). **A aventura interdisciplinar: quinze anos de PPGICH/UFSC**. Blumenau, SC: Nova Letra, 2010. p. 15-22.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução de Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da Silva; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). **Falas de gênero: teorias, análises, leituras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

_____. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SEIXAS, Jacy Alvez de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (Res)Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Unicamp, 2004. p.37-58.

SENA, Osangela Oliveira Silva. **O setor eletro-metal-mecânico do Estado de Pernambuco: uma abordagem sobre a questão tecnológica.** Recife: FUNDAJ. Seminário sobre Inovação Tecnológica, 2004.

SILVA, Lea M. Mulher e Cultura. **Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1987.

SIMIÃO, Daniel Schoeter. As coisas fora do lugar: gênero e o potencial de programas de geração de emprego e renda. **Perspectivas de Gênero: debates e questões para as ONGs.** Recife: GTGênero – Plataforma de Contrapartida Novib/SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

SOIHET, Rachel. Transgredindo e conservando, mulheres conquistando o espaço público: A contribuição de Bertha Lutz. **Estudos Feministas,** Florianópolis, n.1-2, jul/dez 2002.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A Classe Operária tem Dois Sexos: Trabalho, Dominação e Resistência.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

TELLES, Lygia Fagundes. Mulher, Mulheres. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Mulheres no Brasil.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p . 669-672.

VASCONCELOS, Itamar de Abreu. **Do Artífice ao Técnico: Subsídios para a História da Escola Técnica Federal de Pernambuco.** Recife: Ed. ETFPE, 1991.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana,** Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, abr. 2002.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho.** Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

ZIPPIN GRINSPUN, Miriam P.S. (Org). **Educação tecnológica: desafios e perspectivas.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS COM AS ESTUDANTES DO IFPE – CAMPUS RECIFE

1. Como você se descreve? (aspectos físicos e emocionais)
2. Fale um pouco sobre sua família: a profissão dos seus pais, número de irmãos, seu estado civil, o bairro onde mora, etc..
3. Como é sua vida familiar? Tem filhos? Como faz para conciliar a vida pessoal com a profissional?
4. O que cursa (cursou) no IFPE? Em qual modalidade e turno?
5. Por que optou por um curso profissionalizante no IFPE?
6. As escolas que frequentou antes do IFPE eram particulares ou públicas?
7. Como se deu a escolha por este curso técnico?
8. Qual a reação da sua família à sua escolha? Já havia algum técnico na família?
9. E o vestibular, foi difícil entrar no IFPE?
10. Havia mulheres que ingressaram com você no mesmo ano?
11. Quais foram as suas primeiras impressões sobre o ambiente acadêmico do Instituto?
12. Como foi a convivência com os colegas homens e mulheres? E com as/os professoras/professores?
13. Quais as expectativas para o estágio curricular obrigatório?
14. Você conhece, ou já ouviu falar, de mulheres, ex-estudantes desse curso, que estão atuando nessa área no mercado de trabalho?
15. Quais dificuldades e/ou facilidades encontrou na sua trajetória acadêmica? Em sua opinião, o fato de ser mulher influenciou nessa trajetória? Positiva ou negativamente?

16. Você acha que o perfil do profissional dessa área requerido pelas empresas sofreu alguma alteração nos últimos tempos?

17. Para você, aqui no IFPE, o tratamento é o mesmo para homens e mulheres num curso técnico como o que você está cursando? E nas empresas?

18. Como são (foram) as aulas práticas do curso?

19. Você fez outros cursos? Se não, pretendo fazer?

20. No século XXI, quando o tema é profissionalização de mulheres, o discurso mudou ou continua igual ao do século passado?

Outras questões para as entrevistas com as estudantes que já concluíram o curso:

1. Como foi cursar (refrigeração, mecânica, eletrotécnica)? O curso foi difícil? Você abdicou de outras atividades por causa dos estudos?

2. Você já fez o estágio obrigatório? Como se deu essa experiência?

3. E depois de formada, como foi sua trajetória profissional? Onde trabalhou? Que cargos ocupou?

4. No seu trabalho atual, como é o relacionamento com colegas, chefes, subordinados, de ambos os sexos?

APÊNDICE B - CURSOS PROFISSIONALIZANTES DO IFPE

Quadro 1 - Cursos do IFPE

Técnicos Integrados	Superiores	Pós-graduação
Segurança do Trabalho Eletrônica Mecatrônica Eletrotécnica Saneamento Ambiental Edificações Química Industrial Telecomunicações Mecânica Industrial Turismo Agropecuária Agroindústria Eletroeletrônica Refrigeração e Ar Automação Industrial Enfermagem EAD em Informática para Internet	Licenciatura em Geografia Design Gráfico Gestão Ambiental Radiologia Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Sistema de Informação) Gestão de Turismo Engenharia de Produção Civil Licenciatura em Matemática Licenciatura em Física EAD em Gestão Ambiental EAD em Licenciatura em Matemática Bacharelado Enfermagem	Especialização em Educação de Jovens e Adultos Gestão Pública (Ênfase em Gestão de Centros Tecnológicos)

Fonte: Coordenadoria Geral de Controle Acadêmico (CGCA) IFPE

Quadro 2 - Cursos do Campus Recife

CURSOS TÉCNICOS	CURSOS SUPERIORES	PÓS-GRADUAÇÃO
Edificações Eletrônica Eletrotécnica Mecânica Química Industrial Refrigeração Saneamento Segurança do Trabalho Telecomunicações	Análise e Desenvolvimento de Sistema Design Gráfico Gestão Ambiental Gestão de Turismo Radiologia Licenciatura em Geografia Bacharelado em Engenharia da Produção Civil	Mestrado Profissional em Gestão Ambiental

Fonte: Coordenadoria Geral de Controle Acadêmico (CGCA) - IFPE - Campus Recife

APÊNDICE C: SÍNTESE DAS CATEGORIAS ANALISADAS NOS RELATOS DAS ESTUDANTES DO IFPE

Quadro 3 - Perfil das estudantes do IFPE - Campus Recife

Nome	Idade	Curso	Turno	Raça/etnia	Estado civil	Filhos	Profissão dos pais	Atividade profissional	Irmãos	Logradouro
Maria Regina	40	4º período de Refrigeração	Noturno	Branca	Casada	2	Dona de casa e comerciante	Comerciante	4	subúrbio/Recife
Maria Rita	19	2º período de Refrigeração	Diurno	Morena	Solteira	-	Comerciária e Funcionário público	Estudante	2	zona norte/Recife
Maria Eleonor	25	Concluiu Eletrotécnica	Egressa	Morena	Casada	-	Comerciária e Eletricista	Recepcionista da Embaixada Americana	2	zona sul/Recife
Maria Edvânia	45	1º período de Eletrotécnica	Noturno	Morena	Casada	3	Doméstica e Encanador	Dona de casa	5	Subúrbio/Recife
Maria Melissa	19	3º período de Mecânica	Diurno	Parda	Solteira	1	Dona de casa e Mecânico	Estudante	2	Recife/ zona norte
Maria Mirtes	31	2º período de Mecânica	Noturno	Negra	Casada	-	Dona de casa e Pedreiro	Auxiliar de serviços Gerais	2	Paulista/Grande Recife

ANEXO A – EMENTA DO CURSO DE MECÂNICA

PLANO DO CURSO TÉCNICO EM MECÂNICA INDUSTRIAL HABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÕES E ESPECIALIZAÇÕES

1.1	Habilitação	Técnico em Mecânica Industrial
	Carga Horária:	1350 horas/relógio
	Estágio:	420 horas/relógio
1.1	Módulo I	Introdutório
	Carga Horária:	337,5 horas/relógio
	Qualificação:	Sem qualificação
1.2	Módulo II	Fundamentos Tecnológicos de Mecânica
	Carga Horária	337,5 horas/relógio
	Qualificação:	Sem qualificação
1.3	Módulo III	Manutenção Automotiva
	Carga Horária:	337,5 horas/relógio
	Qualificação:	Mecânico de Automóveis e Assemelhados
1.4	Módulo IV	Manutenção Industrial
	Carga Horária:	337,5 horas/relógio
	Qualificação:	Mecânico de Manutenção Industrial

DADOS GERAIS DO CURSO PROPOSTO

Área: Indústria

Denominação: Curso Técnico em Mecânica Industrial

Regime de Matrícula: Por Módulo

Periodicidade Letiva: Semestral

Carga Horária Total do Curso: 1350 Horas/relógio

Estágio Supervisionado: 420 Horas/relógio

Certificação Final: Técnico em Mecânica Industrial

Justificativa

A atividade industrial tem sido, historicamente, uma grande absorvedora de mão de obra qualificada. Com advento da crescente automação e sofisticação dos processos de fabricação tem, por um lado, diminuído a ocupação da mão de obra sem qualificação, cujo foco produtivo está na repetição rápida e eficiente de tarefas pré-concebidas, ao mesmo tempo que necessita cada vez mais de condutores de processo bem formados, qualificados e com capacidades e competências relacionadas com gestão, empreendedorismo, concepção, qualidade e criticidade.

De acordo com os referenciais curriculares nacionais, a área da indústria foi dividida, para efeito de elaboração dos currículos técnicos, em três subáreas: Instalação, Produção e Manutenção. Esta divisão, se por um lado facilita a elaboração de cursos técnicos mais específicos, vem dificultar a elaboração dos cursos com filosofia mais generalista, nos quais objetiva-se dotar de competências gerais os profissionais formados, deixando-se a especialização para outra etapa de formação ou para o momento da experiência profissional.

Em regiões de grande concentração industrial, a formação especializada encontra seu espaço, já que o mercado de trabalho é amplo e variado. Em regiões econômicas como a de Pernambuco, especializar em educação formal pode significar (conforme cada caso) restringir o mercado de trabalho para o aluno formando, na sua situação, como novo profissional ingressando no mercado.

O parque industrial da nossa região é sólido, mas variado, sendo formado por algumas indústrias de cerâmica, metalúrgicas, beneficiadoras de alimentos, mineradoras e beneficiadoras de granito e gesso, fabricantes de produtos de plástico, indústrias químicas, suco-alcooleiras etc. Pode-se também acrescentar a este mercado de trabalho as oficinas e concessionárias de automóveis, implementos agrícolas e assemelhados, que têm requerido grande quantidade de profissionais de manutenção qualificados.

Dentro deste contexto, uma pesquisa de tendências de mercado levada a termo pelo CEFETPE, visando atender ao que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394 de 20/12/96), complementada pelo Decreto nº 2.208 de 17/04/97, pelo Parecer nº 16/99 do Conselho Nacional de Educação e pela Resolução CNE/CEB nº 4/99 apontou as áreas de manutenção industrial e automotiva e produção industrial como as de maior aplicação para o profissional técnico em mecânica. Assim, analisadas as bases tecnológicas dos referenciais curriculares nacionais, bem como as condições físicas dos laboratórios e capacidade e formação do pessoal docente, optou-se por oferecer um Curso Técnico em Mecânica, na subárea de manutenção, mas com interface com a subárea de produção (metalmecânica). Deste modo, o profissional formado poderá interagir e atuar mais facilmente nesta área, com mais desenvoltura e versatilidade.

O objetivo deste documento é, portanto, apresentar o Plano do Curso Técnico de Mecânica, a ser oferecido por esta Instituição.

Objetivo Geral

O objetivo do curso é dotar o educando das competências da área da indústria, com sub área em manutenção, habilitando-o a ingressar e manter-se integrado ao mundo produtivo. O profissional formado deverá atuar na área de manutenção mecânica industrial e automotiva, tendo condições, no entanto, de migrar ou interagir com atividades relacionadas com produção metalmecânica. Resumidamente, o papel deste profissional no mundo produtivo será:

- Estudar e programar a manutenção de equipamentos mecânicos;
- Controlar a manutenção de equipamentos mecânicos;
- Executar a manutenção de equipamentos mecânicos;

Objetivo Específicos

- Fornecer ao aluno os princípios básicos do ensino profissionalizante que lhe darão suporte para receber as bases tecnológicas específicas da habilitação profissional proposta.
- Tornar o aluno apto para atuar como Mecânico de Automóveis e Assemblados.

- Formar profissionais aptos a atuar como Técnico Mecânico Industrial, podendo também atuar no controle e operação de processos de fabricação metalmecânica.

Requisitos de Acesso

Para integração ao Curso Técnico em Mecânica Industrial, o candidato deverá ter concluído o ensino médio ou equivalente e admissão ocorrerá através de:

- a) exame de seleção aberto, onde os classificados serão matriculados compulsoriamente em todas as disciplinas do primeiro módulo;
- b) transferência de alunos oriundos de outras instituições de ensino profissional, mediante a existência de vagas, salvo nos casos determinados por Lei, respeitando-se as competências adquiridas na Unidade de origem;
- c) Convênios com instituições públicas e/ou privadas regulamentados na forma da Lei.

Perfil Profissional de Conclusão

O curso Técnico em Mecânica Industrial fornece os conhecimentos necessários para o profissional atuar como Mecânico de Automóveis e Assemblados e Mecânico de Manutenção Industrial.

Ao concluir o curso e após o estágio curricular, o aluno deverá apresentar um relatório com um conjunto de competências gerais que permita a sua atuação na indústria, respeitando as atribuições legais e atendendo às exigências no mundo de trabalho que requer uma sólida base de conhecimentos tecnológicos, aliados ao desempenho com competências, vocação para qualidade custo e segurança.

Competências gerais da área

- Coordenar e desenvolver equipes de trabalho que atuam na instalação, na produção e manutenção, métodos e técnicas de gestão administrativa e de pessoas.
- Aplicar normas técnicas de saúde e segurança no trabalho e de controle de qualidade no processo industrial.
- Aplicar normas técnicas e especificações de catálogos, manuais e tabelas em projetos, em processos de fabricação, na instalação de máquinas e de equipamentos e na manutenção industrial.

- Elaborar planilha de custos de fabricação e de manutenção de máquinas e equipamentos, considerando a relação custo e benefício.
- Aplicar métodos, processos e logística na produção, instalação e manutenção.
- Projetar produto, ferramentas, máquinas e equipamentos, utilizando técnicas de desenho e de representação gráfica com seus fundamentos matemáticos e geométricos.
- Elaborar projetos, leiautes, diagramas e esquemas, correlacionando-os com as normas técnicas e com os princípios científicos e tecnológicos.
- Aplicar técnicas de medição e ensaios visando à melhoria da qualidade de produtos e serviços da planta industrial.
- Avaliar as características e as propriedades dos materiais, insumos e elementos de máquinas, correlacionando-as com seus fundamentos matemáticos, físicos e químicos para a aplicação nos processos de controle de qualidade.
- Desenvolver projetos de manutenção de instalações e de sistemas industriais, caracterizando e determinando aplicações de materiais, acessórios, dispositivos, instrumentos, equipamentos e máquinas.
- Projetar melhorias nos sistemas convencionais de produção, instalação e manutenção, propondo incorporação de novas tecnologias.

Organização Curricular

O Curso Técnico em Mecânica, a ser oferecido pelo CEFETPE a partir do segundo semestre de 2002, está organizado em 4 módulos sequenciais, com 15 semanas letivas, e o estágio supervisionado de integração no mundo produtivo.

Os módulos estão organizados de modo a facilitar o processo de aprendizagem:

Os módulos I e II fornecem ao aluno os princípios básicos do ensino profissionalizante que lhe dará suporte para receber as bases tecnológicas dos módulos subsequentes. Estes módulos não têm caráter de terminalidade.

O módulo III certifica. Complementa a formação das competências relacionadas com as subfunções da subárea de

Manutenção, com mais ênfase na Manutenção Automotiva. Após a conclusão deste módulo, o aluno estará apto para atuar como "Mecânico de Automóveis e Assemblados".

O módulo IV certifica. Conclui a formação das competências relacionadas com as subfunções da subárea da manutenção, além da subfunção de produção também incluída neste curso. Ao término deste módulo, o aluno estará apto para atuar como "Mecânico de Manutenção Industrial", podendo também atuar no controle e operação de processos de fabricação metalmeccânica.

Os conteúdos tecnológicos estão organizados respeitando a sequência lógica didaticamente recomendada e visando a formação completa do Técnico em Mecânica. No transcorrer dos módulos, o aluno é capacitado para desenvolver as atividades profissionais de acordo com as competências construídas gradativamente ao longo do curso. O quadro 1 resumem e ilustram o perfil de formação e as possibilidades de evolução curricular do aluno.

Possibilidades de Evolução Curricular – Quadro 1

Em função dos módulos, o aluno poderá optar por Certificação, levando-o à diplomação em Técnico em Mecânica Industrial.

Módulo	Duração	C. H. Aula	C. H. Relógio	Certificação
I – Introdutório	1 semestre	450	337,5	Sem certificação
II – Fundamentos Tecnológicos de Mecânica	1 semestre	450	337,5	Sem certificação
III – Manutenção Automotiva	1 semestre	450	337,5	Certificado Mecânico de Automóveis e Assemblados (Módulos: I + II + III)
IV – manutenção Industrial	1 semestre	450	337,5	Certificado Mecânico de Manutenção Industrial (Módulos: I + II + III+IV)
Total dos módulos	4 semestres	1800	1 350	-

Estágio Supervisionado (a partir do 3º módulo)	420	Complemento para conclusão do curso técnico
Diploma	1 770	Técnico em Mecânica Industrial

Práticas Pedagógicas Previstas

Adoção da Pedagogia de Projetos, como procedimento metodológico compatível com uma prática formativa, contínua e processual, na sua forma de instigar seus sujeitos a procederem com investigações, observações, confrontos e outros procedimentos decorrentes das situações – problema propostas e encaminhadas. Aulas teóricas com utilização de retroprojedor, vídeos, slides, etc. Visando à apresentação do assunto (problematização) a ser trabalhado e posterior discussão e troca de experiências. Aulas práticas em laboratório e instalações industriais para melhor vivência e compreensão dos tópicos teóricos.

- Seminários.
- Pesquisas.
- Elaboração de projetos diversos.
- Visitas técnicas à empresas e indústrias da região.
- Palestras com profissionais da área.

Prática Profissional

A escola, ainda que contextualizada e comprometida com o mundo produtivo real, não deixa de ser um ambiente laboratorial, onde se pretende proporcionar ao aluno vivências que modifiquem o seu modo de pensar, conceber, entender e agir, de modo a fazê-lo construir competências e habilidades que o habilitem a se integrar no mundo produtivo. A vivência em situações reais (não laboratoriais e ativas), no entanto, proporciona ao aluno a oportunidade de ser sujeito ativo de vivências de modo paralelo aos estudos formais e com a devida orientação técnica (por parte do orientador na empresa e por um

professor supervisor de estágio designado pela coordenação do curso em pauta). Neste sentido, o estágio supervisionado visa integrar o aluno em formação profissionalizante ao mundo produtivo de forma a consubstanciar o saber com o saber fazer e com o saber ser, com uma duração de 420 horas relógio. O mesmo poderá ser realizado a partir do 3º módulo ou posterior ao último. O acompanhamento, o controle e a avaliação das atividades desenvolvidas no estágio serão feitas em visitas técnicas às empresas, caracterizadas como campo-estágio, e em reuniões mensais do supervisor com os estagiários, onde serão abordadas as ações, as experiências e dificuldades junto às empresas vinculadas.

Plano de Realização do Estágio Supervisionado

Local: Empresas e indústrias.

Período: Após a conclusão do 2º Módulo.

Responsáveis: Professor supervisor ou Coordenador do curso.

CHT: 420 horas /relógio

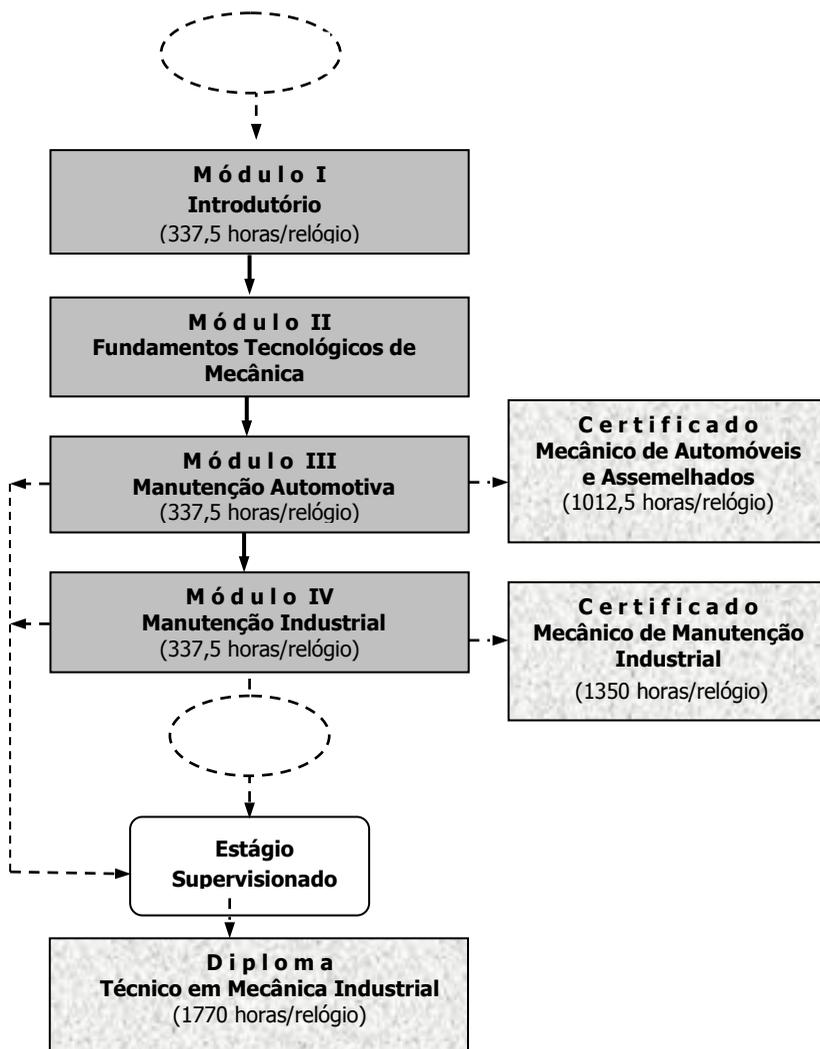
Critérios de Avaliação: O desempenho do aluno será avaliado pelo professor supervisor através de reuniões mensais, visitas à empresa campo de estágio e do relatório de conclusão do mesmo

Campo de Atuação

O técnico em mecânica industrial estará habilitado para elaborar projetos industriais, fabricar elementos mecânicos; supervisionar e elaborar roteiros de manutenção para máquinas e equipamentos industriais e automotivos. O técnico poderá atuar nas seguintes áreas do mercado de trabalho:

Concessionárias automotivas;	Assistência Técnica;	Usinas e Destilarias;
Escritórios de Projetos (consultores);	Indústria Petroquímica;	Indústria Automobilística;
Empresas de Representações;	Indústria Aeronáutica;	Indústria de Soldagem;
Indústria Metalmeccânica;	Indústria Naval;	Empreendimentos próprios

Estrutura Curricular - Fluxograma de Certificação e Diplomação



Matriz Curricular:

Curso: Técnico em Mecânica Industrial

Ano de Implantação: 2002.2

Carga Horária Total: 1 800 hora/aula = 1 350 hora/relógio

Fundamentação Legal: LDB 9394/96; Decreto Nº 2208/97; Portaria Nº 646/97; Parecer CNE/CEB Nº 16/99;

Resolução Nº 04/99; DCNP(Portaria SEMTEC Nº 30/00); Parecer CNE/CEB Nº 035/03.

MATRIZ CURRICULAR						
MÓDULOS	DISCIPLINA	MÓDULOS (15 Semanas Letivas)				
		I	II	III	IV	* CHT
I Introdutório	Introdução à Informática	03				45
	Administração e Marketing	03				45
	Higiene e Segurança do Trabalho	03				45
	Desenho Técnico	06				90
	Metrologia	03				45
	Mecânica Técnica	03				45
	Ciência dos Materiais	03				45
	Processos de Afiação de Ferramenta, Modelagem e Fundição	04				60
	Português Instrumental	02				30
II Fundamentos Tecnológicos de Mecânica	Desenho Mecânico		05			75
	Resistência dos Materiais		03			45
	Tecnologia Mecânica		04			60
	Introdução à Automação		04			60
	Planejamento da Manutenção		02			30
	Processo de Fabricação por Usinagem		08			120
	Gestão da Qualidade		02			30
	Eletroeletrônica Aplicada		02			30

III Manutenção Automotiva	Sistemas Automotivos			08		120
	Elementos de Máquinas			03		45
	Automação Fluido-Mecânica			04		60
	Manutenção Mecânica			04		60
	Motores de Combustão Interna			03		45
	Processos de Fabricação por Soldagem e Oxicorte			04		60
	Desenho de Máquinas			04		60
IV Manutenção Industrial	Manutenção e Instalação de Acionamentos Elétricos				04	60
	Máquinas Hidráulicas				03	45
	Mecânica Aplicada às Máquinas				04	60
	Organização Industrial				04	60
	Sistemas a Vapor e Turbinas à Reação				03	45
	Controles e Ensaios				04	60
	Execução de Projeto Mecânico				08	120
Carga horária total em horas/aula		30	30	30	30	1 800
Carga Horária Total em hora/relógio						1 350
Prática Profissional (** Estágio Supervisionado)						420
Total Geral (em hora/relógio)						1 770

* Carga Horária Total das disciplinas é produto da Carga Horária Semanal X 15 Semanas Letivas de cada Módulo.

** Prática Profissional (Estágio Supervisionado com duração de 420 horas/relógio) após a conclusão do 2º Módulo ou posterior ao último.

ANEXO B – EMENTA DO CURSO DE ELETRÔTÉCNICA

EMENTA DO CURSO TÉCNICO INDUSTRIAL EM ELETROTÉCNICA

ÁREA: Indústria

DENOMINAÇÃO: Curso Técnico Industrial em Eletrotécnica.

REGIME DE MATRÍCULA: Por Período

PERIODICIDADE LETIVA: Semestral

INDICADORES FIXOS:

DIAS LETIVOS: 200

NÚMERO DE DIAS LETIVOS SEMANAIS: 05

NÚMERO DE SEMANAS LETIVAS: 18

TURNOS: MATUTINO E VESPERTINO

NÚMERO DE AULAS DIÁRIAS: 06

DURAÇÃO DA HORA / AULA: 45 MINUTOS

TURNOS DE FUNCIONAMENTO	VAGAS POR TURMA	NÚMERO DE TURMAS	TOTAL DE VAGAS SEMESTRAIS
MATUTINO	35	1	35
VESPERTINO	35	1	35
NOTURNO	-	-	-
TOTAL	70	2	70

CARGA HORÁRIA:

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA	
	LIMITE MÍNIMO (anos/ semestres)	LIMITE MÁXIMO (anos/semestres)
3.510 h / c + 420 h/ c (estágio)	4 / 8	7,5 / 15

Justificativa e Objetivos do Curso:

O Projeto Pedagógico do curso em tela está fundamentado nas bases legais e nos princípios norteadores explicitados na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e no conjunto de leis, decretos, pareceres, referenciais e diretrizes curriculares que normalizam a Educação

Profissional e o Ensino Médio Integrado no sistema educacional brasileiro, bem como nos documentos que versam sobre a integralização destes dois níveis que têm como pressupostos a formação integral do profissional-cidadão. Estão presentes também, como marco orientador desta proposta, as decisões institucionais traduzidas nos objetivos desta instituição e na compreensão da educação como uma prática social, os quais se materializam na função social do CEFET-PE de promover educação científico-tecnológico-humanística visando à formação integral do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente técnica e eticamente e comprometido efetivamente com as transformações sociais, políticas e culturais e em condições de atuar no mundo do trabalho na perspectiva da edificação de uma sociedade mais justa e igualitária, através da formação inicial e continuada de trabalhadores; da educação profissional técnica de nível médio; da educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação; e da formação de professores fundamentadas na construção, reconstrução e transmissão do conhecimento.

Atualmente o grande desafio para indústrias e fornecedores em geral tem sido a flexibilidade em todos os seus aspectos ou, em outras palavras, serem flexíveis para competir, quando não, sobreviver. Num processo produtivo, alguns parâmetros são comumente considerados indispensáveis; o perfil da indústria ou um segmento específico da mesma, o volume de produção e a variedade de produtos, além de incluir-se a flexibilidade como elemento de influência nas decisões em mercados competitivos.

O objetivo a ser alcançado é o de formar profissionais que sejam capazes de lidar com a rapidez da produção dos conhecimentos científicos e tecnológicos e de sua transferência e aplicação na sociedade em geral e no mundo do trabalho, em particular.

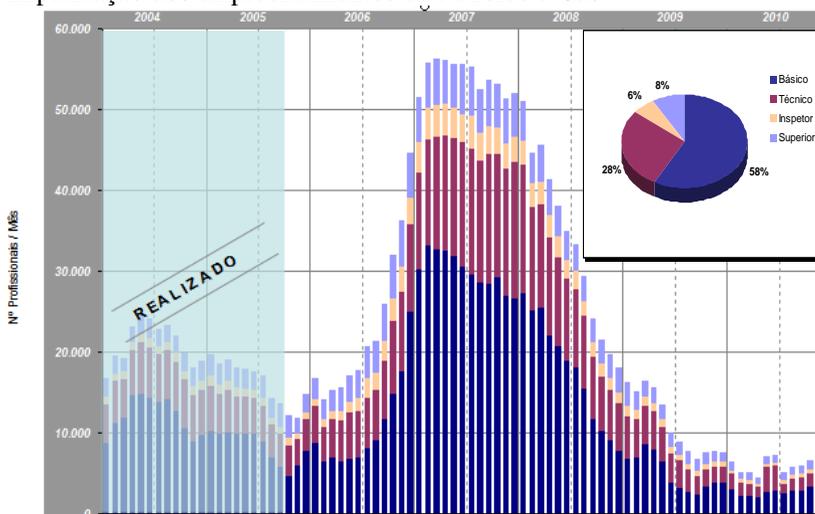
De acordo com o IBGE (Censo Demográfico 2000), Pernambuco é o 3º estado do nordeste em densidade populacional, com 80,36 hab/km², e o 7º estado do Brasil em população com 8 milhões de habitantes. O Estado possui 185 municípios e, atualmente, cerca de 74% da população vive em centros urbanos com uma população economicamente ativa de 3,3 milhões de pessoas. Existem 12 distritos industriais, distribuídos na região metropolitana e no interior do estado. A capital com uma população de 2,9 milhões de habitantes exerce grande atração funcionando como um verdadeiro ponto de convergência e polarização em relação às demais regiões do Estado.

A extensão dos setores secundários e terciários com suas diversidades apresenta indicadores de intensa necessidade de

qualificação profissional para as atividades de planejamento, instalação, operação e manutenção dos processos produtivos.

O setor de petróleo e gás necessitará de uma demanda muito alta de técnicos qualificados para suas operações, e nas construções de novos empreendimentos, como é caso da indústria petroquímica e do polo industrial de Suape. O gráfico 1 demonstra claramente o aumento da necessidade de mão de obra, em particular uma grande demanda de técnicos.

Figura 21 - Diagnóstico de Recursos Humanos Necessários para implantação dos empreendimentos de Petróleo e Gás



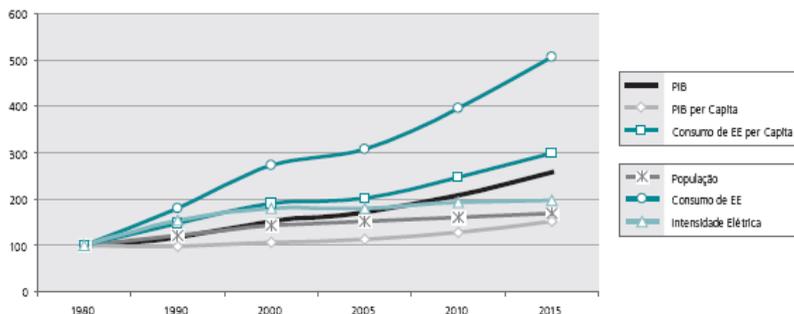
Fonte: Prominp

A necessidade do aumento da geração elétrica (térmica, hidráulica, alternativa), transmissão e distribuição para atender a uma maior demanda de energia elétrica e o crescimento da indústria petroquímica, têxtil, naval, e de alimentos, para consumo e exportação, utilizando novas tecnologias de automação e melhoria da qualidade da produção, vem reafirmando a importância da área industrial para a economia do estado de Pernambuco.

O plano decenal de expansão de energia elétrica, realizado pela Empresa de Pesquisa Energética-EPE, apresenta um aumento desta

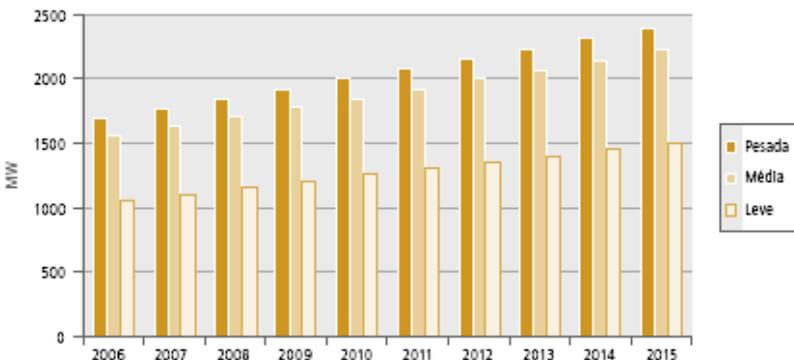
demanda de energia elétrica até o ano de 2015, conforme mostram os gráficos 2 e 3.

Figura 22 - Brasil – Economia e Mercado de Energia Elétrica (1980-2015) - Principais Indicadores Número Índice: base 1980=100



Fonte: EPE-Plano decenal de Expansão de energia Elétrica – 2006-2015

Figura 23 - Evolução da Carga do Estado de Pernambuco



Fonte: EPE-Plano decenal de Expansão de energia Elétrica - 2006-2015

Diante desse contexto, o técnico em Eletrotécnica encontra espaço privilegiado no mundo do trabalho, principalmente, na indústria e empresas de prestação de serviços, por se tratar de um profissional importante para o funcionamento desses setores da economia.

Objetivos

Objetivo Geral:

Implantar o Curso Técnico Industrial em Eletrotécnica que supere as expectativas do mercado em qualidade profissional e com egressos suficientes para suprir a carência de mão de obra da região circunvizinha. E que, também realize o profissional nos aspectos social, econômico, cultural e ético.

Objetivo Específico:

Formar profissionais competentes para atuar na Área Industrial de Eletrotécnica em atividades de planejamento, execução e manutenção, tendo como base à evolução tecnológica, a flexibilidade de acesso, as tendências do mercado e o pleno exercício consciente da cidadania. Desse modo, proporcionar ao trabalhador constante aperfeiçoamento profissional, mantendo-o apto a permanecer no mercado de trabalho, atendendo às exigências do processo de modernização da produção nas empresas da região e a evolução dos meios utilizados na prestação de serviços com competências básicas à iniciativa, à liderança, a multifuncionalidade, à capacidade do trabalho em equipe e ao espírito empreendedor.

Requisitos de Acesso

Para integração ao curso Técnico Industrial em Eletrotécnica, o candidato deverá **ter** concluído o ensino fundamental ou equivalente e a admissão ocorrerá através de:

- a) exame de seleção aberto, onde os classificados serão matriculados compulsoriamente em todas disciplinas do primeiro módulo;
- b) transferência de alunos oriundos de outras instituições de ensino profissional, mediante a existência de vagas, salvo nos casos determinados por Lei, respeitando-se as competências adquiridas na Unidade de origem;
- c) convênios com instituições públicas e/ou privadas regulamentados na forma da Lei.

Perfil de Conclusão Geral Esperado:

1. *Utilizar as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.*
2. *Identificar a gênese, a transformação e os múltiplos fatores que interferem na sociedade, como produtos da ação humana e do seu papel como agente social.*
3. *Conhecer os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber.*
4. *Ler, articular e interpretar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos dos saber.*
5. *Construir competências para articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimento e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza de cada área profissional específica.*

Perfil Profissional de Conclusão Final:

Ao concluir o curso Técnico Industrial em Eletrotécnica e após o estágio curricular, o egresso deverá apresentar competências que permitam a sua atuação na área indústria, respeitando as atribuições legais e atendendo as exigências no mundo do trabalho que requer uma sólida base de conhecimentos tecnológicos, aliados ao desempenho com competência, vocação para qualidade e segurança. São também requeridas capacidades de criatividade e adaptação a novas situações para executar trabalhos nas atividades:

1. *Coordenar e desenvolver equipes de trabalho que atuam na instalação, operação e manutenção, aplicando métodos e técnicas de gestão administrativa e de pessoas;*
2. *Aplicar normas técnicas de saúde e segurança no trabalho e de controle de qualidade;*
3. *Aplicar normas técnicas e especificações de catálogos, manuais e tabelas em projetos na instalação de máquinas, de equipamentos e na manutenção industrial;*

4. *Elaborar planilha de custos de manutenção de máquinas e equipamentos considerando a relação custo-benefício;*
5. *Aplicar métodos processos e logística na instalação, operação e manutenção;*
6. *Aplicar técnicas de desenho de máquinas, de equipamentos e de instalações com representação gráfica e seus fundamentos matemáticos e geométricos;*
7. *Elaborar projetos, leiautes, diagramas e esquemas, correlacionando-os com as normas técnicas e com os princípios científicos e tecnológicos;*
8. *Aplicar técnicas de medição e ensaios visando a melhoria da qualidade de produtos e serviços;*
9. *Avaliar as características e propriedades dos materiais, insumos e elementos de máquinas, correlacionando-as com seus fundamentos matemáticos, físicos e químicos para aplicação nos processos de controle de qualidade;*
10. *Desenvolver projetos de manutenção de instalações e de sistemas industriais, caracterizando e determinando aplicações de materiais, acessórios, dispositivos, instrumentos, equipamentos e máquinas;*
11. *Projetar melhorias nos sistemas convencionais de produção, instalação e manutenção, propondo incorporação de novas tecnologias;*
12. *Identificar os elementos de conversão, transformação, transporte e distribuição de energia aplicando-os nos trabalhos de implantação e manutenção do processo produtivo;*
13. *Coordenar atividades de utilização e conservação de energia, propondo a racionalização de uso e de fontes alternativas;*
14. *Utilizar adequadamente a linguagem oral e escrita como instrumento de comunicação e interação social necessária ao desempenho profissional;*
15. *Ter iniciativa e exercer liderança.*

Estrutura Curricular

O Curso Técnico de Nível Médio Integrado é presencial, seu currículo está organizado em períodos semestrais e sua integralização dar-se-á em 04 (quatro) anos, não havendo saídas intermediárias.

Os componentes curriculares estão organizados em disciplinas que evoluirão gradativamente da formação geral para a profissional e cujos conteúdos terão como princípio orientador à formação por competência, entendida como a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimento e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho.

Matriz Curricular

ÁREAS DE CONHECIMENTO	DISCIPLINAS	PERÍODOS								CHT		
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	(h/a)	(h/r)	
	Língua Portuguesa	4	4	4	4	4	2	2			432	324
	Artes	2	2								72	54
LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	Língua Estrangeira (Inglês)	2	2	2	2	2					180	135
	Educação Física	2	2	2	2	2	2	2			252	189
	História	2	2	2	2	2	2				216	162
	Geografia	2	2	2	2	2	2				216	162
CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	Sociologia		2								36	27
	Filosofia	2									36	27
	Química	3	3	3	3	2	2				288	216
BASE COMUM	Física	3	3	3	3	4	4				360	270
	Biologia	4	4	2	2	2	2				288	216
	Matemática	4	4	4	4	4	2	2			432	324
SUBTOTAL		30	30	24	24	24	18	6	0		2808	2106

Comandos Eletro-eletrônicos									4			72	54
Máquinas Elétricas I									3			54	40,5
Instalações Elétricas III										4		72	54
Medidas Elétricas I										4		72	54
Máquinas Elétricas II										3		54	40,5
Manutenção de Máq. Elétricas										4		72	54
Proteção de Sistemas Elétricos I										2		36	27
Controle e Ac. de Máquinas I										3		54	40,5
Metodologia da Manutenção										3		54	40,5
Desenho Técnico - CAD										3		54	40,5
Medidas Elétricas II											2	36	27
Máquinas Elétricas III											3	54	40,5
Ensaaios de Máquinas Elétricas											3	54	40,5

Matriz Referencial

FORMAÇÃO GERAL E COMPLEMENTAR	DISCIPLINAS	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DOS EGRESSOS
	Língua Portuguesa	<p>- Consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;</p> <p>- Preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;</p> <p>- Aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;</p> <p>- Compreensão dos fundamentos científico-tecnológico dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1.996))</p>
	Artes	
	Língua Estrangeira (Inglês)	
	Educação Física	
	História	
	Geografia	
	Filosofia	
	Sociologia	
	Química	
	Física	
	Biologia	
	Matemática	
	Língua Estrangeira (Espanhol)	
	Informática Básica	
	Desenho	
	Relações Humanas no Trabalho	
Empreendedorismo		
Higiene e Seg. do Trabalho I		

Práticas Pedagógicas Previstas

1. Adoção da Pedagogia de Projetos como procedimento metodológico como procedimento metodológico compatível com uma prática formativa, contínua e processual, na sua forma de instigar seus sujeitos a procederem com investigações, observações, confrontos e outros procedimentos decorrentes das situações – problema propostas e encaminhadas.

- Aulas teóricas com utilização de retroprojetor, vídeos, slides, etc. Visando a apresentação do assunto (problematização) a ser trabalhado e posterior discussão e troca de experiências.
- Aulas práticas em laboratório e instalações industriais para melhor vivência e compreensão dos tópicos teóricos.
- Seminários.
- Pesquisas.
- Elaboração de projetos diversos.
- Visitas técnicas à empresas e indústrias da região.
- Palestras com profissionais da área.

Campo de Atuação

Para o técnico industrial em eletrotécnica, na região metropolitana do Recife, destacam-se os seguintes empreendimentos:

- * Concessionárias de energia elétrica e telecomunicações;
- * Parques industriais;
- * Grandes empresas (Shopping Center, Hospitais, Hotéis, Bancos);
- * Microempresas;
- * Empresas de construção civil;
- * Escritórios de projetos (consultores);
- * Empresas de representações, vendas e assistência técnica;
- * Empreiteiras de serviços elétricos.

Prática Profissional

O estágio, sendo um exercício orientado da profissão de natureza curricular obrigatória, é obrigação acadêmica supervisionada por um professor da área específica, com uma duração de 420h/c, posterior a conclusão do 6º (sexto) período, sem dependências em disciplinas da formação técnica dos períodos anteriores.

O acompanhamento, o controle e a avaliação das atividades desenvolvidas no estágio serão feitos conforme normativa da instituição.

ANEXO C – EMENTA DO CURSO DE REFRIGERAÇÃO

EMENTA DO CURSO TÉCNICO EM REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO

ÁREA: Indústria

DENOMINAÇÃO: Curso Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado.

MODALIDADE: Integrado - PROEJA

REGIME DE MATRÍCULA: Por Período

PERIODICIDADE LETIVA: Semestral

INDICADORES FIXOS:

DIAS LETIVOS: 200

NÚMERO DE DIAS LETIVOS SEMANAIS: 05

NÚMERO DE SEMANAS LETIVAS: 18

TURNOS: NOTURNO

NÚMERO DE AULAS DIÁRIAS: 05

DURAÇÃO DA HORA / AULA: 45 MINUTOS

TOTAL DE VAGAS SEMESTRAIS:

TURNOS DE FUNCIONAMENTO	VAGAS POR TURMA	NÚMERO DE TURMAS	TOTAL DE VAGAS SEMESTRAIS
NOTURNO	40	1	40
TOTAL	40	1	40

CARGA HORÁRIA:

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA	
	LIMITE MÍNIMO (anos/ semestres)	LIMITE MÁXIMO (anos/semestres)
2.295 h/c + 420 h/c (estágio)	3,5 / 7	6,5 / 13

Justificativa e Objetivos do Curso

A educação brasileira ao longo da sua história registra grande dívida social em relação à escolarização de jovens e adultos que não concluíram seu processo de escolarização em idade regular.

Toda a legislação emanada a partir da Constituição Federal de 1988 vem consagrar os direitos públicos subjetivos, independentes da idade do(a) brasileiro(a). Legalmente a Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode ser entendida como regular, organizada, de modo que garanta a validação das experiências e conhecimentos dessas pessoas.

Sob essa ótica o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) se apresenta como alternativa de recuperação da escolaridade e, conseqüentemente da cidadania, colaborando sobremaneira com a empregabilidade e /ou geração de trabalho e renda da população à margem dessas condições.

Fundamentalmente ressaltarmos que o PROEJA oferecido no IFPE supera a concepção obsoleta de uma Educação de Jovens e Adultos *compensatória*, cujos fundamentos são de recuperação de um tempo perdido sustentado pela ideologia de que a época do aprendizado é a infância e a adolescência.

Urge um conceito mais amplo das dimensões tempo/espaço de aprendizagem, em que as relações entre ensinantes e aprendentes sejam mais amplas, dinâmicas e significativas, considerando os hodiernos conceitos psicológicos / andragógicos, segundo os quais a aquisição de saberes é propícia em qualquer faixa etária.

Referenda-nos, portanto, a LDB n° 9.394 de 1996 em seus artigos 1° e 2°, ao ressaltar a educação com um *processo* - logo algo inacabado - *formativo*, dado em todas as instâncias sociais, situando a educação formal como “DEVER da família e do Estado”, objetivando a cidadania e qualificação para o mundo do trabalho.

Considerar a heterogeneidade desse público e sua conscientização através de seus interesses, identidades, necessidades, suas vivências enfim, é vital na construção de um Plano como esse.

Ressalte-se, entretanto, que esses valores aqui defendidos, só se farão concretizar mediante uma pedagogia centrada na atividade do aluno, na sua aprendizagem para um fazer com arte – o fazer bem feito – o que supõe o desenvolvimento de criatividade, iniciativa, liberdade de expressão; na elaboração de currículos e adoção de práticas didáticas que possam assegurar a todos a constituição de competências laborais relevantes para o exercício da subsistência com dignidade, auto-respeito e reconhecimento social como seres produtivos; no reconhecimento e na valorização de cada profissão, baseados na solidariedade e na responsabilidade, para o exercício da vida produtiva e da cidadania.

Os alunos que o PROEJA receberá, trarão a marca da desigualdade social brasileira, mas são sujeitos do tempo presente e do tempo futuro, que ao retornarem à escola, motivam-se pelo desejo de ascensão social e pessoal e também, pelas exigências ligadas ao mundo do trabalho. Isso posto, um Plano de Curso de tamanha especificidade e responsabilidade social e pessoal, exigirá metodologias, formas de avaliação, práxis educativas adequadas e fundamentadas pedagogicamente. A dialogicidade Freiriana aqui se presentifica .

Desde 1977, a Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos, em seu item V, adverte:

É essencial que os enfoques da Educação de Adultos estejam baseados no patrimônio, na cultura, nos valores e nas experiências anteriores das pessoas e que as distintas maneiras de por em prática esses enfoques facilitem e estimulem a ativa participação e expressão do educando.

Assim sendo, em cumprimento, ao Decreto n° 5.458/2005, que propõe resgatar o direito à cidadania, a inclusão social, num espaço institucional justo e relevante, o IFPE oferece desde o ano de 2006, Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. É desta forma que o Curso Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado está proposto, com o intuito de formar profissionais habilitados na produção e aplicação de

conhecimentos científicos e tecnológicos no mundo do trabalho, sobretudo na indústria e empresas de prestação de serviços, por se tratar de um profissional importante para o funcionamento desses setores da economia assim como na sociedade em geral.

Objetivo geral:

Oferecer o Curso *Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado*, cujo currículo oportunize o reconhecimento e a validação de habilidades e competências para a inclusão no processo educacional formal e no mundo do trabalho, através da vivência de práticas pedagógicas promotoras da cidadania para o seu exercício em todos os segmentos da vida social.

Objetivos específicos:

- propiciar experiências pedagógicas que priorizem o “aprender a aprender”, construindo a autonomia cognitiva dos alunos;
- proporcionar práticas pedagógicas interdisciplinares e contextualizadas, delineadas em conformidade com as tendências econômico-tecnológicas do contexto produtivo, para uma educação que assegure condições de laboralidade do trabalhador;
- dominar os fundamentos tecnológicos e habilidades técnicas necessárias ao fazer das profissões, sobretudo cuidando do desenvolvimento de competências genéricas, que assegurem a compreensão deste fazer, como: a autonomia, a crítica, e a criatividade; elementos fundamentais ao exercício da cidadania, da participação política e, portanto, da intervenção nos destinos da sociedade futura;
- formar profissionais competentes para atuarem na Área Industrial de Refrigeração e Ar Condicionado em sintonia com as tendências do mercado e seus processos de modernização da produção nas empresas e com a evolução dos meios utilizados na prestação de serviços com competências básicas à iniciativa, à liderança, a multifuncionalidade, à capacidade do trabalho em equipe e ao espírito empreendedor.

Requisitos de Acesso

Para admissão ao Curso Técnico Integrado em Refrigeração e Ar Condicionado - PROEJA, o candidato deverá:

- ter idade mínima de 18 anos;
- ser oriundo de escola pública;
- ter concluído o Ensino Fundamental ou equivalente;
- ser aprovado no exame de seleção aberto, onde os classificados serão matriculados compulsoriamente em todas as disciplinas do primeiro período;
- ser transferido de outras instituições federais de ensino profissional, mediante a existência de vagas, salvo nos casos determinados por Lei, respeitando-se as competências adquiridas na Unidade de origem.

Perfil Profissional de Conclusão

Formação Geral

O Curso Técnico Integrado em Refrigeração e Ar Condicionado - PROEJA fornece os conhecimentos necessários para que o profissional formado seja capaz de:

- consolidar e aprofundar os conhecimentos referentes à preparação básica para o trabalho através dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, e da cidadania do educando, de modo a este ser capaz de se adaptar com flexibilidade as novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- aprimorar a formação do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Formação Específica

Ao concluir o Curso Técnico Integrado em Refrigeração e Ar Condicionado - PROEJA e após o estágio curricular, o egresso deverá apresentar um conjunto de competências que permitam a sua atuação na área da indústria, respeitando as atribuições legais e atendendo as exigências no mundo do trabalho, que requerem uma sólida base de conhecimentos tecnológicos, aliados ao desempenho com competência, vocação para qualidade, custo e segurança.

São também requeridas capacidades de criatividade e, sobretudo a adaptação às novas situações para executar trabalhos nas seguintes atividades:

- *conhecer e correlacionar as formas de gestão administrativa;*
- *avaliar a capacidade das equipes de trabalho;*
- *interpretar catálogos, manuais e tabelas;*
- *conhecer e avaliar tipos e características de máquinas e equipamentos utilizados nas instalações;*
- *conhecer os princípios da automação das instalações;*
- *conhecer e avaliar as propriedades e aplicações dos materiais;*
- *conhecer e avaliar as propriedades e aplicações de ferramentas, instrumentos e equipamentos utilizados em instalações;*
- *identificar, selecionar e classificar o material bibliográfico pertinente;*
- *elaborar texto técnico, relatórios, planilhas, formulários, esquemas e gráficos;*
- *selecionar métodos de avaliação e da obra;*
- *identificar os materiais que causam agressão ao meio ambiente;*
- *analisar os indicadores de produção;*
- *sintetizar os processos para otimização de procedimentos;*
- *construir manuais de procedimento;*
- *interpretar as normas técnicas.*

Estrutura Curricular

Fundamentação Legal: Lei nº 9.394/96 - Decretos nº 5.154/04 e nº 5.458/05 - Parecer CNE/CEB nº 16/99 - Resolução CNE/CEB nº 04/99

MATRIZ CURRICULAR												
ÁREAS DE CONHECIMENTO	DISCIPLINAS	PERÍODOS							CHT			
		I	II	III	IV	V	VI	VII	(h/a)	(h/r)		
LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	Língua Portuguesa	4	4	4	4	4					360	270
	Artes	2									36	27
	Língua Estrangeira (Inglês)		2	2	2						108	81
CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	História	2									36	27
	Geografia	2									36	27
	Fundamentos Sócio-filosóficos	2									36	27
BASE COMUM	Química	2	3	3	2						180	135
	Física	2	3	3	3						198	148,5
	Biologia	2	2	2							108	81
	Matemática	4	4	4	4	4					360	270
SUBTOTAL		22	18	18	15	8					1458	1093,5

Eletrônica Digital										3	54	40,5
Desenho Mec. Computacional										4	72	54
Manutenção de Sist. Térmicos III										5	90	67,5
Inst. Balanc. dos Sist. Térmicos										4	72	54
Otimiz. Energ. Sist. Térmicos										4	72	54
Proj. Integr. de Ref. Industrial										4	72	54
Proj. Integrado de Climatização										4	72	54
Automação Eletrônica										4	72	54
Desenho de Arq. computacional										3	54	40,5
SUBTOTAL - FORMAÇÃO TÉCNICA				2	9	16	23	23	23	23	1368	1026,0
TOTAL GERAL	25	25	25	24	24	24	23	23	23	23	3060	2282
PRÁTICA PROFISSIONAL - ESTÁGIO SUPERVISIONADO (h/r)												
CARGA HORÁRIA TOTAL (h/r)												

A Prática Profissional (estágio) - não se configura como disciplina, conforme Parecer 16/99

O Curso Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado na Modalidade EJA, oferecido pelo IFPE é presencial, organizado por períodos semestrais e sua integralização efetiva-se em 03 (três) anos e meio, não havendo saídas intermediárias.

Os componentes curriculares estão organizados pelas seguintes áreas do conhecimento: Formação Geral, Formação Técnica e Prática Profissional, esta última referente ao Estágio Supervisionado. Na Formação Geral a *Base Comum* é composta das áreas de conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias / Ciências Humanas e suas Tecnologias / Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; a *Diversificada*: Formação Complementar – Disciplinas Profissionalizantes Comuns, enquanto que na Formação Técnica pela *Base Tecnológica* específica e a Prática Profissional em que se configura a de integração no mundo do produtivo.

Campo de Atuação

O Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado é um profissional qualificado, que apresenta um conjunto de competências para planejar a instalação de sistemas térmicos, executar projetos de sistemas térmicos, realizar a manutenção de eletrodomésticos, equipamentos de ar condicionado e equipamentos de refrigeração comercial e refrigeração industrial, que permitem a sua atuação na área industrial, respeitando as atribuições legais e atendendo às exigências no mundo do trabalho para atuar nas seguintes áreas:

- Empresas de projetos e instalações de sistemas térmicos;
- Empresas prestadoras de serviços térmicos de manutenção preventiva e corretiva;
- Empresas usuárias como bancos, escritórios comerciais, hospitais, hotéis, shoppings e supermercados;
- Indústrias alimentícias (laticínios, bebidas, pescados, etc.), Petroquímica e Usinas Térmicas;
- Serviços como empreendedor autônomo;
- Assistência Técnica.

Prática Profissional

O estágio, sendo um exercício orientado da profissão de natureza curricular obrigatória, é obrigação acadêmica supervisionada por um professor da área específica, com uma duração de 420h/c, posterior à conclusão do 6º (sexto) período, sem dependências em disciplinas da formação técnica dos períodos anteriores.

O acompanhamento, o controle e a avaliação das atividades desenvolvidas no estágio serão feitos conforme normativa da instituição.